



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LARA VANESSA DE CASTRO FERREIRA

**CASSACOS. TRABALHADORES NA LUTA CONTRA A FOME E A  
DEGRADAÇÃO NAS OBRAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE SECAS.  
(CEARÁ, ANOS 1950)**

Salvador  
2016

LARA VANESSA DE CASTRO FERREIRA

**CASSACOS. TRABALHADORES NA LUTA CONTRA A FOME E A  
DEGRADAÇÃO NAS OBRAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE SECAS.  
(CEARÁ, ANOS 1950)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para a obtenção grau de doutora em história.

Orientador: Antonio Luigi Negro.

**Salvador  
2016**

*À minha mamãe, companheira inseparável de todas as lutas dessa vida. Às minhas queridas tias Marias e também as vovós Rita e Rosa, esta que partiu antes do fim desta tese.*

## AGRADECIMENTOS

A escrita desta tese somente foi possível pelo encorajamento, auxílio e amor de pessoas muito queridas. Inicio essa mensagem certa de que não alcançarei com as palavras toda a minha gratidão. Acredito que Deus me acompanhou em todos os momentos, dando-me sabedoria, força e fazendo-me crer, desde criança, que eu poderia escrever minha história. Em meu caminho, Deus colocou uma família amorosa, colegas, amigos, verdadeiros irmãos por escolha, para tornar meus dias muito melhores.

Na minha trajetória acadêmica, tive apoio de muitos professores. Na graduação, na Universidade Federal do Ceará (UFC), fui acompanhada por Frederico de Castro Neves, com reforço de Almir Leal de Oliveira. Sou grata pelos ensinamentos e carinho da professora Adelaide Gonçalves, pelas orientações ainda presentes dos professores Luigi Biondi, Norberto Ferreras e Verónica Secreto, e pela presença carismática da querida e amiga Edilene Toledo, que me encorajou com energia positiva durante a graduação, acreditando no meu empenho.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), cursei mestrado e doutorado, ampliando meus campos de análises. Agradeço a colaboração de Gabriela Sampaio, Lígia Belini, Maria Hilda e a presteza sempre presente de Lina Brandão. Durante meu intercâmbio doutoral na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), aproveitei a excelência de professores como Fernando Teixeira da Silva, Cláudio Batalha e Sílvia Lara. A estes também meu reconhecimento.

As proposições de Vinícius Rezende e Robério Souza durante a qualificação do doutorado foram relevantes para a escrita deste trabalho. De igual importância foram as orientações que recebi dos professores Paulo Fontes, Larissa Correa e Alexandre Fortes, especialmente durante a discussão do meu estudo no Grupo de Pesquisa sobre História Global do Trabalho do IM-UFRRJ, uma segunda qualificação. Aliás, o Prof. Alexandre Fortes acompanha minha pesquisa desde o mestrado, com mensagens de ensinamento e entusiasmo em diversas oportunidades, sempre com atenção e carinho. Agradecimentos também dos demais colegas do GT Mundos do Trabalho, que nutrem recorrentemente as pesquisas em torno desta temática nos congressos, simpósios, debates e reuniões.

Os amigos Sidney, Emi, Davi, Alessandra, Isabel, Bruna, Adilson, Gisele, Phelipe e o grande Jonas, querido “irmão caçula de orientação”, fizeram-se presentes, além da academia, em diversos momentos. Entre eles destaco Alexandre e Ana Cristina, uma herança da graduação, companheiros de debates, de lutas, enrascadas, festas, prosas, risos e choros, uma ligação para toda a vida.

Agradeço também aos colegas do DNOCS, Kleiton César, Margarida e Els, pelo contínuo auxílio, pelo material disponibilizado, pelo incentivo, distribuição dos meus livros, por me direcionarem nos caminhos que levaram aos acervos de fontes do DNOCS e também à CAPES que financiou esta pesquisa.

Este trabalho, contudo, não teria caminhado sem a onipresente orientação do meu mestre, Luigi Negro. Nos anos de mestrado e doutorado, recebi de Gino extraordinários ensinamentos sobre a pesquisa e a escrita em história. Paralelamente à formação curricular, fui instruída com sua excelência ímpar. Sou muito grata por toda a orientação, apoio, injeções de ânimo, confiança, além da compreensão dos impasses naturais do processo de doutoramento, como também de outras dificuldades do meu cotidiano. Minha enorme estima e admiração.

Agradeço imensamente a minha família, sempre amorosa. Aos meus avós, Rita, Rosa (em memória), Messias e José. Vovôs Zé e Messias, Vovós Rita e Rosa dividiram comigo suas lembranças sobre a vida em tempos de secas. Descobri durante o doutorado que Vovô Zé foi trabalhador-cassaco, nos anos 1950, ele e vovó Rosa foram fontes nesta pesquisa, ela descortinando muito do que ele queria silenciar.

Meus tios e tias me embalaram com muito carinho durante todos esses anos, principalmente as tias Marias (Oneida, Alcioneida e Lucineida) foram presença constante em minha formação. Tia Maria Oneida, altruísta e benevolente, socorreu-me diversas vezes. Fora isso, deu-me alento e carinho, com toda sua serenidade. Tia Maria Lucineida cuidou de mim com muito amor e dedicação. Entusiastas da minha carreira, ela e tio Rinaldo me ensinaram lições valiosas de amor e solidariedade. Os queridos primos, em especial, Virgínia, Guilherme, meu pequeno, agora grande, Derec e Gabriela ajudaram a reforçar minhas bases, diariamente. Gabi, com toda sua paciência e bondade, é cada vez mais presente. Todos longe, mas bem guardados.

Minha família, por escolha, tia Nília, tio Neto, irmãos Tina, Babim e José, também Fátima e Tiagão, e os pequenos Lucas e Valentina, muito obrigada por todo apoio, pelo

constante abrigo em Fortaleza, pelo gratuito amor e zelo. Marcílio, Glória, Vielka, Helder, Sávio e família, tia Lourdes e as meninas, meus sinceros reconhecimentos.

Meu pai que viveu a triste experiência de pobreza na terra semiárida me inspirou a não ceder nas primeiras dificuldades. Agradeço aos meus irmãos por toda doçura. Tiago e Jarbas, especialmente, são parte da minha motivação diária na tentativa de ser melhor, vocês estão entre as coisas mais importantes da minha vida. Meu padrasto Ivo, sou grata por olhar por minha família. Minha mãe, a maior razão da minha luta, maior exemplo de honestidade, caridade e determinação. Agradeço pelo esforço exaustivo e incondicional que fez para que eu pudesse sair de Canaã e seguir estudando. Nunca conseguirei agradecê-la o suficiente.

Por fim, sou grata ao meu amado esposo Adalberto, por todo o companheirismo, compreensão e amor, por dividir a experiência do nosso ofício, sendo um constante colaborador desta tese. Com você já aprendi muito sobre a história e sobre a vida. Obrigada por ser presente com tanta serenidade em momentos difíceis, sem você meus dias seriam tristes e sem o mesmo sentido. Nossa pequena e doce Alice está a caminho, fez-nos reorganizar alguns planos, é motivo de alegria e vai aumentar nossa felicidade.

“Não me peça que lhe faça uma canção como se deve,  
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve,  
Sons, palavras, são navalhas e eu não posso cantar como convém,  
Sem querer ferir ninguém. ”

Belchior, “*apenas um rapaz latino americano*”.

## RESUMO

Durante as estiagens na década de 1950, diversas frentes de serviços foram organizadas no Nordeste pelo Poder Executivo, via Ministério da Viação e Obras Públicas, sob a justificativa de empregar os pobres das secas e controlar também as migrações para os estados de outras regiões. No Ceará, milhares de trabalhadores foram alistados em obras de açudagem, estradas de rodagem, redes de irrigação, eletricidade, prédios públicos, entre outras, protagonizando a edificação de uma volumosa estrutura em todo o estado. Embora muitos já soubessem da dura vida nas obras públicas, uma labuta em situações sociais e culturais distintas das habituais fora dos anos secos, os trabalhadores procuravam os alistamentos para garantir a sobrevivência. Ocupados nas frentes, labutando em troca de comida, os trabalhadores chamados de cassacos ficavam frente a frente a um cotidiano de convivência com o cenário das máquinas, serviço pesado e mal pago, acampamentos precários, escassez de água até para beber e fome. Tudo isso, somado às condições insalubres nas obras, originava uma equação perigosa que resultava na disseminação de doenças, *acidentes* de trabalho e até morte. Sendo assim, esta tese tem como finalidade estudar as obras públicas em tempos de secas articulada a uma complexa teia de interesses que envolvia autoridades políticas locais e nacionais, donos de terras, comerciantes, engenheiros e outros agentes dos órgãos públicos envolvidos. Fora isso, primordialmente, deseja-se analisar a experiência dos trabalhadores-cassacos e suas famílias no universo das frentes de serviços das secas, o cotidiano, alistamentos, moradia, vida, alimentação, saúde-doença, *acidentes*, enfim, a luta pela garantia da vida.

**Palavras-chave:** secas, trabalho, fome e política



## ABSTRACT

During the droughts happened in the 50's of the 20th century many "work fronts" were organized in the Brazilian Northeast by Executive Powers through *Ministério da Viação e Obras Públicas*, whose goals were hire poor refugees and control the migrations to other Brazilian regions. Such actions were based on public constructions ruled by some official agencies. In the State of Ceará thousands of workers were enlisted in constructions of weirs, roads, irrigations canals, electricity lines, public buildings, among others, playing fundamental role into the edification of a huge physical infrastructure throughout the State. Albeit many of them were aware of the hard routine of labor in the public works - which had also social and cultural important differences whether compared with works during of the regular rainy seasons – the workers remained seeking the enlistments to ensure survival. Employed in the "work fronts" they received food as salary and were called *cassacos* (a kind of rat), facing a daily work full of machines, heavy toil, precarious lodging, absence of water (even to drink) and famines. These problems fomented unhealthy conditions of labor and induced dangerous dissemination of diseases, labor accidents and even deaths. Therefore, in sum, this dissertation aims to study the "work fronts" during drought periods, which were connected with complex webs of interests linked with local and national concerns of authorities, owners, traders, engineers and other civil servants. Furthermore, primordially, this dissertation aims to problematize the experiences of "workers-*cassacos*", analyzing the aspects of their enlistments, lodging, labor, feeding, health conditions, accidents, at long last, their struggles of daily life.

Keywords: dry , work, hunger and political

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quadro de Movimento das escolas do ano de 1950.....	149
Tabela 2. Serviço médico de puericultura do Serviço Agroindustrial.....	180
Tabela 3. Ocorrência de doenças infectocontagiosas.....	188

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Presidente Juscelino Kubistchek na inauguração do açude Pentecostes.....	99
Figura 2. Modelo padrão de residência para engenheiros.....	103
Figura 3. Famílias num alojamento na seca de 1958.....	104
Figura 4. Estrutura do acampamento do Orós.....	107
Figura 5. Alojamento de trabalhadores na seca de 1958. ....	110
Figura 6. Trabalhadores na construção da estrada de acesso ao açude público Araras.....	124
Figura 7. Trabalhador na fabricação de tijolos.....	127
Figura 8. Capela do açude Curema-RN. ....	145
Figura 9. Cinema do açude Orós. ....	147
Figura 10. Modelo de escola de alvenaria do DNOCS. (Açude Curema) .....	150
Figura 11. Tipo de moradia de operários de postos agrícolas. ....	152
Figura 12. Utensílios utilizados no preparo das comidas. ....	166
Figura 13. Serviço de Assistência médica do DNOCS. ....	176
Figura 14. Parte do hospital do acampamento do Orós. ....	179
Figura 15. Trabalhadores na Instalação de Redes de Eletricidade. ....	193
Figura 16. Resumo dos serviços de saúde e assistência social (1956-1959). ....	199

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1.AS POLÍTICAS ANTIMIGRATÓRIAS E OS TRABALHADORES-CASSACOS</b> .....	27
1.1 Aspectos da conjuntura.....	31
1.2. Frentes de trabalho: ocupar e Fixar.....	36
1.3 Barreiras nas fronteiras: vigiar e controlar.....	40
1.4 Trabalhadores das frentes de serviços das secas.....	46
1.5 Migrantes, retirantes: as costuras em torno do apelido cassaco .....	51
<b>2. NO RASTRO DAS OBRAS PÚBLICAS: ALISTAMENTOS, TRABALHO E VOTO</b> .....	60
2.1 Em busca de trabalho.....	62
2.2 Dinâmica dos alistamentos .....	77
2.3 Alistamentos e as eleições de 1958.....	91
<b>3.DE <i>RETIRANTES</i> A TRABALHADORES-CASSACOS: MORADIA, LIDA E FAMÍLIA</b> .....	101
3.1 Estrutura dos acampamentos: entre o bem provido e o precário.....	102
3.2 Lida.....	118
3.2.1 Serviços.....	119
3.2.2 Escolas para o trabalho ou “aprender na prática”? .....	126
3.3 Regimes de Trabalho e Hierarquia.....	130
3.4 Trabalho, descanso, rezas e festas.....	139
3.5 Os trabalhadores-cassacos, a presença e a ausência de suas famílias .....	148
<b>4. JORNADAS DA FOME: ALIMENTAÇÃO E SAÚDE</b> .....	155
4.1 O fornecimento, os altos preços e os pequenos ordenados.....	155
4.2 As Agruras da fome: arranjos cotidianos e ações conjuntas.....	164
4.3 O serviço de assistência à Saúde do DNOCS.....	174
4.4 Aglomerações e doenças contagiosas.....	184
4.5 <i>Acidentes</i> no trabalho.....	193

4.6 Dispensa de operários .....	200
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>209</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>215</b>
<b>ARQUIVOS E FONTES.....</b>	<b>215</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>220</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>230</b>

## INTRODUÇÃO

“Flagelado ou retirante é aquele sertanejo que, se não chove no devido tempo, sai pela estrada em busca de um meio de sobrevivência... cassaco é a alcunha lançada ao flagelado da seca que se emprega nos serviços do governo”.<sup>1</sup>

Era um fim de tarde em Irauçuba, outubro de 2014, em um ano de grave seca, quando assisti perplexa minha anfitriã comprar dos carros-pipas água para abastecer os tanques e garantir o preparo da comida e os banhos da semana. Cena como essa, mesmo cearense, ao contrário do que se possa imaginar, nunca tinha vivenciado. Primeiro, por ser natural de Canaã (município de Trairi), terra de muitas fontes de água, segundo, porque as centenas de açudes construídos no Ceará, embora não tenham resolvido o problema da pobreza e da seca, como prometido, garantiram uma certa reserva de água a alguns municípios. Ocorre que já estávamos atravessando o terceiro ano de estiagem e, decerto, as fontes naturais e a açudagem já estavam fracassando em diversas localidades.

Nas minhas andanças pelo interior do Ceará, correndo as rodovias, observando os açudes, as pontes, a infra-estrutura das cidades, não consegui esquecer que grande parte de tudo aquilo foi construído com mão de obra de migrantes que tinham sentido dramaticamente em suas vidas os efeitos de outros tempos de secas. Cada estrada que eu percorria me lembrava as trilhas que outrora os trabalhadores tinham pisado na esperança de garantir a sobrevivência. Muitos dos caminhos que fiz, durante os meus estudos em busca de fontes ou para conhecer os lugares da minha pesquisa, foram abertos por sertanejos em tempos de secas. Era difícil me desvencilhar dos rastros que eles deixaram à custa de muito suor, fome e até sangue.

O emprego em obras públicas foi a principal medida adotada pelas autoridades, que agenciavam o Estado, no intento de justificarem sua precária assistência à população depauperada nas épocas de secas da década de 1950. Meu anseio é demonstrar, através desta tese, que milhares de trabalhadores solicitando remediação para os seus problemas acabaram por modificar os cenários das ruas, das repartições públicas e dos arredores das frentes de serviços. Nas obras, continuavam intervindo amplamente com sua mão de obra, atuando em

---

<sup>1</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977, p.3.

construções de açudes, em estradas, em perfuração de poços, em instalação de canais de irrigação, redes de energia, postos de piscicultura, escolas, igrejas, entre outros.

Afastando-se de explicações monocausais, são estudadas as políticas de Estado e a ampla teia de relacionamentos entre autoridades públicas diversas, religiosos, comerciantes, donos de terras, que envolviam as obras e a arregimentação de obreiros durante as secas dos anos 1950, observando especialmente o Ceará. Os protagonistas, com efeito, são os empregados apelidados de cassacos que, com suas famílias, vivenciaram um cotidiano de novos aprendizados, muita lida, saudade, fome, doenças e pouca comida. Com sentimentos de angústia, compromisso e felicidade, principio esta tese desejando que ela informe que foram estes trabalhadores que erigiram uma importante estrutura, presente em nosso cotidiano, nos mais diversos lugares do Nordeste brasileiro.

#### TRABALHADORES-CASSACOS: DILUINDO FRONTEIRAS

A ocupação de trabalhadores em obras durante as estiagens é bem anterior à década de 1950. Antes mesmo da seca de 1877, apontada como um divisor de águas nas políticas públicas durante estas intempéries, autoridades, com o aval da corte imperial, pensaram na racionalização dos socorros aos pobres por meio da ocupação destes em açudes e construções de estradas para “prevenir os perniciosos efeitos” da “ociosidade”.<sup>2</sup> Nas estiagens ocorridas no final do século XIX, embora a principal ação do Estado tivesse foco no subsídio da migração<sup>3</sup>, diversas construções foram organizadas arregimentando muitos trabalhadores. No entanto, essa tradição se solidificou como política pública oficial durante a primeira metade do século XX, especialmente nas secas ocorridas após a criação do atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)<sup>4</sup>, em 1908.

Na década de 1950, agricultores, vaqueiros, empregados sem posses de terras ou pequenos proprietários, artesãos, donas de casa e comerciantes falidos, fora outros empregados

---

<sup>2</sup> *O Cearense*, 8/10/1836. Apud: CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico*. Fortaleza, Mestrado em História Social - Universidade Federal do Ceará, 2011, pp.149-150.

<sup>3</sup> Cf. CARDOSO, Op.Cit.; SECRETO, María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. IN: *Trajetos*. V.IV. Dossiê: trabalho, trabalhadores. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2003; MORAIS, Viviane Lima de. *As Razões e Destinos da Migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2003; BARBOZA, E. H. L. *A hidra cearense*. Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884). Tese de doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2013.

<sup>4</sup> Em 1909, foi criada a Inspeção de Obras Contra as Secas - IOCS, que organizou a delimitação dos espaços sujeitos às estiagens periódicas. Em 1919, a IOCS passa a IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas. Por fim, em dezembro de 1945, foi promovida a reformulação da IFOCS, transformando-a em autarquia, o DNOCS, dando maior autonomia ao órgão.

de diversas profissões regulares que eram também alcançados pelos problemas sociais das secas, largaram suas casas, seus afazeres, seus animais e rumaram em direção aos locais de alistamentos em centenas de obras criadas com o intento de ocupar os braços dispersos pelas secas.

As frentes de trabalho obedeciam mais a decisões políticas que econômicas, sendo o Governo Federal o representante delas. Estavam localizadas em lugares relativamente isolados, guardando o objetivo de ocupar e fixar trabalhadores dentro dos seus estados. No plano local, isso agradava as autoridades políticas e donos de terras, no nacional, atendia ao projeto de interiorização do Brasil – assim como ocorreu com a construção de Brasília, por isso, as comparações durante a redação deste trabalho.

Ademais, se o início de grandes empreendimentos e a súbita oferta de empregos funcionavam como fator de atração para a mobilização de um expressivo volume de braços, as obras de emergência eram criadas para atender a uma demanda já existente. Isto resultou num universo de labuta diferente que impactou num processo de exploração distinto de trabalhadores. As facetas mais problemáticas desses espaços não eram refletidas em lutas por melhores salários ou condições de trabalho, por exemplo, mas em nome da garantia do alimento, da sobrevivência.

A pobreza, fome ou perspectiva de passar fome e a migração eram as características comuns aos que compartilhavam o mundo das frentes de trabalho nas secas. De outro modo, são explícitas as diferentes origens, ocupações, condições materiais, idade e família. Essa miscelânea é um dos aspectos mais importantes para pensar no serviço nas frentes de emergência como uma experiência que esses sujeitos adicionaram aos seus universos de vida e trabalho, o que contribui igualmente para afastar esses trabalhadores de qualquer caracterização homogênea e permanente.

A noção de trabalhador rural ou do interior como “comunidade camponesa” harmônica e homogênea coopera para que o trabalhador-cassaco seja analisado como um grupo coeso. Por outro lado, a migração pode ser vista como um elemento diluidor dessa coesão ou a necessidade de reprodução social em tempos de secas nas construções, o que pode ser argumento para engessá-los num processo de proletarização. Portanto as compreensões podem enveredar por caminhos excludentes.

O trabalhador-cassaco é um sujeito que tinha um vínculo regular na sua comunidade e, em épocas de secas, obtinha sua renda principal nas frentes de serviços. Embora durante esse recorte o trabalhador-cassaco não tivesse mais sua renda garantida na agricultura, pecuária ou outros serviços no seu lugar de origem, ele se difere do “camponês-trabalhador” que, em alguns



casos, passa por um processo de proletarização a longo prazo por sazonalmente ter seu emprego e renda fora de sua comunidade rural.

Diferente daqueles, os migrantes das secas que buscavam emprego nas construções, apenas esporadicamente, em estiagens que têm temporalidade incerta, por isso, não necessariamente de forma cíclica, vivenciavam uma experiência nos moldes próximos ao trabalho urbano, da construção civil, fabril-industrial. Durante suas vidas, os seis entrevistados desta pesquisa que trabalharam em obras contra as secas estiveram em no máximo duas campanhas, agregando em média dois anos de trabalho como cassaco às suas largas vivências em outras funções.

Distintas perspectivas conceituais que pensam na “preservação ou desintegração dos camponeses”<sup>5</sup>, ao estabelecerem experiências como operários, podem nos ajudar a compreender, em termos mais teóricos, os trabalhadores-cassacos. Alguns concluem que a dependência do trabalho assalariado ocasiona uma total proletarização, é o caso de Breman, ao analisar migrantes que sazonalmente lidam com a cana-de açúcar em Gujarat do Sul, Índia. Para o autor, a mobilidade regular representa uma consolidação total da proletarização desses trabalhadores.<sup>6</sup> De outro modo, First, ao estudar labutadores do campo de Moçambique que dependem dos salários das minas de ouro e carvão na África do Sul, entende que mesmo quando os migrantes são quase totalmente dependentes do assalariamento, eles utilizam este para manter a reprodução da vida e trabalho no campo e, portanto, não podem ser analisados com sujeitos dissolvidos do modo de vida habitual rumo a uma transição total para a proletarização.<sup>7</sup>

Dessa forma, a ideia desse estudo, em harmonia com o que José Sérgio Leite Lopes e Paulo Fontes<sup>8</sup> propõem, é romper com interpretações que polarizam as análises sobre trabalhadores migrantes em termos de rural atrasado e urbano desenvolvido, como se qualquer experiência aproximada ao cidadão fabril representasse um inegável avanço existencial. E, além disso, uma vez que as migrações tendo como destino as obras eram essencialmente

---

<sup>5</sup> MENESES, Maria Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, EDUFPA, 2002, p.49.

<sup>6</sup> BREMAN, J. *Of pesantes migrants and pauper*: rural labour circulation and capitalist production in west Índia. Delhi: Oxford University Press, 1985.

<sup>7</sup> FIRST, R. *Black Gold: The mazambican miner, proletarian and peasant* (work-songs and interviews recorded by alpheus Manguesi). Sussex: Haverster Press, Nova York: St. Martins's Press. Apud: MENESES, Maria Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*: Op. Cit., p.50.

<sup>8</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero & Brasília: Editora da UnB, 1988; FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista. (1945-1966). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

pendulares, de curta duração e distância, tornar-se-ia controverso e problemático entendê-las como movimentos irreversíveis para o urbano e proletário.

Essa experiência de difícil explicação nos afasta de análises dualistas que problematizam o universo de trabalho dessas pessoas em termos excludentes, contribuindo igualmente para nos distanciar de elucidações lineares em que o modo de vida rural sempre é seguido de uma experiência posterior mais avançada. A tentativa é superar compreensões para as quais a migração é uma etapa, uma transição, para um processo de proletarização, através do pensamento de que algumas fronteiras não podem conviver: campo e cidade, trabalhador do mundo rural e operário.

Possivelmente, o que torna a natureza do trabalhador-cassaco ambígua e de difícil compreensão é a dificuldade na demarcação dessas fronteiras como campo e cidade; rural e urbano; labuta familiar para a subsistência e assalariamento, trabalho livre e escravo, limites que vêm sendo discutidos vigorosamente, nos últimos anos, pelos pesquisadores da história social do trabalho.<sup>9</sup> Como veremos, embora imersos num regime de lida que se aproximava do trabalho urbano, os trabalhadores-cassacos reelaboraram características do trabalho familiar rural para as frentes de serviços. Desempenhando atividades assalariadas, recebiam através do sistema de vales que eram trocados por alimentos. Forçados pela miséria, labutando apenas em troca de comida, acuados, às vezes, pelas dívidas, não se pode pensá-los como trabalhadores livres, nem tampouco como escravizados, nos moldes existentes antes do pós-abolição. Certamente, viviam num contexto de trabalho degradante, aproximando-se de ocorrências de “trabalho análogo à escravidão” ou “escravidão contemporânea”.<sup>10</sup>

Desse modo, a complexidade marca tais experiências. Os trabalhadores-cassacos vivenciavam um cotidiano com particularidades diferentes das costumeiras fora dos anos de secas. Tinham como principal arma de sobrevivência um ir e vir, muitas vezes com caráter circular. Se a fome e a busca pela sobrevivência eram condições comuns àqueles obreiros, somavam-se a estas outra característica singular a estes trabalhadores: a intensa circulação nos caminhos das obras, majoritariamente dentro do Ceará, mas ocorridas algumas vezes também ultrapassando as fronteiras para outros estados como Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco.

---

<sup>9</sup> Cf. FORTES, Alexandre, LIMA, Henrique Espada Filho, XAVIER, Regina, PETERSEN, Silvia, orgs., *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

<sup>10</sup> Cf. FERRERAS, Norberto Osvaldo de; SECRETO, Maria Verónica. Trabalho decente, trabalho escravo, trabalho forçado, trabalho degradante, trabalho análogo a escravidão e outras categorias do mundo do trabalho contemporâneo. In: *Os pobres e a Política*. Rio de Janeiro: Mauad x: Faperj, 2013.

Certamente, as pessoas não se deslocavam somente durante as secas, mas eram nestes anos que o infortúnio era agravado, avolumando a migração de pobres em direção aos outros estados e aos locais das obras públicas. Não obstante grande tenha sido o número dos que morreram longe de casa, não tiveram meios de retornar, ou simplesmente ocuparam os arredores dos açudes depois de prontos, transformando cenários, antes desertos, em vilas e até municípios, os deslocamentos em direção às frentes de emergência não eram compostas apenas por pessoas que partiam e permaneciam pois, muitos retornaram às suas moradas de origem, logo que as chuvas desciam.

Os planos dos migrantes eram desenhados e redesenhados diversas vezes. Muitos saíam de casa com um destino, mas acabavam trilhando outros caminhos, fosse pela inexistência de vagas em obras mais próximas, pela comum transferência de trabalhadores para outras frentes, ou até pelo desejo próprio de sair de uma obra, aproveitando alguma vaga existente em outra. Era comum, então, de início, os trabalhadores se moverem em várias direções até conseguirem emprego ou, após a conclusão de uma obra, deslocarem-se para mais adiante, depois para outra e assim sucessivamente até findar o período de estiagem. Alguns conseguiam emprego não muito longe de casa, outros eram alistados em obras fora das fronteiras do seu estado, uns partiam sem desejo inicial de ficar e permaneciam no destino, outros se deslocavam querendo fixar-se no lugar, mas desistiam e retornavam.

A característica principal dessa migração, portanto, era a intensa circulação, um ir e vir em diversas direções, dentro dos seus estados de origem e em fronteiras próximas. Aqui o ato de migrar não é entendido nos termos clássicos que opõem de forma exclusiva origem e destino, que não levam em consideração os movimentos sazonais, de curta distância e duração, e que pensam os migrantes apenas como viajantes de longa distância e sem volta, ou como nômades, ou aventureiros. Ou seja, migração não é algo definido por fronteira geográfica, distância percorrida ou permanência de quem se desloca. É um fenômeno que vai muito além disso, é mais complexo. A experiência explica o movimento. O sujeito torna-se migrante. Algo que é definido no desejo, na necessidade, mas também no processo. Essa afirmativa se torna mais compreensível quando se observam a incerteza e a imprevisibilidade que acompanhavam os trabalhadores deslocados rumo às obras públicas durante as secas.

De qualquer modo, os migrantes das secas foram protagonistas na produção de variadas obras por todo o Nordeste, na década de 1950. Ambiguamente, justificada por autoridades públicas e particulares como forma de auxílio e fixação dos sertanejos, toda essa estrutura erguida pelos trabalhadores combinava também com a relativamente acentuada aceleração urbana e industrial que, concentrada especialmente nas grandes capitais do país,

seria levada às demais regiões brasileiras, rumo à integração nacional (de acordo com o ideário nacional-desenvolvimentista).

Os açudes e estradas iniciados durante as secas como frentes de emergência e as construções públicas, que já estavam em andamento e foram aproveitadas como obra de socorros, passaram de cem somente no estado do Ceará e deixaram uma farta documentação que, somada a outras, possibilitou observar as experiências dos trabalhadores das obras contra as secas.

#### A PESQUISA

Secas, trabalho e obras públicas são temas intimamente relacionados em minhas pesquisas desde a graduação na Universidade Federal do Ceará –UFC (2002-2006). Após a conclusão do curso, ingressei no mestrado em História Social, na Universidade Federal da Bahia, em 2007. Minha dissertação discutiu a política e a atuação de uma comissão criada na seca, de 1915, intitulada Obras Novas Contra as Secas (1915-1919), tendo como foco principal de análise dois grupos específicos de atores: de um lado, retirantes buscando garantir a sobrevivência, agregando experiências de trabalho, dentro das frentes de serviços, de outro, engenheiros crenes na sua racionalidade científica, mas diante de uma luta a que não estavam acostumados: a calamidade da seca e os seus problemas sociais. Meu primeiro contato com as fontes que possibilitaram este estudo, ocorreu ainda na graduação, como bolsista de um projeto de pesquisa<sup>11</sup> que inventariou parte da documentação do atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Já no doutorado, o foco principal passou a ser os trabalhadores-retirantes mobilizados pelos projetos públicos de obras contra as secas, mas na década de 1950. A intenção é analisar a experiência dos migrantes pobres das secas enquanto trabalhadores nas frentes de serviços estabelecidas nos anos de 1951-1953 e na grande seca de 1958. Desse modo, foram estudados desde a dinâmica dos alistamentos, esmiuçando posteriormente o cotidiano desses sujeitos nas obras (moradia, pagamentos, alimentação, tarefas, doenças, acidentes, família, relações hierárquicas) até o momento da dispensa. Em acréscimo, as redes de relacionamentos e poder construídas através das autoridades públicas em diversas instancias, donos de terra, comerciantes, religiosos e outras autoridades particulares. Para dar conta disso, aprofundi a análise nas fontes oficiais do DNOCS, tais como relatórios anuais, boletins, relatórios de

---

<sup>11</sup> O projeto de pesquisa intitulado Memória Científica e Tecnológica do Semiárido Brasileiro (MECTSAB) recebia recursos do Cnpq e do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e era coordenado pelo Prof. Dr. Almir Leal e pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivone Cordeiro.

serviços, telegramas, ofícios, tabelas e outros documentos técnicos, além de uma ampla variedade de jornais, obras literárias, memórias, legislação e fontes orais.

O DNOCS foi o órgão que concentrou a maior parte da organização dos serviços de emergência, nas secas de 1951-1953 e na seca de 1958, arregimentando em suas frentes de serviço os atores principais desta pesquisa. A documentação oriunda das atividades do DNOCS aqui analisadas está depositada na sua biblioteca, com sede em Fortaleza (Ce), e num galpão na mesma cidade. Na biblioteca, encontrei com fácil acesso e em bom estado livros de instruções, memórias das obras, boletins e relatórios anuais. Através de tais documentos técnicos e burocráticos, pude entender no geral uma série de regulamentos da instituição, inclusive alguns tangenciando o trato com os trabalhadores. Fora isso, especialmente nos relatórios anuais, estão reunidos dados sobre os serviços realizados nas obras, possibilitando enxergar por brechas a história dos operários daquelas construções.

No entanto, enquanto nas fontes citadas acima os trabalhadores aparecem, na maioria das vezes, em forma de números, nas pastas referentes aos processos de construções dos açudes públicos, é possível encontrá-los em forma de notícia. Estas séries contêm diversos documentos do processo de realização das obras: memórias justificativas do estudo preparatório para as construções, relatórios de serviços trimestrais, semestrais, documentos de engenharia, economia, geologia, geografia, pluviometria, tabelas e gráficos, ofícios, telegramas e outros. Vale ressaltar que encontrei essas pastas em degradante estado de conservação, localizadas em um galpão sem estrutura para pesquisa, em Fortaleza.

Ao passo que a pesquisa foi seguindo, entendi que a própria forma de organização das séries dos açudes públicos fornecia indícios de como foi se organizando o cotidiano no espaço social das frentes de serviços, desde os estudos preparatórios à finalização da obra. Nestes documentos, pude perceber de forma mais clara o cotidiano e as ebulições nas obras, desde as confusões em busca de trabalho até as desordens que envolviam comida, especialmente analisando as correspondências trocadas entre engenheiros, diretor do DNOCS, governadores, deputados e vereadores.

Primeiramente, investiguei os relatórios anuais (que estão na biblioteca do órgão), documentos que eram elaborados pelos seus diretores gerais e que davam conta dos serviços executados pelo DNOCS ao Ministério da Viação e Obras Públicas e ao Poder Executivo. Esses documentos eram construídos a partir de informações registradas em outros materiais diversos elaborados por engenheiros e sua equipe técnica.

Entretanto, à medida que ia desfiando os relatórios oficiais do DNOCS, constatei que esses documentos buscavam imprimir no texto uma atuação eficiente, evidenciando de maneira

muito rasa os acontecimentos mais problemáticos que o órgão enfrentava nas lidas em suas mais diversas instâncias envolvendo os trabalhadores. Para aumentar o grau de visão e enxergar as ebulições daqueles espaços, a alternativa mais viável considerada foi inverter a ordem do caminho, percebendo essa fonte como acontecimento e investigando os documentos administrativos que constituíam o relatório oficial. Assim, fui avaliar as correspondências que apresentavam mais claramente os principais problemas do cotidiano das obras. Entre elas podemos citar os relatórios de serviços periódicos, os telegramas e os ofícios.<sup>12</sup>

Através dos relatórios de atividades, entendi aspectos do cotidiano de labuta dos trabalhadores-retirantes. Redigidos pelos engenheiros chefes de obras a partir de suas avaliações e das que seus auxiliares coletavam em campo, esses documentos eram enviados para a sede administrativa durante o decorrer da obra. Mesmo dentro de um modelo e numa linguagem técnica, com essas fontes, entendi os variados tipos de ofícios nas construções, informações sobre o meio, relações da equipe com os trabalhadores e outros.

Os telegramas e ofícios são correspondências que atendiam aos problemas mais imediatos, sendo trocados entre variados setores administrativos. No entanto, mesmo com reduzidas linhas, os telegramas e ofícios, volumosos em quantidade, trouxeram-me os mais ricos dados sobre os conflitos nas frentes de serviços – aglomerações, alojamento, diárias, dispensas, alimentação. Fora isso, percebi os jogos políticos que se estabeleciam entre autoridades públicas, religiosas e particulares.

A partir da pesquisa realizada até o momento, posso afirmar que boa parte do acervo que o DNOCS guardou ao longo de sua história não desejava falar diretamente dos trabalhadores e seus problemas. Estes sujeitos aparecem muito mais como coadjuvante no processo de erguimento das obras. Não por acaso a documentação que se encontra em bom estado de conservação e disponível para pesquisa são relatórios e boletins que tratam muito mais do próprio DNOCS e seus feitos. O grosso volume de papéis que trata dos processos de construção das obras e que mais facilmente deixa transparecer os conflitos estava a caminho da putrefação, abandonado em galpões em diferentes prédios da instituição. Atualmente, parte

---

<sup>12</sup> Para entender melhor o fluxo e a movimentação de informações institucionais, identificamos e investigamos diferentes carimbos, datas e assinaturas presentes nas fontes. No caso do (a) IOCS/DNOCS, essas correspondências circulavam entre distritos regionais, administração central (diretoria geral, seção técnica, seção administrativa, seção de estudos e projetos), Ministério da Viação e Obras Públicas, esferas do Legislativo e Executivo, fora os particulares – padres, coronéis, comerciantes. Esse procedimento de pesquisa é interessante para entender o que era considerado imediato, o organograma do órgão, as formas de hierarquia, as instâncias por onde transitavam, a que alçada pertencia cada questão e a durabilidade dos conflitos. Informações necessárias como ponto de partida para uma leitura das variadas fontes e re-elaboração de interpretações.

deles está em processo de digitalização, mas sem atentar para as normas de higienização e organização de acervos.

As potencialidades desse acervo são imensas, vislumbrando possibilidades de investigação para diversas ciências além de ricos problemas para investigação histórica, mas que urge de cuidado. Verdadeiramente devo alertar que muitas fontes produzidas pelo DNOCS necessitam de uma política adequada de conservação. Avalanches de documentos que descortinam a história de muitos sujeitos no semiárido brasileiro encontram-se literalmente entregue às traças e baratas.

Certamente, mesmo tratando-se de fontes que aparentemente serviriam para fazer uma história mais tradicional, do ponto de vista de grandes feitos de bacharéis, ou claramente uma História institucional ou da ciência, elas também podem ser utilizadas na elaboração de importantes trabalhos de História Social. Entretanto, mesmo tendo consultado significativa quantidade de relatórios anuais, boletins e inéditos relatórios de serviços, telegramas e ofícios, além de uma farta documentação técnica, entendi que precisava avançar rumo ao encontro de fontes que desenhassem outros problemas e possibilitassem novas reflexões.

As notícias veiculadas na imprensa, por exemplo, foram fundamentais para entender principalmente os movimentos dos retirantes em busca de trabalho nas frentes de serviços. Os jornais informam o drama das migrações, as ações dos retirantes – saques, invasões – e alguns aspectos do dia a dia dos trabalhadores nas frentes de serviço. Fora isso, os jornais deram consistência para entender as políticas vinculadas às obras das secas e ao retirante, levantando questões sobre como autoridades políticas e civis se posicionavam diante desses problemas e como utilizavam esse momento de instabilidade para conquistar ganhos: envio de obras, verbas para socorros públicos, alianças políticas, ganhos econômicos e votos.

Paralelo a isso, foi realizada uma apreciação crítica de trabalhos científicos e literatura produzida no período, fontes relevantes para entender o contexto histórico, mas ir além. O romance *Os Cassacos* foi uma surpreendente fonte na escrita do meu trabalho. Guardando sensibilidade histórica em relação às questões que levanto em minha pesquisa, essa literatura relata o cotidiano dos retirantes que foram alocados em duas obras no Ceará no fim da década de 1950, a estrada de rodagem Pitangui e o açude Banabuiú. O escritor Luciano Barreira escrevia matérias para a imprensa cearense e decidiu viver no “meio dos cassacos”, assim, ao coletar informações para as suas reportagens, guardou também material para escrever o romance. As narrações vão desde episódios sobre as migrações até problemas sobre o binômio fome-doença.

Posteriormente, coletei entrevistas de sujeitos que trabalharam nas obras públicas, na década de 1950. Em todos os lugares que andei, encontrei possíveis depoimentos, era rara a família que não tinha um parente ou conhecido que trabalhou nas obras, nos anos 1950. No entanto, a maioria decidiu silenciar, alguns declaravam não ter “fala importante” aos propósitos da pesquisa, mas entendo que muitos vivenciaram períodos dramáticos de fome, incerteza e até perda de familiares, especialmente filhos pequenos. Decidi não insistir. Persisti um pouco mais com Geraldo Rodrigues (avô, falecido dos primos Gabriela, Guilherme e Felipe), mesmo sendo uma pessoa muito próxima, calou-se todas as vezes, então, pensei que o melhor seria respeitar a memória e a vontade de cada um, sem importunar. Essas fontes orais me ofereceram ferramentas para entender, em contraposição ao discurso oficial das fontes do DNOCS, os serviços realizados nas frentes, a moradia, alimentação, saúde, família, formas de solidariedade, entre outros aspectos do universo de trabalho nas obras. Nessa pesquisa, a fala dos cassacos foi tão importante quanto o discurso de bacharéis, técnicos e políticos encontrados na documentação oficial, na verdade, as experiências de ambos permitem elaborar um desenho menos rascunhado dos acontecimentos, do cotidiano, das formas de sociabilidades e relacionamentos.

#### DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

A secular obsessão por integração nacional ganhou fôlego nos projetos políticos executados na década de 1950, com reforço ímpar durante o governo de Juscelino Kubistchek. O Nordeste, especialmente a área do polígono das secas – como também o Centro-Oeste e a Amazônia – eram entendidos como um Brasil miserável, iletrado e atrasado. Espalhar construções pelo Interior do país, através das obras de emergência nas secas da década de 1950, foi uma das políticas desempenhadas pelo Estado através do Ministério da Viação e Obras Públicas. Esse era um modo agregar aquela região ao restante do país. No **primeiro capítulo da tese**, intitulado **as políticas antimigratórias e os trabalhadores-cassacos**, são analisadas as obras públicas em tempos de secas dentro dessa conjuntura de sede por integração, mas com peculiar objetivo antimigratório, através da ocupação e fixação do trabalhador do interior (do Nordeste seco) em seus locais de origem. Ainda que a mobilidade intraestadual pudesse incomodar as autoridades públicas e particulares, a migração interestadual era a grande preocupação do Estado. No entanto, se de um lado buscava-se evitar as migrações em massa para outros estados, ocupando pobres nas frentes de emergência, evitando perda de braços e votos, de outro, a população esforçava-se diuturnamente para seguir suas vontades, entrave que teve como resposta o policiamento das principais fronteiras rumo ao Sudeste do país. Em



acréscimo, ainda neste capítulo, tenta-se aproximar de quem eram esses trabalhadores-cassacos, suas possíveis configurações sociais. Além disso, busca-se entender porque esses sujeitos são chamados de cassacos, tomando esse apelido emprestado de uma espécie de gambá, e os possíveis desdobramentos dessa alcunha.

O serviço em obras públicas ao mesmo tempo em que servia para evitar os indesejados deslocamentos de pessoas para fora do estado de origem, era um modo de justificar, ainda que precário, o auxílio aos pobres em tempos de secas. Ou seja, foi pensado para racionalizar os socorros aos pobres no momento da estiagem. Do mesmo modo, as frentes de emergência podem ser entendidas como alternativas pensadas pela própria população que não desejava sair das suas localidades originais, mas que precisava garantir a sobrevivência enquanto a crise durasse. O **segundo capítulo** da tese, intitulado **no rastro das obras públicas, alistamento, trabalho e voto**, analisa os pobres em movimento na busca de trabalho nas frentes de emergência, assim como a dinâmica, os imbróglis e todas as relações que eram articuladas durante os alistamentos. Os sujeitos aglomeravam-se nas ruas dos núcleos urbanos do interior cearense, nos entornos das repartições públicas, comércios e também nas obras públicas. Motivados pelo desejo de melhorar suas vidas, às vezes insatisfeitos com a demora da assistência pública, saqueavam comércios, armazéns das obras, invadiam prefeituras, construções e até trens. Conseguia-se, muitas vezes, garantir algo, fosse em forma de alimento, trabalho ou abrigo. Um número dos que procuravam alcançavam alistamento nos primeiros meses de seca, outros, porém, continuavam circulando na trilha das frentes de emergência. Os alistamentos eram um amplo cenário de negociação. Antes mesmo de observar os trabalhadores no cotidiano das construções, é necessário esmiuçar a dinâmica dos alistamentos, como eram realizados, que trabalhadores eram priorizados. Fora isso, é relevante entender as articulações políticas vinculadas aos alistamentos, de que forma o controle das vagas nas frentes de serviços era utilizado como meio de barganha de prestígio, ganhos econômicos, poder local e voto.

Depois de lotados nas obras, os trabalhadores-cassacos vivenciariam um universo de labuta diferente do habitual com moradias precárias, serviços diversos, horários, disciplina, hierarquia. Ficavam frente a frente a um mundo com aspectos diferentes do que estavam acostumados, mas guardando algumas características do trabalho e do dia a dia de suas atividades pregressas. O **terceiro capítulo**, com título de: **De Retirantes a Trabalhadores-cassacos: moradia, lida e família**, estuda justamente a experiência desses pobres enquanto trabalhadores-cassacos, esforçando-se para imergir o máximo possível no cotidiano vivenciado nas frentes. De início, são examinados os acampamentos que reuniam desde moradias para operários até maternidades, observando o aspecto mais geral dessas diversas instalações, como

também questões sobre o bem provido campo de construção que abarcava a minoria de trabalhadores e a precariedade das moradias dos cassacos. A lida é outro aspecto analisado neste capítulo, ressaltando a diversidade e divisão de tarefas, o “aprender fazendo”, a disciplina, horários e hierarquia, a presença e ausência das famílias, fora o tempo do descanso, brincadeiras e rezas.

A lida nas obras representava para o trabalhador-cassaco a garantia da sobrevivência sua e de sua família. Estes obreiros labutavam em troca de vales que eram trocados por comida nos estabelecimentos dos fornecedores habilitados pelo DNOCS e outros órgãos. Este pagamento estava longe de ser suficiente para suprimir as necessidades mais básicas, o que tornava a fome uma companheira daquelas pessoas. No **último capítulo** da tese, intitulado **jornadas da fome: alimentação e saúde**, são estudados os problemas nos fornecimentos de gêneros aos trabalhadores, pagamentos, alimentação, serviços de saúde, fome, doenças e *acidentes*. Em acréscimo, a dispensa dos trabalhadores. Ocorre que o deficiente vencimento, por sua vez a precária alimentação, piorava as condições pregressas de depauperamento pela fome que, por sua vez, somado às condições insalubres nas obras, resultava na disseminação de doenças e *acidentes* no trabalho. Mesmo diante de tenebroso quadro, as pessoas tinham no emprego das obras a possibilidade de garantir a vida. Dessa forma, quando as obras eram findas e as verbas de emergência se esgotavam, muitos engenheiros executavam as ordens de dispensa de operários, o que era motivo de muita celeuma. Nesse cenário, os trabalhadores escusados reclamavam o retorno à labuta, às vezes eram transferidos para outras obras, outras vezes, não conseguiam recolocação, retomando, assim, a migração em busca de serviços na rota das obras públicas.

## 1. AS POLÍTICAS ANTIMIGRATÓRIAS E OS TRABALHADORES-CASSACOS

Em 1915, pela primeira vez, o governo federal articulou-se com autoridades públicas e particulares da região, atualmente conhecida como Nordeste, para organizar e coordenar um volumoso programa de frentes de emergência de “combate às secas”, no intuito de mitigar os problemas sociais avaliados como efeito da estiagem daquele ano. Tais obras, criadas urgentemente após a declaração daquela seca e conduzidas pela “Comissão de Obras Novas Contra as Secas”, visavam deliberadamente evitar o êxodo da mão de obra dispersa pelas estiagens, proporcionando ocupação aos trabalhadores, mas também havia a intenção de impedir os tumultos provocados pela chegada de aglomerações de retirantes aos núcleos urbanos.<sup>13</sup>

O emprego de trabalhadores pobres em obras públicas de grande porte, ou em serviços organizados localmente durante as secas, não era novidade desde a metade do século XIX. Afinal, desde esse período, as autoridades passaram a entender que as construções públicas ordinariamente conduzidas independentemente das secas poderiam servir ao propósito de aplacar as “agitações feitas pelos retirantes” nas cidades, quando as estiagens ocorriam. Nesse sentido, pode-se dizer que as vagas em obras passam também gradativamente a ser consideradas entre as respostas dadas às multidões de retirantes que solicitavam emprego e alimento.<sup>14</sup>

A novidade das políticas ativas para combater a seca de 1915 foi a intervenção organizada e diretiva do governo federal que, através da criação de uma comissão, tomou para si a responsabilidade na execução de frentes emergenciais de trabalho. Chamada de *Obras Novas Contra as Secas*, essa comissão atuou paralela e autonomamente em relação à Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), até 1919, utilizando regulamentos e até mesmo alguns funcionários desta instituição, agindo em todos os estados do polígono das secas, dando início

---

<sup>13</sup> Essas observações são resultantes da minha pesquisa de mestrado, realizada na Universidade Federal da Bahia, entre 2007 e 2009. A comissão em questão, “Obras Novas Contra as Secas”, ainda não havia sido objeto de estudo. Por isso, a historiografia menciona o ano de 1932 como marco para a instauração de “frentes de emergência” em épocas secas, ou seja, a organização de um conjunto de obras, centralizadas federalmente, com o objetivo de empregar retirantes. FERREIRA, Lara V. de Castro. *Enxadas e Compassos: Seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919)*. Op. Cit.

<sup>14</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Em sua pesquisa, Neves estudou acontecimentos de 1877 até a década de 1950, visando demonstrar a consolidação de uma tradição de protestos em tempos de secas. Na concepção do autor, as obras, a doação de alimentos, passagens, etc. estão entre as respostas do poder público aos movimentos e saques dos retirantes durante as estiagens.

a várias obras com o objetivo declarado de ocupar retirantes e conter a migração. Tratava-se, entre outras coisas, de dar maior celeridade à liberação dos recursos vindos do Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP) para o combate às estiagens, garantindo exclusividade e independência na gestão dos recursos.

A partir desse momento, além de aproveitar as construções já existentes para empregar os retirantes, conforme era feito eventualmente, passou-se a estabelecer um plano sistematizado de obras que era acionado no momento das secas, cuja execução era centralizada pelo governo federal e que associava os socorros dados aos pobres em tempos de estiagem ao trabalho nas frentes emergenciais. Agora, caberia ao Estado não somente dotar os sertões semiáridos de uma infraestrutura hídrica capaz de suportar as estiagens, como dele seria também recorrentemente cobrado o dever de criar obras especialmente com a finalidade de ocupar e fixar em seus locais de origem milhares de obreiros. Assim sendo, esse momento concretizou uma mudança nas políticas de Estado em tempos de secas.

Essa iniciativa de atacar obras com claros objetivos de evitar o êxodo foi fortalecendo-se ao longo da primeira metade do século XX. Ao lado disso, a política de incentivo e subsídio da migração,<sup>15</sup> tão cara aos representantes políticos e donos de propriedades no XIX, perdeu espaço nos planos governamentais durante as secas. No entanto, é bom lembrar que um proposital hiato nesses projetos de Estado, depois de 1915, foi a *Batalha da Borracha*<sup>16</sup> na Amazônia do início dos anos 1940, quando diversos órgãos públicos instituíram uma forte propaganda para impulsionar a ida de trabalhadores nordestinos rumo à extração de látex.

Embora se saiba que os trabalhadores não seguiam resignados os projetos do Estado,

---

<sup>15</sup> Cf. .SECRETO. María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. IN: *Trajatos*. V.IV. Dossiê: trabalho, trabalhadores. Fortaleza: Departamento de História da UFC. 2003. A instalação da comissão de “Obras Novas”, assim como outras frentes de trabalho nas secas posteriores, não cessou absolutamente a migração. Certamente, numerosas pessoas, em diferentes momentos, cruzaram as fronteiras dos estados semiáridos, fosse via passagens subsidiadas, com recursos obtidos pela venda de seus pertences, ou através dos “paroaras” e redes de parentesco. Sobre o ofício dos “paroaras”: Cf. CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso*: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. Fortaleza, Mestrado em História Social - Universidade Federal do Ceará, 2011. Outras políticas antimigratórias foram os “campos de concentração” das secas. Sobre isso: RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará*: isolamento e poder na Seca de 1932. 2ª edição. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006. NEVES, Frederico. Curral de bárbaros: Os campos de concentração no Ceara (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História* 15, n. 29, 1995.

<sup>16</sup> *Batalha da Borracha* foi um programa de emergência, que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, para tentar suprir o déficit da borracha nos Estados Unidos. Nesse contexto, muitos trabalhadores, especialmente nordestinos, foram arregimentados para labutar nos seringais da Amazônia. Estima-se que cerca de 50.000 indivíduos migraram para o Norte e, destes, quase metade desapareceu ou morreu. Cf: SECRETO, María Verónica. *Soldados da Borracha*. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007; COSTA, Pedro Eymar Barbosa; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). *Mais borracha para a vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

existiam planos cuidadosamente arquitetados para os trabalhadores do “não-litoral” que precisam ser mencionados. Com as políticas antimigratórias, pretendia-se mantê-los exatamente em seus locais de origem e, caso resolvessem financiar a migração, que fosse preferencialmente para outras áreas consideradas do Interior brasileiro, como aconteceu na *Batalha da Borracha*. Até porque a temida inversão do fluxo de correntes de povoamento poderia causar um esvaziamento da reserva de mão de obra do campo, algo que prejudicava a ambicionada integração, num plano geral, e o abastecimento de alimentos nas cidades, os interesses de grupos políticos, donos de propriedades fundiárias e de outros negócios, no plano local.

Cerca de dez anos depois da *Batalha da Borracha*, autoridades públicas e particulares organizaram um plano de obras, durante as secas de 1951-1953 e 1958, objetivando novamente controlar a mão de obra dispersa. É fundamental sempre lembrar, aliás, que as frentes estreadas em períodos de estiagem devem ser consideradas também como estratégias de sobrevivência elaboradas pelos próprios trabalhadores, já que os pobres não esperavam mais esgotar-se na miséria, antecipavam-se e muito cedo procuravam os núcleos urbanos na tentativa de garantir comida e emprego.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Peço licença aos leitores para a longa, mas necessária nota. Citarei alguns trabalhos que, de alguma forma, versam sobre a utilização da mão de obra de retirantes em obras públicas em tempos de secas, situando as “obras contra as secas” entre as obras de socorros públicos. Primeiro, temos uma relevante dissertação desenvolvida entre os anos 2000 a 2003, que estuda o emprego de retirantes em construções organizadas localmente no estado do Ceará, no século XIX, com o objetivo de evitar a mendicância e também como forma de “educar para o trabalho” SILVA, Jeovah Lucas da. *As Bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Posteriormente, temos a pesquisa de Candido, publicada em 2005. Um trabalho interessante centrado na construção da estrada de ferro de Baturité e no cenário de confrontos, que lotou, em seus serviços, operários, retirantes e engenheiros: CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005. Em seguida, temos outro grupo de trabalhos que se concentram nos estudos sobre a presença dos trabalhadores retirantes nas ditas “obras contra as secas”, entre elas, obras permanentes e de emergência. O meu próprio trabalho, desenvolvido no mestrado entre os anos 2007-2009, estuda a vida de retirantes-operários e engenheiros, com a presença da sociedade local, em frentes de emergências, centralizadas no governo federal, organizadas pela comissão de Obras Novas Contra as Secas (1915-1919), FERREIRA, Lara V. de Castro. *Enxadas e Compassos: Seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919)*. Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2009; publicado pelo DNOCS/BNB em 2010. Temos ainda a dissertação que estuda a implantação do projeto de “combate às secas” da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) através “das relações entre engenheiros civis e sociedade local, nas obras de açudagem”: LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas”, os engenheiros civis e as obras públicas: Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) e a construção do açude Tucunduba*. Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2010. Outro trabalho que trata dos embates e expectativas em torno da construção do açude Cedro, primeiro grande projeto de “combate às secas” no Brasil, discutindo também, entre outros, a irregularidade do trabalhador nas obras como entrave a sua conclusão MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao Sertão: ciência, política e trabalho na construção do açude Cedro (1884-1906)*. Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2012. Recentemente defendida, a tese de Candido retoma seu estudo sobre os retirantes nas obras da estrada de ferro de Baturité, incluindo dessa vez o trabalho em “obras de combate às secas”, entre elas, a do açude Cedro: CANDIDO, Tyrone. *Proletários das secas:*

Assim, diversos trabalhadores foram arregimentados na década de 1950 para labutar na edificação, restauração e conservação de obras organizadas por órgãos como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). As frentes de trabalho foram organizadas em obras já em andamento, ditas permanentes, mas especialmente nas acionadas durante as estiagens, chamadas de emergência. Estas, conforme boletim do DNOCS,<sup>18</sup> diferente daquelas, se “destinavam a eliminar o desemprego nos períodos de estiagem”, tendo “em vista manter a população no seu próprio ecúmeno”, evitando “concentrações humanas improvisadas” e os “inconvenientes do trabalho a grandes distâncias”. Daí a necessária “elaboração antecipada” de projetos para serem executados logo que a seca fosse alarmada.

Fora a expressa finalidade de ocupar e fixar trabalhadores, admitindo também o incômodo que os agrupamentos de pessoas causavam, as frentes de emergência carregavam características diferentes das demais obras públicas regulares. Mesmo ativadas com créditos especiais, sustentadas com o discurso do amparo, seus rarefeitos orçamentos não davam conta de empregar os numerosos pobres das secas. O excesso de braços, por sua vez, também reduzia a receita que resultava em poucos provimentos aos operários. Eram obras geralmente pequenas, pensadas para durar o ano de estiagem, por isso, ofereciam terríveis condições de alojamento, insalubres e improvisados, faltando água até para beber.

Diversos documentos do DNOCS, fontes literárias, entrevistas e jornais atestam que as condições de existência dos trabalhadores eram piores nas frentes de emergências, mesmo se comparada às outras obras públicas regulares que recebiam obreiros em tempos de secas. Longe de se pretender fazer uma espécie de comparação da “desgraça” – o que seria problemático e objetivamente muito difícil – deve-se considerar que havia diferentes tipos de construções que serviam de “socorro público” durante as secas, cujas distinções implicavam também em peculiaridades no universo do trabalho que nelas se organizava. Ao reuni-las numa mesma esteira, deve-se cuidar para não sintetizar e homogeneizar também as experiências dos obreiros, nos períodos de secas.

---

arranjos e desarranjos na fronteira do trabalho (1877-1919). Tese de Doutorado em história, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2014. As estiagens e o enfraquecimento dos serviços na lavoura também foram motivações para trabalhadores livres pobres procurarem as obras da construção de estrada de ferro de São Francisco na Bahia no início da segunda metade do século XIX, antes mesmo da seca de 1877. SOUZA, Robério dos Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos Canteiros da Estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863. Tese (Doutorado em História), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.

<sup>18</sup> DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 19, n. 3, fevereiro de 1959, p.32.

De qualquer modo, na década de 1950, diversos retirantes foram ocupados nas obras públicas durante as secas, tendo como motivação evitar a dispersão de braços. Se a instalação dessas frentes de trabalho nas construções foi o principal recurso acionado pelo Estado como parte das políticas migratórias, o armamento de barreiras nas saídas rumo ao Sudeste também funcionou como estratégia para tentar impedir os deslocamentos. Ainda assim, muitos migraram para longe à revelia do desejo do Estado, outros, por diversos motivos, permaneceram nos seus locais de origem e tornaram-se trabalhadores-cassacos nas obras.

Um estudo das políticas antimigratórias, das quais faziam parte as frentes de trabalho que empregou os sujeitos desta pesquisa e as medidas de contenção de migrantes nas fronteiras, e uma análise sobre o trabalhador nominado de cassaco e a representação em torno desse apelido são os assuntos deste capítulo. Antes disso, levando em consideração as mudanças ocorridas com a redemocratização de 1945, que influenciaram as políticas de combate às secas, e os socorros aos retirantes, faz-se uma apreciação geral sobre o cenário em que se assentou o universo de trabalho das obras públicas durante as secas de 1950.

### 1.1.ASPECTOS DA CONJUNTURA

No intuito de diminuir certos desníveis socioeconômicos entre os centros mais dinâmicos e áreas tidas como subdesenvolvidas, como o Nordeste – também a Amazônia –, o Estado brasileiro promoveu a criação de uma série de agências de desenvolvimento e infraestrutura. Assim, novos órgãos regionais surgiram já no fim da década de 1940, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em seguida, a Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SUVALE) e a atual Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Da mesma forma, na década de 1950, visando facilitar linhas de crédito, empréstimos e outras questões financeiras, criou-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), tendo como principal aporte de recursos o Fundo das Secas.

Depois do Decreto-Lei 8.486, de 28 de dezembro de 1945, que reorganizou a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que passou a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), essa instituição retomou alguns trabalhos, saindo de uma morosidade que se prolongava há alguns anos. O principal órgão empregador durante as secas também fortaleceu seus projetos através do estreitamento de laços com outras instituições durante o segundo governo Vargas, com o BNB, por exemplo. O banco

colaboraria, “através do escritório técnico de estudos econômicos”, no “exame dos problemas da região a cargo do DNOCS”. Este, por sua vez, prestaria “ao banco a assistência técnica”, algo previsto na Lei 1.649. O DNOCS também operou juntamente à CHESF na eletrificação de cidades do sertão nordestino.

No plano internacional o DNOCS manteve suas relações com o United States Bureau of Reclamation (USBR). As duas instituições concordavam com a política de combate às estiagens com foco no acúmulo de água em reservatórios. Importa dizer que destacados profissionais do USBR deram assistência técnica aos projetos do DNOCS. Além disso, engenheiros desta e de outras instituições receberam treinamento da agência estadunidense. Ainda mais, diversas construções do USBR também igualmente serviram como frentes de trabalho nos EUA.<sup>19</sup>

No segundo governo Vargas a construção de barragens voltou a ter fôlego, mas se acreditava que o atraso do Nordeste seria superado também pela irrigação e outras benfeitorias que viriam através da água acumulada em açudes. Fora isso, as rodovias também tiveram amplo papel nessa gestão. Com Sousa Lima à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas e Vinícius Berredo, integrante da comissão mista Brasil-EUA, dirigindo o DNOCS, muitas estradas foram construídas, especialmente durante as secas do primeiro triênio da década de 1950. Durante a administração de José Américo de Almeida, no Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), projetos de rodovias já passavam de 100 no primeiro trimestre de 1953,

---

<sup>19</sup> Na verdade, em 1902, sete anos antes do atual DNOCS ser designado para operar no semiárido brasileiro, foi criado como agência de recursos hídricos, implantando centenas de barragens ao longo do século XX. Durante a grande depressão, com o programa Civilian Conservation Corps Legacy (CCCL) inaugurado por Roosevelt, foram autorizados projetos com a dupla finalidade de desenvolver a infraestrutura e fornecer ocupação em obras públicas aos desempregados. Outras construções também foram implantadas posteriormente, nos anos 1940 e 1950. Canais, estradas, açudes, como a grande barragem do Rio Colorado (1956), arregimentaram centenas de jovens desempregados, especialmente de áreas rurais. Em análise comparativa, nota-se que tanto os projetos brasileiros como os estadunidenses tinham foco na “solução hidráulica” para reparar os problemas dos seus semiáridos. Além disso, ambos utilizaram o emprego de pobres em diversas obras organizadas por agências federais em períodos de crise como justificativa de assistência aos necessitados. Entretanto, uma comparação entre as políticas das agências de recursos hídricos no Brasil e nos EUA e, especialmente, uma investigação que aproxime o cotidiano dos operários nas diversas frentes de trabalho, numa perspectiva transnacional, só será possível em outro momento. Cf: PFAFF, Christine. *The Bureau of Reclamation's: Civilian Conservation Corps Legacy*. US Department Of Interior. Bureau of Reclamation, Denver, Colorado, 2010; PFAFF, Christine. “*Happy Days*” of the Depression: The Civilian Conservation Corps in Colorado. In *Colorado Heritage*, Spring 2001:31-39; SALMOND, John A. The Civilian Conservation Corps and the Negro. *The Journal of American History*, Vol. 52, No. 1 (Jun., 1965), pp. 75-88. URL: <http://www.jstor.org/stable/1901125>. Accessed: 21/1/2015 06:34; SOURCE, Eric Gorham. The Ambiguous Practices of the Civilian Conservation Corps. *Social History*, Vol. 17, No. 2 (May, 1992), pp. 229-249. URL <http://www.jstor.org/stable/4286017>. Accessed: 21/01/2015 07:21.



obras que seriam realizadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e pelo DNOCS.<sup>20</sup>

A partir de 1956, com o presidente Juscelino Kubistchek, as iniciativas desenvolvimentistas fortaleceram-se. No Sudeste, o Plano de Metas priorizou a indústria com foco na implantação do parque automobilístico, em São Paulo. Enquanto isso, no Nordeste, discutia-se a desigualdade regional como entrave ao desenvolvimento do país, elencando como principais medidas “a industrialização autônoma”, a “transformação da economia agrícola das faixas úmidas” e “das zonas semiáridas”. Estes debates foram promovidos especialmente pelo Grupo Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a coordenação de Celso Furtado, e resultaram na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em fins da década de 1950.<sup>21</sup>

Nesse segundo momento, aliás, ocorreu uma reorientação na política em torno das secas. Se até meados da década de 1950 ainda persistia a ideia de “combater” as secas (mediante a modificação do meio natural), tendo o acúmulo de água como mola-mestra fundamental, no segundo momento, em vez de “combater” as estiagens, começava-se a se pensar em “conviver” (através da modernização técnica e econômica das atividades) com o semiárido.<sup>22</sup> Acreditava-se que não bastava reter água era necessário investir na qualidade do solo e dar maior fôlego à construção de estradas. De modo geral, portanto, acreditava-se que o

---

<sup>20</sup> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Relatório de obras executadas em 1951* (apresentado pelo diretor Eng.º Vinícius Berredo). Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, 1952; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Relatório de obras executadas em 1954* (apresentado pelo diretor Eng.º Luiz Mendes). Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, 1955.

DNOCS. *Relatório das atividades de 1951* (Apresentado ao Presidente da República pelo Eng.º Álvaro de Souza Lima - ministro da Viação e Obras Públicas). Rio de Janeiro: MVOP/Serviço de Documentação, 1951; DNOCS. *Relatório das atividades de 1952* (Apresentado ao Presidente da República pelo Eng.º Álvaro de Souza Lima - ministro da Viação e Obras Públicas). Rio de Janeiro: MVOP/Serviço de Documentação, 1953. Os relatórios ministeriais e as mensagens presidenciais utilizadas nesta pesquisa estão disponibilizados no site: <http://www.crl.edu/brasil>.

<sup>21</sup> LIMA, Claudio Ferreira. A Questão Regional. *Revista Conviver Nordeste Semiárido*, v.1, n.6. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2009, pp.113-114.

<sup>22</sup> A ideia de *combater* as secas que solidificou as políticas em torno delas, até metade do século XX, defendia a mudança das condições naturais do sertão árido. Mesmo que as soluções para o problema das estiagens tivessem como eixo o florestamento, a abertura de estradas, o uso de técnicas e métodos apropriados a baixa umidade (dry-farming), a principal delas era a solução hidráulica, com foco na açudagem. Contudo, no fim da década de 1950, as ações em torno das secas começaram a ser orientadas pela busca da convivência com o semiárido através da modernização econômica e técnica das atividades produtivas, sem necessariamente ter a pretensão de superar o problema naturalmente. É bom que se diga que não obstante algumas ações tenham realmente caminhado no sentido de *conviver* com a seca e não propriamente *combater*, a primeira concepção não foi aderida piamente, até hoje, permanece a ideia de combate às estiagens através de grandes obras hídricas.

desenvolvimento econômico nacional seria o resultado do fortalecimento da indústria e de alguma transferência de capital para regiões “periféricas”.<sup>23</sup>

Portanto, na segunda metade da década de 1950, após a eleição de JK, o discurso já era que soluções paliativas, como emprego de retirantes em frentes de trabalho, tornavam o sertanejo um indigente remunerado. A ideia agora era criar meios para assalariar os trabalhadores do campo, pensamento que era fruto de algumas propostas de reorientações nas políticas em torno das secas. O principal órgão envolvido historicamente nas ações de combate às secas era o DNOCS e, embora ele tenha feito aparente oposição à criação de uma nova instituição (SUDENE – que tinha à frente Celso Furtado), esse departamento expandiu alguns projetos que se aproximavam das discussões realizadas por Celso Furtado e o GTDN na gestão da SUDENE.

Dessa forma, um dos principais engenheiros e intelectuais do DNOCS, nesse período, Paulo Brito Guerra, defendia uma política que se concentrasse não somente no acúmulo de água e no trabalho – como “assistência paternalista” –, mas também no investimento em rodovias, geração de energia, canais de irrigação, postos de piscicultura, colônias agrícolas, estudos fitogeográficos, geofísicos, topógrafos e mudas vegetais/frutíferas adequadas à região semiárida, algo que ele alega que já eram ações do órgão desde sua fundação, mas que precisavam de maior fomento. Todo esse investimento garantiria que a população, educada e amparada tecnicamente, pudesse dispor de atividades econômicas capazes de fazer frente aos problemas das estiagens.<sup>24</sup>

Por outro lado, se com Juscelino Kubistchek defendia-se que a resolução dos problemas nordestinos perderia peso na ótica da engenharia hidráulica para ganhar força no plano econômico e do desenvolvimento, pode-se dizer que o plano de prevenção contra as estiagens não superou a solução hidráulica. Defendida e celebrada nos anteriores cinquenta anos de combate às secas, a prática da construção de grandes obras de acúmulo de água permaneceu consideravelmente enérgica, no governo JK, com a edificação dos maiores reservatórios até então levantados no Brasil: Orós e Banabuiú. Mantinha-se, então, a ideia de que a seca causava a pobreza e que tal obstáculo seria sobrepujado através do acúmulo d’água. A “solução hidráulica” – materializada nas grandes obras – seria o instrumento salvacionista, situação que

---

<sup>23</sup>ALMEIDA, Beto. O século do DNOCS. *Revista Conviver Nordeste Semiárido*, v.1,n.6. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2009, p.73. De acordo com Beto Almeida, as relações com os norte-americanos, na comissão mista Brasil - Estados Unidos, tiveram forte “influência no desempenho do DNOCS, uma vez que o próprio Vinícius Berredo”, diretor-geral do DNOCS, integrou a comissão mista.

<sup>24</sup>CAMPOS, Eduardo. A ação do DNOCS. IN: *DNOCS e o Novo Nordeste: uma perspectiva histórica, 1909-1984*. Fortaleza: DNOCS, 1985, pp.65-67.

permanece forte nas políticas em torno das secas até hoje – a exemplo da famigerada transposição do rio São Francisco.

Algumas práticas clientelistas históricas também foram mantidas. Se o DNOCS manteve a ação de construção de açudes e obras complementares especialmente dentro de propriedades particulares, beneficiando-as<sup>25</sup>, a SUDENE reforçou o exercício do favorecimento em proveito dos fazendeiros. Empréstimos bancários, financiamentos de projetos, continuariam a dotar muitas terras de uma infraestrutura que a valorizava economicamente, servindo, do mesmo modo, como atração e fixação de trabalhadores.<sup>26</sup> Isto, pode-se pensar, contribui para pôr em questão todo o discurso, reforçado por estudiosos, de mudança abrupta nas políticas em torno da seca a partir da inauguração de um novo cenário em fins da década de 1950, que teve como principal medida a organização do GTDN e a criação da SUDENE.<sup>27</sup>

Em suma, a política em torno das estiagens, que tinha a SUDENE e o DNOCS como principais órgãos executores, apesar de sofrer mudanças a partir da segunda metade da década de 1950, não enfraqueceu, do modo como foi projetado, práticas que eram associadas aos projetos anteriores em torno das secas. Não obstante sejam visíveis os primeiros passos rumo ao pensamento de conviver com a seca e não mais combatê-la, as antigas ações da solução hidráulica, do clientelismo e das frentes de trabalho (como meio de ocupar trabalhadores rurais nas secas) continuaram a existir, demonstrando, portanto, que as políticas em torno das secas não obedecem a um “antes e depois da SUDENE”.<sup>28</sup>

Na região Nordeste do Brasil, é de se entender que essas políticas continuavam a ter como umas das motivações principais o problema histórico da dispersão migratória de trabalhadores, ganhando celeridade em anos de secas. Em 1956, a preocupação com “homem do campo” e seu deslocamento teve o reforço da pressão da igreja católica num encontro de bispos, em Campina Grande, que discutiu não somente o amparo aos “retirantes”, “pobres de

---

<sup>25</sup> MEDEIROS FILHO, João e SOUSA, Itamar de. *Os degredados filhos da seca*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p.76.

<sup>26</sup> CARVALHO, Rejane V. Aciole. *O Estado, a Terra e o Coronelismo*. Rio de Janeiro: Coleção Mossoroense. Série C. Volume DCCI, 1991, p. 20.

<sup>27</sup> Órgãos como o DNOCS e a SUDENE reforçaram, através dos deveres assumidos pelo Estado, a assistência aos retirantes em tempos de secas. Não havendo mais a proteção dos coronéis aos seus trabalhadores em períodos de estiagem, com a quebra do “pacto paternalista”, sob a política desenvolvida pelo DNOCS e pela SUDENE, as práticas baseadas nos termos da reciprocidade ainda permaneceram fortes. O Estado auxilia os sertanejos e ao mesmo tempo também não deixa de garantir outras formas de proteção aos donos de terra.

<sup>28</sup> Até o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, as frentes de emergência das secas existiram e eram chamadas de “bolsões das secas”. Somente na primeira administração do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estas frentes foram extintas. Com Lula, durante as secas, as pessoas não precisaram mais trabalhar num regime análogo à escravidão para garantir a comida. Ao meu entender isso se tornou viável pela ampla política de combate à fome, com destaque especial ao programa do “bolsa família”.

cristo”, mas também a possível influência que comunistas e outros ativistas políticos pudessem exercer sobre a população de migrantes. Era enfatizada pelos bispos uma mudança na estrutura agrária, para que propostas de comunistas não pudessem empolgar trabalhadores rurais, a exemplo do que estava ocorrendo com as ligas camponesas.<sup>29</sup>

Para isso, volumosos créditos foram liberados para construir obras que se constituíssem em investimento no âmbito da política desenvolvimentista. Espalhar construções pelo Interior do país, portanto, atendia à sede por integração e ocupação dos espaços supostamente “vazios”, obsessão que percorre a década de 1940 e 1950, representada também pela construção de Brasília no governo de Juscelino Kubitschek. Ao mesmo tempo, desejava-se com as obras ocupar os desempregados das secas, mantendo-os calmos e longe dos centros, e represar a migração de braços para outros estados, funcionando com política antimigratória.

## 1.2. FRENTES DE TRABALHO: OCUPAR E FIXAR

A ideia de evitar o êxodo faz parte de um anterior projeto de integração nacional, no qual o caminho natural das correntes migratórias deveria ser sempre no sentido litoral-sertão, o contrário, como explana Verônica Secreto, “era visto como um *erro histórico*”.<sup>30</sup> O povoamento do Interior é uma preocupação anterior ao Brasil republicano e remete aos tempos da América Portuguesa. Dessa forma, a “marcha para o Oeste”, organizada no primeiro governo Vargas, trouxe novamente à baila a preocupação com a extensão territorial do Brasil. Aliás, proposta que foi direcionada de forma contundente à ampla região amazônica e ao Nordeste.

O Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste, com efeito, faziam parte do Brasil sertanejo miserável, iletrado e atrasado, frente ao Brasil litorâneo soberbo, europeizado e erudito. Sob a argumentação de aproximar as distantes áreas fronteiriças, necessitadas de defesa e amparo aos moldes citadinos, ao restante do Brasil, foram implantados diversos projetos. Preocupados com a ocupação e desenvolvimento foram instaladas colônias agrícolas no Nordeste e na Amazônia<sup>31</sup>, além disso, ocorreu uma verdadeira cruzada com expedições de estudos e

---

<sup>29</sup> CAMPOS, Eduardo. A ação do DNOCS. Op.Cit., pp. 75; 115.

<sup>30</sup> SECRETO, María Verónica. *Soldados da Borracha*. Op. Cit., p.7.

<sup>31</sup> Acontecimento que impactou a Amazônia, pouco lembrado pela historiografia nacional, mas que faz parte dos empreendimentos da “integração” inaugurados, desde a década de 1940, por Getúlio Vargas, foi a criação de cinco territórios federais. O objetivo era centralizar a administração desses espaços no governo federal para executar projetos com propósitos de ocupação, desenvolvimento e modernização de áreas de fronteiras. Juntamente com o Território Federal do Amapá (desmembrado do estado do Pará), foram criados mais quatro territórios federais por meio do Decreto-Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, todos em áreas de fronteira: Rio Branco, desmembrado do Amazonas; Guaporé e Ponta Porã, desmembrados do Mato-Grosso e Iguazu, desmembrados do Paraná e de Santa Catarina. Cf. BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Rio de Janeiro: Imprensa

realização de diversas obras no Interior do país, demonstrando, aliás, a presença do reflexo de uma antiga equação positivista do XIX: conhecer, prever e agir.

Dessa maneira, com o retorno de Getúlio Vargas e seus ideais de integração e com a frenética incursão pelos sertões que marcou a gestão de Juscelino Kubistchek, acreditava-se que era o momento de romper de vez com a mística da Amazônia dos “cenários maravilhosos” e “clima tórrido”,<sup>32</sup> com as distâncias e “vazios” do Centro-Oeste e com o Nordeste árido e hostil. Esses lugares reforçavam, no discurso oficial, a antiga dualidade sertão-litoral, que tinha amparo em estudos políticos, científicos e literários. Conforme Secreto, tudo que não era litoral era sertão e as inserções no Interior do Brasil deveriam equilibrar os desníveis existentes.<sup>33</sup>

A necessidade de povoamento e fixação dos trabalhadores concorria para a ambicionada ocupação dos territórios do sertão do Brasil, tarefa tida como uma das mais importantes no projeto de integração nacional. No Ceará, a percepção das estiagens como fenômeno natural que tornava o lugar ainda mais atrasado pelo ambiente inóspito era algo que seria controverso apenas de modo parcial pelo uso do saber técnico-científico. Entretanto, embora considerado um meio, sazonalmente, inapropriado para viver e labutar, o governo não considerava o sertão nordestino tão vazio quanto outras áreas do Brasil. O medo era do despovoamento que as secas poderiam ocasionar. Por isso, as iniciativas eram organizadas mais no sentido de fixar os trabalhadores em obras públicas pelo interior enquanto as calamidades da estiagem durassem.

Então, a integração de áreas ditas isoladas por meio do emprego dos trabalhadores em campos de obras tinha um valor incomensurável para o projeto de ocupação, fixação e desenvolvimento do Interior do país. As obras contra as secas eram erigidas justamente em áreas relativamente isoladas do interior. Se as centenas de obras executadas em áreas distantes dos centros urbanos desejavam anunciar o progresso de uma região, as características destas influenciaram várias marcas imprimidas ao universo de trabalho dos pobres nas secas.

Em 1951, conforme o *Correio do Ceará*,<sup>34</sup> para evitar que “flagelados” batessem “à porta da capital” cearense e de outras cidades, construções foram concentradas em pontos

---

Nacional, 1946; LEAL, Maura. *A (onto)gênese da nação nas margens do território nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)*. Dissertação de mestrado em história. PUC/SP, 2007.

<sup>32</sup> PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014, p.34-35.

<sup>33</sup> SECRETO, María Verónica. *Soldados da Borracha*, Op. Cit., p.19.

<sup>34</sup> Biblioteca Pública do Ceará. *Correio do Ceará*. 09/03/1951. Com exceção do jornal *Estado de São Paulo*, que foi consultado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Unicamp, do periódico *Diário de Notícias*, que foi consultado na Biblioteca Pública da Bahia, e dos jornais consultados no Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro (Aperj), os demais utilizados nessa tese encontram-se Biblioteca Pública do estado do Ceará.

estratégicos do interior, distribuindo comida e colocação em obras.<sup>35</sup> Segundo um telegrama enviado ao governador do Ceará e publicado pelo mesmo periódico, as bancadas nordestinas na Câmara e no Senado Federal concordavam sobre o posicionamento de evitar o êxodo por meio da abertura de frentes de emergência. A deliberação acertada sobre aquela seca confluía para que uma ação coordenada fosse efetivada no Nordeste com o objetivo de “obter medidas imediatas e urgentes para evitar o êxodo das populações flageladas” e fornecer trabalho.<sup>36</sup>

Jornais do Sudeste, como se observa melhor adiante, demonstravam a preocupação com a migração volumosa de “retirantes” para os seus estados e divulgavam recorrentemente as ações previstas pelas autoridades para solucionar esse problema. Ao mesmo tempo em que o jornal *Estado de São Paulo* celebrava as providências anunciadas pelo ministro do MVOP, Sousa Lima, de construção de estradas e açudes para concentrar “retirantes”, “estancando o êxodo”,<sup>37</sup> o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro informava que Getúlio Vargas já havia aprovado medidas de impedimento da saída de nordestinos dos seus lugares de origem.<sup>38</sup>

Dessa forma, inúmeras obras foram iniciadas e prosseguidas como estratégia do Estado para, entre outros, manter trabalhadores dentro de suas fronteiras de origem. As estradas estiveram entre as principais construções que serviram como frentes de trabalho durante a década de 1950. Centenas de rodovias, como explanou o diretor Vinícius Berredo, em relatório, foram estreadas quando “a crise climática obrigou a dar início a novos serviços para permitir o acesso de flagelados que afluíam à procura de trabalhos”.<sup>39</sup> Além disso, pequenos, médios e grandes açudes, como o Araras, o Orós e o Banabuiú, no Ceará, finalmente iniciaram suas construções com o alarde das secas, tornando-se também centros de “socorros públicos”.

Entretanto, por mais que diversas obras tenham sido iniciadas em diversos cantos do Ceará objetivando ocupar pobres e evitar a migração para outros estados, elas não foram suficientes para abarcar a cifra de necessitados atingidos pelos problemas sociais da seca de 1951. A escassez de vagas frente ao número de necessitados gerou bastante celeuma, chegando aos ouvidos do governo no Rio de Janeiro. Então, na tentativa de impedir que aquele excedente de braços cruzasse as fronteiras, José Américo, Ministro da Viação e Obras Públicas de 1951-

---

<sup>35</sup> Também tratam desse assunto o *Tribuna do Ceará*, 17/4/1951; 28/4/1951.

<sup>36</sup> *Correio do Ceará*, 3/4/1951.

<sup>37</sup> *Estado de São Paulo*, 4/6/1951.

<sup>38</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo DPS, Flagelados, D 497. *Correio da Manhã*, 1/6/1951. Fls.3.

<sup>39</sup> DNOCS. *Relatório de obras executadas em 1951* (apresentado pelo Diretor Vinícius Berredo). Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, 1951, p.4.

1954, tornou urgente “uma campanha” para inviabilizar a saída de “famílias inteiras” dos seus estados de origem.<sup>40</sup>

Mesmo com mudanças nos quadros políticos, a obsessão por integrar as regiões e garantir a imobilidade dos seus trabalhadores atravessou os anos cinquenta. Em 1958, aquela que ficou conhecida como a “grande seca” motivou uma reunião que agregou setores públicos do DNOCS, DNER, Exército, Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP), Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Ministério do Trabalho, da Viação e Obras públicas e representantes da Conferência Nacional de Bispos, da Legião Brasileira de Assistência e da Fundação das Pioneiras Sociais, esta tendo à frente Sarah Kubistchek. A resolução imediata amplamente apoiada por essa elite política, social e religiosa foi “assistir” os pobres através do emprego em diversas obras que igualmente serviriam para “fixar” o trabalhador do campo. A decisão, portanto, foi liberar créditos especiais para intensificação, ampliação e antecipação de obras ocupando todos que procurassem “os escritórios do DNOCS e do DNER”, especialmente “onde maior fosse” a “aglomeração”, “em obras tão próximas quanto possível” dos seus locais de moradia, “a fim de evitar o êxodo”.<sup>41</sup>

Dessa forma, o DNOCS iniciou prontamente cerca de 145 frentes de trabalho<sup>42</sup> em todo o Interior do Nordeste e o DNER recebeu “instruções para reter o retirante” mediante a construção de rodovias, estas com especial encargo de “impedir o êxodo desordenado e tumultuado para o Sul”.<sup>43</sup> Além disso, o DNER, em alguns momentos, também agiu em cooperação com a polícia para fiscalizar e barrar a saída de migrantes pelas fronteiras do Nordeste.<sup>44</sup>

O Ceará, aliás, foi o estado mais beneficiado com verbas nesta seca, assim como em outras estiagens, motivo para bancadas de outros estados, como a da Bahia, reclamar maiores orçamentos, principalmente diante do tamanho do seu território no polígono das secas. Então, se as frentes de trabalho foram a principal medida acionada para contornar os problemas ocasionados durante as secas, elas acabavam por justificar pedidos de maiores alcances de verbas, até por serem o recurso fundamental das políticas antimigratórias. Dessa forma, pode-

---

<sup>40</sup> CAMARGO, Aspásia. *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.5.

<sup>41</sup> DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, n.2, vol.18, novembro de 1959, p.34.

<sup>42</sup> DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, vol. 18 n2, nov. de 1958, pp.34,35.

<sup>43</sup> DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Ministério da Viação e Obras Públicas, agosto de 1959, p. 36.

<sup>44</sup> *Correio do Ceará*. 3/4/1951.

se dizer que a disparada emergencial rumo a instalações de obras não era monocausal. Além da clássica motivação apontada, que é a execução de obras para responder às pressões dos retirantes em busca por trabalho e comida, as obras eram organizadas também para evitar a migração, como se percebe, atendendo aos fazendeiros ansiosos por não perder braços para o êxodo e valorizar economicamente suas terras e a políticos desejosos de verbas em seus municípios para assegurar melhoramentos e manter fixos seus votos.

As obras emergenciais, portanto, foram o recurso principal da intensa política antimigratória dos anos 1950. Ao lado disso, o Estado, através do MVOP, INIC, DNER e DNOCS, organizou-se para conter a saída de pessoas das fronteiras do Nordeste, acionando até a polícia para aparelhar as estradas e tentar barrar o fluxo do êxodo. Assim, onde o projeto das frentes de serviços fracassasse, atuaria a força coercitiva para conter a migração. Ainda que existissem empresários de diferentes setores interessados na mão de obra barata dos nordestinos, os que decidiram ir em direção ao Sudeste, enfrentaram um verdadeiro arsenal de estratégias da política oficial. Mesmo assim, milhares de pessoas cruzaram os limites dos seus lugares de nascença.

Sendo assim, as frentes de emergência das obras contra as secas faziam parte da política oficial antimigratória acionada nas secas da década de 1950 para fixar trabalhadores nos seus locais de origem. Em menor medida, outro recurso de tentativa de controle da migração foi a instalação de postos de vigilância nas fronteiras rumo ao Sudeste conduzidos por órgãos federais, estaduais e polícia. Uma breve digressão sobre este é importante para demonstrar mais amplamente como as autoridades estavam decididas em evitar os deslocamentos. Frentes de trabalho e controle das fronteiras corporificaram as ações antimigratórias.

### 1.3. BARREIRAS NAS FRONTEIRAS: VIGIAR E CONTROLAR

Nos anos de 1951 e 1952, os chefes políticos e econômicos locais nordestinos tiveram o apoio do Estado, através da política oficial antimigratória, para interferir contra as saídas maciças de migrantes para o Sudeste. Em acréscimo, uma parcela da sociedade das capitais sulistas também parecia insatisfeita, era o que noticiava a imprensa carioca e paulista quase diariamente.

O jornal *Correio do Ceará*, no início de abril de 1951, dizia-se preocupado com a exploração de “retirantes” por motoristas que rumavam para o Sudeste do país. Equivalente a isso se mostrava satisfeito com as providências tomadas pelo governo, através da fiscalização de caminhões organizada pelo DNER e pelas polícias locais nas principais fronteiras do



Nordeste com o Sudeste. Ainda em abril, o mesmo jornal reproduziu uma reportagem da agência meridional que noticiou o “impressionante” êxodo para o Sul do país, alegando, entretanto, que não existia “trabalho compensador” para os nordestinos naquele destino. Por isso, o periódico defendia a imediata realização de obras de emergência para empregar “retirantes” e avisava que as autoridades do Rio tinham acabado de “vedar todas as entradas de caminhões com destino ao Sul do país”.<sup>45</sup>

Do outro lado do país, o jornal carioca *A Manhã* exclamou por meio de reportagem, também em abril, que novas levas de migrantes chegavam ao Rio de Janeiro diariamente. No mesmo dia, o jornal *A Notícia* divulgou a chegada de trabalhadores nordestinos acrescentando que a polícia apareceu para coagir os migrantes, conduzindo o motorista e o contratador à delegacia.<sup>46</sup> As chegadas maciças, nos meses de abril e maio de 1951, dos “retirantes nordestinos”, que na verdade quase sempre apareciam homogêneos na regionalidade e desqualificados pela caracterização não de migrante nacional, mas de retirante, geraram incômodo. Não obstante contratadores pudessem se interessar nesses fartos e baratos braços que se dispersavam, como demonstrado na fonte, as autoridades públicas nordestinas tinham claro desinteresse na saída desses braços.

Diante disso, no início de junho, segundo o periódico carioca *Correio da Manhã*, sugestões apresentadas pelo chefe de polícia ao presidente Getúlio Vargas para “solucionar o problema do êxodo dos flagelados nordestinos para as principais cidades do Sul do país” foram aprovadas, autorizando “os necessários entendimentos entre autoridades federais e estaduais”.<sup>47</sup>

Dois meses depois, propostas mais permanentes foram aprovadas pelo presidente da República para impedir a migração de retirantes, especialmente para as capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. Conforme telegrama enviado pelo chefe da polícia do Distrito Federal ao secretário de Segurança Pública do Estado do Rio, o objetivo de tais medidas era “sustar e prevenir o êxodo dos flagelados” que, crescendo rapidamente, tinha “invadido não só a capital da república como outras grandes cidades”.

O controle da saída de nordestinos deveria ser feito através da vigilância dos veículos que transportavam retirantes, estipulando-se as seguintes resoluções: propaganda por meio do rádio informando aos migrantes sobre os perigos das propostas de aliciadores e aos motoristas

---

<sup>45</sup> *Correio do Ceará*, 3/4/1951; *Correio do Ceará*, 12/4/1951.

<sup>46</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo DPS, Flagelados, fl. 1. *A Manhã*, 11/04/1951; APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl. 2. *A Notícia*, 11/4/1951.

<sup>47</sup> APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl. 3. *Correio da Manhã*, 1/6/1951.

e proprietários de veículos sobre as punições; retorno dos condutores, com seus passageiros, desprovidos de licença do DNER para transportar os migrantes; controle dos conhecidos locais de migração através da instalação de barreiras nas rodovias a cargo do DNER e do DNOCS, reforçadas por policiais estaduais; e obrigatoriedade da apresentação de um documento pelo migrante, fornecido pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), que o habilitasse para seguir percurso, fazendo, taxativamente, retornar aqueles que não portassem a cédula permissiva.<sup>48</sup>

Segundo as propostas acima, vigiar as conduções que transportavam os retirantes resolveria o problema do êxodo, mesmo parcialmente, devido às inúmeras dificuldades que ocasionariam ao movimento migratório. Embora possivelmente muitos desses transportes já fossem irregulares, as ações cautelares só foram maiores quando as autoridades perceberam o volume de gente que chegava às capitais sulistas durante a seca de 1951. Pode-se perceber ainda que as mesmas agências designadas pelo governo para a instalação de frentes de emergência para ocupar trabalhadores – DNOCS e DNER – também foram as responsáveis pela instalação das barreiras nas estradas. Entre as principais finalidades do emprego de retirantes em obras estava a ambição de conter os deslocamentos, por diversos motivos, alguns já desenvolvidos até aqui. Além disso, entranhada a esta, como parte de um mesmo projeto, cobrava-se dos mesmos órgãos que empregavam os retirantes um comprometimento de prestar serviço ao Estado também com a vigilância das rodovias, ou seja, a construção de obras no interior e a apreensão de pobres das secas nas fronteiras no Nordeste tinham uma relação umbilical com vistas ao intento antimigratório.

Mesmo assim, a legislação proibitiva, o controle das estradas e cidades, o policiamento, as exigências de documentos para migrar não detiveram a saída dos trabalhadores nordestinos para o Sudeste. O *Imprensa Popular* reproduziu um depoimento de um migrante nordestino que conseguiu chegar ao Rio de Janeiro depois de enfrentar diversas dificuldades em seu percurso. Em 1952, Manoel Aquilino partiu sem a família em direção à capital carioca. No meio do caminho, teve que usar diversos artifícios para escapar dos guardas que estavam na fronteira de Pernambuco impedindo a passagem de nordestinos rumo ao Sul. Para fugir deles, atravessou a fronteira durante a noite e seguiu em direção a Alagoas, ainda pelo estado de Pernambuco, com o objetivo de conseguir uma passagem de trem. Finalmente, “depois de caminhar por muitos estados”, Manoel conseguiu chegar ao Rio.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl. 6. *A Noite*, 3/8/1951.

<sup>49</sup> APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.38. *Imprensa Popular*, 27/3/1952.

Certamente, proposição discricionária era a exigência de um documento do DNI para que os nordestinos pudessem se deslocar ao Sudeste. O *Tribuna da Imprensa*<sup>50</sup> critica justamente essa última medida, alegando que esta feria a liberdade de ir e vir garantida pela Constituição. Fora isso, segundo o jornal, enquanto caminhões eram barrados nas estradas que ligavam o Nordeste ao Sul do país e era exigido de toda pessoa que viajasse para este destino o atestado do DNI, na região Norte, as hospedarias estavam abarrotadas, morrendo diariamente diversas crianças na hospedaria Tapanã – chamada também de *hospedaria do diabo*.

Dentro do contexto das políticas antimigratórias, se por um lado as fronteiras rumo ao Sudeste eram vigiadas por órgãos federais, estaduais e polícias, os próprios governantes cearenses flexibilizavam negociações e subsídios de passagens para a saída de migrantes para a Amazônia. Em setembro de 1951, segundo o jornal *O Liberal*, políticos cearenses visitaram as cidades de Belém (PA), Manaus (AM), Macapá (AP) e Boa Vista (RR), sendo recebidos com congratulações por autoridades locais. Durante essa excursão, as principais hospedarias foram visitadas e um plano foi traçado para o envio de trabalhadores cearenses para os seringais da Amazônia com as seguintes proposições: construção da hospedaria em Manaus, organização da viagem e fornecimento de transporte pelo DNI, financiamento do Banco de Crédito da Amazônia para os seringalistas receberem os recém-chegados.

Não obstante o interesse maior do governo federal fosse fixar os trabalhadores em seus locais de origem, a migração em direção à fronteira da extração de látex na Amazônia era admissível e negociável, mesmo em pequena demanda. Em contrapartida, o contragosto das autoridades públicas do Nordeste com a migração de braços se somava ao desagrado de parcela da sociedade cidadina do Rio de Janeiro que, conforme o jornal carioca *O Radical*, criticava o “espetáculo deprimente” causado pela “legião incrível de pedintes” recém-chegados. Esses migrantes nordestinos, segundo o jornal *A Noite*, tinham “péssimas condições de saúde” e falta de “especialização”, por isso, não poderiam aportar nas grandes cidades, devendo ser desviados para o sul de Goiás ou Mato Grosso.<sup>51</sup>

Em São Paulo, centenas de migrantes também eram vistos como endemias andantes. Em início de 1952, o *Correio da Manhã* noticiou que chegavam diariamente 600 a 700 nordestinos obstruindo a higiene pública, pois muitos eram portadores de “schistosomoses e outras moléstias endêmicas no norte do país”. Diante disso, os vereadores locais imediatamente

---

<sup>50</sup> APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl. 9. *Tribuna da Imprensa*. 17/8/1951

<sup>51</sup> APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.15. *A Noite* 15/2/1952.

se organizaram para pensar soluções, cogitando a possibilidade de isolar os migrantes “famintos” e “maltrapilhos” por meio da criação de uma hospedaria municipal.<sup>52</sup>

Certamente os parlamentares avaliavam que a hospedaria do São Brás não era mais suficiente para afastar os pobres esfomeados e doentes dos cenários modernos da cidade de São Paulo. Conforme Paulo Fontes, a inauguração da Rio-Bahia, em 1949, tinha facilitado o êxodo através dos paus-de-arara e somente entre os anos 1945 e 1960 passou pela hospedaria do Brás mais de um milhão e meio de pessoas. “A velocidade da urbanização” dos anos 1950 foi proporcional “a intensidade do processo migratório em São Paulo”.<sup>53</sup> Isto é um indício de que, mesmo num contexto de política oficial antimigratória, as pessoas continuaram se deslocando rumo a São Paulo, até porque existia uma parcela que desaprovava os recém-chegados, mas, do outro lado, urbanização e industrialização cobiçavam os braços migrantes.

Mesmo assim, conforme Fontes, os pobres de origem nordestina impactaram o cotidiano na cidade e não raramente a presença de migrantes nordestinos “causava estranheza” e “tensões entre a população já residente e os recém-chegados”. Os aspectos da pobreza e do rural incomodavam, fora isso, a cor. Como alega o referido autor, homogeneizavam-se nordestinos no apelido de baiano e, mesmo que fossem um grupo considerável, a alcunha deve ponderar o elemento racial presente na designação. Decerto, 60% dos migrantes eram pardos ou negros e os transeuntes pobres, e em acréscimo negros, causavam incômodo à industrializada, urbana e epopeica cidade de São Paulo. Com isso, no final da década de 1950, cogitou-se novamente frear a entrada de nordestinos em São Paulo, mas jornalistas e parlamentares lembravam da inconstitucionalidade e inviabilidade da proposta que limitava a liberdade de ir e vir garantida pela Constituição<sup>54</sup>. Portanto, a vontade dos chefes políticos do Nordeste de manter os braços nas suas fronteiras de origem teve um reforço do projeto oficial do Estado de sustar o êxodo e, em acréscimo, de parte da imprensa paulista e carioca.

Na seca de 1958, não foram encontrados registros de policiamento de fronteiras e agressiva vigilância como ocorreram nas estiagens de 1951-1953. Deve-se considerar que, se comparadas a estas, as frentes de emergência quintuplicaram na seca de 1958, empregando cerca de meio milhão de trabalhadores, oficialmente. Mais obras significavam ampliação das possibilidades de garantir alistamento e, mesmo que precário, sustento para si e para parentes.

---

<sup>52</sup> APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.13. *Correio da Manhã*. 10/2/1952.

<sup>53</sup> APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.50, 51; FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista. (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp.50, 68.

<sup>54</sup> APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.50, 51; FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*, Op,Cit.,pp.50, 68-70.

Com uma política enfocada no estabelecimento de obras de socorros e assim um número maior de famílias vivendo na dependência delas, é possível que o Estado tenha necessitado de uma menor vigilância de fronteiras com o propósito de evitar o êxodo. Paralelo às obras, as diversas hospedarias existentes, em 1958, também cooperavam para “organizar” a dispersão dos migrantes, mantendo-os suficientemente afastados dos locais onde poderiam ser indesejados.<sup>55</sup>

Assim, pode-se afirmar que, na década de 1950, a política de Estado oficial foi antimigratória. De um lado, obras para o emprego de pobres, de outro, nos primeiros anos daquela década, a vigilância das fronteiras divisórias com o Sudeste. Dentro desse contexto, uma parcela dos migrantes que rumavam para a Amazônia encontrou apoio oficial do Estado. Através de manejos de autoridades públicas locais, com o apoio de setores privados, os governos estaduais do Nordeste e Norte cooperaram no financiamento de passagens e oferta de vagas nas hospedarias. Ademais, deve-se considerar que a migração rumo à Amazônia não feria os propósitos mais amplos das políticas nacionais de integração. O deslocamento em direção a áreas consideradas “vazias” obedecia ao cobiçado fluxo de correntes litoral-sertão.

Demonstrando a heterogeneidade dos planos do Estado, não foi observada uma política oficial de incentivo à migração para o Sudeste do Brasil. Contudo, as pessoas migraram por meio do acionamento de redes de parentesco, solidariedade e outras estratégias individuais e coletivas. Até porque, não obstante a política oficial fosse de controle do êxodo, setores da indústria e comércio desejavam braços nordestinos e o crescimento de São Paulo exercia atração que estimulava os migrantes a enfrentarem as dificuldades do trajeto. Se os particulares da Amazônia, com o apoio dos políticos e subsídio oficial, disputavam a mão de obra migrante pobre da seca, o Sudeste, na década de 1950, exercia um fascínio que motivava os migrantes a partirem por conta própria.

Então, cearenses e outros nordestinos seguiram para capitais como Belém, Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Macapá, Boa Vista, Goiás, Brasília, Paraná, mas também para o interior dos estados, alguns com novas frentes industriais como Franca-SP e Serra do Navio-

---

<sup>55</sup> As principais hospedarias e postos de migração que receberam cearenses, em 1958, foram criadas depois da seca de 1951: hospedaria Eduardo Ribeiro (Manaus-AM), Hospedaria Tapanã (Belém-PA), Hospedaria Macapá (AP), Hospedaria Copoatá e posto de migração Barra da Corda (Maranhão), posto de migração (Teresina-PI), Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza-CE), Posto de migração Guarabira (PB); Posto de Migração Petrolina (PE), Posto de Migração Aracajú (SE); Posto de Migração Salvador e Posto de Migração Feira de Santana (BA), Hospedaria Corinto (MG), Posto de Migração Belo Horizonte, Posto de Migração Monte Azul, Posto de Migração Pirapora (MG), Posto de Migração Brasília e Posto de Migração Anápolis (GO), Hospedaria Ilha Grande (DF). Biblioteca do DNOCS. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v.18, n.2, novembro de 1958, p. 44.

AP.<sup>56</sup> Numa multiplicidade de direções, os migrantes pobres das secas, na década de 1950, cobriram um país de limites continentais, ocupando-se em obras públicas, atividades agrícolas, extrativistas e industriais, em setores do comércio e outros ofícios, disponibilizando sua força de trabalho, gerando riqueza.

Assim, mesmo constrangidos pelas autoridades a permanecerem em seus estados de origem, diversos trabalhadores cruzaram os limites impostos. Outros, ou pela força das políticas arbitrárias que desejaram controlar os deslocamentos, ou por desejarem ficar perto da família, evitando igualmente as conhecidas dificuldades das longas jornadas interestaduais, foram trabalhar nas centenas de frentes de emergência instaladas pelo governo em todos os estados nordestinos. De um modo ou de outro, pode-se dizer que a instalação de construções públicas durante as secas da década de 1950 foi motivada por esses movimentos migratórios sob a justificativa de que era necessário empregar pobres que poderiam se dispersar.

Se milhares de sujeitos migraram para longe nas estiagens da década de 1950, outros milhares se tornaram obreiros justamente nas frentes de serviços das secas. Diversos trabalhadores permaneceram dentro dos seus estados e encontraram nas obras uma alternativa de sobrevivência enquanto a seca durasse. Chamados de cassacos, os homens ocupados nas construções carregavam para o cenário das obras suas diferentes histórias e condições de vida.

#### 1.4. TRABALHADORES DAS FRENTE DE SERVIÇOS DAS SECAS

Seu Belizário do Riacho Fundo era um homem “quase rico”, mas empobreceu na seca e foi encontrado entre os trabalhadores apelidados de cassacos empunhando enxada e carregando areia, nas construções públicas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), nos anos 1950. Um antigo topógrafo do DNOCS, Edson de Sousa Aguiar, contou, em seu livro de memórias, que Belizário era proprietário de “três fazendas, todas com muito gado”, ovelhas, animais de carga e porcos, mas que toda essa pequena fortuna inevitavelmente minguou. Antes de isto ocorrer, a esposa daquele fazendeiro o aconselhou a vender metade do rebanho e assim reunir dinheiro para manter os outros animais. Belizário não se desfez de nenhum dos seus bichos, contrariamente, foi comercializando seus pedaços de terra, somando o obtido aos seus já precários recursos e investindo tudo nos magros animais que iam restando.

---

<sup>56</sup> Cf. REZENDE, Vinícius Donizete de. *Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP). Campinas, 2012; PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

A esposa, por sua vez, insatisfeita e temerosa quanto à segurança alimentar própria e dos filhos, arribou de sua casa em Riacho Fundo e foi residir com seus pais no estado do Piauí. Já Belizário tomou outro rumo e, assim como os demais falidos das secas, tornou-se cassaco nas frentes públicas de serviços,<sup>57</sup> onde também eram encontrados comerciantes arruinados, agricultores e vaqueiros dispensados dos serviços e incontáveis pobres de modo geral.

Edson Aguiar relata que era difícil distinguir “quem era quem” dentro das obras, ao observar o coletivo de trabalhadores “empurrando carrinho de mão ou arrastando a enxada puxando terra”. Somente num olhar mais atento, observando os diálogos entre trabalhadores, ou mesmo ao encontrar algum conhecido, era possível verificar as diferentes histórias dos que migravam rumo às frentes das secas. Decerto, todos se misturavam naquela multidão de trabalhadores-cassacos, mesmo que só aparentemente.

José, apelidado de Zé bonzinho, foi outro homem empobrecido que se tornou operário numa construção de açudagem, durante a seca de 1958. Diferente, porém, do Belizário do Riacho Fundo, Zé bonzinho faliu antes mesmo da intempérie climática e sua chegada a uma frente de serviço surpreendeu o próprio chefe da obra, o engenheiro Paulo Guerra. Reconhecendo-o de outros tempos de seca, Guerra ficou consternado ao verificar Zé bonzinho ocupando uma vaga de servente de pedreiro numa de suas construções. Ainda mais para alguém que chegara a fornecer caminhões alugados para o transporte de material em obras anteriores. Não havia dúvida de que a falência tinha atingido gravemente aquele velho conhecido<sup>58</sup>.

As histórias de outros Josés desta pesquisa – os entrevistados José Isídio, José Ferreira e José Gomes – também são diferentes quanto às origens, situação social, desejos, sentimentos e motivos que os levaram a se fazer cassacos em anos difíceis. Em 1951, José Isídio já era casado e pai de abundante prole, vivendo do que cultivava em seu próprio roçado. Chegada à seca, suas plantações secaram e, embora tenha resistido até o mês de julho, precisou, como outros do seu lugar, deixar a família e se dirigir aos alistamentos do açude Pentecoste (Ce). Trabalhou nesta construção até a conclusão da obra, primeiro como cassaco e depois como apontador, sendo convidado pelos chefes a seguir com eles para outras construções, ou seja,

---

<sup>57</sup> Edson de Sousa Aguiar foi “portador de baliza”, topógrafo e fiscal de obras no DNOCS. Trabalhou no órgão desde adolescente, vivenciou vários episódios durante as secas ocorridas na década de 1950. Sobre a história de Belizário Pena, o autor não explicita claramente em que seca e açude ela ocorreu, porém, como parágrafos antes ele narrava acontecimentos sobre a construção do Orós, é possível que essa lembrança tenha relação também com essa obra. AGUIAR, Edson de Souza. *O DNOCS no Coração do Nordeste*. DNOCS/BNB: Fortaleza, 2010, p.88-90.

<sup>58</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais*. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977.p.46.

tornar-se funcionário regular do DNOCS. Entretanto, contrariando a esposa e outros parentes, José Isídio voltou para casa e permaneceu labutando na sua terra, motivo que amargura os filhos até os dias atuais, pois, de acordo com eles, chegando a outra seca, em 1958, José Isídio mais uma vez assistiu sua roça fracassar e, desta vez, não foi buscar as vagas que as frentes daquela seca ofereciam. Sem plantação e com poucos arranjos para conseguir víveres, a família conta que sofreu muita fome e outras dificuldades.<sup>59</sup>

José Ferreira, em 1958, era casado, mas ainda sem filhos, morava e lidava em terras alheias. Trabalhando pelo sistema de arrendamento, cultivava somente algodão e fornecia a maior parte do que conseguia ao dono da terra. Quando o tempo seco se alastrou, José foi dispensado dos serviços e, juntando-se, então, ao seu pai e irmãos, despediram-se das esposas e iniciaram a odisséia à procura de alistamentos. Distante de casa, passaram fome e sede, perambulando de obra em obra, procurando trabalho. Só depois de três meses conseguiram vagas numa frente de estrada de rodagem e lá permaneceram até o final da estiagem acompanhando a construção da estrada, ficando cada vez mais longe de casa, o que dificultava os retornos periódicos. Enfim, com o retorno das chuvas no início de 1959, José, os irmãos e outros parentes largaram os serviços e retornaram às suas casas. Nas secas posteriores, José Ferreira, assim como José Isídio, não voltou a ser cassaco nas frentes de serviço. Ocorre que depois de morar anos pelos sertões, circulando em algumas propriedades, José conseguiu retornar ao lugar de origem de seus avós: Canaã, uma terra caracterizada pela fertilidade e pelas muitas fontes de água que demoram a secar até nas estiagens mais severas. Lá, continuou trabalhando arrendado, mas com a ajuda dos filhos já crescidos e do próprio patrão comprou um pequeno terreno. Depois disso, mesmo quando os problemas sociais das secas o apertava, como ocorreu nas estiagens da década de 1970 e 1980, as lembranças amargas dos dois anos em que foi cassaco, conta ele, o fez orquestrar outras formas de sobrevivência através de arranjos— cooperação, redução de consumo, busca de outros serviços. Tudo isso para não precisar vivenciar novamente o universo do trabalho nas “emergências”.<sup>60</sup>

O último José desta sequência, José Gomes, distintamente de José Isídio e José Ferreira, não era casado quando se tornou, pela primeira vez, trabalhador nas frentes de serviços das secas. Sendo o mais velho de uma numerosa prole de 11 filhos, aos 14 anos de idade, no ano de 1951, José alistou-se, juntamente com seu pai, na construção do açude Santa Maria de Aracatiaçu. Como as normas do DNOCS não permitiam o emprego de menores de 18 anos, o

---

<sup>59</sup> Entrevista realizada em 20/9/2014.

<sup>60</sup> Entrevista realizada em 14/6/2012.



pai de José comprou uma caderneta de outro trabalhador, possibilitando a permeância dos dois na lista de empregados, garantindo duas fontes de renda adicionais e familiares até o fim do período seco. Na estiagem de 1958, José voltou a labutar nas frentes de serviços, mas desta vez como apontador. Com a eminência da ruína do comércio em que José era funcionário, seu patrão fechou as portas e conseguiu emprego de fiscal na obra, alcançando, por conseguinte, uma vaga de apontador para José, cargo que o entrevistado não hesita em dizer que era bem melhor, pois trabalhava menos e, por exigir letramento, recebia mais. Nas secas posteriores, contudo, José não procurou mais as frentes de emergência, pois, conforme relata, tinha alcançado uma vida melhor, através dos negócios que mantinha em sua padaria. Dessa forma, não obstante as dificuldades normais que atingem os comércios durante as crises tenham aparecido, José preferiu suportar o tempo ruim perto da família, cuidando do seu próprio negócio, hesitando ser cassaco nas obras ou mesmo apontador.<sup>61</sup>

Desfazendo-se dos seus pertences, deixando momentaneamente seus afazeres, diluindo fronteiras, os pobres das secas deslocavam-se na trilha das possibilidades. É perceptível, através desta pesquisa, que entre as diminutas escolhas que os subalternos tiveram durante as secas da década de 1950, os caminhos que levavam às frentes de emergência se apresentaram como uma importante possibilidade de garantir a sobrevivência para si e para suas famílias. Entretanto, embora aqueles labutadores pudessem se confundir com uma imensa massa homogênea famulenta, este grupo de trabalhadores ocupados nas frentes de serviços contra as secas era diverso.

Os motivos, os desejos, as escolhas de cada sujeito foram diferentes, mas também são explícitas as divergentes condições sociais de trabalho, renda e família, além da faixa etária e os lugares de origem. Na fala dos entrevistados e em outras fontes consultadas, fica evidente que os trabalhadores-cassacos eram majoritariamente agricultores, pequenos comerciantes e vaqueiros, mas também se encontravam padeiros, marceneiros, serventes, professores, entre outros. Diante da disparidade existente entre os empregados das frentes de serviços, é dificultoso traçar um perfil geral de quem era esse trabalhador antes de se ocupar nas obras, principalmente pela ausência de estudos especializados sobre a configuração socioeconômica do Interior do Ceará, no período em estudo.

Porém, pode-se afirmar, amparando-se nos dados do anuário estatístico do IBGE de 1958, que a maioria significativa das famílias residentes nesse estado, nos anos 1950, estava

---

<sup>61</sup> Entrevista realizada em 14/10/2014.

empregada na agricultura e na pecuária e investia especialmente nas culturas agrícolas de mandioca e algodão, depois feijão, milho e cana-de-açúcar.<sup>62</sup> Além disso, de acordo com Mônica Maia, essas famílias também se ocupavam em atividades como a coleta de castanhas de caju para comercialização, nos períodos de entressafra, e criação de animais em pequenas quantidades – gado, cabras, porcos, galinhas – o que complementaria o sustento dos parentes com leite e carne, podendo ser vendidos em casos emergenciais ou gastos com nascimento, casamento ou morte de parentes.<sup>63</sup>

Uma parcela das famílias, ainda segundo o anuário do IBGE, ocupava-se em serviços dentro de suas próprias pequenas propriedades. Todavia, existia uma importante quantia de trabalhadores que não detinha posse alguma de terras e que majoritariamente estava vinculada a serviços provisórios, numa proporção de sete estabelecidos em lida temporária para cada um alocado em trabalhos permanentes. Submetidos a formas tradicionais de relacionamento de trabalho, como a meia, a terça e o cambão, as condições de existência dos labutadores sem propriedades os deixavam ainda mais vulneráveis diante dos problemas sociais. Certamente, estes estavam entre os primeiros a engrossarem as fileiras dos alistamentos das obras públicas em tempos de secas.<sup>64</sup>

Sendo assim, pode-se afirmar que a maioria dos pobres cearenses que se tornavam trabalhadores-cassacos nas frentes de emergência vivia da agricultura, pecuária e outras prestações de serviços rurais. Apesar disso, eles não representavam a totalidade dos empregados nas obras. O engenheiro Paulo Guerra relata que, em épocas de secas, encontravam-se “oleiros, seleiros, carpinteiros, ferreiros, pedreiros às centenas” e até criminosos tentavam se esconder na multidão de “retirantes” a trabalhar. Numa expressão jocosa, Paulo Guerra observa que “dava de tudo”: “do pastor ao malfeitor”.<sup>65</sup>

Ocasionalmente, o DNOCS aproveitava alguns profissionais em suas funções pregressas. Durante as construções organizadas pelo engenheiro Guerra, alfaiates foram escalados para confeccionar fardas em seus primeiros meses de trabalho, barbeiros alojaram-se

---

<sup>62</sup> Biblioteca do IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1958. pp. 50-80. [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1958.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1958.pdf). Acesso em: 2/3/2015.

<sup>63</sup> MAIA, Mônica Emanuela Nunes. *A necessidade e o chicote: seca e saque em Limoeiro do Norte (1950 – 1954)*. Dissertação de mestrado em história social, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2006, p.27.

<sup>64</sup> A meia e a terça eram as partes da produção que eram recebidas pelo camponês e o cambão consistia num dia de trabalho obrigatório para os donos das terras que era trocado pela cessão de um pedaço de terra para cultura de subsistência e para moradia. NEVES, Fred. A multidão e a história. NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*: Op.Cit.,p.175.

<sup>65</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*. Op. Cit., p.18.

nas copas das árvores, durante uma ocasião, para higienizar trabalhadores, e até um professor de música foi encontrado entre os cassacos, sendo aproveitado periodicamente nas festas cívicas. Porém, a maioria era alocada nos ofícios que demandavam um maior número de braços como roçagem, cavação, expurgo e compactação de terra, britamento e transporte de materiais.

Dessa forma, os trabalhadores das frentes de serviços eram majoritariamente pequenos proprietários, agricultores e vaqueiros sem posses de terras e comerciantes falidos. Ao lado destes, sujeitos com as mais diversas ocupações regulares, atingidos pelos problemas causados pelas secas, também se tornavam trabalhadores-cassacos. Então, a diversidade de origens, ocupações, renda, faixa etária, família era uma característica destes obreiros. Associada a esta, a pobreza, fome ou perspectiva de passar fome, a migração intraestadual como estratégia de sobrevivência e o retorno para casa depois da estiagem uniam esses trabalhadores que compartilhavam o universo das frentes de trabalho nas estiagens.

O constante movimento também foi um dos motivos da associação do trabalhador das frentes de emergências a um bicho faminto e fedorento que está sempre em busca de comida. Em meados do século XX, termos como endemia andante, esqueleto animado, flagelado, faminto já eram frequentemente atribuídos ao migrante nacional da região Nordeste. Adicionalmente, tomados como parte da paisagem semiárida “vitimada” pelas secas, os “retirantes” passaram igualmente por um processo de forte desumanização, pareados aos outros elementos da fauna e da flora, portanto assemelhados ao bicho cassaco. Dessa forma, compreender por que o migrante da seca alocado como trabalhador nas obras das secas era designado como cassaco torna-se um fundamental ponto de partida para analisar os possíveis desdobramentos dessa nomenclatura na experiência operária desses sujeitos.

### 1.5 MIGRANTES, RETIRANTES: AS COSTURAS EM TORNO DO APELIDO CASSACO

O cassaco é um animal conhecido no Interior do Nordeste como um bicho feio, fedorento e faminto<sup>66</sup>. Assemelha-se a um grande rato e é conhecido especialmente pelo rastro

---

<sup>66</sup> Chamados de cassaco, em alguns estados nordestinos; mucura ou gambá, na Amazônia; sariguê, sariguê, saruê ou sarigueia, na Bahia; timbú, em Pernambuco, esses animais são bastantes conhecidos no Nordeste do Brasil principalmente pelo fedor produzido pelas glândulas axilares, parte do seu sistema de defesa, e pela constante necessidade de comer. Tem alta capacidade reprodutiva, mas não são vistos com tanta facilidade por conta dos seus hábitos noturnos de caça. Alimentam-se de frutas, insetos, moluscos, caranguejos e outros crustáceos, cobras, lagartos e principalmente de aves e seus ovos. Na verdade, na zona rural, as aves são as presas prediletas desse animal, o que incomoda bastante os donos dessas criações. Eles matam as galinhas e os filhotes saciando sua fome, sugando o sangue das presas e os ovos. Quando encontrado na zona urbana, esse bicho sacia sua fome nos lixos.

de odor nauseante que é deixado pelos caminhos que percorre, causando uma impressão asquerosa. Fora isso, com constante necessidade de comer, espera as melhores oportunidades para caçar, perturbando e deixando os olhares dos donos de pequenas criações atentos. Fome, feiura e fedor estão entre as possíveis marcas que o bicho emprestou ao trabalhador pobre em épocas de secas. É importante lembrar que o termo cassaco é mencionado na literatura, na imprensa e na memória dos próprios trabalhadores, todavia a nomenclatura cassaco precisa ser criticada para que, antes de utilizá-la, as experiências desses trabalhadores, seus sentimentos, suas lutas, seus desejos, seus modos de vida, não sejam homogeneizados e diluídos num apelido.

Antes de tudo, deve-se mencionar que, desde o fim do século XIX, disseminou-se a reprodução de imagens que associavam o sertanejo aos aspectos do meio árido tido como adverso, imutável, hostil. Além do mais, o infortúnio provocado pelas estiagens era apontado como potencializador das desgraças, tornando degenerada a população do sertão nas secas. Nesse universo, o migrante daqueles tempos ora era tomado como vítima apática, ora era apontado como trabalhador heroico. De qualquer maneira, ele sempre aparece em literaturas, memórias e outras obras, em meio a jornadas incríveis, fugindo da fome, sofrimento e morte, mas sem ter a menor definição sobre os próprios sentidos. Um elemento que, assim como qualquer animal, obedece a um estímulo natural de migrar quando a natureza não permite a alternativa de permanecer e se adaptar.

O retirante aparece, por exemplo, na obra de Rodolfo Teófilo, como uma endemia andante, um errante desgraçado pela miséria da seca, um ser anestesiado pelo estado de extraordinária miséria orgânica. “Caravanas de retirantes”, num “espetáculo contristador”, comparadas a “esqueletos animados” que tinham a seca como reposta de todas as mazelas das suas vidas. A alternativa para contornar tais péssimas condições de existência, que, aliás, pareciam só existir nos momentos de estiagem, era unicamente a migração.<sup>67</sup>

Os migrantes das secas também aparecem largamente nas produções de Euclides da Cunha. Para esse intelectual os “retirantes” que se deslocavam para Amazônia enfrentavam uma dura rotina de trabalho em nome de uma “campanha formidável”. Eram os “amansadores de deserto” que, disciplinados pelas dificuldades outrora impostas pelo meio árido, carregavam

---

<sup>67</sup> THEÓFILO, Rodolpho. *História das secas 1877-1889*. Rio de Janeiro: Imprensa, 1922, pp. 97-98. Rodolfo Teófilo foi um farmacêutico e intelectual do fim do século XIX e início do século XX que deixou registradas várias ocorrências das secas e seus problemas, em obras literárias e científicas. A estiagem de 1877 é considerada pela historiografia como marco para a projeção da seca enquanto problema nacional. Da mesma forma, essa estiagem projetou, através da imprensa e de intelectuais, imagens sobre o retirante, solidificando uma memória em torno desses sujeitos que, às vezes, parece intransponível.

a missão de desbravar aquele espaço, realizando tal feito, contudo “sem o saberem”, de forma natural, ingenuamente. Conforme Alexandre Cardoso, o “retirante” é tratado na obra de Euclides da Cunha como um “expatriado” da terra seca que se desloca sem refletir sobre o próprio gesto, fazendo “um trabalho de gigante, sob as penas de sua decisão infundada e irrefletida de migrar”. Sendo assim, ao enveredar rumo ao duro trabalho na desconhecida região amazônica, os “caboclos titânicos” – assim nominados por Euclides da Cunha – passam de *vítimas* a obstinados e “verdadeiros *heróis*”, um “trabalhador inconsciente, mas heroico”.<sup>68</sup>

O “retirante”, portanto, fosse um “esqueleto animado”, fosse um “caboclo titânico”, sempre agia espasmodicamente, instintivamente, sem refletir sobre os próprios feitos. E, por conseguinte, a própria ideia que se constrói em torno do operário das secas está afinada a essas duas principais imagens. Esse trabalhador tanto é visto como a vítima fatal, já que enquanto “retirante” sofreu as intempéries impostas pelo meio, como também é visto como o “trabalhador heroico”, pois, “caçando ganho”<sup>69</sup> nas frentes de serviços, torna-se obreiro incansável, adaptando-se a qualquer serviço, nas estradas ou açudes,<sup>70</sup> como está presente na obra de Paulo Guerra.

O romance *Luzia-Homem* de Domingos Olímpio, que se passa num contexto de seca, tem como pano de fundo a construção de uma obra pública utilizando os braços de migrantes das secas. Essa literatura retrata estes num “instinto de conservação”, deixando seu lar e chegando às cidades, “andrajosos, esqueléticos, torpemente sórdidos”, para mendigar “resíduos destinados a repasto de cães”. Entretanto, ao conseguirem trabalho na construção, mesmo deslizando “em marcha de cobra, conduzindo materiais”, ficam “insensíveis à fadiga, ao calor”. Desse modo, como narra o escritor, uns permanecem “taciturnos”, ainda que tenham em seu íntimo uma “revolta impotente”; outros ficam “resignados, como heróis”. Aqui, portanto, um claro exemplo de obreiros das secas que congregam em seu bojo as adjetivações de vítima apática e trabalhador heroico. Antes de conseguir ocupação, os retirantes causavam até sordidez e podiam se alimentar inclusive com comidas destinadas a cães, quando passavam a obreiros

---

<sup>68</sup> CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso*. Op. Cit., pp.169-170.

As narrativas de Euclides da Cunha, nesse texto, é fruto de uma viagem que ele realizou, em 1905, como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto-Purus, tecendo comentários sobre vários aspectos dos mundos do trabalho na floresta amazônica. Já conhecido pela obra *Os Sertões*, esse autor também tem grande influência nos escritos sobre a floresta, contribuindo de igual modo para as representações usuais sobre os migrantes cearenses.

<sup>69</sup> LAMARTINE DE FARIA. Oswaldo. Cassacos. In: *Tipos e aspectos do Brasil* – coletânea da Revista Brasileira de Geografia. IBGE – Conselho Nacional de Geografia. 8.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1966, p.104.

<sup>70</sup> GUERRA, Paulo. *A civilização da seca: Nordeste é uma história mal contada*. Fortaleza: DNOCS, 1981, p.137.

nas secas, porém se comportavam como exemplares labutadores firmes diante do cansaço, todavia ficavam calados, com revolta impotente, ou aceitavam seus destinos como “heróis”.<sup>71</sup>

Essas feições, que tem como principal amparo a literatura e colocam o “retirante” no lugar da criatura que se movimenta passivamente, de forma “animada” e “ingênua”, também contribuíram para o atrelamento desses migrantes a animais em diferentes escritos. Romances como *A Fome*, *Luzia-Homem*, *Os Cassacos*<sup>72</sup> (de Cordeiro de Andrade), *O Quinze*, *Aves de Arribação* e *Vidas Secas*,<sup>73</sup> por exemplo, propagam uma concepção fatalista no qual a aridez do sertão desgraça as criaturas, sendo a causa potencial dos males dos sertanejos. Além do mais, algumas dessas obras fazem comparações diretas de migrantes das secas com animais.

Um personagem de um diálogo presente no romance *Luzia-Homem* refere-se às retirantes que buscam água como “corja de porcas”.<sup>74</sup> Já Graciliano Ramos, no livro *Vidas Secas*, associa seus personagens em situações dramáticas a ratos,<sup>75</sup> urubus<sup>76</sup> e cachorros.<sup>77</sup> A miséria com a estiagem fazia “todos” viverem “calados”,<sup>78</sup> expressando dor, sofrimento e expectativas por meio de “grunhidos” e onomatopeias. Fabiano e sua família vivenciavam um mundo conflituoso, uma situação tão alarmante que aparentemente era mais suportável aos animais. Essa alegoria feita por Graciliano Ramos não deseja ridicularizar, mas mostrar pela fala, pelo silêncio e pelos acontecimentos extremos como a situação da seca poderia limitar as possibilidades das condições de existência do indivíduo.

É interessante perceber que não é incomum associar o pobre da seca a bichos e todos os casos citados tratam de sujeitos que sentem no estômago a precisão de buscar sobrevivência. É como se a necessidade vital de alimentar-se, nesse caso a privação do próprio alimento,

---

<sup>71</sup> OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. 9.ed., São Paulo: Ática, 1983, pp.12, 38. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso em: 11/7/2013. Esse romance trata de uma retirante que se empregou numa obra pública na seca, no fim do século XIX, o apelido Luzia-Homem dava-se porque poucas retirantes eram lotadas naquele serviço que, mesmo empregando famintos, exigia a força de um homem.

<sup>72</sup> ANDRADE, Cordeiro de. *Cassacos*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934. Existem dois romances com o título *Cassacos*. *Cassacos* publicado, na década de 1930, por Cordeiro de Andrade e *Os Cassacos* publicado, em 1976, por Luciano Barreira, referindo-se à seca de 1958, então, utilizado de forma recorrente como fonte nesta pesquisa.

<sup>73</sup> QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 52.ed. São Paulo: Siciliano, 1993; RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 51. ed. São Paulo: Record, 1983; SALES, Antonio. *Aves de Arribação*. Rio de Janeiro: José Olympio. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

<sup>74</sup> OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*, Op. Cit., p.7.

<sup>75</sup> RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*, Op.Cit., p. 134. “Ele, a mulher e o filho tinham-se habituado à camarinha escura, pareciam ratos”.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 51. “Fabiano andava banzeiro, pesado, direitinho um urubu”.

<sup>77</sup> *Ibidem*, pp. 134 e 96. “Evidentemente os matutos como ele não passavam de cachorros”; “um desgraçado, era como um cachorro, só recebia ossos”.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 11.

animalizasse o sujeito, fazendo-o buscar adaptar-se de diversas maneiras, numa bruta ação para garantir a vida. Isso também serve para a vinculação que ocorre entre o trabalhador das frentes das secas e o animal cassaco tão presente em diversas fontes utilizadas nesta pesquisa. Contudo, embora se possa afirmar que o nome cassaco é regularmente utilizado para apelidar os trabalhadores das secas da década de cinquenta do século XX, possivelmente essa nomenclatura é anterior a esse período.

Na verdade, não se sabe certamente quando essa terminologia apareceu. O indício mais antigo encontrado é o do romance *Os Cassacos*, de Cordeiro de Andrade,<sup>79</sup> publicado em 1934, que tem como cenário a cidade de Sobral (CE) durante a seca de 1919. Não obstante o livro conte a história de migrantes buscando garantir a sobrevivência frente a uma estiagem, ele não faz menção a estes sertanejos em obras públicas, o que leva a crer que, nesse momento, a relação do bicho cassaco foi feita com o retirante e não com o operário das secas.

De qualquer modo, sabe-se que, nas secas de 1915 e 1919, visto pesquisas realizadas anteriormente no mestrado, não foi encontrada nenhuma menção a nomenclatura cassaco fazendo alusão ao trabalhador das obras das secas. Nas fontes que Frederico Neves arrola para seus estudos sobre as estiagens das décadas de 1930 e 1940, também não existe nenhuma menção à nomenclatura cassacos.<sup>80</sup> Entretanto, na década de 1950, o termo cassaco passa a nomear o migrante que se emprega nas obras de emergência durante as secas. Depois disso, literaturas, livros, publicados, inclusive por engenheiros que participaram das obras, jornais, passam a utilizar largamente essa designação como sinônimo de trabalhador-migrante da seca.

O engenheiro Paulo Guerra, por exemplo, acredita que o termo cassaco é utilizado para alcunhar o trabalhador das frentes de emergência por conta do “cheiro desagradável”, da miséria e do flagelo. E também porque o cassaco é um marsupial, espécie de animal com bolsa abdominal utilizada para carregar os filhotes, e os “mais autênticos flagelados” também chegavam aos alistamentos carregando consigo mulher e prole. Os mais pequeninos, inclusive, muitas vezes eram “carregados em lençóis a tiracolo, formando redes minúsculas”, parecidas as naturais bolsas ventrais do bicho cassaco.<sup>81</sup> Os trabalhadores que se identificam como

---

<sup>79</sup> Cordeiro de Andrade nasceu em Sobral (CE) em 1910. Fundou o jornal *O Debate* e, devido a polêmicas em torno das matérias publicadas nesse periódico, foi embora para o Rio de Janeiro. Escreveu o romance *Os Cassacos* longe de sua terra natal, publicando, em 1934. RAMOS, Vitória. Aspectos etnolinguísticos no romance *Cassacos* de Cordeiro de Andrade. *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Cadernos do CNLF, vol. XV, nº 5, T. 1. Rio de Janeiro: CIEFIL, 2011, p. 324. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlf/tomo\\_1/29.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/29.pdf)>. Acesso em: 27/7/2013.

<sup>80</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*, Op. Cit.

<sup>81</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*, Op. Cit., p.3.

cassacos, na entrevista, atribuem o uso do apelido ao cheiro, mas também ao trabalho de cavar a terra.

Em síntese, a aproximação pejorativa do trabalhador das frentes a um animal se deu em decorrência da roupagem de um faminto que saía do seu lugar habitual de existência e ia viver na rota das obras públicas, morando geralmente em casebres sem higiene, às vezes, já carregando a filharada e esposa, mas, às vezes, apartado do convívio de seus familiares. O olhar que o observava era de caridade, mas também de medo e repugnância, já que o operário das secas era tido como mal cheiroso e maltrapilho, um miserável egresso de um mundo problemático, agora descortinado pela seca, que saía para buscar alimento, quem sabe por meio do saque, tornou-se um estorvo social. Para a sociedade, animalizou-se e precisaria voltar a ser gente, algo que poderia ser alcançado, sobretudo, por meio do suprimento alimentar dado pelo justo trabalho.

O meio árido, a seca e a fome faziam parte de uma equação que, para muitos, sintetizava qualquer movimento que os pobres das secas faziam frente aos seus problemas, fosse uma ação associada ao atraso, a resignação, a insensibilidade e até a violência. A propósito, as menções literárias citadas anteriormente guardam como elemento comum a fome, fazendo crer que a escassez de comida atiçava os impulsos mais animais dos indivíduos, colocando-os no mesmo nível de sobrevivência puramente instintivo de um bicho. A necessidade primordial de alimento fez com que insistentemente os conflitos que envolviam o fator fome fossem vistos como mecânicos e espasmódicos. Assim, os trabalhadores em tempos de estiagem na rota das obras públicas, em busca de soluções para seus problemas, eram tidos como sujeitos apáticos, sem dimensão dos próprios movimentos, enlouquecidos pela fome e, por isso, desorientados e descontrolados, portanto suas ações também eram lidas como não pertencendo ao universo humano (em oposição aos reflexos básicos naturais e animais), inclusive das ações políticas convencionais e articuladas.

A fome é um elemento utilizado para rotular as ações dos retirantes, mas outras características também são empregadas para qualificar essas atuações.<sup>82</sup> De início, é bom

---

<sup>82</sup> Num plano mais geral das ações dos pobres, apoio-me em Thompson, Hobsbawm e George Rudé para entender esses problemas. Num plano mais local, Frederico de Castro Neves é um dos principais nomes que estudam os movimentos sociais e os retirantes, discutindo saques aos comércios e órgãos públicos. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HOBBSAWM, Eric J. Deveriam os pobres se organizar? In: *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2008; RUDÉ, George. *A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991; NEVES, Frederico de Castro. Economia Moral versus Moral Econômica: o que é economicamente correto para os pobres? *Projeto História*. São Paulo: Educ, nº 16, p. 39-57, 1998; NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Op.Cit.



lembrar como as ações dos trabalhadores rurais não institucionalizadas – a exemplo das provocadas por trabalhadores em tempos de secas – eram vistas como secundárias no rol de movimentos necessários a uma transformação social coletiva. Recebendo influências, com efeito, de estudos clássicos sobre os movimentos sociais que costumavam negligenciar esse tema, conforme Frederico Neves, centrando suas “análises no sindicalismo rural ou em outras formas de organização”,<sup>83</sup> para não esquecer do cangaceirismo e messianismo.

Os trabalhadores do campo não eram considerados como agentes de primeira linha para a consolidação de uma desejada atitude política, pois suas ações seriam determinadas do “exterior”, pelas relações “econômicas e sociais”, por isso, precisariam de um agente externo para desafiar “o poder que os oprimia”. Fora isso, agitações rurais só eram avaliadas como movimentos sociais no momento em que eram metodizadas, institucionalizadas, aproximadas aos modelos de manifestações urbanas. Desses problemas surge a compreensão geral sobre as ações dos trabalhadores em tempos de secas como ou um “pedido de socorro”, provocado pela possibilidade de morte, ou um “um grito” de um grupo “sem forças suficientes” diante do “poder dominante”, portanto ações “atrasadas”, “primitivas”, “pré-políticas”, “instintivas” “espasmódicas”.<sup>84</sup>

Essa noção homogênea de camponeses como atrasados e desorganizados pode receber influência de uma leitura simplista da obra de 18 de Brumário de Marx:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. [...] Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais(...) Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e sua família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é assim, formada pela adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas).<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup>NEVES, *ibidem*, p.16.

<sup>84</sup>*Ibidem*, p.19.

<sup>85</sup>MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 413p. (Os Pensadores, XXXV). Trad. José Carlos Bruni, pp. 402-403.

A preocupação em apontar essa clássica e controversa citação de Marx é porque curiosamente ela traz uma série de adjetivações que, por algum tempo, recaíram sobre os migrantes das secas. Dentro dessa lógica, qualificações como “imensa massa”, sem comunicação entre si, “sem riqueza de relações sociais”, sem identidade de classe e interesses em comum são associadas a essas ocorrências. Contudo, os trabalhadores rurais do semiárido nordestino, que se retiravam de seus lugares, não podem ser vistos como “imensa massa”. As diversidades das suas origens, dos seus modos de trabalho, das suas rezas e festas, a força de sua comunidade, enfim, a variedade dos seus costumes, já desmistifica essa condição. Como é demonstrado nesse capítulo, seus conflitos e seu cotidiano evidenciam tal “riqueza de relações sociais” e mostram que existiam interesses que os uniam em variados momentos, que, de certa forma, revelavam uma comunhão e uma coletividade na busca pela melhoria de condições de existência em nome da assistência aos pobres em tempos de secas.<sup>86</sup>

Conforme Vinícius de Rezende, sociólogos nos anos 1960 estudaram a formação da classe proletária no Brasil interpretando a origem rural de grande parte dos operários como uma “mácula” que explicaria importantes ausências na composição da classe de trabalhadores nacional. “Falta de consciência de classe e de ações coletivas, baixa participação sindical, altas taxas de instabilidade e mobilidade profissional, fascínio frente às grandes indústrias, conformismo e submissão”; estas formulações seguramente impactavam as ações de trabalhadores migrantes pobres do Brasil interiorano.<sup>87</sup>

Do mesmo modo, as atuações dos migrantes das secas sempre foram de difícil interpretação por não se encaixarem num certo “padrão político” de organização. Frederico Neves, em seu estudo sobre pobreza, seca e política, inspira a entender porque as ações dos “retirantes” não são vistas como políticas – dessa forma, ignoradas em muitos estudos – segundo pressupostos os mais usuais e aceitos.<sup>88</sup> Primeiro, as ações ditas políticas são as conduzidas ao encontro ou de encontro ao Estado. Segundo, as demandas devem partir obedecendo às hierarquias institucionais – entidades, associações, organizações de classe,

---

<sup>86</sup> Frederico de Castro Neves alega que “por todo o século XIX as obrigações dos proprietários de terras no âmbito da relação de reciprocidade desigual – submissão versus proteção – foi se tornando um encargo cada vez maior”, o que dificultou a proteção dada aos retirantes em tempos de crise com a concessão de terras férteis e outros. Dessa forma, o Estado assumiu o dever de amparar os retirantes em tempos de estiagens, quando passou a socorrer os retirantes. Isso foi tornando-se costume no século XX.

<sup>87</sup> Segundo Rezende, dentre os principais intérpretes dessa linha estão: CARDOSO, Fernando Henrique. *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social*. Revista Brasiliense, n. 41, p. 98-122, 1962; LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964; RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1966; REZENDE, Vinícius Donizete de. *Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)*. Op. Cit., p. 173.

<sup>88</sup> Ler: NEVES, F. C. *Seca, Pobreza e Política: o que é politicamente correto para os pobres?* Op. Cit.

sindicatos, partidos. Terceiro, deve haver uma liderança, uma distinção entre os que conduzem e os que executam. Quarto, deve existir um planejamento das ações com objetivos predefinidos e fins traçados. Grosso modo, acredita-se que o nível de “politização” das ações, baseada nas características acima, pode definir sua eficácia e por isso as lutas dos trabalhadores das obras durante as secas são vistas muitas vezes como apolíticas.

Realmente, em geral, nestes movimentos, não existe uma percepção clara de instituições e lideranças que os dirigem, por isso, tratando-se de atuações coletivas, elas podem ser confundidas com turbas. Ademais, não há articulação metódica e prévia de objetivos nem fins traçados. Até porque, como é bem lembrado por James Scott, “o objetivo, afinal, da grande expressão da resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas antes sobreviver”.<sup>89</sup>

Dessa forma, designações como retirante, flagelado e “cassaco” podem condensar uma ampla variedade de trabalhadores das frentes de serviços, desde agricultores idosos até donas de casas viúvas, desconsiderando suas particularidades. Assim, utiliza-se, em alguns momentos, o termo trabalhador-cassaco, mas de maneira alguma para atribuir o sentido de animal ao sujeito e reforçar estereótipos, e sim, pela necessária diferenciação do migrante da seca, do trabalhador antes de ser empregado nas obras e do obreiro alocado nas frentes de serviços.

Na busca por sobrevivência, a seca e a fome podem ser lidas como a síntese da existência social do sertanejo, reduzindo-os a “esqueletos animados”, numa realidade aleatória. O que ocorreu nas estiagens da década de 1950, como é demonstrado, é que os pobres das secas, em direção aos núcleos urbanos, construía alternativas frente aos problemas advindos da estiagem e acabavam por modificar os cenários das ruas, das repartições públicas e das frentes de serviços. Antes mesmo de começar a lidar nas obras, os trabalhadores-cassacos iniciavam suas pelegas. O movimento em nome da garantia de uma vaga nos alistamentos era crucial para suportar os problemas sociais que se tornavam calamitosos com a seca.

---

<sup>89</sup> SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. Trad. MENESES, M.A. e GUERRA, L. In. *Raízes*, Campina Grande, vol. (21) N° (1), p 10-31, 2002.

## 2. NO RASTRO DAS OBRAS PÚBLICAS: ALISTAMENTOS, TRABALHO E VOTO

Chegado ao mês de dezembro, diversas comunidades nordestinas ainda hoje se mobilizam em torno de velhos sertanejos chamados “profetas da chuva”. Tidos como experientes intérpretes das estações do ano, esses personagens elaboram previsões com base no comportamento dos animais, posição das estrelas, observação de plantas, direção dos ventos, entre outros sinais.<sup>90</sup> Segundo eles, um círculo ao redor da lua, por exemplo, prediz um período de “inverno”, ou seja, chuvoso, indicativo de um “ano bom”. A manutenção e a transmissão desses conhecimentos demonstram o quanto os aspectos míticos, consuetudinários e materiais têm conduzido a vida, moldado os costumes e atribuído sentido e ritmo ao trabalho sertanejo, ao longo de gerações.

Para a população do campo, os ciclos da natureza constituem grande arquiteto do tempo. É tempo de inverno – hora de plantar –, é tempo da colheita e é tempo de estiagem. Como as chuvas no Nordeste se concentram, fundamentalmente, no primeiro semestre do ano, a habilidade de prever a estiagem é admirada. Isto demonstra uma relação íntima com a natureza – indo além do convívio com o meio –, construída através da observação, aprendizado e experiência. Considerar as falas dos mais idosos, portanto, é um fator importante, faz parte da tradição do labor diário nas localidades rurais, seus saberes são valorizados, pois quanto mais cedo for identificado que o ano será “bom”, mais proveitosa a preparação para uma abastada seara. No entanto, se os presságios forem de ano “ruim”, os trabalhadores do campo preparam-se para reconhecer logo os primeiros efeitos das estiagens e buscam se precaver munindo-se de alternativas.<sup>91</sup>

Passado janeiro, caso não desçam águas, as fontes de alimentação começam a desaparecer. Em fevereiro, rezas, festas e promessas se avolumam e, em março, se até dia 19, dia de São José, padroeiro das boas plantações, a situação pluviométrica não se reverter, o ano

---

<sup>90</sup> MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 41. Outra conhecida experiência é a das pedras de sal que são postas ao sereno da noite, no dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, para observar que meses serão chuvosos, se existirão. Esse costume é cantado por Luiz Gonzaga com letra do poeta cearense Patativa do Assaré: A treze do mês/ Ele fez experiência/Perdeu sua crença/Nas pedras de sal(...).

<sup>91</sup> Cf. RIOS, Kênia Sousa. O tempo por escrito: sobre lunários e almanaques. In: CARVALHO, Gilmar. *Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. Ver também: TADDEI, Renzo. Notas sobre a vida social da previsão climática – Um estudo do caso do Ceará. In: *Relatório Final do Projeto Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos com Incorporação da Previsão Climática: da Informação e Previsão Climática à Redução das Vulnerabilidades às Secas no Semi-árido Cearense*, Vol. 3. Fortaleza: IRI/FUNCEME, 2004; MARTINS, Carla. *Profetas da Chuva*. Fortaleza: Tempo D’Imagem, 2006.

seco já é declarado.<sup>92</sup> Assim como em outros anos de estiagem, 1951, 1953 e 1958 começaram causando apreensão ao sertanejo que bem conhece sua terra e seu ofício e pôde antever o ano de escassez. Sem trabalho e sem alimento, os trabalhadores buscaram alternativas de renda para garantir a sobrevivência.

Nas secas da década de 1950, recorte deste trabalho, lavradores, vaqueiros, artesãos e donas de casa, acostumados com a vida no sertão, deixaram seus afazeres, seus animais, suas casas, conhecidos e parentes, suas redes, seus pertences, sujeitos à fome e às epidemias, em busca de opções. Trilhar as rotas das obras públicas em busca de trabalho também foi um importante meio de contornar as dificuldades. Entretanto, antes mesmo de estudar esses trabalhadores na labuta dentro dessas construções, é relevante analisar as condições e os conflitos em torno da ocupação nas obras. Verificar isso é indispensável, já que tais celeumas vão compor as experiências que os trabalhadores carregavam para esse diferente cotidiano de faina. Ademais, sem menosprezar o papel do Estado enquanto esfera de poder, gestor público e administrador das obras de combate às secas, pretende-se enfatizar, nesse capítulo, os arranjos destas autoridades públicas, gestores das obras e donos de terras em torno dos alistamentos. Fora isso, devem ser consideradas as próprias ações dos sertanejos em busca de vagas nas construções para garantir a sobrevivência.

Dessa maneira, rumo aos núcleos urbanos, lugares que concentravam possibilidades de conseguir alimento e afazer, os pobres modificavam as paisagens e passavam a fazer parte dos discursos de políticos, da imprensa, dos cidadãos. Frederico de Castro Neves já examina uma série de ações dos “retirantes” em tempos de secas, com foco especial nos saques.<sup>93</sup> Esta análise aproveita estas problemáticas no tópico seguinte, mas se centrará nas movimentações dos trabalhadores pobres na busca por vagas nas frentes de serviços públicas, já que os sujeitos desta tese são os “retirantes” empregados nas construções de estradas, açudes e outras obras nas secas da década de 1950.

---

<sup>92</sup> O dia de São José, que para os sertanejos marca o ano chuvoso ou seco, coincide com o equinócio de outono. Dependendo da baixa pressão atmosférica e da temperatura das águas do oceano, durante o equinócio, chuvas caem sobre os estados do Nordeste (principalmente os localizados ao norte) determinando se novas chuvas continuarão a ser despejadas.

<sup>93</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Essa obra trata das ações de massa no Ceará em tempos de secas, rejeitando as associações das ações dos retirantes a movimentos irracionais e “espasmódicos”, com referência a Thompson. São estudados acontecimentos desde 1877 até a década de 1950, quando, de acordo com autor, consolida-se uma tradição de protestos em tempos de secas. Meu primeiro capítulo recebe contribuições desse trabalho, mas se centra nas movimentações dos retirantes em busca por trabalho nas obras públicas, já que o foco central desta pesquisa é a experiência operária de retirantes nas construções de estradas e açudes, na década de 1950.

## 2.1 EM BUSCA DE TRABALHO

Sozinhos ou em grupo, os retirantes do romance *Os Cassacos* percorriam os caminhos que levavam aos locais que significavam possibilidades de emprego e comida. “Nas margens da estrada, ao abrigo do sol, embaixo de juazeiros e oiticicas, muitas famílias esperavam o frescor da noite para prosseguir na penosa caminhada” rumo aos locais “onde estavam alistando a gente para as obras públicas”. Com a seca declarada, “as primeiras levas de migrantes” já enchiam as estradas “poeirantes em busca de trabalho”. Ao ver todo seu roçado perdido, Zuca Machado, personagem da literatura, turva-se de tristeza. Ele também haveria de ir, mesmo com a “recordação amarga” de suas experiências anteriores como operário, da “farinha azeda, carne rançosa, feijão duro”, “da fome, da febre e do miserável hospital” nas frentes de serviço, o personagem considera que não haveria outro “jeito” senão “iscapá nas construção do governo”.<sup>94</sup>

As “levas de retirantes”, descritas na obra do jornalista Luciano Barreira,<sup>95</sup> “buscavam serviços nas obras do açude Banabuiú ou na construção da estrada Piranguí”, durante a estiagem de 1958. As desventuras dos seus personagens guardam propositais referências ao cotidiano dos trabalhadores-cassacos da década de 1950. Por isso, embora se trate de um romance de ficção, *Os Cassacos* é uma importante fonte histórica, não apenas por ser contemporânea ao contexto social e histórico objeto desta pesquisa, mas principalmente pelo fato de os episódios narrados pelo autor guardarem intencional sensibilidade e empatia histórica em relação às situações vividas pelos obreiros das frentes de trabalho na década de 1950. Como repórter, o escritor realizou pesquisas de campo para elaboração de matérias sobre o “doloroso ano de seca” de 1958, dizendo ter vivido “dias, semanas, meses inteiros, nas frentes de emergência, morando nas mesmas barracas, comendo da mesma comida e bebendo da mesma água que bebiam os cassacos”.<sup>96</sup>

Assim como os personagens do romance, a alternativa mais viável naqueles anos de estiagem para alguns sertanejos foi garantir o sustento para si e para sua família por meio do

---

<sup>94</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976, pp.60, 13.

<sup>95</sup> Nascido em Fortaleza, em 1926, Luciano Barreira foi jornalista, escritor e integrante do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Trabalhou nos jornais *Gazeta de Notícias*, *Diários Associados* e *O Democrata* e, aos 48 anos, publicou seu primeiro romance *Os Cassacos*, aproveitando-se de rascunhos, matérias, notas e observações realizadas em campo na seca de 1958.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p.13. O açude Banabuiú, citado no romance, foi construído na década de 1950 pelo DNOCS, na cidade de Quixadá. Com um milhão e meio de metros cúbicos, esse açude de grande porte foi localizado no lugar do boqueirão do Modubim e lotou, em sua construção, milhares de trabalhadores-retirantes. As descrições feitas sobre os arredores do açude, os municípios que entornam e os caminhos que os retirantes percorrem no romance são os mesmos que se encontram nos relatórios da década de 1950. Verificar: GONÇALVES, Luiz Mendes. *Relatórios de serviços executados em 1952*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, 1954, p.62.

trabalho nas obras públicas. Decerto, as pessoas avaliavam as escolhas dentro do horizonte de possibilidades que as cercavam. Se disparar para outros estados poderia ser atrativo e objeto de desejo para uns, para outros, representava a distância da família, o desconhecido, uma longa e dura jornada. Nessa lógica, pode-se dizer que na intenção de evitar as mazelas de um percurso longo para outros estados muitos sertanejos procuravam alistamentos nas obras que pudessem fornecer trabalho.

Dessa forma, antes mesmo da declaração oficial da seca, a imprensa já noticiava, em 1951, o ajuntamento de pessoas nas ruas de cidades cearenses com rumores de receber obras nos limites dos seus municípios. Na cidade de Campos Sales, no dia de São José, 19 de março de 1951, “ondas de flagelados” vagavam nas ruas “sem pão e sem abrigo”, é o que narra o periódico *O Nordeste*. Visto o grande ajuntamento de “retirantes”, os órgãos públicos afirmavam que a qualquer momento ocorreria uma invasão coletiva, mas, mesmo assim, a prefeitura resolveu não fechar as portas. Por volta de onze horas da manhã, “uma multidão de quase oitocentos flagelados assaltou a prefeitura municipal”. Com ares de imprecisão e amedrontados pela cena de revolta, os comerciantes viram-se obrigados a fechar as portas de seus estabelecimentos.<sup>97</sup>

Depois desses acontecimentos, Francisco Veloso de Andrade, prefeito da cidade, viu-se impelido a distribuir alimentos: “mil e seiscentos litros de farinha, e grande quantidade de rapadura” para “saciar a fome que os devorava”, fora “algum dinheiro”. Os trabalhadores não ficaram satisfeitos com a medida tomada e avisaram que voltariam na segunda-feira seguinte, 26 de março, prometendo que “atacariam o comércio”, caso uma solução mais definitiva não fosse operada. Depois dessa ocorrência, o prefeito da cidade alegou que somente com o início de construções públicas, executadas pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), haveria trabalho aos retirantes e então seria possível conter-lhes os ânimos, caso contrário, os particulares veriam os seus “próprios lares assaltados pelos famintos”.

Mais uma vez a imprensa tratava os trabalhadores como infelizes, desgovernados pela fome, desgraçados pela seca. Pobres que poderiam ficar cada vez mais violentos, colocando as autoridades públicas e os cidadãos como prováveis reféns de sua ferocidade. No episódio ocorrido na cidade de Campos Sales, porém, as famílias, através do cenário de incerteza

---

<sup>97</sup> *O Nordeste*, 20/3/1951. O jornal *Correio do Ceará* também trata deste mesmo evento nessa data. Frederico de Castro Neves também narra esse acontecimento no seu livro *Multidão e a História* citando o jornal *O Povo* de 21 e 27 de março de 1951. O jornal *O Nordeste* discorre sobre um acontecimento do dia anterior e as narrativas feitas na primeira parte desse texto têm referência nessa notícia.

provocado pela aglomeração de gente, garantiram alimento e o prefeito da cidade também aproveitou o momento de pânico para noticiar que somente a realização de obras como “medida de emergência” resolveria os problemas.

Assim como em Campo Sales, as populações cobraram vagas nas obras durante todo o ano de 1951 e tiveram destaque especialmente na imprensa – desde *O Democrata*, um jornal comunista, até *O Nordeste*, um jornal católico – que noticiou com bastante frequência as aglomerações de sujeitos em busca de trabalho. Os jornais do Ceará, *O Nordeste*, *Tribuna do Ceará*, *Gazeta de Notícias*, *O Democrata* e *O Povo*, noticiavam que um estado de celeuma se estabeleceria caso faltassem verba para obras e alimento para os migrantes.

No mês de março de 1951, conforme o jornal *Correio do Ceará*, órgão dos *Diários Associados*<sup>98</sup> nesse estado, o prefeito de Acaraú comunicou que “habitantes procuravam a sede municipal à procura de trabalho e alimento” sob o “espectro da fome”. Com isso, foi acertado que a rodovia Acaraú-Itapipoca deveria ser realizada imediatamente. Noutro extremo do Ceará, em Juazeiro do Norte, o povo ajuntava-se nas praças “clamando por trabalho”, ameaçando assaltar o comércio. De acordo com o *Correio do Ceará*, os comerciantes cearenses já falavam “assustados” em “ser saqueados” e somente obras de emergência, algo de que todos os municípios necessitavam, solucionariam o quadro que se instalou com a seca.<sup>99</sup>

Raul Barbosa, segundo Frota, que já tinha solicitado providências aos seus representantes no Congresso Nacional, por conta das “populações sertanejas” a reclamar ocupação, precisou reforçá-las. As Câmaras Municipais, prefeituras, religiosos e associações de classe apelavam ao governo estadual rápida solução.<sup>100</sup> Assim, no fim do mês de março, depois das primeiras investidas dos trabalhadores em busca de ocupação e dos pedidos de obras pelas autoridades locais, o diretor do DNOCS, Vinícius Berredo, prometeu trabalho a todo “flagelado”, noticiou o jornal *O Povo*.<sup>101</sup>

Três dias depois, o mesmo periódico transcreveu uma correspondência enviada à sua redação, na qual constava um telegrama emitido pelas “autoridades locais” de Canindé, a pedido dos “retirantes”, ao diretor do DNOCS. As autoridades informavam a Berredo que “mais

---

<sup>98</sup> Os *Diários Associados* é um grupo de comunicação fundado em 1924. Ele congregou jornais, revistas, emissoras de TV, tendo como exemplos *O Jornal*, que foi o seu primeiro veículo de informação, e a revista *O Cruzeiro*. No momento em que o jornal *Correio do Ceará* era o veículo de informação dos *Diários Associados* no estado, diferentes periódicos estavam sob a responsabilidade do grupo nos mais diversos estados brasileiros.

<sup>99</sup> *Correio do Ceará*. 16/3/1951.

<sup>100</sup> FROTA, Luciana Silveira de Aragão e. *Documentação oral e a temática da seca estudos*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.p.223.

<sup>101</sup> *O Povo*. 23/3/1951.



de mil chefes de família” solicitavam alistamentos nas frentes de serviços, salientando, contudo, que qualquer “medida tardia” seria “contraproducente” diante do volume de famílias que já reclamava trabalho. Dessa forma, a construção do açude São Mateus viria a calhar como “pronto e eficaz socorro” aos “famintos de Canindé”.<sup>102</sup>

Em abril, *O Povo* noticiava que já estavam lotados nas obras mais de vinte mil retirantes somente no estado do Ceará. No entanto, quanto mais o ano avançava, os problemas avolumavam-se e restava aos pobres das secas continuar abarrotando as sedes dos municípios à procura de vagas, nas obras.<sup>103</sup> Os pedidos de alistamentos, aliás, vinham de todos os cantos do estado, mas os retornos, conforme alega um vigário da cidade de Itapagé, precisavam ser mais palpáveis. O padre denuncia que muitos “homens” procuravam “a todo instante trabalho” que lhes permitisse “diminuir a fome dos seus filhos”, necessitando, pois, de uma resposta mais “positiva”.<sup>104</sup>

Segundo Hermosea,<sup>105</sup> viúva do engenheiro que chefiou os açudes Araras e Pentecostes, as pessoas chegavam de todos os lados, centenas acampavam na frente da casa em que residiam. Certa vez, discorre ela, no Araras, no início dos anos 1950, uma multidão aglomerou-se ameaçando invadir toda a obra. Na ocasião, seu esposo conseguiu dois bois para saciar a fome imperante, alistando aqueles que estavam comportados no orçamento do mês.

Somente a notícia de uma obra já era suficiente para que várias pessoas acudissem de todos os cantos. Em Massapé, a notícia da construção do reservatório Acaraú-Mirim, ordenado ao DNOCS pelo ministro da Viação e Obras Públicas, Sousa Lima, durante uma visita àquela cidade, fez afluir um grande número de “flagelados”. A obra não foi iniciada nos dias seguintes, conforme a promessa do ministro, e, em decorrência disso, “retirantes” concentraram-se nas ruas solicitando “auxílio e emprego ao comércio e às autoridades”. Alguns deles, quem sabe cansados de esperar socorro, saquearam propriedades, abatendo “reses”, em “alguns casos, na presença dos próprios donos”.<sup>106</sup>

---

<sup>102</sup> *O Povo*. 26/3/1951. O açude São Mateus já tinha seus estudos realizados desde a década de 1920, é o que informa a documentação sobre açudes públicos do DNOCS. Entretanto, conforme fontes sobre o processo de construção da obra, a aprovação da construção do açude, diferente do que desejava o prefeito de Canindé, em 1951, alegando mediar pedidos da população, só teve suas obras em andamento, em 1954. Fundo açudes públicos Ceará. Pasta açude São Mateus. Memória justificativa dos estudos do açude público São Mateus. Assinado por Sebastião de Abreu. Sem data; Memória justificativa do projeto do açude público. Assinado por José de Ribamar Batista. 17/2/1954.

<sup>103</sup> *O Povo*. 4/4/1951.

<sup>104</sup> *Correio do Ceará*. 25/4/1951.

<sup>105</sup> Maria Hermosea Girão de Araújo. Entrevista realizada em 1/10/2014.

<sup>106</sup> *Correio do Ceará*. 30/5/1951.

Então, a circulação de pessoas dava-se nas cidades maiores com comércios abonados, mas especialmente em municípios, grandes ou pequenos, que abrigavam as frentes de serviços, seus escritórios de alistamentos, ou que estavam na iminência de estreitar obras de emergência. Acontecimentos, como passagem de políticos, nas localidades, prometendo obras, faziam com que aquelas se tornassem pontos de convergência de pessoas. As notícias dos alistamentos espalhavam-se muito rapidamente e as caravanas afluíam de todos os cantos, até dos lugares mais distantes.

É inconcebível, entretanto, que os sertanejos aparecessem aqui e ali, ajuntando-se nesses lugares, como algo espontâneo. As notícias, os boatos, as redes de parentesco, as relações de compadrio eram fundamentais no desenho dos aspectos dessa circulação em busca de serviços. Os trabalhadores do campo, portanto, não se desfaziam de seus pertences e deixavam seus lares, às vezes, sem a família, sem refletir sobre seus feitos, sobre seus destinos, sem ter a mínima noção de onde poderiam aportar.

Segundo Alexandre Cardoso, a “circularidade de informações” conforma as redes de contato entre as pessoas que migravam. Ou seja, sertanejos trilhando seus rumos à procura de trabalho, valiam-se das informações, especialmente dos boatos que circundavam as comunidades, para chegar aos seus destinos. Uma parte dos trabalhadores entrevistada obteve conhecimento dos locais das obras através dos boatos, a partir das informações e indicações de familiares, parentes, compadres, ou colegas que já estavam trabalhando nas obras e enviavam notícias de novos alistamentos ou vagas abandonadas.<sup>107</sup>

Era possível, também, que as pessoas soubessem de algumas novidades através da imprensa. Como visto, os jornais publicavam as declarações oficiais e as mensagens políticas, importantes meios de notificações dos lugares de alistamentos e das realizações das obras, alimentando constantemente a disseminação dos boatos. Não é de admirar que em muitos episódios listados acima, antes mesmo da chegada das equipes técnicas, os retirantes já estivessem no interior dos municípios esperando a abertura dos alistamentos nas obras.

Os pobres buscavam soluções, entretanto, não somente nos municípios do interior do Ceará. Conforme o *Correio do Ceará*, em 27 de março, muitas famílias que estavam abrigadas na Hospedaria Getúlio Vargas,<sup>108</sup> em Fortaleza, dirigiram-se até o Palácio do Governo para solicitar amparo, despertando a “curiosidade dos populares” durante o trajeto. Nessa ocasião, o

---

<sup>107</sup> Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico*. Fortaleza, Mestrado em História Social - Universidade Federal do Ceará, 2011, p.13.

<sup>108</sup> A Hospedaria Getúlio Vargas era organizada pelo Departamento Nacional de Emigração. Ela recebia retirantes que chegavam à capital, especialmente os que desejavam sair do Ceará. As notícias sobre a vida nesse local são de péssimas condições de higiene, lotação e falta de comida.

governador Raul Barbosa decidiu encaminhá-los para trabalhar em obras do interior, especialmente em rodovias, irrigação e açudagem, nas cidades de Baturité e Pentecoste.<sup>109</sup>

Os retirantes, em seguida, foram re-encaminhados à Hospedaria Getúlio Vargas e, conforme *O Nordeste*, muitos foram imediatamente cadastrados nas obras do açude Pentecoste. Contudo, na manhã seguinte, 28 de março, “quando os caminhões da 10ª Região Militar chegaram à hospedaria” para transportá-los, a maioria havia fugido. O jornal porta-voz da arquidiocese alegou que os acontecimentos evidenciavam influência dos comunistas, “perturbando a boa ordem de acomodação dos mesmos”.

Entre outras questões, um evento curioso nessa notícia é a fuga dos trabalhadores já cadastrados para serviços no açude Pentecoste. É intrigante que migrantes reivindicando remediações para seus problemas tenham se desfeito da oportunidade de se empregar numa obra. A postura deles, porém, indica um provável desagrado com a medida do governador. Uma suposição é, mesmo que não se possa afirmar, como alega a fonte, que eles fugiram instigados por comunistas.

Outra hipótese deve levar em consideração que os migrantes que se dirigiam à capital do Ceará não tinham como único objetivo conseguir emprego nas construções públicas, ao contrário, os retirantes que se abrigavam na Hospedaria Getúlio Vargas, em sua maioria, pretendiam e aguardavam do governo o subsídio de passagens para fora do Ceará. No entanto, a política nas secas de 1950 era fixar trabalhadores no Interior e evitar a migração, ideal que combina com a medida tomada pelo governador. Muito provavelmente, os retirantes ficaram insatisfeitos com a alternativa apresentada por Raul Barbosa, já que não desejavam como socorro trabalho em construções, no Ceará, mas passagens para outros estados. Importa, portanto dizer que incitados ou não por comunistas, nessa ocasião – dentro das principais possibilidades que existiam naquele momento à estiagem, que era migrar ou ser operário no interior – aqueles retirantes desenharam seus trajetos, escaparam do trabalho nas construções.

No segundo semestre de 1951, alguns sertanejos já tinham alcançado vaga nas obras, porém outros continuavam esperando trabalho. Assim, depois de se movimentarem nas cidades, foi a vez de marcharem em busca de trabalho e comida mais energicamente nos lugares que exatamente concentravam essas oportunidades, ou seja, nos arredores das obras e dos seus fornecimentos, lugares que representavam materialmente a solução para os problemas. Lá, migrantes insatisfeitos à procura de emprego tiveram, em alguns eventos, reforço de trabalhadores-cassacos desagradados, especialmente, com a falta de alimentos.

---

<sup>109</sup> *Correio do Ceará*. 27/3/1951.

De julho a outubro de 1951, o jornal *O Democrata* noticiou alguns episódios. Em 23 de julho, “retirantes” e “cassacos” das obras da estrada de rodagem de Itapagé ameaçaram invadir os barracões de alimentos.<sup>110</sup> Em 31 de agosto, cerca de 500 retirantes e trabalhadores-cassacos, dispensados das obras, aglomeraram-se nos canteiros da rodagem Acaraú-Itapipoca solicitando trabalho, ameaçando entrar inclusive na casa do engenheiro chefe da obra. Em 16 de outubro, depois de frustrados com a inviabilização dos alistamentos para a construção do açude Assunção, trabalhadores chegaram maciçamente à cidade de Itapipoca, ameaçando novos saques ao comércio.

No início de novembro de 1951, logo que foram iniciadas as construções da estrada de rodagem que ligava o açude Aires de Souza ao açude Araras, “levas de flagelados famintos” aglomeraram-se próximas aos seus canteiros. Por telegrama enviado ao DNOCS, o prefeito afirmou que os pobres, especialmente as crianças, pereciam de fome diariamente nas vias da cidade e, não suportando mais as condições cotidianas, “cerca de quinhentas pessoas invadiram o depósito de feijão do governo tirando o que conseguiram”.<sup>111</sup> Um mês depois, o chefe do primeiro distrito de obras enviou telegrama ao diretor do DNOCS dando conta de que já havia tomado providências quanto às “invasões dos depósitos de feijão do DNOCS”. A situação estava sob controle, diz ele, já que muitos retirantes foram admitidos nas obras da rodovia Aires de Sousa-Araras e, além disso, “grande parte dos que levaram feijão foi admitida” e “pagará a porção que se apoderou”.<sup>112</sup>

Por mais que as consequências da seca de 1951 tenham atravessado os primeiros meses de 1952, pode-se dizer que a situação abrandou. Um indício disso é que ocorreu uma diminuição na procura por trabalho. Os episódios que aconteceram, entretanto, centraram-se nos primeiros meses do ano, quando, certamente, as atividades produtivas ainda não haviam se normalizado, impossibilitando o retorno em massa dos trabalhadores às suas atividades, combinado com a paralisação de algumas obras.<sup>113</sup>

Em outros estados nordestinos, pessoas também se ajuntaram na busca por ocupação. O prefeito de Cajazeiras (PB), na seca de 1952, Otacílio Jurema, alegou que “três mil pessoas

---

<sup>110</sup> *O Democrata*. 23/07/1951. Os fornecimentos localizados em Itapipoca e Pentecoste também foram foco de conflitos de trabalhadores-cassacos em torno da qualidade e disponibilidade de alimentos. Ver: NEVES, Frederico. *A multidão e a história*. Op. Cit.

<sup>111</sup> Arquivo segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n.4. Telegrama enviado pelo prefeito de Cariré (CE), 6 de novembro de 1951.

<sup>112</sup> Arquivo 2ª DR do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n.4. Telegrama enviado pelo chefe do 1º Distrito Pereira de Miranda ao diretor do DNOCS, 7 de dezembro de 1951.

<sup>113</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*. Op. Cit., pp. 166-167.

invadiram a cidade à procura de trabalho”. “Com a responsabilidade de garantir um mínimo de condições de vida para uma população inteira que se aglomerava”, e como não podia “improvisar uma obra para atender a essa emergência”, o prefeito distribuiu “alimentos e uma pequena reserva em dinheiro, enquanto providenciava junto ao Governo do Estado a decretação de uma medida mais objetiva”.<sup>114</sup>

O ano de 1953 foi também de estiagem prolongada, as chuvas escassearam e, no mês de março, os sertanejos já vivenciavam os seus primeiros efeitos, com perda de plantações e morte de gado. Entretanto, os trabalhadores não esperaram que os meios de subsistência desaparecessem por completo para procurar auxílio governamental. Mais uma vez, através de ações similares às ocorridas em 1951 e 1952, os trabalhadores dirigiram-se aos núcleos urbanos, especialmente dos municípios onde se localizavam obras públicas em andamento e promessas de novas frentes.

Cidades como Itapipoca (com três rodovias), Sobral (com três açudes e duas rodovias), Pentecoste (com um açude, uma rodovia e um canal de irrigação), Senador Pompeu (com duas rodovias) e outros municípios que concentravam construções de estradas ou estavam nas imediações de obras públicas, como Itapajé, Irauçuba, Limoeiro, Ipueiras, Iguatu, Granja e Icó, foram cenários de pobres à procura de trabalho e alimento.<sup>115</sup>

As ações dos sertanejos em busca de trabalho e comida concentravam-se especialmente nos meses de março e abril. Isto porque o mês de março encerra as chances de inverno e somente depois de declarada a seca, pedidos de verbas de emergência eram efetuados, para, entre outros, investir em execução de obras que pudessem fornecer ocupação aos retirantes. Dessa forma, esses meses eram críticos: perda de plantações, morte de gado, expectativa de fome, somavam-se à ansiedade quanto à “proteção” governamental, que, às vezes, atrasava provocando aglomerações de trabalhadores. Diferente dos segundos semestres dos anos de secas, quando as movimentações à procura de trabalho se davam majoritariamente nos arredores das obras e escritórios de alistamentos, nos primeiros meses do ano, as aglomerações dos retirantes concentraram-se especialmente nas ruas, propriedades privadas e aparelhos públicos dos núcleos urbanos.

Assim também ocorreu no ano de 1958. Somente no mês de março retirantes se aglomeraram nas cidades de Guaiuba, Lavras da Mangabeira, Jaguaribe, Granja, Ipueiras

---

<sup>114</sup> ROSADO, Vingt-um (org). *12 livro das secas*. Mossoró: Editora Universitária, 1985. (Coleção Mossoroense – Volume CCCVI), p.115.

<sup>115</sup> *Relatório das atividades de 1952*. (Apresentado ao Presidente da República pelo Eng.º Alvaro de Souza Lima - ministro da Viação e Obras Públicas). Rio de Janeiro: MVOP/Serviço de Documentação, 1953. Jornais: *O Povo*, *O Democrata*, *Correio do Ceará*, meses de março e abril.

ameaçando comércios e repartições públicas.<sup>116</sup> O *Correio do Ceará* informou que, diante da “gravidade da situação no interior”, o governador Flávio Marcílio autorizou a “construção de várias rodovias” e que o deputado federal Virgílio Távora, candidato nesse ano ao governo pela UDN, prometia tentar mobilizar recursos.<sup>117</sup>

Logo que foi declarada a seca de 1958, os políticos também efetuaram pedidos de obras públicas em seus municípios. Este ano ocorreu num contexto de proposição de mudanças nos projetos para o Nordeste, de preocupação com o avanço de movimentos sociais no campo, sendo a ele somados a eclosão de uma grande seca e o calendário eleitoral. Resultado disso foi um número ainda maior de frentes de serviços estabelecidas, como já foi mencionado, movimentando, mais uma vez, uma rede de relacionamentos entre diferentes sujeitos.

Em 4 de abril, conforme *O Correio do Ceará*, prefeitos de várias localidades se reuniram em assembleia para discutir os rumos diante daquela seca. Entretanto, mediante a análise de um almanaque e jornais de março e abril, percebe-se que, comparada a outras secas, a demanda de pedidos específicos de construções, especialmente açudes e estradas, avolumou-se.<sup>118</sup> É interessante perceber, a partir de uma contraposição entre dados levantados na documentação dos açudes públicos do DNOCS e nas fontes jornalísticas, que algumas dessas obras solicitadas já tinham estudos realizados, o que poderia servir como argumento para que os prefeitos não somente reivindicassem as obras, como pedissem a imediata implementação delas, levando em conta que todas as demoradas pesquisas preparatórias estavam prontamente realizadas. A ciência dos prefeitos sobre as obras estudadas sugere que esses políticos tinham acesso aos planos do DNOCS ou/e também que essas construções eram frutos de antigas reivindicações à instituição pelo município. Mas nem tudo foi realizado.<sup>119</sup> As lideranças, à

---

<sup>116</sup> *Correio do Ceará*. 27/3/1958 e 18/3/1958; *Gazeta de Notícias*. 6/4/1958 e 7/8/1958.

<sup>117</sup> *Correio do Ceará*. 17/3/1958.

<sup>118</sup> *Correio do Ceará*. 1/4/1958; *O Povo*. 21, 24, 26/3/1958 e 2,10/04/1958; Ata da 41ª sessão ordinária da 4ª sessão da 14ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 14 de maio de 1958; CÂMARA, João. Almanaque do Ceará. Fortaleza: Typ. Royal, 1959, pp. 30 e 31.

<sup>119</sup> As obras dos três açudes que foram solicitadas por prefeitos – Canoas, Mundaú e Patu – tinham estudos já realizados pelo DNOCS, entretanto todos eles só foram iniciados depois da seca de 1958.

A barragem do **Patu**, localizada no município de Senador Pompeu, teve início dos estudos, em 1919. Dois anos depois, foram realizados os primeiros trabalhos sob organização da firma Dwight P. Robinson & Co mediante um contrato assinado entre essa empresa estrangeira e a Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS (atual DNOCS). A construção foi paralisada, em 1923, e muitos ofícios foram enviados, especialmente entre 1932 e 1934 e, nas secas da década de 1950, na tentativa de retomada dos trabalhos. O prefeito de Senador Pompeu também tentou retomar as obras, em 1958, mas estas só reiniciaram no ano de 1961. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pastas açude Patu (1 e 2). Memória justificativa do projeto do açude Patu. 29/9/1920; Documento avulso de 1/1/1921, escrito em inglês; Ofício nº 391 de 7/11/1922, relatório a aprovação do relatório e orçamento do açude Patu; cinco ofícios relativos a verbas para reinício das obras do açude. ofícios : 514 de 30/11/1949; 790 de 14/9/1949; 649 T de 7/10/1949; 254 de 31/7/1953; 518 de 20/5/1957; Radiograma de 10/1/1961 comunicando o reinício das obras do açude Patu.

propósito, usavam como justificativa para a realização de tais empreendimentos a absorção dos “retirantes” que já marchavam para as sedes dos municípios em busca de ocupação.

Conforme o *Correio do Ceará*, os retirantes lotaram a cidade de Iguatu e o prefeito local empregou cerca de 700 homens na tentativa de precaver-se e evitar qualquer situação mais problemática. No mesmo dia, chegavam em Lavras da Mangabeira muitos solicitantes na cidade serrana de Baturité, os trabalhadores “concentrados” exigiam “amparo dos poderes públicos reclamando trabalho ou qualquer ajuda.”<sup>120</sup>

Em Ipueiras, como alega *O Nordeste*, de 26 de março de 1958, os serviços das estradas e açudes foram liberados, mas a verba ainda estava em tramitação, dificultando a vida de quem esperava por uma vaga que garantisse o “mínimo de sustento”. Dessa forma, visto acharem que não receberiam “nenhum auxílio governamental”, sertanejos ameaçavam a população local com suas abordagens. Dois dias depois, o diretor do DNOCS seguiu para o Interior do Ceará na expectativa de acalmar os ânimos com providências.<sup>121</sup>

Afinados ao discurso de autoridades públicas parece haver um consenso entre alguns jornais que somente frentes de serviços podiam solucionar o problema da chegada maciça de trabalhadores desocupados ao interior. O *Gazeta de Notícias* discorre que Iguatu estava entre as cidades mais assediadas por “necessitados” que “enfestavam as ruas”. Já em Mombaça, a única obra atacada era um campo de aviação, edificação “insuficiente” para abarcar todos os migrantes que procuravam trabalho.<sup>122</sup>

No mesmo dia, o jornal *Correio do Ceará* noticia que “cerca de 300 homens invadiram uma obra do DNOCS, exigindo serviços, na cidade de Camocim.” Nessa ocasião, foram lotadas 250 pessoas, com promessa de empregar o restante na semana seguinte.<sup>123</sup> Também na construção da estrada que ligava Campos Sales a Tauá os alistamentos não foram suficientes para todos os desempregados. Os retirantes insatisfeitos provocaram um conflito que somente teve fim com a distribuição de alimentos, mais de vinte sacas de farinha e rapadura, aos que ainda aguardavam sua oportunidade de vaga. Mesmo assim, o mercado central de Campos Sales

---

Os estudos do açude **Mundaú**, localizado no município de Uruburetama, foram iniciado em 1953. O projeto técnico do açude foi iniciado na década de 1960, mas sua construção, diferente do desejado pelo prefeito de Uruburetama na seca de 1958, somente ocorreu na década de 1980. Fundo açudes públicos. Pastas açude Mundaú. Memória justificativa e descritiva do projeto do açude. 9/1963; *Relatório de obras realizadas em 1985*. DNOCS: Fortaleza-CE, 1986.

<sup>120</sup> *Correio do Ceará*. 18/3/1958.

<sup>121</sup> *Tribuna do Ceará*. 28/3/1958.

<sup>122</sup> *Gazeta de Notícias*. 01/4/1958.

<sup>123</sup> *Correio do Ceará*. 1/4/1958.

foi invadido. Depois disso, o prefeito local levou aqueles sertanejos para um lugar afastado do núcleo urbano, recomeçando o alistamento e uma nova distribuição de alimentos.<sup>124</sup>

Em Messejana, acrescenta o periódico, cerca de 500 homens alistados na construção de uma ponte, mas ainda sem trabalhar, “havia invadido a localidade, exigindo de comerciantes e pessoas ali residentes alimento para si e suas famílias”. A primeira medida adotada pelo governador “para normalizar a situação” foi o “pagamento” adiantado de “diárias, correspondentes a dois dias, aos retirantes”. Constatou-se que, geralmente, os governantes conseguiam dispersar sertanejos com distribuição de alimentos e mais ainda com alistamentos nas frentes, que era garantia de trabalho e, assim, de sustento por um longo período. Contudo, isso poderia não ocorrer quando existia demora entre o alistamento e o início da lida, já que a remuneração só viria depois desta.

Conforme os meses passavam e as promessas de vagas de emprego não se efetivavam, exauriam-se também as esperanças dos trabalhadores que ainda estavam desocupados, tornando-os, de certo modo, mais cansados e impacientes. Em 7 de maio de 1958, outro acontecimento chamou a atenção da imprensa. Conforme o *Gazeta de Notícias*, por volta das nove da manhã, “cerca de 250 flagelados chegaram à localidade de Aquiraz, procurando emprego em algumas obras”. Sem êxito em sua busca, invadiram “casas comerciais e até mesmo a prefeitura”. Fizeram uma verdadeira “quebradeira”, inutilizaram máquinas, tentaram abrir um cofre, apedrejaram casas.<sup>125</sup>

De acordo com o *Tribuna do Ceará*, a fome e a seca abatiam todo “o povo nordestino”, levam povoavam a capital paraibana, alagoana e baiana,<sup>126</sup> demonstrando, afinal, que outros estados nordestinos também lidavam com o problema da aglomeração de sujeitos à procura de ocupação em obras públicas. Conforme o jornal *A República*, naquele mesmo ano, a capital potiguar também foi assediada e, no Interior de Pernambuco, a cidade de Afogados de Ingazeiras foi “saqueada por cerca de 1.500 flagelados”.<sup>127</sup>

Acabavam-se as reservas de gêneros, esmoreciam os animais e os sertanejos percebiam os sinais dos problemas sociais causados pela seca. Desfaziam-se dos seus pertences, sozinhos ou com seus parentes, migravam pelas estradas a pé, nos lombos de jumentos, defendendo-se do calor e do sol, em trens, ou em paus-de-arara, com pouco alimento e roupas. No meio do

---

<sup>124</sup> *O Democrata* 19/04/1958; *O Povo* 23/4/1958. In: NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*, Op. Cit., p.185.

<sup>125</sup> *Gazeta de Notícias*. 7 de março de 1958.

<sup>126</sup> *Tribuna do Ceará*. 24 de março de 1958.

<sup>127</sup> *A República*, 1/4/1958. MEDEIROS FILHO, João, SOUSA, Itamar de. *A seca do Nordeste*, Op. Cit., p.70, p.54.



caminho, recorriam à caridade, passavam por privações alimentares, perdiam os filhos, sofriam doenças e até falecimento.

Muitos retirantes iam em direção aos grandes centros. As cidades, desaparelhadas para receber tal contingente, além de uma parcela da população que não tinha maiores intenções de lhes acolher, não podiam fornecer abrigo, alimento e muito menos trabalho, tornando-se teatro de tensão e turbulência. Concluindo o trajeto, uns desejavam buscar a prosperidade em distantes estados, outros ambicionavam permanecer perto de suas moradas e, na intenção de evitar as mazelas de um percurso longo, procuravam alistamentos nas obras que pudessem fornecer trabalho. É importante lembrar que a memória sobre as retiradas é marcada pelos registros de mortes, doenças, inanição, prostituição e suicídios.<sup>128</sup> Possivelmente, levando em consideração que as pessoas já tinham informação sobre os problemas associados a uma travessia longa, arriscar-se numa jornada mais curta, seguir o rastro das obras públicas, poderia ser a esperança de menos sofrimento.

Nas secas ocorridas na década de 1950 (1951, 1953 e 1958), os trabalhadores buscaram ocupação nas obras para a atenuação de suas angústias, até porque a sobrevivência precisava ser garantida, e viver da caridade de particulares ou da parca doação de mantimentos pelos poderes públicos já não supria as necessidades da imensa população de sertanejos. A condição mais vantajosa para muitos era assegurar ocupação em construções públicas, medida que a política de Estado vigente, no período, disponibilizava aos que ficavam nos seus estados. As ações em prol disso se iniciavam, mas não se encerravam, nas sedes dos municípios.

Andrajosos, perambulavam dias pelos centros municipais, pressionando diuturnamente apenas com sua presença. Durante as secas, os sertanejos entravam nas cidades para mostrar a miséria a que estavam acometidos, diferente dos objetivos que poderiam levar essa população às sedes dos municípios em outros períodos como, missas, festas, procissões, negócios em feiras, visitas a familiares e compadres, saúde. Essas surtidas, contudo, eram importantes, pois, ajuntados pelas ruas, provocavam temor, muitas vezes só a ameaça de invasão de propriedades públicas e privadas já era suficiente para que autoridades locais

---

<sup>128</sup> Em anos de secas, a imprensa registra quase que diariamente casos de falências, morte de animais, de pessoas, migrações, fome, epidemias, saques, entre outros. Outras referências sobre as retiradas e os impactos delas sobre a vida das pessoas podem ser encontradas em: ALVES, Joaquim. *História das secas* - séc. XVII a XIX. Edição fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003; GUERRA, Felipe. *As Secas*. In: a República. Natal: RN, 1932; THEOPHILO, Rodolfo. *A secca de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; THEOPHILO, Rodolfo. *A secca de 1919*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; THEOPHILO, Rodolfo. *A Fome: Cenas da seca no Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das Secas (século XX)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, volume CCXXV, 1982.

demandassem aos seus superiores algumas medidas para dispersar as aglomerações, como doação de alimentos e promessas de alistamentos. A caminhada em direção aos centros, nos arredores dos prédios públicos e do comércio, onde não só podiam encontrar comida e mercadorias, mas também dinheiro circulante, e as marchas às obras faziam parte de uma “encenação”, prelúdio da “ação direta”.

A cidade era o lugar das prefeituras, das residências dos políticos, igrejas, câmaras de vereadores, casas comerciais e demais espaços de deliberações políticas, enfim, onde se acreditava que os problemas podiam ser resolvidos. Quanto aos habitantes dos núcleos urbanos, proprietários de casas comerciais, autoridades religiosas e políticas solidarizavam-se ou se atemorizavam. Pouco a pouco sua caridade passava a ser cada vez mais revestida de temor pela depredação e pelos saques, pois, conforme os estudos já mencionados de Frederico Neves, a partir de experiências de outras secas, os cidadãos sabiam que, chegando às cidades, as movimentações dos sujeitos em busca de trabalho não tardavam, fossem em forma de ameaça ou ação. Os pobres das secas impactavam as cidades com suas presenças, especialmente as mais urbanizadas como a capital cearense.

O ideal urbano de “modernidade”, com referência a Raymond Williams, inspira o orgulho da “gente da cidade” que, mesmo demonstrando caridade, às vezes, sente desconforto com a massa de sujeitos esfomeados espalhados pelos principais apararelhos urbanos aqui e ali. Os predicados da modernidade, as máquinas, a industrialização, o planejamento urbano, os edifícios, que “podem aparecer sob a forma de um plano social”,<sup>129</sup> alinhando o pensamento humano à civilização urbana e industrial, o ideal de cidade que se desejava naquele momento adornado sob os moldes de outras sociedades, muito diferem de todo aquele cenário criado pelos sentimentos e desejos dos trabalhadores que se retiravam do campo.

A litorânea capital cearense, por exemplo, era marcada no pós-guerra pelo afã do “ritmo acelerado, a verticalidade das edificações, a escala espacial sem precedentes, os novos potenciais energéticos, o fluxo difuso das comunicações e a profusão de recursos e equipamentos técnicos que compunham a experiência cotidiana dos [demais] grandes centros urbanos”.<sup>130</sup> Somado a isso a cidade teve um aumento de habitantes que praticamente dobrou,

---

<sup>129</sup> WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. Companhia das Letras. São Paulo, 1989, p. 394.

<sup>130</sup> SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo. Fachos de luz, fios de progresso: usos de objetos elétricos em Fortaleza (1945-1965). *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom. <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XIII/Antonio%20Luiz%20Macedo%20e%20Silva%20Filho.pdf>. Acesso em 02/05/2013.

na década de 1950. No ano de 1950, a cifra era de 270.000 e, nos dez anos seguintes, a capital extrapola os 500.000 habitantes. Não por acaso... Pois foi uma década marcada por dois anos quase seguidos de secas (1951,1953) e pela grande seca de 1958. Em acréscimo, pode-se pensar numa migração da população de áreas interioranas para a capital também atraídas por obras da construção civil ou por algum outro dinamismo econômico, no setor industrial ou de serviços. Parece muito natural a experiência que se tem hoje com os símbolos do urbano, do industrial, por isso, é necessário considerar o contexto de mudanças tecnológicas, urbanísticas e o aumento populacional numa tentativa de não artificializar o impacto da presença de retirantes no cotidiano de outros tempos a cada estiagem.

Essa afluência de retirantes para as cidades cearenses economicamente fortes, com dinamismo comercial – como Fortaleza (capital), Sobral e Itapipoca (na região norte), Juazeiro e Crato (no sul do estado) – era uma das principais evidências da insatisfação dos sertanejos, sem comida e sem trabalho. Outra era a aglomeração de sertanejos nos principais municípios do interior que haviam recebido verbas para as construções ou, simplesmente, os que aguardavam com expectativa melhoramentos públicos. Dessa forma, é possível entender que a “concentração maciça”, com a motivação essencial da fome, foi o meio mais importante <sup>131</sup> – até mesmo seu simples boato ou anúncio – utilizado pelos sertanejos no alcance de emprego. O próprio José Américo de Almeida mencionou que o ajuntamento de retirantes em torno das construções públicas era de grande proporção, figurando em “verdadeiras ondas humanas procurando fugir da fome”.<sup>132</sup>

Representantes do Estado, principalmente para atender aos pedidos dos prefeitos, negociavam com o DNOCS e seus emissários o início dos trabalhos para ocupar as massas que assediavam seus municípios. Depois, ajuntados em torno das obras, os migrantes esperavam em algum momento garantir seus alistamentos sob pena de gerar um mau andamento nas construções. Como se verificou, engenheiros e seus técnicos lidavam com a ameaça de má funcionalidade dos canteiros, saindo destes juntamente com suas equipes, em alguns casos. E mesmo quando já estavam com serviço nas obras, os trabalhadores dispunham-se a entrar em ebulição uma vez que poderiam voltar a ameaçar as cidades, caso as situações que os expunham à fome também retornassem. Por outro lado, isso não quer dizer que os retirantes não sofriam nenhum tipo de represália em suas ações. Além do mais, ameaçar, aglomerar-se,

---

<sup>131</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*. Op. Cit.,p.14.

<sup>132</sup> CAMARGO, Aspásia. *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 211.

saquear e invadir – como se enxerga com mais clareza no tópico adiante – nem sempre garantia trabalho e nem mesmo comida para todos que solicitavam.

Porém, acontece que prover a família fazia parte da cultura dos trabalhadores do sertão. Situações que desestabilizassem essas bases, fossem cheias, estiagens ou qualquer outro fator que causasse perda de plantação, constrangiam-lhes a buscar alternativas diferentes.<sup>133</sup> Mesmo de forma precária, garantir a sobrevivência dos seus parentes era uma tradição estabelecida, portanto agiam enquanto podiam agir, pois ainda possuíam forças, porque a fome apertava o estômago e os enfraquecia igualmente, mas também agiam em nome de um costume que era associado a um próprio sistema de relações familiares.

Ocorre que, desde o século XIX, a proteção paternalista ou caritativa antes dos terratenentes, que assegurava o sustento das famílias em tempos de seca, tornou-se um encargo cada vez maior e foi sendo assumida pelo Estado. O costume do governo de empregar retirantes em obras, então, fortaleceu-se, com reforço de diversos setores da sociedade. Assim, fora das calamidades, o pacto entre os donos das terras e os trabalhadores se mantinha, mas em tempos difíceis, quando a proteção não era suficiente, o pacto poderia ser quebrado e a obrigação da assistência passada ao Estado.<sup>134</sup>

Dessa forma, os retirantes, por exemplo, àquela altura, entendiam que não precisavam chegar a um estado de extrema miséria, fome e depauperamento de forças para poder procurar auxílio. Enquanto isso, prefeitos, vereadores, governadores e outros políticos também se beneficiavam da instalação de obras em seus municípios. Estes eram igualmente cientes de que tipo de concessão poderia satisfazer aos trabalhadores no sentido de prevenir o problema, como distribuição de alimento e ocupação, antes de ele acontecer. Em acréscimo – com referência ao pensamento de Hobsbawm sobre os protestos de pobres – entende-se que os conflitos costumavam aumentar durante a seca, também porque a “situação política” se tornava “incerta”, levando “as autoridades” a fazerem “concessões”. Mesmo porque essas perturbações também “desorientavam” e “dividiam” as elites.<sup>135</sup> No momento dos alistamentos nas frentes de serviços, como se estuda adiante, isto fica evidente com o envolvimento de autoridades políticas e fazendeiros nessas disputadas vagas em obras públicas.

---

<sup>133</sup> MARTINS, José; BURITI, Iranilson; CHAGAS, Liliana. Homens arando novas formas de viver: bordando um outro sertão. *Revista de História Regional* 12(1): 25-39, verão, 2007.p.29-32. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2237/1720>. Acesso em: 13/5/2014.

<sup>134</sup> FROTA, Luciana Silveira de Aragão e. *Documentação oral e a temática da seca* estudos. Op. Cit.,p.73.

<sup>135</sup> Eric J. Deveriam os pobres se organizar? In: *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 404, 411.

Os milhares de pobres em busca de trabalho nas obras públicas, vivenciando uma seca – lida por intelectuais e políticos como fenômeno natural que descarrega suas mazelas sobre os indivíduos – e com fome, são refletidos, afinal, em muitos estudos, como indivíduos numa busca enlouquecida e desesperada para saciar suas necessidades vitais, tais quais os animais cassacos. Trocando em miúdos, é certo que as ações dos retirantes são motivadas pela fome – o que para alguns parece atestar um patamar de irracionalidade. É certo também que não podem ser visualizadas como objetivando a ocupação de espaços institucionais, organizados metodicamente para a disputa e com discurso político articulado, o que faz com que se vista essas ações com o traje da espontaneidade. No entanto, muitas dessas pessoas conseguiram o que importava para elas naquele momento e isso vale. E mesmo que suas lutas não provocassem respostas, esses sujeitos não poderiam ser relegados à margem da história.

Depois da intensa circulação em busca de ocupação, os trabalhadores tinham que lidar com as mais diversas tramas que envolviam os alistamentos, as autoridades públicas, prefeitos, deputados, governadores, mas também donos de terras e equipes técnicas dos órgãos de combate às secas. Nesse cenário, as formas de alistamentos, algo fundamental na segurança do trabalho e, portanto, da comida, não dependiam apenas da peleja dos pobres.

## 2.2 DINÂMICA DOS ALISTAMENTOS

A chegada dos trabalhadores nos locais de alistamentos era marcada por grande celeuma no momento de garantir a inserção dos nomes nas listas. O excesso de pessoas na busca por emprego nas obras ultrapassava os quadros orçamentários e estas nunca eram suficientes para abarcar a cifra de necessitados. Além disso, outros problemas não demoravam a surgir, os relatos são de escolhas e arranjos de modo imperioso e “imoralidade” política na condução dessa etapa do serviço. Antes disso, é interessante entender alguns aspectos do que eram e de como eram realizados esses alistamentos.

Logo que os “retirantes” do romance *Os Cassacos* chegavam ao local dos alistamentos, “o apontador, com ares de importância, perguntava o nome e a idade de cada um, relacionando-os numa folha”:

–O nome, diga.

–Zuca Machado.

–Idade?

–Acho quê, péra um pôco, naci no ano de novecentos e oito

–Então tem cinquenta anos; esses brutos não sabem nem a idade.

Vamos ao seguinte.

–Chico Simão

–Chico coisa nenhuma, aqui é Zé, Zuca, é Juca e Mané. Ninguém sabe o próprio nome corretamente. Chico é nome de macaco, seu nome é Francisco!

– A idade?

–Sei direito não sinhô – respondeu o velho humildemente.

–Quando nasceu?

–Acho que foi no noventa e três, era minha mãe quem dizia...

O alistamento era realizado “daquele modo”, é isso que relata a literatura. Um sujeito “imbecil, estúpido”, “cursado em relações humanas na universidade da seca”, anotava os nomes e as idades das pessoas que procuravam vaga nas obras. Depois da inclusão dos nomes nas listas, as cadernetas eram entregues a cada trabalhador para que o profissional assinalasse as presenças e faltas. Com efeito, Luciano Barreira, por meio desse diálogo do romance, oferece ricas questões afinadas a problemas, verificados também mais adiante, em fontes oficiais e na imprensa, no que concerne aos alistamentos.

De início, os retirantes já presenciavam uma clara relação de hierarquia, já que o apontador, encarregado dos alistamentos, era o mesmo que posteriormente regularia faltas e presenças, computando, através disso, o pagamento semanal. Era bem possível que alguns funcionários do DNOCS, que sabiam ler e escrever, e, muitas vezes, tinham qualificação técnica, acreditassem ter “ares de importância” diante das pessoas que não lembravam ao certo sua idade e tinham como hábito abreviar o nome. Mas não somente apontadores, como também engenheiros, enfermeiros, profissionais da administração e do escritório, feitores de turma, feitores gerais, fiscais e até guardas, eram arregimentados pelo órgão para organizar os afazeres da construção e a massa de trabalhadores braçais.<sup>136</sup>

Partindo disso, é plausível entender que a hierarquia presente nas obras era atestada desde o início das construções até a sua conclusão e era fundamentada também na diferenciação entre os que tinham saber técnico-científico, técnico-burocrático e os que não o possuíam. Ademais, os mecanismos de vigilância do trabalho também estão presentes nas palavras do escritor do romance *Os Cassacos*. A existência de uma lista para identificação dos lotados na obra e principalmente a entrega de uma caderneta na qual seria apontado o serviço realizado, as presenças e as faltas reforçavam diferenças e hierarquias.<sup>137</sup>

Conforme as entrevistas, geralmente eram solicitados os dados pessoais, como nome, idade, estado civil, número de filhos e, quando possível, qualquer documento de identificação

---

<sup>136</sup> Nos relatórios, nas trocas de correspondências oficiais do DNOCS e nos jornais, atesta-se a presença desses profissionais.

<sup>137</sup> MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. Op. Cit., p.70. Nessa página os autores discorrem sobre alguns casos de apontamentos de trabalhos em obras contra as secas em Natal (RN).

como, segundo Hermosea, batistério, registro de identidade e título de eleitor. Contudo, mesmo que os órgãos que empregavam os trabalhadores estabelecessem alguns protocolos aos alistamentos, eles não tinham uma regra única e geral. Lucas Evangelista,<sup>138</sup> ex-feitor de turma, mencionou que os alistamentos eram responsabilidade dos “doutores” – do “doutor fulano, doutor cicrano, doutor do DNOCS” – e eram realizados nos “escritórios”. Do mesmo modo, o entrevistado José Ferreira<sup>139</sup> relata ter conseguido se alistar tanto na seca de 1951 como na seca de 1958, dirigindo-se aos locais elegidos para tal ordem. Nas duas estiagens, teve que aguardar colocação, sendo que, na primeira seca, conseguiu emprego logo no mês de abril, enquanto na seca de 1958, esperou até maio, andando de obra em obra, para começar a trabalhar e assim aplacar a fome.<sup>140</sup>

Enquanto José Ferreira falava sobre os alistamentos, Rosa Tomé,<sup>141</sup> sua esposa, interferiu ponderando que lembrava algo que gostaria de contar. Começou dizendo que, no “tempo de moça”, foi “empregada” na casa de um “grande homem” onde foi instalada a “residência” para o alistamento do “pessoal”. Dessa maneira, mesmo que Rosa não tenha feito parte dos quadros das instituições que organizavam as frentes de serviços, ela presenciou episódios em que ocorreu a inclusão de pessoas nas listas de empregados, o que torna sua entrevista imprescindível aos atuais propósitos da pesquisa.

Rosa Tomé começa a tratar do assunto contando uma história sobre um jantar que preparara para muita gente do “escritório” e cujas sobras ela própria distribuiu entre os “retirantes” que esperavam vaga para trabalhar nas obras. Entretanto, “tinha tanto do cassaco

---

<sup>138</sup> Lucas Evangelista trabalhou como feitor de turma no DNOCS. Antes disso, foi soldado do 4º Batalhão Ferroviário cearense integrando equipes que construíram ferrovias, no Interior do Ceará e Piauí. Lotado como feitor, dirigiu os trabalhos de um grupo de homens na seca de 1958, na construção do açude Pentecoste, operando junto a sua turma nos trechos da estrada de acesso ao açude. A saída do DNOCS foi um momento de inflexão na vida de Lucas Evangelista, conforme ele constrói sua narrativa. Depois da experiência como feitor de turma, não trabalhou mais vinculado a instituições públicas ou privadas, foi viver daquilo que ele conta ser sua paixão, narrar e cantar romances de cordel. Ocorre que, hoje, Lucas Evangelista é um conhecido cordelista no Ceará, premiado e honrado com o título de Mestre da Cultura cearense fornecido pela Secretaria de Cultura do Ceará. Então, possivelmente, por isso, sua narrativa sempre transita entre o reforço do fato de ele ser cordelista, valorizando as experiências que contribuíram de forma direta para isso e os outros trabalhos que realizou, a exemplo de feitor do DNOCS. Entrevista realizada em 13/12/2013.

<sup>139</sup> José Ferreira da Cunha nasceu no ano de 1932. Foi cassaco nas frentes de serviços, em 1951 e 1958, construindo barragens e estradas de rodagem. José Ferreira, nos primeiros minutos de entrevista, narrou sobre os serviços, a rotina dos horários, o fornecimento de alimentos, mas guardava um pouco as falas que pudessem transparecer sofrimento, talvez, por estar cedendo a entrevista a uma neta. Entretanto, conforme a entrevista foi seguindo, algumas falas sobre a falta de alimentos e água, por exemplo, foram aparecendo. Entrevistas realizadas em 11/10/2008 e 14/6/2012.

<sup>140</sup> José Ferreira. Entrevista realizada em 14/6/2012.

<sup>141</sup> Rosa Tomé Ferreira nasceu no ano de 1932. Trabalhou como doméstica até o seu casamento. Na seca de 1958, estava empregada numa casa que funcionava como local de alistamento, possibilitando a referida presenciar alguns acontecimentos durante a inclusão de trabalhadores nas frentes de serviços de emergência da seca. Ela se casou com José Ferreira no mesmo ano de seca. Entrevista realizada em 14/6/2012.

pra se alistar” que as sobras não foram nem de longe suficientes. De acordo com a entrevistada, esse lugar onde estavam alistando trabalhadores era a morada de um “grande homem” e sua esposa, mas abrigava, naqueles dias, outras pessoas, os responsáveis pela organização dos trabalhos nas frentes de serviço. Do lado de fora da casa, “uma multidão de gente”, com fome, aguardava a oportunidade de conseguir colocação numa frente de serviço, mas nem todos eram contemplados. Ela conta:

Tinha vez que não se alistavam porque não era dia, porque tem o dia pra alistação, porque de um e um num se alista ninguém, só se vier a turma, se vier de turma, num sabe?! [...] Era tanta gente! Deu vontade até de chorar. Morrendo de pena, caboquinha! [...] Aqueles que não se alistar, vão pra casa, vão procurar outro alistamento pro’ utros canto.<sup>142</sup>

A partir da fala de Rosa e de outros entrevistados, entende-se, primeiramente, que esses alistamentos eram realizados em escritórios (também chamados de “residências”) instalados nas casas de pessoas com destaque político e/ou econômico no município, ou ainda em lugares situados nas proximidades de onde seriam construídas as obras. Depois, entende-se que os responsáveis por estes alistamentos eram as equipes das repartições que organizavam as construções (DNOCS/DNER). Além disso, a conversa com Rosa fornece indicativos de que as pessoas se alistavam, ou garantiam mais facilmente suas vagas, reunidas em turmas – assim como também sugere o romance *Os Cassacos*<sup>143</sup> – e em datas marcadas. É interessante apontar que, afinado às falas dos entrevistados, o jornal *Gazeta de Notícias*<sup>144</sup> também se refere à instalação de duas “residências”, uma em Peixe Gordo e outra em Granja informando, do mesmo modo, a necessidade da presença do administrador e do engenheiro, enfim, do “pessoal da repartição”, para iniciar o processo de inclusão de trabalhadores nas obras.

Com lugar eleito para o alistamento e com as equipes presentes para realizá-lo, começava a listagem dos candidatos para as frentes de serviços. Com base nas fontes orais e numa correspondência<sup>145</sup> escrita pelo governador Plínio Pompeu, sabe-se que prioritariamente eram alistados homens com filhos e, em seguida, os homens solteiros. Paulo Guerra, engenheiro do DNOCS que arregimentou diversos trabalhadores em obras sob sua supervisão, na década de 1950, também coopera para este indicativo.

---

<sup>142</sup> Rosa Tomé. Entrevista realizada em 14/6/2012.

<sup>143</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*, Op. Cit., p.96.

<sup>144</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 /4/1958.

<sup>145</sup> Arquivo 2ª DR do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n.1. Carta do governador Plínio Pompeu ao presidente Getúlio Vargas. 27 de fevereiro de 1954.



Segundo ele, logo depois do dia 19 de março, “centenas de pessoas” já se espalhavam “nos arredores do escritório, um QG [quartel general] da seca.” Mesmo sem previsão de início dos serviços, eles iam ficando, muitos sofrendo “passamentos-vertigens”. “As prefeituras assediadas alugavam caminhões e mandavam despejar os ‘importunos’ nos acampamentos do DNOCS, com uma carta de apresentação ou mesmo sem ela”, avolumando ainda mais a “multidão”.

Quando o alistamento começava, uma estratégia utilizada pelo referido engenheiro era priorizar os homens que “arrastavam consigo a família”, pois isto era uma “prova de [maior] miséria”. Depois, incluíam-se outros casados, especialmente os que carregavam qualquer ferramenta como enxada, pá, foice, mesmo desgastadas, visto a carência desses instrumentos nas obras para tão elevado número de pessoas. Os solteiros, oficialmente, eram os últimos a conseguir vagas.<sup>146</sup>

Algumas mulheres, como narra o ex-feitor Lucas Evangelista,<sup>147</sup> também obtinham trabalho nas obras, mas fora dos alistamentos, em número bastante reduzido se comparado à quantidade de homens, recebendo recursos cotados pelos colegas de turma alistados. Embora o DNOCS estabelecesse que crianças não teriam seus nomes incluídos nos alistamentos, menores de idade poderiam ser recrutados, especialmente se já fossem pais de família e/ou contassem com a ajuda de quem arranjava os empregados, ou caso conseguissem se desviar das normas.<sup>148</sup>

Não obstante existissem alguns protocolos orientando os alistamentos – locais de realização, informações que deveriam ser elencadas sobre cada trabalhador, prioridades, exclusões – existiam maneiras de burlar essas diretrizes. Na seca de 1958, Milton Cunha,<sup>149</sup> sem nunca ter se dirigido aos locais de alistamento, empregou-se, trabalhou e recebeu quando tinha quinze anos de idade, era solteiro e sem filhos. Isto foi possível porque Milton se utilizou de uma prática não incomum de comprar a caderneta de trabalho de um sujeito que abandonou o serviço de construção de uma estrada, devido à obra ter se distanciado muito de sua casa.

---

<sup>146</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977.p.107

<sup>147</sup> Entrevista realizada em 13/12/2013.

<sup>148</sup> É interessante observar no diálogo do romance *Os Cassacos*, reproduzido acima, que na hora do alistamento se questionava sobre nome e idade. Isto bem pode ser um indício sobre a não permissão de ocuparem as vagas do serviço de emergência com crianças.

<sup>149</sup> Milton Cunha trabalhou no ano de 1958, sob o regime de diária e empreitada, na construção da estrada de rodagem Itapipoca-Mundaú. Morando com a mãe, vivia da agricultura, mas desocupado, graças à estiagem de 1958, a partir das suas estratégias, mesmo solteiro e com 15 anos, conseguiu se alistar nas obras das secas, garantindo trabalho mediante o uso de uma caderneta de outro homem que desistiu do emprego nas obras. Entrevista realizada em 13/6/2011.

Assim, no dia do recebimento dos vencimentos, Milton Cunha respondia a chamada utilizando a caderneta em nome de Francisco Costa de Sousa.

José Gomes, em 1951, empregou-se juntamente com o pai e, como tinha apenas quatorze anos de idade “e eles só alistavam os casados”, trabalhou numa vaga de outra pessoa. Segundo ele, mesmo sabendo da infração, precisou fazê-la, pois a renda do pai não era suficiente para os mais de dez irmãos que possuía. Tanto Milton como José conseguiram emprego sendo solteiros e sem filhos, sem dúvida, contando com a discrição dos colegas, que poderiam tê-los delatado, mas não o fizeram. Um exemplo de como a perspicácia individual e a cooperação de colegas poderiam criar caminhos alternativos para os trabalhadores.

Frederico de Castro Neves, ao tratar das ações de massa no Ceará em tempos de seca, menciona os alistamentos como uma das respostas das autoridades políticas à pressão que os retirantes faziam nas ruas, todavia, ao estudar as entrevistas coletadas<sup>150</sup> por Neves presentes no livro, percebem-se mais casos de desvios das orientações estabelecidas para os alistamentos pelo DNOCS, DNER e outros órgãos. Em um dos casos, por conta da amizade que tinha com o prefeito local, dona Nair conseguiu incluir os filhos menores nas listas de trabalhadores recebendo para cada filho uma caderneta de pagamento, aumentando o orçamento familiar. Quando o administrador da obra percebia a irregularidade “cortava” os nomes da lista. Nessa querela, o prefeito continuava a insistir na inclusão dos nomes dos menores nas listas e o administrador a retirar. Outro caso foi o de Batista, alistado para trabalhar na seca de 1958 na estrada de rodagem de Lavras da Mangabeira. Este era menor e ainda teve o nome incluído em várias turmas. Como era necessário o apontador fornecer a presença para que o trabalho fosse computado e o pagamento semanal realizado, Batista afirma que percorria as várias barracas das turmas “rapidamente” para conseguir responder a todas as chamadas.

O caso de Batista não era incomum. O engenheiro Paulo Guerra vivenciou algo similar na ocasião de um alistamento. Chegada a vez de incluir um trabalhador, Guerra fez a seguinte pergunta:

- Seu nome?  
O nosso homem calado pensando.  
Seu nome? [Repetiu a questão o engenheiro]  
Estou pensando para não dizer uma besteira. [Respondeu o homem]

Sobre isto, Guerra explana que “muitos tentavam alistar-se duas, até três vezes, com nomes diferentes”. Quando a fiscalização detectava a situação, o trabalhador “já tinha dado uma cabeçada em cada fornecedor”, pois, depois de conseguir apontar presenças, conseguia receber

---

<sup>150</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história*, Op. Cit., pp. 241, 242.

os vales e trocá-los por mais alimentos nos comércios. Então, conforme Guerra, “a besteira” a que se referia o sujeito era “seu próprio nome”.<sup>151</sup> Conforme o ex-feitor José Azevedo, essa prática ocorria, às vezes, contando com a convivência do feitor.

Mesmo que as estratégias fossem as mais diversas, existiam os que não conseguiam se alistar em frentes de serviços, de imediato. Estes aguardavam ou buscavam vaga em outras construções, realizando uma migração que seguia o rastro das obras de emergência. Sabe-se, via jornais, fontes oficiais e também através das entrevistas, que o número de pessoas que buscava emprego nas obras era realmente grande. Todavia, ao analisar alguns casos citados, entende-se que se para muitos retirantes era difícil e custoso conseguir uma vaga, para outras pessoas não era tão complicado assim. Dependendo, algumas vezes, das redes de relacionamento que um sujeito tinha, era possível arrumar trabalho com mais facilidade, e mais, era provável que conseguisse incluir outros membros da família e até receber sem trabalhar.

Estes casos sugerem que, embora existisse um cooperativismo entre os trabalhadores que facilitava os desvios das normas durante os alistamentos, não existia, invariavelmente, uma solidariedade homogênea e coletiva. Num primeiro momento, as ações dos pobres para garantir obras e abertura de alistamentos eram mais grupais. Passado este, as atuações eram mais particulares ou entre conhecidos. A situação era de crise e muitos não alcançavam sequer uma vaga, mesmo assim, alguns recorriam a práticas como alistar-se em mais de uma turma. Muitos, individualmente, estavam interessados em garantir rendas extras para si e família diante da incerteza provocada pela intempérie.

Mesmo depois das solicitações de obras das autoridades e da circulação maciça de retirantes para garantir alistamentos, os muitos abertos não davam conta de garantir trabalho a todos os necessitados, demonstrando a recorrente problemática dos socorros públicos por meio das obras: o excesso de braços frente às vagas. As negociações envolvendo alistamentos aconteciam entre chefes de distritos, engenheiros responsáveis pelas obras e muitas vezes poderiam envolver também instâncias superiores como a direção geral do DNOCS, governadores, prefeitos, Ministério da Viação e Obras Públicas e até o presidente da República.

Em 1951, as obras ditas emergenciais no semiárido avolumavam-se e a zona norte do Ceará recebeu um grande número dessas frentes de serviços. Ainda assim, o diretor de divisão técnica do DNOCS, engenheiro Rômulo Campos, mostrou-se preocupado com a escassez de vagas, justificando o erguimento do açude Araras para dar conta da abertura de novos

---

<sup>151</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*, Op. Cit., p.37.

alistamentos que absorveriam o afluxo de trabalhadores da região norte do Ceará.<sup>152</sup> Segundo ele, projetado como obra permanente, o Araras teria duplo papel naquela seca. Quando concluído, o Araras tornaria a zona norte do estado preparada “contra os efeitos das secas”, beneficiando pessoas em atividades de cultivo em vazantes, piscicultura e irrigação, abastecendo com água as cidades e evitando prejuízos “aos proprietários de terras”, ao mesmo tempo em que serviria como frente de trabalho durante a sua construção, “em vista do grande afluxo de trabalhadores” de municípios próximos procurando ocupação durante aquela estiagem.<sup>153</sup>

Em 1953, cedo, construções foram iniciadas e prosseguidas para evitar que os trabalhadores se deslocassem “para serviços distantes”.<sup>154</sup> Não obstante isto, em junho de 1953, o diretor geral do DNOCS afirmou em relatório que se encaminhou um ainda “maior número de desempregados às obras públicas”.<sup>155</sup> Ou seja, conforme a seca ia atravessando o ano de 1953, tornava-se cada vez mais urgente a potencialização das políticas de socorros. Mesmo assim, no início de 1954, os alistamentos ainda não eram suficientes para abarcar a cifra de necessitados. Os alarmes, como de costume, soaram e dessa vez a reclamação chegou até o presidente da República.

Em uma carta<sup>156</sup> escrita ao presidente Getúlio Vargas, em 27 de fevereiro de 1954, o governador do estado do Ceará, Plínio Pompeu, encaminhou reclamações sobre o chefe do Primeiro Distrito de obras tendo como assunto a escassez de alistamentos e os critérios de seleção dos trabalhadores. Plínio Pompeu reclamava que os serviços do DNOCS, na zona norte, não comportavam “metade da população necessitada”, ocasionando a debandada do operariado para o Sul. Para piorar, os açudes Santa Maria e Santo Antonio e a estrada de Meruoca estavam em fase de conclusão, implicando na consequente dispensa do operariado, quando a necessidade

---

<sup>152</sup> Arquivo 2ª DR do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n.4. Correspondência enviada pelo engenheiro Rômulo Campos ao Diretor Geral do DNOCS. 11 de agosto de 1951. O Diretor Geral responde de acordo no mesmo documento em 20 de agosto de 1951.

<sup>153</sup> Arquivo 2ª DR do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras, n.4. Correspondência enviada pelo engenheiro Rômulo Campos ao Diretor Geral do DNOCS. 11 de agosto de 1951.

<sup>154</sup> DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, agosto de 1959, p.114.

<sup>155</sup> DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, agosto de 1959, p.113.

Outros estados também receberam muitas obras sobre o pretexto de alistar sertanejos desempregados. Entre as obras do plano de emergência no estado da Bahia estavam, por exemplo, os açudes Jucuruci, com três milhões quinhentos mil cruzeiros de verba, Ceraíma, com dotação geral de quatro milhões de cruzeiros, Sohen, Champrão, Serrote e Cocorobó. Acervo 4ª DR do DNOCS. Salvador (BA). Pasta açude Ceraíma. Telegrama enviado do 4º distrito de obras ao diretor geral Francisco Saboia. 16.04.1953.

<sup>156</sup> Arquivo. 2ª DR do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n.1. Carta do governador Plínio Pompeu ao presidente Getúlio Vargas. 27 de fevereiro de 1954.

ainda era de novos alistamentos diante da incerteza sobre a continuidade da seca que tinha começado, em 1953.

Nessa carta, foi informado que o ministro José Américo já havia fornecido autorização para alistar trabalhadores “na estrada de Meruoca a Alcântara”, mas devido ao orçamento reduzido, o engenheiro da obra tinha recebido “ordem de colocar apenas sessenta operários”. A alternativa do responsável “diante de várias centenas de operários que se aglomeraram diante do escritório” foi empregar aqueles que tivessem de “seis filhos para cima”, obrigando-se a “alistar cem e fazer sorteio de mais vinte que possuíssem cinco filhos”, Nessa ocasião, nenhum homem que tinha de “quatro filhos pra baixo” foi aproveitado na obra.

Os alistamentos ocorriam, em geral, no início do ano quando as autoridades percebiam, até pelo movimento dos retirantes, que o ano seria de seca. O ano de 1954 foi antecedido de duas calamidades climáticas, como os donos de terras e os trabalhadores ainda não tinham se recuperado da crise, muitos pobres ainda procuravam ocupação nas frentes de serviços. No fim das contas, o pedido final do governador Plínio Pompeu, endereçado via carta ao presidente Getúlio Vargas, foi da “abertura de créditos especiais para obras emergência como única solução” para “atender tão grande situação”.

Não por acaso, as fontes estudadas até aqui apontam para a prioridade de ocupar o sujeito que tivesse uma prole mais avantajada. Dessa maneira, o alistamento para trabalhadores da estrada Meruoca-Alcântara foi feito colocando na dianteira os sertanejos com seis filhos ou mais, deixando fora da seleção os que possuíam quatro filhos ou menos. Deve-se considerar que, geralmente, a diária de um operário assistia a ele e a sua família (independentemente de seu tamanho) por meio de um valor fixo, mas garantir o alistamento para homens com prole mais numerosa combinava sobremaneira com o discurso assistencialista das obras emergenciais de auxiliar – e reter *in loco* – o maior número possível de pessoas (sem também gastar mais recursos com mais gente assistida).

Ao mesmo tempo em que ocorria esse problema na zona norte, os canteiros de obras do açude Pentecoste e do canal de irrigação, em General Sampaio, assistiam a um drama parecido.<sup>157</sup> O engenheiro responsável por essas obras informou ao diretor-geral do DNOCS, por meio de telegrama, que arregimentou cerca de “quatrocentos homens”, dentro das possibilidades da construção, “ficando metade sem alistamento”. Os serviços de “compactação de material silício argiloso” estavam em fase de realização, mas não poderiam ser efetuados

---

<sup>157</sup>Arquivo 2ª DR do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Pentecoste, n.1.Telegrama com carimbo de urgente ao Diretor Geral no Rio de Janeiro. 6/2/1954.

pelos “necessitados”, portanto era preciso a projeção de outros trabalhos. Então, para poder “aumentar o pessoal”, o engenheiro sugeriu investir nas obras da irrigação em General Sampaio, propondo a elaboração do “projeto de canais secundários e canal principal”, bem como iniciar rapidamente a “drenagem da área irrigável à margem direita do rio Curu.” No mais, “embora trazendo sérios prejuízos à organização trabalho”, também foi solicitado o aval para alargar o número de alistamentos para o açude Pentecoste.

Nas mãos dos engenheiros e de outros funcionários ordenados para fazer as listas, estava a responsabilidade de negociar com a multidão. O excedente populacional sem serviço era tão impactante, em termos numéricos, que muitas vezes o engenheiro tinha que propor a organização de outros trabalhos. Nesse sentido, eram sugeridas aberturas de serviços braçais que pudessem comportar a mão de obra dos sujeitos do campo, como foi verificado nos exemplos que se referiram aos trabalhos na zona norte e nos entornos do açude Pentecostes e da rede de irrigação General Sampaio.

É evidente que o ajuntamento de pessoas nas sedes dos municípios que receberiam obras e ao redor delas, no interior, já exercia forte pressão nos políticos locais, comerciantes e responsáveis pela organização das frentes de socorros. Dessa forma, os encarregados tinham que acordar a capacidade da obra para abrigar muitos operários, a precisão técnica de cada uma delas e os deveres direcionados pelo diretor geral dos órgãos responsáveis pelas frentes de serviços. Contudo a execução das obras em tempos de estiagens ia além da finalidade de atender aos reclames em forma de “avalanches” exercidos pela população.

Ao implantar as frentes, o MVOP tinha a possibilidade de contribuir para reter *in loco* trabalhadores que poderiam sair dos seus estados durante as secas e essa política oficial certamente beneficiava políticos locais e donos de terras. Transformar os açudes em pequenos centros de trabalho por meio da implementação de culturas em vazantes, piscicultura, irrigação, como foi alegado na justificativa da construção do Araras,<sup>158</sup> citada acima, era uma forma de fixar o sertanejo em seus locais de labuta também em anos de normalidade da produção para o trabalho nas fazendas. Ademais, lembrar que açudes e estradas eram benfeitorias de serventia para as propriedades rurais, diminuindo, conforme admite o próprio engenheiro do Araras, os prejuízos dos “donos de terras”. Tudo isso cooperava para uma série de deliberações e relações estabelecidas na hora dos alistamentos.

---

<sup>158</sup> Arquivo 1ª DR do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n.4. Correspondência enviada pelo engenheiro Rômulo Campos ao Diretor Geral do DNOCS. 11 de agosto de 1951.

Na estiagem de 1958, como já foi dito, ministros, governadores, prefeitos, diretores de repartições públicas apontavam o trabalho nas frentes de serviço como alternativa à desocupação periódica e à fome dos rurícolas, atendendo, porém, ao objetivo de fixar o homem no campo. Dessa forma, em 15 de abril, cento e cinquenta mil trabalhadores<sup>159</sup> já estavam labutando e, em meados do ano corrente, meio milhão de pessoas já estava alistado em todos os estados nordestinos, especialmente na Paraíba, no Ceará e no Rio Grande do Norte.<sup>160</sup>

Por mais que, em 1958, as frentes das secas tenham empregado, no primeiro semestre, um número de trabalhadores superior ao que foi reunido em outros anos inteiros de estiagens,<sup>161</sup> os alistamentos também não acompanharam a demanda. Mesmo assim, como era costume em outros períodos de crises climáticas, as autoridades públicas não deixaram de se antecipar distribuindo “medicamentos, roupas e víveres”, ganhando tempo, dessa forma, para intensificar um plano de obras no interior, objetivando fornecer ocupação aos demais “camponeses que abandonaram suas terras”, conforme o Jornal *Tribuna do Ceará*.<sup>162</sup>

No boletim de agosto de 1959, o DNOCS informou que o problema do excesso de braços, em 1958, repetiu-se em outros estados do semiárido. No açude Trairí (RN), a “dotação orçamentária” foi insuficiente para receber os retirantes. A despesa foi ultrapassada, pois foram alistados para os serviços “duzentos flagelados” que “chegaram famintos”, muitos com a família.<sup>163</sup> Todavia, a partir de reclamações efetuadas pela direção das obras, era possível conseguir a liberação de verbas adicionais para alguns municípios, mas, ainda que o montante fosse suficiente, era necessário instalar mais locais de inscrição diante do número de retirantes a reclamar trabalho. Na cidade de Granja e Peixe Gordo, no Ceará, segundo o jornal *Gazeta de Notícias*,<sup>164</sup> engenheiros, administração e outros profissionais da “repartição” DNOCS, tiveram que se dirigir àquelas cidades para organizar o emprego dos trabalhadores, criando mais “duas residências” de alistamento.

Claramente, o Poder Executivo, através do MVOP, com o apoio dos governos estaduais, ao implantar frentes no interior, não tinha intenção somente de dar trabalho, evitar a fome e manter os pobres das secas longe dos espaços públicos e privados, atalhando desordem

---

<sup>159</sup> Esse dado aparece estampado em letras garrafais na matéria do *Correio do Ceará* em 14/4/1958.

<sup>160</sup> Biblioteca do DNOCS. PASSOS, José Candido Castro Parente Pereira. Boletim agosto de 1959. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP. N.2. vol.18, p.113 .

<sup>161</sup> De acordo com boletim do DNOCS, o maior contingente de retirantes alocados nos serviços federais, antes da seca de 1958, foi durante a seca de 1932, reunindo cerca de 220 mil trabalhadores. DNOCS. *Boletim*. Vol. 18 n.2. Rio de Janeiro: DNOCS/MOVP, novembro de 1958, p.27.

<sup>162</sup> *Correio do Ceará*. 28/3/1958.

<sup>163</sup> DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MOVP, novembro de 1959, p. 30.

<sup>164</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 /4/1958.

e confusão. Paralelo a isso também existia a política oficial antimigração, como se viu, que se acordava, sobremaneira, com o desígnio de evitar o deslocamento dos trabalhadores sob pena de esvaziar a reserva de mão de obra do campo. Com efeito, esse objetivo se torna mais claro se se observar, através das notícias divulgadas na imprensa e também nas fontes orais, o hábito corriqueiro pelo qual autoridades públicas e particulares encaminhavam listas de trabalhadores para que os funcionários do DNOCS ou DNER as incluíssem nas obras.<sup>165</sup>

A entrevistada Rosa Tomé conta que representantes da prefeitura e “autoridades” locais reuniam turmas de “retirantes” e encaminhavam para os alistamentos. Ela informa que o “coronel” João Augusto, “que era um grande homem”, e o “Célio da prefeitura”, organizavam turmas de trabalhadores, no município de Itapipoca (CE). Os retirantes tinham, então, que estrategicamente “se chegar a um homem grande” para “se alistar”.<sup>166</sup> O jornal *Correio do Ceará* também noticiou, no quarto mês de 1958, que turmas de trabalhadores foram encaminhadas por particulares e pela prefeitura. Primeiro, pessoas transportadas em dois trens “superlotados”, fretados por Tim Mourão de Ipueiras e Rocha Aguiar do Ipu, foram direcionadas ao açude Araras para trabalhar no “desmatamento da bacia hidráulica”.<sup>167</sup> No mesmo mês, chegaram outras “turmas” àquele açude, dessa vez, “organizadas por prefeitos das cidades da zona norte”.<sup>168</sup>

Os encaminhamentos de listas de pessoas por prefeitos, outros representantes públicos e fazendeiros mostram, ao mesmo tempo, a sistemática cobrança ao Estado em nome da solução do problema e o interesse das autoridades locais desejosas de manter poder econômico e político, mas também a astúcia dos trabalhadores que tinham que saber lidar com relações pessoais, ao se “chegar” a “um grande homem”, para obter algo ao seu favor.

Com efeito, as diversas alegações veiculadas na imprensa cearense durante as secas da década de 1950 convergem para a ideia de que era o Estado, e não os proprietários de terras, que tinha a obrigação de assistir os retirantes. O constrangimento em relação aos andrajosos perambulando pelas ruas deveria ser atribuição das autoridades públicas e não dos particulares. Os personagens do romance *Os Cassacos*, em diálogo, vão ao encontro dessa mesma afirmativa. O coronel Elpídio perdeu as esperanças de chuvas e precisou até suspender “os serviços da fazenda, conservando apenas dois homens para ajudar”. No entanto, sua esposa Dona Biluca insistia em fornecer comida e dormida aos famintos que passavam nos arredores da sua

---

<sup>165</sup> *Correio do Ceará* 10/04/ 58, *Correio do Ceará*. 16/04/58. Rosa Tomé em entrevista de 14/6/2012.

<sup>166</sup> Rosa Tomé em entrevista de 14/6/2012.

<sup>167</sup> *Correio do Ceará* 10/4/58.

<sup>168</sup> *Correio do Ceará*. 16/4/58.



propriedade. No meio dessa história, Coronel Elpídio desobrigava-se de assisti-los, contestando:

Biluca, assim não é possível, temos prejuízos todos os dias e você ainda dando tudo a esse povo, não somos o governo não!

A escassez advinda com a falta de chuvas preocupava o fazendeiro. Atestada a crise, ele julga que não era mais de sua alçada o dever de prestar caridade e se aborrece com a insistência caritativa de sua esposa. Então, quando as necessidades se avolumavam e atingiam grande parcela da população, o compromisso de amparar deveria sair da esfera particular para a pública. Caberia ao governo a obrigação de assistir aos pobres das secas. É importante lembrar que, de acordo com Neves, desde o século XIX, tornou-se uma obrigação cada vez mais pesada para os proprietários de terra o hábito, baseado na “reciprocidade desigual – submissão versus proteção”, que garantia aos trabalhadores em tempos de seca comida e abrigo, através da concessão de terras férteis para trabalhar e outros.<sup>169</sup>

Ocorre que, fora dos tempos de estiagem, ainda era possível manter algumas práticas paternalistas, mas, ao contrário, cada vez mais, em tempos de secas, os donos de terras não suportavam os encargos da crise e queriam desfazer-se deles, colocando a obrigação de atendê-los na responsabilidade do Estado.<sup>170</sup> Visto que os donos de terras tivessem interesse em manter os seus trabalhadores num raio de distância ao alcance de sua propriedade, eles contavam com a iniciativa do Estado de criar frentes de serviços que acolhessem os trabalhadores durante os tempos de crise.

Entretanto, a quebra dos laços entre trabalhadores e donos de terras não ocorreu de forma abrupta e nem completamente, pois os fazendeiros disputavam entre si, e até negociavam com órgãos atuantes nas emergências, vagas para os seus trabalhadores durante a crise, como foi visto com detalhes, durante os alistamentos. Diferente do que se possa pensar, essa medida evidencia o não rompimento dos laços paternalistas entre proprietários e seus trabalhadores, até mesmo durante as secas, tempos que tornavam difíceis a assistência dos terratenentes.

Nesse processo, os engenheiros representantes do poder e administração pública, naquela ocasião, estavam entre os principais envolvidos. Conforme Paulo Guerra, essas relações eram inevitáveis até porque as propriedades dos entornos dos açudes, ou as que seriam “beneficiadas pela irrigação”, pertenciam aos fazendeiros, “chamados os mais abastados de

---

<sup>169</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*, Op. Cit., p. 113.

<sup>170</sup> FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. *Documentação oral e a temática da seca* estudos. Op. Cit., p.73, p. 226; NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*, Op. Cit., p.63.

coronéis”. Segundo o engenheiro, o açude e a irrigação aproximaram os donos de terras ao DNOCS. Este “vibrou com a açudagem”, com a irrigação nem tanto, pois em vez de querer investir numa produção agrícola diversificada, desejava continuar “plantando algodão e criando gado, cercado dos seus moradores”. Assim, aqueles “coronéis” mantinham “convivência com os servidores do DNOCS”, alguns “autônomos”, sem qualquer vínculo com a instituição, outros “cooperantes” [aspas do autor], através do aluguel de máquinas e irrigação das fazendas. Em acréscimo, estes fazendeiros também entregavam suas cartas com solicitações de pedidos de inclusão de trabalhadores.<sup>171</sup>

Fazendeiros em relação direta com os engenheiros para incluir trabalhadores nas obras era prática recorrente nas frentes de trabalho. O engenheiro Genésio Martins de Araújo, conforme a entrevistada Hermosea, recebia listas de pessoas enviadas por autoridades públicas e donos de terras. Entretanto, segundo Hermosea, ao receber os pedidos, seu marido vivenciou situações embaraçosas, tendo que administrar os limites orçamentários da construção num contexto de seca e em pleno sertão, lugar que imperava relações de poder complexas e até perigosas.

Os engenheiros eram acostumados a trabalhar em construções de estradas de ferro, portos e obras de engenharia civil no geral, mas, embora muitos já tivessem a experiência da lida nas obras contra as secas, enfrentavam problemas sociais diversos ao chegar aos campos das construções. Acostumados a lidar com questões técnico-científicas nas frentes de serviços, precisavam enfrentar outro arsenal de dificuldades ligadas aos costumes locais preexistentes como, por exemplo, as relações de troca de favores com outras estruturas de poder locais.

De qualquer modo, os poderes públicos e os chefes políticos locais mantinham amplo diálogo no universo das obras. Além dos clássicos estudos que apontam para a relação disso com os desvios de verbas na famigerada “indústria das secas”, pode-se afirmar que esse acordo também impactava as relações políticas e de trabalho nas obras. Durante as crises, quando faltava robustez financeira aos donos de terras, o Estado, através do emprego de pobres nas obras públicas, representava o apoio à manutenção e até ampliação do poder dos terratenentes. Ou seja, se em períodos de normalidade os chefes locais já tinham certa dependência do ascendente poder público, durante as secas, tais alianças contribuía para assegurar controle e influência daqueles sobre os seus domínios. Tudo isso, certamente, também revela a

---

<sup>171</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*, Op. Cit., p.107, 116, 13-15.

manutenção de aspectos da cultura paternalista do sertão – prática política baseada num sistema de “troca de favores” – no universo das obras de emergência.

Assim, diante de um quadro degradante do universo de trabalho no sertão, as práticas paternalistas entre trabalhadores e donos de terras, por exemplo, tinham seus sentidos reforçados. Era com essa expectativa de manutenção de relações de proteção que os necessitados recorriam às autoridades para garantir vagas nos alistamentos das frentes de serviços. Dessa maneira, por um lado, as famílias pobres tinham oportunidades mais seguras de garantir emprego nas frentes, portanto, segurança alimentar enquanto a crise durasse. Por outro, os donos de terras mantinham dentro de suas redes de poder essas pessoas.

O ministro José Américo, contudo, alegava que um açude não conseguia “absorver” toda “massa que se” desprendia das fazendas, mesmo assim, os terratenentes “exploravam”, livrando-se dos seus “moradores”.<sup>172</sup> Com efeito, mantendo os sertanejos não muito distantes dos seus lugares de residência e trabalho, mas suficientemente longe de suas obrigações de assistência, logo que o período de estiagem fosse atravessado, os braços desses trabalhadores estariam de volta à lida no campo, queriam os fazendeiros. Mas não era só isso: a migração em massa poderia significar algo além da perda da força de trabalho, representando, em acréscimo, a perda dos domínios eleitorais.

### 2.3 ALISTAMENTOS E AS ELEIÇÕES DE 1958

O ano de 1958, com suas eleições estaduais, trouxe grafada nas páginas de diferentes jornais<sup>173</sup> diversas acusações sobre a utilização da distribuição de vagas nas obras de emergência de forma eleitoreira, o “alistamento feito conforme o partido”<sup>174</sup>. Naquele contexto, dois candidatos dividiram os votos cearenses para governador: o ministro Parsifal Barroso<sup>175</sup> (PSD-PTB) e Virgílio Távora (UDN). No meio dessa disputa, as alegações eram de que as verbas emergenciais da seca de 1958 eram utilizadas com fins políticos e o temor em perder votos fazia com que candidatos se esforçassem para conseguir serviço para os trabalhadores

---

<sup>172</sup> CAMARGO, Aspásia. *O Nordeste e a política*. Op. Cit., p. 226.

<sup>173</sup> Jornais diversos, nos meses de abril a agosto, trouxeram notícias sobre as eleições, supostamente fraudulentas, de 1958. Citamos: *Tribuna do Ceará* em 15/4/1958, 25/8/1958, 29/8/1958; *Gazeta de Notícias* em 1/4/1958, 4/6/1958.

<sup>174</sup> *Gazeta de Notícias*, 4/6/1958.

<sup>175</sup> Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Juscelino Kubistchek. De janeiro de 1956 a julho de 1958.

próximo aos locais de origem. As obras e seus numerosos alistamentos poderiam ser, portanto, um meio de salvaguardar os assim chamados “currais” eleitorais.

A ampla divulgação realizada em diferentes jornais da imprensa cearense sobre as eleições de outubro de 1958 iniciou-se, no mês de abril. Parecia existir um consenso entre os mais diversos jornais – desde o jornal *O Nordeste*, órgão oficial da arquidiocese, até *O Povo*, jornal que defendia um instrumento de apoio aos interesses sociais – sobre a disputa por eleitores através dos alistamentos, favorecendo supostamente alguns candidatos. O jornal *Gazeta de Notícias* informa que, em Icó, cidade que abrigou o açude e posto de piscicultura Lima Campos, “quem desejasse trabalhar deveria deixar seu título na mão do prefeito”. Fora isso, também noticia que o prefeito se aproveitou dos créditos de emergência para construir uma estrada em sua propriedade, interrompida com a chegada do engenheiro do DAER.<sup>176</sup> Dias depois, noutro extremo do estado cearense, o jornal *Gazeta de Notícias* afirmou que o prefeito de Camocim, pertencente ao PSD, dera ordem “aos cabos eleitorais” para admitirem somente quem “tivesse título de eleitor” – um expediente distinto do supracitado critério referido na figura do homem chefe de família.<sup>177</sup>

O jornal *O Povo*<sup>178</sup> também noticiou, ainda no mês de abril, que o alistamento nas obras da estrada Nova Russas-Monsenhor Tabosa só aceitava retirantes que prometessem seu voto ao PSD-PTB, preferencialmente recomendados pelo prefeito Oriel Mota. O mesmo jornal também sugere que, em Pacajus, cidade próxima à capital cearense, os políticos do PTB local, associados ao prefeito, direcionavam as mesmas deliberações, exigindo votos em troca de trabalho. O jornal *Correio do Ceará* também divulgou acusações insinuando que fraudes eram realizadas em todas as frentes de serviços por “pessedistas e petebistas”.

A querela em torno dos partidos e de quem detinha o poderio político e econômico apoiado na reserva de vagas nas frentes de trabalhos sugeria a existência de uma predileção relacionada ao PSD/PTB, incomodando a UDN que fazia frente a esses partidos, inclusive em espaços destinados a discussões políticas no periódico *Gazeta de Notícias*. A UDN alegou que “os chefes dos serviços federais no interior”, sob ordem do ministro Parsifal Barroso, “ordenou que só empregassem os famintos pertencentes aos quadros” da sua coligação. A UDN, sem titubear, aproveitou ainda o espaço do jornal para defender seu candidato, discorrendo que

---

<sup>176</sup> *Gazeta de Notícias*, 1/4/1958.

<sup>177</sup> *Gazeta de Notícias*, 24/4/1958.

<sup>178</sup> *O Povo*, 10/04/1958.

Virgílio Távora, ao contrário, agia diferente dando assistência “aos flagelados” “independentemente da cor político-partidária”.<sup>179</sup>

É um tanto óbvio notar que, meses antes das eleições, o espaço do noticiário foi aproveitado em benefício próprio, num usual jogo político, para desequilibrar a coligação rival e promover o seu candidato Virgílio Távora. As outras fontes sobre o assunto indicadas acima estão em páginas abertas de diferentes jornais ou em páginas reservadas à opinião do leitor. Foi o caso do reclame publicado em 17 de abril de 1958, no *Tribuna do Ceará*, no qual o leitor critica a “troca de emprego por voto”, lamentando que “o flagelado” tinha se configurado numa moeda valiosa “para os poderosos coronéis do interior”.

As disputas políticas em torno do governo do estado cearense e as trocas de acusações chegaram à Assembleia Legislativa, acirrando-se no mês de maio, como cita Frederico Neves por meio de atas e almanaques do período.<sup>180</sup> As manifestações, no que tange à discussão havida em plenário, movimentaram-se em torno da cobrança de obras e socorros exatamente para os municípios onde cada deputado reclamante se abrigava em “suas bases eleitorais”. Em acréscimo, as discussões também ocorreram em torno das denúncias de favorecimentos eleitoreiros.

Curiosamente, as insinuações de fraudes partiam somente dos candidatos da UDN, alegando que não tinham “acesso ao DNOCS”. O udenista Quintilio Teixeira, por exemplo, foi um dos deputados que apontou as frentes de emergência como espaço privilegiado de conquista de votos pela coligação adversária. Ao mesmo tempo, o deputado da coligação PTB/PSD, Fernando Ferrari, líder do PTB na Câmara Federal, reconhecia, em discursos, que existiam os chamados “donos da seca”, “homens” que ganhavam “dinheiro com a miséria e com o sofrimento”, discorrendo que as verbas liberadas “para socorrer os miseráveis” eram “desviadas” ou “roubadas” pela “politicalha mais infame daqueles pobres confins”.

O ex-feitor entrevistado, José Azevedo, fala sobre os “trabalhadores fantasmas” empregados nas obras de 1958. Alguns, inteiramente imaginários, que serviam como modo de desviar verba, outros alistados, mas recebendo para continuar a exercer seus anteriores serviços fora das obras. Segundo ele, dois “homens” de um importante fazendeiro local foram empregados justo em sua turma. No dia da inspeção do DNOCS, o fiscal geral percebeu a ausência dos sujeitos e José não teve como contornar a situação. A exclusão deles provocou um

---

<sup>179</sup> *Correio do Ceará*, 8/4/1958.

<sup>180</sup> *O Povo* 17/5/1958; Ata da 41ª sessão ordinária da 4ª sessão da 14ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 14 de maio de 1958; CÂMARA, João. Almanaque do Ceará. Fortaleza: Typ. Royal. 1959. p. 30 e 31. In: NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*, Op. Cit., p.186.

posterior conflito corporal direto. Nessa ocasião, o feitor saiu ferido com um golpe de faca no peito e, em acréscimo, foi preso e demitido. As variadas fontes sugerem escândalos no uso das verbas de emergência, mas também alistamentos fraudulentos nas frentes de trabalho.

Quanto mais as eleições de 1958 se aproximavam mais denúncias de irregularidades nas frentes de emergência se encorpavam. No mês de agosto, o jornal *Gazeta de Notícias* denunciava que a construção da estrada de rodagem Ipuéiras-Ipu era uma obra de “fins meramente eleitorais”.<sup>181</sup> As acusações eram de exploração dos alistamentos por petebistas e pessedistas, alegando que os encarregados demitiam os feitores de turmas da coligação adversária e exigiam “título de eleitor de todos” os que procuravam serviço.

Novamente em agosto, as coligações que disputavam o governo do Ceará entraram em atrito e trocaram acusações via jornal *Tribuna do Ceará*. A notícia veiculada dá conta de que os “cassacos” foram impedidos de comparecer “ao comício virgilista” ocorrido na cidade de Jaguaribe e, em acréscimo, o DNER é acusado de colocar caminhões a serviço da candidatura de Parsifal Barroso. Nessa ocasião, o deputado estadual Celso Barreira encampa e confirma as denúncias realizadas.<sup>182</sup> No dia seguinte, o prefeito de Jaguaribe, Francisco Nogueira Diógenes, chefe do PSD local, dirigiu-se à redação do mesmo jornal para tratar das denúncias realizadas. O prefeito defendeu que “os cassacos” tinham “plena liberdade” de assistir aos comícios dos “dois candidatos ao governo do estado” e que desconhecia qualquer irregularidade envolvendo os carros da frente de serviço do DNER, em Jaguaribe. Ademais, o prefeito finaliza sua argumentação tecendo elogios ao DNER e o seu papel social, “alheio à política”, de amparo ao “homem do campo”.<sup>183</sup>

Os jornalistas cearenses, numa imprensa que era local, reiteraram ao longo de 1958 as notícias sobre as eleições e os alistamentos de um modo bastante próximo. Entretanto, jornalistas e outros homens letrados que publicavam na imprensa carioca, como Edmar Morel, Josué de Castro, Fernando Ferrari, também escreveram sobre o processo eleitoral de 1958, suas possíveis irregularidades, desvios de verbas e fraudes envolvendo os órgãos que administravam as frentes de emergência das secas. Edgar Morel, a serviço do periódico *Semanário*, publicou matérias que foram veiculadas inclusive no *Diário do Congresso*. Entre outras alegações, ele trata da seca e do que considera ser os seus dois mais evidentes “aspectos”: “indústria e arma eleitoral”. O periodista afirma que os “órgãos federais e estaduais” de combate às secas não

---

<sup>181</sup> *Gazeta de Notícias*. 7/6/1958.

<sup>182</sup> *Tribuna do Ceará*. 20/8/1958.

<sup>183</sup> *Tribuna do Ceará*. 19/8/1958.

tinham “planejamento”, “tudo” era “feito de improviso à base de negócios”, visando “beneficiar grupos políticos ligados às altas esferas federais”.<sup>184</sup>

Em decorrência de todas as denúncias e trocas de acusações entre candidatos rivais nas eleições de 1958, chegou ao Ceará, no fim de agosto, uma comissão parlamentar de inquérito.<sup>185</sup> Criada na Câmara Federal meses antes de viajar para o Interior do Ceará e composta por deputados de diferentes bases partidárias, a dita comissão, conforme *Diário do Congresso*, foi destinada a averiguar as acusações de irregularidades no processo eleitoral daquele ano e a apurar a “influência do poder econômico, fraudes, violências”, inclusive “abusos e desvios de autoridades públicas, desde o alistamento até 3 de outubro do corrente ano”. O referido *Diário* menciona duas datas para a divulgação dos resultados da comissão (15.12.1958 e 1.2.1959), mas, até o presente momento, a pesquisa não conseguiu nenhum documento que apresente as conclusões dos parlamentares.<sup>186</sup>

Um universo coincidente com as questões encontradas na imprensa e em outras fontes mais uma vez é evidenciado no romance *Os Cassacos*. Já no início do livro, dois trabalhadores conversam preocupados com o destino que terão. A dúvida era se o coronel da Boa Vista conseguiria verba para a construção de um açude em sua propriedade, garantindo, dessa forma, a manutenção do trabalho dentro da própria fazenda.<sup>187</sup> Decorridos os primeiros meses sem chuva, D. Biluca aconselha o esposo a escrever uma carta ao compadre, que é deputado estadual, na tentativa de arranjar um açude para a propriedade:

–Escreva ao compadre. As eleições vão ser em outubro, ele precisa de votos(...).

Coronel Elpidio retruca:

–Agora vai ser diferente, Biluca. O compadre não tem apoio federal. Os que estão com o governo federal vão ficar fortes. A seca, as obras públicas, as grandes verbas(...).<sup>188</sup>

Entretanto, após a conversa, o dono da fazenda Boa Vista logo escreve uma carta ao deputado Dr. Castro Silva. Na mensagem, ele solicita a construção de um açude para que os trabalhadores não precisem se deslocar para obras muito distantes, alegando que bem poderia

<sup>184</sup> *Correio do Ceará*, 26/8/1958.

<sup>185</sup> *Correio do Ceará*, 26/8/1958.

<sup>186</sup> Na ocasião, a comissão tinha como membros: Leite Neto-PSD (presidente); Monteiro de Barros-PSP (vice-presidente); Adauto Cardoso-UDN; Batista Ramos-PTB; Chagas Rodrigues-PSP; Guilhermino de Oliveira-PSD; Guilherme Machado UDN; Raimundo Brito-PR; Vitorino Correia-PSD. *Diário do Congresso*. Ano XIII, nº65. 27/5/1958.

<sup>187</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*, Op. Cit., p.17.

<sup>188</sup> *Ibidem*, pp.83-84.

aderir a candidatos que estão associados aos “donos” do DNOCS, mas, ao contrário, preferia “apelar aos amigos leais”, mesmo que o lado deles estivesse “mais fraco”. No fim das contas, ainda que o candidato tenha respondido a carta prometendo atenção ao pedido, a construção não foi liberada e os trabalhadores da fazenda se deslocaram para outras frentes.

Desde muito antes disso, entende-se que as secas são envolvidas por uma estrutura de poder movimentada pelas instituições de combate às estiagens e autoridades. Os fundos emergenciais de combate às crises prolongadas eram utilizados em proveito político e econômico por proprietários de terras, administradores, comerciantes, prefeitos, deputados, governadores e outros chefes da política local. No entanto, a movimentação em torno desses acontecimentos eclodiu de tal maneira, em 1858, que as notícias chegaram ao centro administrativo do país, Rio de Janeiro,<sup>189</sup> transparecendo as confusões e contradições em torno da estiagem e alistamentos de retirantes em obras.

Primeiramente, lembrar dos tão debatidos relacionamentos entre forças políticas locais e Estado. Fora do tempo da calamidade, os mais abastados do interior asseguravam o enfrentamento das dificuldades que pudessem aparecer aos trabalhadores que operavam em suas terras, o que não deveria ocorrer mais quando as estiagens se prolongavam. O governo, portanto, por meio das obras, garantia ocupação dos trabalhadores das fazendas, mantendo, dessa forma, a força política e econômica das famílias mais abastadas. Assim, os chamados coronéis, que já faziam parte de uma rede de relações políticas baseadas na troca de favores, estavam agregados mais ainda ao Estado via frentes de emergência em tempos de secas.

Depois, também se sabe que, em troca da manutenção política e econômica, os donos de terra sustentavam eleitoralmente o governo, uma prática que se fortalecia em épocas de secas. Diante dos alistamentos feitos afobadamente, fica claro que a política contrária ao êxodo de sertanejos, artifício defendido de maneira tão avigorada nos relatórios e boletins institucionais do DNOCS, carregava também o objetivo de evitar a migração dos “retirantes”, uma vez que isso, como discorre Frederico Neves, “era uma ameaça aos currais tão zelosamente guardados pelos cabos eleitorais”. Alarmantemente, “o medo de perder votos” fez políticos partidários “se desdobrarem” para conseguir obras<sup>190</sup> e, por sua vez, assegurar emprego aos retirantes, preservando os seus votantes.

Embora se saiba que o “coronelismo” foi um fenômeno contextualizado na Primeira República, consideram-se as sobrevivências dessas antigas práticas. Dessa forma, pode-se

---

<sup>189</sup> *Correio do Ceará*. 26/ 8/1958.

<sup>190</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*, Op. Cit., p.186.



dizer, conforme Leal, que estas eram “uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”.<sup>191</sup> Por isso, pode-se dizer que existia um compromisso entre o Estado e os chefes locais. Uma troca de proveitos em nome do fortalecimento do primeiro e a manutenção do poder do segundo, que, especialmente em tempos de secas, temia a decadência de suas influências.

No fim das contas, existe uma consonância entre as fontes da imprensa produzidas no período e alguns pesquisadores que a seca de 1958 foi marcada por desvios de verbas, fraudes nos alistamentos e outros problemas. De acordo com Frederico Neves, disputavam-se “o controle das listas” e a direção local dos encarregados das obras”.<sup>192</sup> Luciara Frota registra o processo eleitoral de 1958 como escandaloso, favorecido por ser coincidente à ‘grande seca’ e suas vultuosas verbas<sup>193</sup>. Já João Alfredo Montenegro discorre que os alistamentos eram feitos conforme o partido, retendo-se inclusive o título eleitoral em algumas ocasiões.

Era possível, portanto, que as vagas nos serviços das secas fossem facilitadas para os trabalhadores que se comprometessem a votar nos candidatos aliados aos chefes políticos locais, um pacto estabelecido através de um acordo entre os representantes do DNOCS, responsáveis por alistar retirantes, e as autoridades políticas de cada lugar.<sup>194</sup> Os alarmes sobre as fraudes, aliás, chegaram dos mais diferentes cantos do estado, não por acaso das cidades que tinham recebido verbas especiais para combater a seca.

Entretanto, possuir título e comprometer o voto com um candidato não era condição *sine qua non* para conseguir vaga nas frentes de trabalho, se se considerar que a maioria da população cearense era composta de não votantes. Segundo relatório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acerca das eleições de 1958, 656.716 pessoas (19,81% do total da população) estavam habilitadas a votar.<sup>195</sup> Dessa forma, se a condição de eleitor certamente facilitava o acesso a uma vaga nas obras de emergência em troca de votos, as estatísticas levam a crer que isso certamente não poderia ser regra excludente no processo de alistamento de trabalhadores nas frentes de serviços.

---

<sup>191</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 20.

<sup>192</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*, Op. Cit., p.186.

<sup>193</sup> FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. *Documentação oral e a temática da seca* estudos. Op. Cit., p.73, p.224.

<sup>194</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O DNOCS em ação (irrigação e emergência). In: *O DNOCS e o novo Nordeste: uma perspectiva histórica, 1909-1984*. Fortaleza: DNOCS, 1985, p.116.

<sup>195</sup> Relatório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eleições de 1958. Disponível em: <<http://apps.treze.jus.br/tre/download/Eleicoes%201958.pdf>>. Acesso em: 07/02/2014.

De outro modo, os próprios trabalhadores, mesmo sem total conhecimento do “processo de divisão de lideranças partidárias”,<sup>196</sup> negociavam com os chefes locais suas entradas nos alistamentos, às vezes usando os votos como barganha. Importa dizer que o poder das autoridades particulares locais não demandava apenas dos votos, suas teias de poder eram mantidas por aspectos que iam além disso, alianças com o setor público, ocupação de cargos, força econômica e até, em alguns casos, guarda armada. Mesmo assim, incontestavelmente, esses chefes locais possuíam certo controle de votos dos seus domínios e o controle do eleitorado significava poder.

No plano local, a coincidência da seca de 1958 com turbulentas disputas eleitorais entre UDN e PSD/PTB, no Ceará, fez com que terratenentes acoressem de modo ainda mais incisivo que em outros anos às obras públicas como modo de assegurar poder político e econômico no raio dos seus domínios. Ademais, a quantidade de votos que ele poderia conquistar também garantia a continuidade da manutenção do seu prestígio, que posteriormente poderia desdobrar-se em novos ganhos em forma de benfeitorias em suas terras, indicação de nomes para cargos ou novas garantias de empregos para os seus trabalhadores quando uma outra seca ocorresse.

Por outro lado, as autoridades políticas, deputados, prefeitos, governadores, também eram favorecidos por essa teia ainda mais emaranhada nos tempos de secas. Seguros dos seus benefícios e desejosos por se manter no poder, as bases partidárias foram fortalecidas na disputa eleitoral, durante o ano de 1958, pelos donos de terras. Entende-se que através das obras ficou mais fácil conseguir verbas para socorros públicos que permitiram garantir aliados políticos, mais obras, ganhos econômicos e também votos nas eleições de 1958.

No plano nacional, vale ressaltar que, a coligação vitoriosa nas eleições ao governo do Ceará foi a aliada ao presidente Juscelino Kubistchek. Este grupo tinha outros paradigmas para orientar os diagnósticos e as possíveis soluções para os problemas do polígono das secas. A ênfase era no desenvolvimento regional e não por acaso, sob a direção do engenheiro Candido Parente, o DNOCS implementou muitas obras de grande porte e em ritmo acelerado. Mas, dessa vez, com os estudos de Celso Furtado e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), esse volume de construções não representava uma solução somente hidráulica. O redirecionamento das políticas dos órgãos que lidavam com as secas tinha como

---

<sup>196</sup> FROTA, *Luciara Silveira de Aragão e. Documentação oral e a temática da seca estudos*. Op. Cit.,p.73., p.226.

medida agora também industrializar e modernizar a agricultura, tornando a região mais resistente às secas.



Figura 1. Presidente Juscelino Kubistchek na inauguração do açude Pentecostes. Fonte: DNOCS. Boletim. vol.18, n.50. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, agosto de 1958.

Pode-se falar também que existia no contexto de criação da SUDENE, de meados ao fim da década de 1950, uma crise política. As discussões eram visivelmente polarizadas entre um grupo que defendia a industrialização do Nordeste, no qual o investimento no solo, e não somente no abastecimento de água, era igualmente importante para resolver os problemas do semiárido, e um grupo que representava as oligarquias agrárias, que temiam perder o poder sobre a vida e o emprego das pessoas. Dessa forma, é possível, em certa medida, pensar que fazendeiros e outras autoridades locais reclamavam obras nos seus municípios para controlar trabalhadores e seu eleitorado, já que o Estado, embora cumprisse com funções assistenciais que o paternalismo que os donos de terras não mais assumia, teria, assim, que respeitar o poder local – que exercia influência direta sobre os eleitores.

Mesmo que os retirantes negociassem de diversas maneiras com as autoridades públicas por meio das aglomerações em espaços públicos e privados, organizar-se através de saques, invadir obras, repartições públicas e encher as ruas dos centros urbanos não eram garantia de aquisição de emprego nas frentes de emergência. Os trabalhadores migravam em

busca de alternativas de sobrevivência, desenhavam suas trilhas, mas tinham que lidar com as circunstâncias políticas, econômicas e sociais dos momentos em que viviam. Em 1958, por exemplo, tiveram que lidar com os chamados coronéis e autoridades políticas que se utilizaram da coincidência do momento complicado de crise e da proximidade das eleições para evitar o emagrecimento dos seus contingentes eleitorais, que não queriam ver dispersos pelas levas migratórias.

Nas secas da década de 1950, as altas instâncias políticas (MOVPE, DNOCS) tiveram que negociar com a multidão de trabalhadores sem ocupação com autoridades políticas locais que desejavam manter prestígio eleitoral e com donos de terras que ambicionavam sustentar mão de obra disponível depois de findada a estiagem. Já os retirantes se ajuntavam nas ruas e em torno das obras e, fosse ou não por meio de indicações de famílias abastadas e políticos locais, enfrentavam dificuldades para conseguir ter seus nomes inclusos nas listas. Como se vê, dentro das frentes, essa população seria apresentada a outros problemas num cotidiano de muito trabalho degradante.

### 3. DE RETIRANTES A TRABALHADORES-CASSACOS: MORADIA, LIDA E FAMÍLIA

Nos arredores da hospedaria Getúlio Vargas, em 1958, um repórter do jornal *Gazeta de Notícias* andava entre um emaranhado de gente buscando entrevistar retirantes arribados dos mais diferentes locais do estado do Ceará. Um homem chamado Manoel Santos foi o primeiro a relatar ao repórter que a “barriga” estava “vazia”, mas que, mesmo assim, ia “tentando esquecer a desgraça”.<sup>197</sup> Adiante, o jornalista seguiu observando o seu entorno e avistou perplexo grupos de pessoas defronte ao casarão, “fazendo frugal comida” e parados, “esquecendo a miséria do ócio miserável”. Em seguida, resolveu ouvir o depoimento de dois “recém-chegados”: um deles afirmou que a situação só iria piorar, pois “aí atrás por esse meio de mundo” vinha “gente que só o diabo”.<sup>198</sup>

Decerto, esgotados de recorrer à caridade particular ou religiosa, afadigados de esperar recursos em seus locais de moradia e quem sabe até cansados de pedir ajuda do céu, aqueles sujeitos saíram de seus locais de moradia e trabalho, esperando definição para seus problemas. Ao chegarem à capital cearense, muitos ficavam “jogados pelos cantos da Hospedaria Getúlio Vargas” e, ajuntados, aguardavam passagens para outros estados, ou empregos em obras públicas na capital ou no interior e, descontentes, alguns voltavam às ruas envolvendo-se em saques a propriedades públicas e/ou privadas. Enquanto isso, o correspondente do jornal *Gazeta de Notícias* assistia incontáveis mulheres, homens, adultos, velhos e “meninos despidos e sujos, comidos pelo amarelão, autênticos comedores de barro e areia” em meio à fome, moléstias.

O quadro presenciado pelo repórter também foi divulgado em outros jornais. “Retirantes” passavam fome e sofriam doenças, conforme o *Correio do Ceará*, na Hospedaria Getúlio Vargas.<sup>199</sup> Homens e mulheres não tinham “direito à alimentação”, às crianças era oferecido “leite do FISI [Fundo Internacional de Serviço à Infância] em horário preestabelecido”. Ao mesmo tempo, os “casos de doenças” eram “frequentes”, um “contágio rápido” facilitado pela aglomeração. As situações sanitárias eram as piores admissíveis, era o que difundia o *Tribuna do Ceará*.<sup>200</sup> O casarão estava dividido em oito pavilhões com capacidade para uma média de mil pessoas, contudo, naquela ocasião, diversos migrantes disputavam os corredores,

---

<sup>197</sup> *Gazeta de Notícias*, 19/3/1958.

<sup>198</sup> *Gazeta de Notícias*, 19/3/1958. Trecho dos versos cantados pelo retirante Manoel Santos.

<sup>199</sup> *Correio do Ceará*, 18/3/1958.

<sup>200</sup> *Tribuna do Ceará*, 30/4/1958.

pois a hospedaria já abrigava “três mil cento e sessenta pessoas” e deixava do lado de fora centenas de desabrigados que “choravam a má sorte”. A precariedade higiênica, revelada também pelos esgotos entupidos e mau cheiro, somada à precariedade alimentar, resultava numa situação de muitos casos de moléstias, inanição e morte de uma a duas crianças por dia.

Muitos dos migrantes alojados nessa hospedaria seriam alocados em obras públicas e vivenciariam nestas um similar cotidiano de fome, doenças e miséria. O Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP) – tendo como principal órgão de execução o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e em menor proporção o Departamento Nacional de Estrada de Rodagens (DNER) – projetou diferentes políticas de assistências, especialmente o auxílio pensado para racionalizar os socorros públicos, que funcionou prioritariamente dentro da lógica de evitar a fuga de mão de obra do estado do Ceará e reduzir qualquer ameaça que os retirantes pudessem causar aos principais centros urbanos e comerciais.

Com os alistamentos em frentes de emergência, o volume de trabalhadores do DNOCS e DNER chegaram a cifras incrivelmente superiores quando comparados aos anos de normalidade. Em 1958, por exemplo, a quantidade de empregados arregimentados pelo DNOCS, no Nordeste, chegou a cerca de 500 mil, somente nos primeiros meses do ano.<sup>201</sup> Foram esses trabalhadores que erigiram ferrovias, rodovias, açudes, pontes, escolas, igrejas, redes de energia elétrica, campos de pouso, linhas telegráficas. Depois de alistados, enfrentariam novas agruras em meio às vivências do universo de trabalho que eram as frentes de serviços das secas. Veem-se justamente essas histórias sobre as moradias e alguns aspectos da lida nas obras.

### 3.3 ESTRUTURA DOS ACAMPAMENTOS: ENTRE O BEM PROVIDO E O PRECÁRIO

Um modo importante de entender a experiência dos trabalhadores-cassacos e seus modos de reprodução de vida nas obras é analisando os terrenos onde os empreendimentos eram situados e as formas de moradia. Localizadas em lugares relativamente isolados, as localidades não tinham como suportar a chegada repentina das atividades com seus numerosos quadros de profissionais especializados, equipes técnicas, engenheiros e centenas de trabalhadores.

Dezenas de povoados se arranjavam nas proximidades de onde seriam construídas as obras públicas durante as secas da década de 1950. Em pouco tempo, multiplicavam-se os

---

<sup>201</sup> Esses números são apontados em jornais que circularam no Ceará, nesse período, como *Gazeta de Notícias e O Povo*. Essa quantidade também é referenciada na fonte: DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro, v.19, n.3, fev. 1959, p.156.

casebres, os galpões, mas se também montava uma equipada estrutura de edificações e maquinaria, fora o número de habitantes que crescia diariamente. Poder-se-ia, com efeito, avistar o arruado pertencente ao mundo dos trabalhadores técnicos, administrativos e especializados, que era diferente da moradia armada para os retirantes. Eram os acampamentos das obras organizadas pelo DNOCS, no qual os dos açudes de grande porte se destacavam.

A casa do encarregado da construção ficava localizada geralmente em um dos pontos mais altos do terreno. De lá era possível ter uma visão panorâmica, observar a movimentação de carros, máquinas e os trabalhadores-cassacos; tudo em seu vai-e-vem. Comparada às moradias dos técnicos, essa residência possuía cômodos espaçosos, pois, guardada algumas variações, totalizava cerca de 200 m<sup>2</sup>, possuindo inclusive espaço para guardar um jipe. Erguida com tijolos, cimento e telhas, passava por reformas sempre que se julgava necessário. Internamente, destacava-se pela limpeza, energia elétrica, água encanada, telefone, sendo que em algumas havia até jardins. Era, portanto, uma habitação privilegiada para os padrões do semiárido em crise de estiagem. Tudo cooperando para o conforto de um profissional, visto como caro e necessário à administração dos combates às estiagens. Nas proximidades desta, localizavam-se as moradias dos funcionários da administração, equipe técnica e trabalhadores especializados.



Figura 2. Modelo padrão de residência para engenheiros. Fotografada anos depois da conclusão do açude Curema. Fonte: CARVALHO, Emmanoel Rocha. *Barragens de Curema e Mãe D'água: nos bastidores da construção*. João Pessoa: edição do Autor, 2013, p.107.

Em outro lugar, avistavam-se os barracões montados para os trabalhadores-cassacos. Geralmente reunindo turmas de cerca de 20 a 40 pessoas, as moradias dos trabalhadores eram

feitas de troncos de árvores, ramos e folhas; uma ou outra era construída em taipa, cobertas de telhas de barro ou zinco. Alguns aspectos dos barracões lembravam o modo de vida sertanejo e a mobília combinava com a circulação constante desses sujeitos, resumindo-se a um amontoado de redes, muitas sobrepostas, um fogão de trempe,<sup>202</sup> uma ou outra panela, poucas mudas de roupas e malotes que também podiam ser usados como assento. Convivendo com o barulho de máquinas, passagem de veículos, com falta de limpeza e água, crianças, mulheres, velhos, homens, turmas de trabalhadores dividiam um espaço abarrotado e precário com suas famílias.<sup>203</sup>



Figura 3. Famílias num alojamento na seca de 1958. Fonte: DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: MOV/P/DNOCS, v. 20, n.6, nov. 1959, p.5.

Essas habitações faziam parte dos serviços de instalação, os primeiros trabalhos que eram executados pelos obreiros, dando forma ao espaço que abrigaria desde a equipe administrativa até os trabalhadores-cassacos. Segundo Gustavo Ribeiro, áreas isoladas recebendo empreendimentos, especialmente os de grande porte, tinham duas implicações fundamentais: criar uma estrutura que garantisse a execução do trabalho e permitisse

---

<sup>202</sup> Fotografia de um fogão de trempe nos anexos do texto.

<sup>203</sup> Essas informações foram retiradas de relatórios de serviços executados na década de 1950, mais precisamente da parte referente aos serviços realizados nos acampamentos. Foram extraídas também com base nas seguintes leituras: DANTAS, Paulo. *Viagem definitiva a Canudos*. IN: \_\_\_\_\_. *Capitão Jagunço*. São Paulo: Ed. Global, 1982, p. 169-172. (Relato publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº21. jan-fev 1959); LAMARTINE DE FARIA, Oswaldo. *Cassacos*. In: \_\_\_\_\_. *Tipos e aspectos do Brasil*. Coletânea da Revista Brasileira de Geografia. IBGE – Conselho Nacional de Geografia. 8.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1966, p.104.



“aglomerar e imobilizar” os profissionais necessários à construção.<sup>204</sup> Nesse tópico, observa-se, inicialmente, o aspecto mais geral desses espaços e depois se discutem problemas que envolviam a estrutura mais elaborada que existia nos campos de construção, mas que só abarcava uma minoria de trabalhadores e técnicos, e a precariedade das instalações que abrigavam os trabalhadores-cassacos.

As “instruções gerais a serem notadas nas edificações das barragens de terra” previam a obrigação de “serviços iniciais necessários à completa realização da obra”. Projetava-se, então, que inicialmente fossem construídos “escritórios, casas para o pessoal, galpões, oficinas para reparos de máquinas, depósitos para armazenagem de materiais de construção, prédio do laboratório de campo”, “caminhos de serviços”, instalação de esgotos, fossas, luz e força e abastecimentos de água.<sup>205</sup> Todos os açudes estudados – Pentecoste, Araras, Orós, Várzea do Boi, Banabuiú, entre outros – seguem mais ou menos os critérios apontados acima no erguimento dos seus acampamentos.

Em meados de 1950, os primeiros trabalhos foram executados no açude Pentecoste. Pensado como obra de grande porte com capacidade de 395.638.000m<sup>3</sup>, esse açude teve em suas imediações um grande acampamento constituído por um prédio para residência do encarregado da obra, 22 casas conjugadas para auxiliares, 147 casas conjugadas para operários, dezessete galpões cobertos de telha para abrigo de trabalhadores e diversos barracões cobertos de palha para operários. Fora isso, existiam ainda uma escola, “uma residência de auxiliares conjugada com escola, dois postos médicos conjugados ao escritório,” dois subpostos médicos, seis casas para fins diversos, “prédios para depósito, oficinas, garagem e instalações de força e luz”, um reservatório para água, quatro cacimbas de água potável, instalação de rede elétrica, telefônica e de água.<sup>206</sup>

Como se pode constatar era complexo e diverso o acampamento do açude Pentecostes. A feição era de uma vila em formação, com um amplo número de moradias, totalizando mais de 150 casas e inúmeros barracões, fora a notável infraestrutura. É importante observar que o açude citado na fonte acima não foi projetado como frente de emergência, pois somente no ano seguinte recebeu vultosas verbas e numerosos trabalhadores pela ocasião da seca de 1951. Dessa maneira, era diferente das barragens menores que tinham como finalidade imediata

---

<sup>204</sup> RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança: experiências de trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: UNB, 2008, p.67-68.

<sup>205</sup> Ministério da Viação e Obras Públicas. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Instruções Gerais a serem observadas na construção de barragens de terra*. Rio de Janeiro: DNOCS/MOVP, 1957, p.15.

<sup>206</sup> SABOYA, Francisco. *Relatório de serviços executados em 1950*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, 1951, p.50.

ocupar braços e serem concluídos no tempo da estiagem, não precisando, assim, de infraestrutura mais elaborada.

O açude Várzea do Boi (Tauá-CE), por exemplo, tinha uma capacidade menor com aproximadamente 51.910.000 m<sup>3</sup>. Conforme relatório de 1951, foi erigido com “recursos especiais para socorro das vítimas das secas”.<sup>207</sup> Em seu ambiente, existiam instalações de energia, água e telefone, 294 “barracas de madeira roliça e ramos”, 118 “quartos de taipa geminados cobertos de telha para operários”, 62 “casas de taipa cobertas de telhas” de 50 m<sup>2</sup>, uma casa de 170 m<sup>2</sup> para o engenheiro-chefe, uma escola com duas casas conjugadas para auxiliares, um posto-médico e um escritório. Dessa forma, pensado para durar o tempo de crise, acampamentos como o do Várzea do Boi eram menores.

As instalações dos entornos das obras de açudagem, de certo modo, eram incomuns até para os padrões de algumas sedes dos municípios cearenses. Muitas moradias, serviço sanitário com instalação de esgotos e fossas, redes de energia, água encanada e telefone, escritórios, oficinas de carpintaria, ferraria e alvenaria, depósitos para materiais diversos, postos médicos e enfermarias, escolas comuns e escolas rurais, estradas de acesso e campos de pouso para transporte aéreo. Na construção do açude Araras, em 1953, o engenheiro Rômulo Campos prevê em ofício<sup>208</sup> até a criação de uma maternidade, um posto de puericultura, um cinema e um clube recreativo, evidenciando a preocupação com especificidades médicas e lazer.<sup>209</sup>

Geralmente, os açudes contavam com estruturas semelhantes às apontadas anteriormente, guardando uma ou outra especificidade. Embora nem todos os acampamentos possuíssem distintas formas de lazer e serviços de saúde tão especializados, como foi o caso do Araras, que possuía até cinema e maternidade, eram em geral dotados de características que os assemelhavam a pequenas vilas ou cidades. Todo esse aparato moderno, na verdade, funcionava como chamariz, estimulando a permanência de profissionais que eram escassos naquele período, principalmente diante do volume de construções que desabrolhavam em diversos pontos do Brasil.

Na edificação do Orós, em 1950, maior açude do Brasil até os anos 1990, um amplo e bem munido acampamento foi montado para servir aos engenheiros e seus auxiliares. Existiam diversificados tipos de residências para funcionários casados e uma hospedaria para homens solteiros, ambulatórios hospitalares e dentário, cooperativa e escola. Fora isso, além da

---

<sup>207</sup> SABOYA, Francisco. *Relatório de serviços executados em 1950*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, 1951, p.42.

<sup>208</sup> Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n°1. Ofício 518. 28 de maio de 1953.

<sup>209</sup> Saúde e educação serão temas discutidos num próximo capítulo.

“construção de ferrovias com ramais para atender às obras e aquisição de uma usina para moagem de *clinker*”,<sup>210</sup> foram instaladas “usinas termoelétricas”, pois “não havia energia elétrica na região, nem quedas d’águas aproveitáveis”.<sup>211</sup> De acordo com Luiz Carlos Pinheiro, engenheiro da Comissão de Estudos e Projetos do DNOCS, naqueles anos, foram construídas “autênticas cidades modelos em pleno sertão com água tratada, luz elétrica, fábrica de gelo,” sob alegação de que “este seria o mínimo conforto admissível” tanto pelos profissionais brasileiros como pelos técnicos “importados de países de elevados padrões de vida”.<sup>212</sup>



Figura 4. Estrutura do acampamento do Orós. Fonte: DNOCS. *Orós: o açude da esperança*. DNOCS/MVOP:1960.

Açudes cearenses como Banabuiú, Pentecoste, Araras, Orós tiveram um tempo de construção maior e buscaram assegurar por meio de alojamentos confortáveis profissionais necessários até a conclusão das obras. A criação de vilas não foi algo restrito às frentes de serviços do Ceará, os estados do Rio Grande do Norte, com o açude Curema, da Paraíba, com o grande açude Mãe D’água, e o Boqueirão das Cabaceiras e de Pernambuco, com o Poço da Cruz, também possuíam estrutura semelhante as citadas anteriormente, tendo seus serviços de instalação aprimorados para receber sujeitos afinados aos ares da soberba cidadina.

---

<sup>210</sup> Clinker é um componente do cimento industrial ainda em sua fase bruta. Essa máquina de moer clinquer significa que eles fabricavam o cimento dentro da própria da obra, utilizando esse material desde os serviços iniciais de instalação até a finalização da obra.

<sup>211</sup> DNOCS. *Orós: o açude da esperança*. DNOCS/MVOP:1960. (Livreto)

<sup>212</sup> PINHEIRO, Luiz Carlos M. *Orós caso Inédito?* Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, dezembro,1960. (Livreto)

No estado da Bahia, por exemplo, o Cocorobó destacou-se no cenário sertanejo. Paulo Dantas, num relato de viagem a Canudos, chama a atenção às “modernas as edificações do DNOCS”. Cocorobó era

algo de novo nos sertões de Canudos. Seu bairro residencial de funcionários da companhia, com suas casas limpas, com luz e água encanada e até com jardins na frente, lembra Paulo Afonso, outro pequeno paraíso operário, miniatura privilegiada do conforto nordestino, que somente é alcançada por poucas famílias, em meio de milhões de deserdados. Contemplando estas casas, planas e ajardinadas, lembro e denuncio que os bairros residenciais destes serviços federais são modelos que deviam ser estendidos... a maiores números de nordestinos desempregados. Como estão, apenas atendem aos funcionários das companhias – meia dúzia de felizardos que encontraram emprego e paz social numa terra desolada.<sup>213</sup>

Essa descrição combina com dados dos relatórios de serviços executados ao longo dos anos 1950. Ademais, é importante observar como o escritor reconhece, em sua explanação, a novidade que representa o “bairro residencial” dos profissionais empregados pelo DNOCS, algo tão fabuloso para o Interior do Nordeste que é assemelhado na fonte a um “paraíso”, quem sabe, pelo conforto e higiene das casas limpas, ajardinadas, planas, com energia e distribuição de água disponível, maravilha que se compara a outro arranjado lugar em pleno sertão baiano, a vila operária da hidrelétrica de Paulo Afonso.

O DNOCS abrigaria apenas temporariamente nas construções do Interior do Nordeste – diferente de muitas fábricas que possuíam operários fixos em suas vilas num estendido prazo de tempo – uma importante quantidade de técnicos, administradores, engenheiros e operários especializados. Mesmo assim, levando-se em consideração que esses profissionais tinham essa região como lugar atrasado, arredio, governado por costumes incivilizados, o órgão tinha que buscar atrair e manter essa necessária mão de obra difícil de conservar em tempos de estiagem e fora dele. Esses trabalhadores um tanto voláteis poderiam arriscar o andamento das obras, por isso, para evitar esse constrangimento, uma boa estrutura de acomodação deveria ser erguida para fixar principalmente os engenheiros, acostumados ao *modus vivendi* da cidade. Em acréscimo, pode-se pensar num desejo de interferência da administração do órgão sobre a vida de trabalhadores que eram caros e de extrema importância para o funcionamento das obras.<sup>214</sup>

---

<sup>213</sup> DANTAS, Paulo. Viagem definitiva a Canudos. IN: DANTAS, Paulo. *Capitão Jagunço*. São Paulo: Ed. Global. 1982, p.171. (Relato publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº21. jan-fev 1959).

<sup>214</sup> Para pensar sobre “imobilização” de mão de obra, resultando numa interferência da administração “sobre o consumo individual” dos trabalhadores, mas num contexto de fábrica ler: LOPES, José Sergio Leite. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. IN: LOPES, José Sergio Leite. (org). *Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação*. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 42.

Contudo, todo o conforto privilegiado das vilas que entornavam as obras do DNOCS, conforme Paulo Dantas, somente estaria disponível a “meia dúzia de felizardos”, diante de inúmeros “deserdados”. O retirante de “alma crédula e confiante” “desejava ardentemente morar” numa daquelas “casas ajardinadas, com água encanada, luz elétrica para espantar os seus eternos fantasmas”. Contudo, “não podendo alcançá-la”, o sertanejo “empoeirado” passava nas frentes das casas e observava.<sup>215</sup> Restava, portanto, aos obreiros e suas famílias alojarem-se com suas turmas em habitações precárias.

A aceleração do crescimento populacional nas obras colocava os retirantes frente à necessidade de rapidamente dispor de um lugar para habitar. Geralmente, como narra Lamartine de Faria, os “cassacos arranchavam-se ao abrigo de algum telheiro, à sombra de um pé-de-pau” ou edificavam “latadas de ramos onde passavam a viver”.<sup>216</sup> O jornal *Correio do Ceará* noticiou que os que chegavam aos campos do açude Pentecoste, em 1951, iam se instalando “com suas famílias, em cabanas anti-higiênicas, sujeitos a toda sorte de privações”.<sup>217</sup> Com efeito, os primeiros dias que se seguiam aos alistamentos eram os mais difíceis, pois, conforme o engenheiro Paulo Guerra, não existiam “galpões” que comportassem tantas pessoas. Assim, muitos dormiam “sob o manto das estrelas”. “Cada árvore” era uma morada e, nas noites neblinadas, acontecia uma “invasão nos alpendres dos escritórios e casas, exalando da turba acentuado cheiro de humanidade, comum às concentrações plebeias”.<sup>218</sup>

Essas descrições combinam com o que se pode observar nas fotografias presentes neste texto, verdadeiras aglomerações de famílias que se arranjavam numa estrutura insalubre e que mal reservava espaço para armar redes e para cozinhar.

---

<sup>215</sup> DANTAS, Paulo. Viagem definitiva a Canudos. IN: DANTAS, Paulo. *Capitão Jagunço*. Op. Cit., 172.

<sup>216</sup> LAMARTINE DE FARIA, Oswaldo. Cassacos. In: \_\_\_\_\_. *Tipos e aspectos do Brasil*, Op. Cit., p.104. O escritor e agrônomo Lamartine de Faria nasceu, em 1919, e é um conhecido intelectual potiguar. Sua literatura disserta principalmente sobre o sertão seridó/Rio Grande do Norte.

<sup>217</sup> *Correio do Ceará*. 26/05/1951.

<sup>218</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977, p. 16.



Figura 5. Alojamento de trabalhadores na seca de 1958. Fonte: DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS. V.20, n.5, agosto de 1959, p.7.

Dessa forma, logo que eram alistados nas obras, os recém-chegados procuravam se abarracar como podiam. Os primeiros serviços executados pelos trabalhadores eram “as próprias construções dos abrigos”, com “estacas, varas e ramos, sendo poucos aqueles cobertos de zinco”.<sup>219</sup> Mesmo que relatórios de serviços executados incluam a construção desses barracões como parte das instalações do DNOCS, entende-se que, dependendo das habitações, além das diárias pagas aos operários pelos serviços executados, não existia qualquer outro dispêndio econômico à instituição, pois todo o material utilizado para as construções dessas barracas estava disponível nas proximidades do campo das obras, portanto os trabalhadores iam se alojando conforme a oportunidade e estratégias informais, muitas criadas por eles mesmos.

Se os acampamentos eram precários nas construções de açudagem, nas obras de estradas de rodagem eram ainda piores. Luciano Barreira, em seu romance *Os Cassacos*, fez uma comparação entre as moradias nos açudes e nas estradas. Manoel Saraiva, morador da fazenda Boa Vista, observava que no açude Mudubim tinha barraca e “intê dotô”, já na estrada “a cassacada” vivia “dibaixo dos pau moda bicho bruto” e bebia “água quente”.<sup>220</sup> Analisando o relatório de serviços executados, em 1952, também se percebe um acampamento bem menos equipado na estrada de rodagem Araras-Ayres de Sousa, aquém dos alojamentos encontrados

<sup>219</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*. Op. Cit, p.16.

<sup>220</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976, p. 17.

nas obras de açudagem, contando apenas com poucas casas, um depósito e um galpão para enfermaria, todos feitos de taipa e cobertos de palha.<sup>221</sup>

Em entrevistas com os trabalhadores de estrada de rodagens, percebe-se em suas falas que não existia uma preocupação significativa com o aspecto das barracas nem com aglomerações de pessoas num mesmo espaço e a relação disso com a disseminação de doenças, como faz referência o jornal e a literatura. Talvez isso aconteça porque, diferente do escritor Luciano Barreira e dos profissionais da imprensa, a lembrança que os trabalhadores têm da sua forma de moradia nas obras é de algo que não se distanciava muito do que lhes era habitual na época. Casas feitas de palha e ramos, divididas com um número maior de pessoas, não eram algo atípico aos costumes daqueles trabalhadores. É verdade que algumas eram ainda mais improvisadas, mas, sabia-se que aquele trabalho era sazonal, durando o tempo da crise, portanto, circunstancial.

Duas inquietações, entretanto, estão presentes nas memórias dos trabalhadores com relação às moradias: uma diz respeito ao descanso que, algumas vezes, visto a estrutura da habitação, não era o desejado e a outra é sobre a ausência ou a qualidade da água. Milton<sup>222</sup> narra que ele e sua turma construíram uma barraca de “latada de ramo[s]”, à base de paus, garranchos e folhas de árvores, para utilizá-la especialmente ao meio-dia, no horário do almoço,<sup>223</sup> e durante a noite, na hora de dormir. Entretanto, durante a dormida, nem sempre era possível dormir nas redes por conta da qualidade do material da barraca que, diante do número de pessoas, impossibilitava uma sustentação segura à morada. Nessas condições, dormia-se no chão.

O imprevisto das barracas também poderia gerar outros desconfortos. Tanto Milton como José Ferreira<sup>224</sup> mencionam casos em que choveu e a barraca não se sustentou, eles se recordam que, nesses episódios, muitos trabalhadores ficaram ao relento sem ter onde abrigar-se. Milton Cunha conta que, em 1959, a primeira chuva do ano surpreendeu muitos cassacos, inclusive ele que, estando em uma barraca frágil, apanhou toda a chuva e tremeu de frio. Por conta disso, a turma de trabalhadores a que ele pertencia procurou e encontrou outro abrigo, a

---

<sup>221</sup> GONÇALVES, Luiz Mendes. *Relatórios de serviços executados em 1952*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, 1954.

<sup>222</sup> Milton Cunha. Entrevista realizada em 13/6/2011.

<sup>223</sup> Para cozinhar os alimentos, os trabalhadores entrevistados contam que utilizavam – já comum à vida sertaneja – fogão de trempo e panelas de barro. Raramente eram utilizadas panelas de alumínio, porém também eram usadas latas para substituir as panelas e elaboradas alternativas de fogão também à base de lenha. Outro capítulo trata da alimentação.

<sup>224</sup> José Ferreira. Entrevista realizada em 14/6/2012.

varanda da casa de um sertanejo, distante cerca de 6km dos trechos onde estavam trabalhando.<sup>225</sup>

A principal preocupação, portanto, era levantar de forma imediata um lugar que servisse para o abrigo, descansar e preparar alimentos. Vale lembrar que, nas frentes de serviço das estradas, as moradias eram móveis, pois acompanhavam o próprio movimento da construção. As barracas mudavam de local de acordo com a finalização de cada trecho da obra, assim, desarmavam-se e armavam-se cabanas com bastante regularidade, o que tornava essas habitações algo mais improvisado ainda. Mesmo não fazendo parte das preocupações que permeiam a memória dos trabalhadores, é importante salientar que trabalhar nos açudes significava morar em barracas mal ordenadas, sem higiene e com o mínimo para a sobrevivência, mas ser alistado em serviços de estradas era viver de forma ainda mais precária e improvisada, acampamentos de paus, cipós e folhas, apertadas e sem regularidade no fornecimento de água.

Entre as moradias operárias, vale observar que, fora as barracas levantadas com folhas e madeira, havia as casas erigidas com taipa e cobertas de telha e as feitas de alvenaria. É bastante notório que as habitações dos trabalhadores manuais e dos engenheiros são dessemelhantes, mas, entre as pertencentes aos próprios operários, também existiam diferenças, uma variação que sugere a existência de distinção social entre eles. É de se supor que essas diferenças se davam em função das atividades, que as moradas mais elaboradas pertenciam aos trabalhadores especializados e as mais emaranhadas abrigavam os operários que labutavam em serviços braçais.

Uma série de documentos sobre o desenho do acampamento do açude Araras tramitou em diferentes espaços institucionais do DNOCS durante um semestre, entre os anos de 1952 e 1953. Os problemas técnicos apresentados no projeto e suas admissíveis resoluções levantam outras questões que perpassam os dilemas do “mundo do trabalho” nas obras públicas em plena seca como ordem, controle e hierarquia. O primeiro telegrama da série citada foi emitido, em 7 de dezembro de 1952, partindo do primeiro distrito, e chegou à divisão técnica, em 9 de dezembro de 1952. O telegrama que encerra essa movimentação de correspondência foi enviado, em 28 de maio de 1953, sem data de recebimento.<sup>226</sup> Dessa forma, o erguimento da estrutura do Araras ocasionou uma intensa troca de mensagens, que durou cerca de cinco meses, revelando a preocupação com a organização do espaço que receberia técnicos, engenheiros e

---

<sup>225</sup> Milton Cunha. Entrevista realizada em 13/6/2011.

<sup>226</sup> Levam-se em consideração os documentos que foram arquivados.



retirantes. Como geralmente as correspondências eram emitidas e poderiam chegar ao seu destino em uma semana ou até mais, as repostas enunciadas em torno de dois a quatro dias evidenciaram, de certo modo, uma urgência do problema.<sup>227</sup>

Em 7 de dezembro de 1952<sup>228</sup>, o engenheiro Pereira de Miranda, chefe do primeiro distrito (CE), solicitou o envio de um projeto do açude Araras para ajustes necessários. Recebido o projeto, Pereira de Miranda escreveu um ofício ao chefe da divisão técnica recomendando alterações.<sup>229</sup> Inicialmente, acatados os esquemas considerados “satisfatórios” para a realização da obra, algumas mudanças estruturais foram aconselhadas propondo a modificação da localização “das residências dos engenheiros e ajudantes”. Seguidamente, foram direcionadas críticas ao local estabelecido para a estrada de acesso à barragem, já que passaria no meio do acampamento dos trabalhadores, não levando em consideração o fluxo contínuo de veículos transportando material. Fora isso, o local de construção da caixa d’água foi considerado impróprio visto o estudo apresentado no projeto não contemplar a possibilidade de não ser encontrado pontos a barrar, no rio mencionado, para atalhar água.

Depois que a correspondência com as recomendações de mudança propostas por Pereira de Miranda foi recebida, a chefia da divisão técnica respondeu com outro ofício, acusando quais sugestões do projeto foram aprovadas.<sup>230</sup> Foi informada sobre a mudança da serraria, carpintaria e depósitos para lugares mais próximos da moradia dos profissionais responsáveis e a modificação da casa dos engenheiros e técnicos para um lugar de “maior dominância”, visto maior organização e controle. Das mudanças estruturais, não foram

---

<sup>227</sup> Para entender melhor o fluxo e a movimentação de informações institucionais foram identificados e investigados diferentes carimbos, datas e assinaturas presentes nas fontes. No caso do DNOCS, essas correspondências circulavam entre distritos regionais, administração central (diretoria-geral, seção técnica, seção administrativa, seção de estudos e projetos), Ministério da Viação e Obras Públicas, esferas do Legislativo e Executivo, fora os particulares – padres, coronéis, comerciantes. Esse procedimento de pesquisa é interessante para entender o que era considerado imediato, o organograma do órgão, as formas de hierarquia, as instâncias por onde transitavam, a que alçada pertencia cada questão e a durabilidade dos conflitos. Informações necessárias como ponto de partida para uma leitura das variadas fontes e re-elaboração de interpretações.

<sup>228</sup> Arquivo da 2ª D. R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Telegrama emitido pelo chefe do Primeiro Distrito à Administração Central.

<sup>229</sup> Arquivo da 2ª D. R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Ofício emitido pelo chefe do Primeiro Distrito à chefia da Divisão Técnica. 22 de janeiro de 1953. Através dos carimbos, percebe-se por quantos departamentos esse ofício transitou. A dinâmica da troca de informações e a quem interessava essas questões. Esse ofício foi enviado, no dia 22 de janeiro de 1953, recomendando mudanças e, pelo carimbo de “recebido”, verifica-se que ele chegou, no dia em 26 de janeiro. O chefe da Divisão Técnica só arquivou sua cópia dez dias depois. Somente em 7 de fevereiro, o diretor-geral também arquivou cópia assinada, dando a entender ter ficado ciente do assunto.

<sup>230</sup> Arquivo 2ª D.R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Cópia de Ofício emitido pela chefia da Divisão Técnica ao chefe do Primeiro Distrito. Sem data (na ordem da pasta vem logo após o ofício referente às recomendações de mudança no projeto do açude Araras do dia 22 de janeiro).

aprovadas o desvio da rodovia de acesso à barragem por fora do acampamento e a alteração do lugar da caixa d'água para um lugar de mais fácil acesso.

Num olhar mais rápido, os ofícios citados parecem meras trocas de informações sobre ajustamentos técnicos da engenharia civil. Numa leitura não linear, num trabalho de observação das múltiplas facetas, é que os sujeitos pobres inseridos nessas fontes aparecem. Ao se observarem as alusões que foram aprovadas, é possível perceber algumas preocupações da instituição das secas e seus interlocutores e qual o lugar da objetividade da obra e dos trabalhadores dentro da documentação. Enquanto naquele cenário a racionalidade técnica e o controle estavam na ordem do dia, melhores condições de vida do operário aparecem num segundo plano.

Naquele momento, as inquietações com a estruturação física, com o planejamento da obra, eram essenciais, guardando um lugar privilegiado nas construções. Já os retirantes, mesmo que fossem uma preocupação primordial da política contra as secas, aparecem nessas correspondências como coadjuvantes do momento de crise. O engenheiro chefe do primeiro distrito de obras no Ceará, Pereira de Miranda, ocupava uma função que permitia observar o cotidiano e as confusões em torno dos retirantes, possivelmente por isso propõe mudanças nos planos das obras que favoreciam aos operários. Por sua vez, a divisão técnica no Rio de Janeiro não assistia de perto os problemas sociais, daí as maiores preocupações serem com a funcionalidade, a rapidez, a segurança e a eficiência, pondo o bem-estar dos trabalhadores num espaço reservado ao dispensável.

Primeiro, considera-se que as mudanças aceitas no projeto objetivavam um maior controle e ordenamento dos serviços dos trabalhadores e um planejamento econômico da obra. Os barracões dos retirantes deveriam ficar localizados num lugar nominado “periquito” pela melhor “dominância”, já a residência do engenheiro deveria ficar em local estratégico para controlar os conflitos que pudessem existir. Com efeito, nessas construções, o que existia era um trabalhador braçal sazonal, isto não quer dizer que a administração não ambicionasse controlar o horário de trabalho, como também outras esferas da vida. Por isso, a preocupação imediata com a localização dos barracões. Fora isso, é perceptível, com a mudança da residência do engenheiro para um lugar de maior controle,<sup>231</sup> a relevância dada ao ordenamento no trabalho.

---

<sup>231</sup> Paulo Dantas registra que, na construção do açude Cocorobó, a “casa-grande”, residência do engenheiro, ficava “ num [lugar] alto”. DANTAS, Paulo. Viagem definitiva a Canudos. IN: DANTAS, Paulo. *Capitão Jagunço*, op. Cit., p.172.

Os prédios técnico-administrativos também foram deslocados para lugares de “melhor distribuição do serviço” e “controle”, mostrando que a preocupação com o rendimento do trabalho não era estendido apenas aos trabalhadores braçais. Dessa forma, ao lado da garagem dos veículos de transporte e trabalho foi instalada a oficina mecânica, já a carpintaria e a serraria foram aproximadas das moradias dos seus auxiliares competentes. Fora isso, os depósitos e almoxarifados foram transferidos para a parte central do terreno, lugar próximo ao escritório, refletindo, entre outros, uma preocupação com a segurança daquele material, passível inclusive de furto. Não por acaso, a moradia dos trabalhadores responsáveis por alguns serviços específicos, como carpintaria, serraria, mecânica, foi aproximada dos seus lugares de trabalho, pois, além da disponibilidade constante para as tarefas competentes, permitia também um maior controle e regulamento do serviço.

Ademais, as moradias conjugadas também revelam a preocupação com a economia dos espaços e com o menor dispêndio de dinheiro em suas construções. Essa concepção estava presente no desenvolvimento das frentes de serviço e construção dos acampamentos projetados pelo DNOCS, nos anos 1950, nos quais deveria haver “segurança, eficiência e economia”, segundo o chefe do primeiro distrito cearense, Pereira de Miranda.<sup>232</sup>

O fato de muitas dessas habitações serem geminadas demonstra também um desejo de controle do que era realizado em diferentes momentos, fossem no tempo do trabalho, fossem fora dele. José Sergio Leite Lopes, ao estudar diferentes formas de fixação de trabalhadores através de variados tipos de moradias vinculadas a empreendimentos rurais e urbanos, instiga a pensar que o formato de arruado carrega o propósito da “visibilidade imediata” de quem observa, estendendo a “vigilância” também “para o domínio das casas onde residem seus trabalhadores”.<sup>233</sup>

Segundo, pode-se verificar no estudo dessas fontes que as preocupações eram indiferentes quanto à qualidade de vida minimamente digna às mulheres e aos homens que, sem ser citados, apareciam equacionados na fala dos engenheiros e seus auxiliares. O fato de veículos com materiais passarem no meio do acampamento configurava-se num problema, mas não foram apontadas soluções para remediá-lo. Se as obras eram emergencialmente para atender a uma demanda de assistência a esses pobres, é contraditório que não se avalie o caos cotidiano que se estabelecia na perturbação de caminhões, os possíveis acidentes, os materiais

---

<sup>232</sup> Arquivo 2ª D. R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Ofício emitido pelo chefe do Primeiro Distrito à chefia da Divisão Técnica. 22 de janeiro de 1953.

<sup>233</sup> LOPES, José Sergio Leite. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, José Sérgio Leite, et al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Op. Cit., p.44.

danosos à saúde, a poluição sonora, a falta de espaço para um merecido descanso. Enfim, o sofrimento e o nervoso causados.

Fora isso, a questão da água não foi contemplada nas mudanças que foram aprovadas no projeto, refletindo uma negligência em relação a esse problema. O resultado desse descuido foi apreciado em menos de seis meses depois da emissão do documento que autorizou as modificações necessárias no acampamento, faltou água para as necessidades mais básicas. Nessa ocasião, foi preciso construir uma pequena barragem de terra para remediar a falta de água que se instalou no acampamento.<sup>234</sup>

O problema da água também aparece na memória dos trabalhadores. José Ferreira lembra que, quando trabalhava na construção da estrada de rodagem que liga Itapipoca a Amontada, ele e outros trabalhadores eram abastecidos de água através de carros-pipa. No dia em que “a pipa fracassava” (a quantidade de água era insuficiente), ele conta que “passava muita sede”.<sup>235</sup> Milton Cunha alega que os carros-pipa “não davam conta” de aprovisionar os muitos trabalhadores, “uma roda de gente” abordava-os logo que chegavam, “cada um com uma vasilhinha para receber um pouco de água”. Todavia, o problema diminuiu, conta Milton, nos trechos em que ele trabalhava, ao chegarem as primeiras chuvas de 1959. Poças de água se formaram e os trabalhadores, com suas maneiras, abasteceram-se nelas. Milton conta como ele e outros faziam:

a gente ia buscar a água, tinha muito aquele cabecinha de prego [girino – larva de sapo, rã ou perereca antes da fase adulta], mas a gente pegava a blusa e fazia assim com a *berada* da blusa [o gesto é de quem pega a parte inferior da blusa, leva até a boca e usa como peneira para sugar a água], pra não engolir as coisinha. No caso da gente querer usar uma água [das poças], íamos pro outro lado, onde o pessoal não tinha andado muito.<sup>236</sup>

Os órgãos das secas, especialmente o DNOCS que erigia as maiores construções, por isso, as que necessitavam de acampamentos mais elaborados, operavam obras que tinham uma previsão de conclusão entre, mais ou menos, três a dez anos e as suas instalações poderiam, de certa maneira, ser avantajadas se comparadas com alguns centros de municípios cearenses, no período. Era um conforto que objetivava antes de tudo satisfazer trabalhadores especializados, engenheiros e suas equipes técnicas, fixando-os nas obras, afastando o risco de esvaziamento

---

<sup>234</sup> Arquivo da 2ª D. R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Ofício 6 de junho de 1953. Do Chefe do Distrito ao Diretor Geral. Assunto: falta de água para a construção do açude Araras. Recebido, em 12 de junho de 1953, pela Divisão técnica. Arquivado na direção de estudos 17 de junho de 1953.

<sup>235</sup> José Ferreira. Entrevista realizada em 14/6/2012.

<sup>236</sup> Milton explica, esforçando-se para não usar nenhuma palavra que pudesse ser inconivente a uma entrevista, que a expressão “andado muito” significa usado o terreno como banheiro. Entrevista realizada em 13/6/2011.

de mão de obra.<sup>237</sup> Quase todos os trabalhos que analisam a “imobilização de trabalhadores” em seus espaços de labuta se referem à clássica obra de Sérgio Leite Lopes.<sup>238</sup> Todo esse conjunto de espaços de saúde e lazer disponibilizado para melhor alojar empregados foi chamado por Lopes de “aparato institucional” e manifestava-se, no caso de maiores obras do DNOCS, concretamente, através de hospitais, clubes com piscinas, cinema, quadra de esportes, capelas.

Sendo assim, existiam nas construções do DNOCS dois tipos de instalações para moradia. Distintas visivelmente pela lógica da hierarquia presente em rotinas como a da construção civil, separava-se, de um lado, o grosso dos trabalhadores e, de outro, os governadores da produção (engenheiros, administradores, mestres-de-obras, fiscais e demais profissionais da equipe técnica).

Numa porção do terreno, estabelecia-se uma vila que se assemelhava ao modelo das *company towns*, padrão que se afirmava em empreendimentos como Serra do Navio (AP), Volta Redonda (SP) e Carajás (PA). Não obstante esses padrões de habitação guardassem semelhanças com os desígnios de controle que norteavam as vilas operárias, eles tinham como característica primordial ser condição necessária ao funcionamento destas iniciativas por se localizarem em lugares onde havia quase nenhuma ou qualquer infraestrutura necessária ao assento dos trabalhadores.<sup>239</sup> Assim, cooperavam para impedir as excessivas rotatividades de profissionais, evitando igualmente o prejuízo dos investimentos despendidos na construção.

O segundo tipo de moradia disponibilizada pelo DNOCS eram os acampamentos destinados aos trabalhadores-cassacos e suas famílias. Nestes, os recursos e bens de uso coletivo podiam variar bastante, principalmente entre as obras dos açudes e das estradas. Em comum havia a necessidade de os trabalhadores improvisarem por si próprios, e o mais rápido possível, um lugar para morar, descansar e preparar seus alimentos no momento inicial de instalação das frentes de serviço. Após isso, os acampamentos em torno dos açudes poderiam dispor de postos de saúde, com tratamento médico, odontológico e nutricional, enfermarias, maternidades e melhor abastecimento de água, dada a própria necessidade que a aglomeração existente nestas obras exigia.

---

<sup>237</sup> Paulo Guerra fala em crise de trabalhadores técnicos na seca de 1958. <sup>237</sup> GUERRA, Paulo. *A Civilização da Seca: Nordeste é uma história mal contada*. Fortaleza: DNOCS, 1981, p.135.

<sup>238</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero & Brasília: Editora da UnB, 1988.

<sup>239</sup> PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014, p.169.

Por outro lado, os relatórios sobre as estradas de rodagem mencionam apenas esporadicamente a existência de enfermarias, por exemplo. Essa diferença se deve, em parte, à constante mobilidade dos acampamentos ligados às construções de estradas, os quais eram montados e desmontados com bastante frequência. Constituídos, geralmente espontaneamente, as barracas nas mais variadas obras reuniam numerosos familiares, amigos e desconhecidos, facilitando as experiências de solidariedade e auxílio mútuo, mas também de prováveis confusões, ambas comuns aos cotidianos de trabalhadores pobres em suas comunidades.

Comumente, porém, os trabalhadores só entendiam todo o imprevisto como problema quando isso interferia diretamente em suas demandas mais imediatas: alimentação, acesso à água, uma vez que a carência de recursos hídricos comprometia a satisfação da sede e a preparação dos alimentos, e repouso, algumas vezes inviabilizado pelas condições degradantes das barracas. Em acréscimo, tanto nos açudes como nas estradas existiam riscos de acidentes e disseminação de doenças, ambos potencialmente mortais, estudados em capítulo posterior.

### 3.4 LIDA

Nas secas da década de 1950, os trabalhadores-cassacos labutaram na construção, restauração e conservação de obras de açudes públicos e em cooperação,<sup>240</sup> em estradas, em perfuração de poços, em instalação de canais de irrigação, redes de energia, postos de piscicultura, entre outros. Nesse tempo, os retirantes foram lotados em comissões especiais<sup>241</sup> do DNOCS ou em trabalhos regulares do órgão, no DNER, e em outros departamentos de obras públicas. Em suma, busca-se entender os meandros da lida desses sujeitos, a rotina, as tarefas e suas divisões, os horários, a noção de tempo, a disciplina e a hierarquia, a família e o tempo do descanso.

---

<sup>240</sup> Os açudes públicos são construídos integralmente com o dinheiro da união. Já os açudes em cooperação eram obras construídas mediante colaboração entre DNOCS e particulares. De acordo com Paulo Brito, funcionava da seguinte forma: O DNOCS efetuava “os estudos de campo”, elaborava “o projeto e o orçamento da obra” e pagava “um prêmio ao proprietário, de 50% e até 70% ,tratando-se de obras públicas municipais ou estaduais.” Ocorre que muitos proprietários utilizavam somente o dinheiro do prêmio e os braços da fazenda, depois da obra concluída não dava acesso a todos à água que ficava retida nele.

<sup>241</sup> Com a seca de 1958, de acordo com Paulo Brito Guerra, “as comissões assumiram a maior responsabilidade na execução das principais realizações”, os açudes Orós Banabuiú e Araras, por exemplo, foram entregues a essas comissões. Vale ressaltar que a construção da estrada Fortaleza-Brasília, obra que alistou muitos retirantes, foi incumbência de uma comissão especial. Entre outras comissões existiram também: comissão de compras, comissão volante de obras de aproveitamento hidrelétrico e comissão de construção de linhas de transmissão, comissão do Piauí, comissão de Alagoas, comissão de Sergipe, comissão de Minas Gerais, laboratório de solos, comissão de aproveitamento do rio Parnaíba, comissão do Vale do Acaraú, comissão do Vale do Jaguaribe, comissão do vale do Cocorobó. GUERRA, Paulo. *A civilização da seca*. Op. Cit., pp.76 e 104.

Esse tópico utiliza com frequência os relatórios anuais do DNOCS, telegramas e ofícios como fonte. O relatório anual era elaborado pelos seus diretores gerais, estando entre os últimos balanços a serem gestados pela instituição, encerrando um ciclo de atividades. Os facilitadores de informações para constituição do relatório final eram desde o encarregado que projetava a obra, com as memórias justificativas, até o apontador, que registrava presenças e faltas de trabalhadores.<sup>242</sup> Esses documentos eram elaborados oficialmente para prestar contas ao Ministério da Viação e Obras Públicas e ao Poder Executivo, buscando imprimir no texto uma atuação eficiente administrativamente.

Dessa forma, eram subtraídos ou minimizados os acontecimentos mais problemáticos que o órgão enfrentava nas lidas entre a administração central, os engenheiros responsáveis pelos distritos e pelas obras, as autoridades públicas, particulares e os trabalhadores. Os serviços realizados são descritos de forma seca, tabelada e os trabalhadores-cassacos aparecem como vítimas que foram assistidas durante a crise climática, em poucas palavras e em muitos números. Por isso, analisam-se não somente esses relatórios, mas também os documentos administrativos que os constituíam. Em suma, inicia-se a investigação de onde parecem ser as chaves iniciais, observando os relatórios de atividades periódicas,<sup>243</sup> telegramas e ofícios<sup>244</sup> que alimentam os relatórios finais anuais da instituição de combate às secas, abarcando os aspectos do cotidiano de labuta dos trabalhadores-retirantes.

### 3.2.1 SERVIÇOS

“O simples sertanejo de rede-nas-costas”,<sup>245</sup> logo que era alistado, iniciava os serviços. Chegava às construções das estradas e dos açudes e não carregava sequer a própria ferramenta, uma vez que era “obrigação do encarregado da obra fornecê-la”.<sup>246</sup> Mesmo esgotados pela

---

<sup>242</sup> Geralmente, eram aproveitadas informações de: memórias justificativas de projetos de obras; relatórios de serviços semanais, mensais, trimestrais, semestrais; documentos de engenharia; economia; geologia; geografia; pluviometria; relatos de inspeção e fiscalização; decretos; quadros de orçamentos e de despesas finais; tabelas de frequência, de assistência médica; ofícios; telegramas; fotografias e outros.

<sup>243</sup> Esses documentos eram redigidos e enviados pelos engenheiros para a sede administrativa durante a transcorrência da obra, apresentando dados a partir de suas avaliações e das que seus auxiliares coletavam em campo. Essas fontes estão dentro de um modelo e numa linguagem técnica, mas relatam de forma detalhada os variados tipos de ofícios nas construções, informações sobre o meio, normas, penalidades, impressões da equipe sobre os trabalhadores e outros.

<sup>244</sup> Já os telegramas e ofícios são correspondências ainda mais frequentes que atendiam aos problemas mais imediatos, sendo trocados entre variados setores administrativos. No entanto, mesmo com reduzidas linhas, os telegramas e ofícios são volumosos em quantidade, trazendo dados sobre cotidiano nas frentes de serviços – aglomerações, alojamento, serviços, horários, alimentação, brigas. Fora isso, os jogos políticos que se estabeleciam entre autoridades públicas, religiosas e particulares.

<sup>245</sup> LAMARTINE DE FARIA, Oswaldo. Cassacos. In: \_\_\_\_\_. *Tipos e aspectos do Brasil*. Op. Cit., p.104.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p.104.

caminhada de dias, esfomeados e sedentos, os cassacos atacavam os trabalhos, pois isso posteriormente seria revertido em comida para si e seus parentes. Trabalhando em turmas, recebiam as ordens de trabalhos e eram alocados em algum trecho da obra para realizar tarefas diversas. Embora os trabalhadores da açudagem e das estradas de rodagem guardassem uma rotina de lida similar, algumas etapas dos serviços eram diferentes.

Em açudes de grande porte, as simples tarefas de preparação para instalação da obra e do acampamento já eram numerosas. Inicialmente, os trabalhadores-cassacos realizavam trabalhos preparatórios como construção de estradas de acesso para o canteiro, desmatamento e limpeza, acampamento, enquanto os especializados operavam ou cuidavam de máquinas e aparelhos. Posteriormente, os trabalhadores labutavam na estruturação de todo o acampamento, bem como na fundação da barragem, no sangradouro, nos taludes, na torre de tomada d'água; e, depois, prosseguiram com os serviços de construção, reparos e conservação em toda obra até a sua finalização.<sup>247</sup>

Acompanhando o processo de construção do açude Pentecoste por meio dos relatórios, pode-se perceber com mais detalhes aspectos do cotidiano dos trabalhadores-cassacos na açudagem. Os serviços começaram, em setembro de 1950, e os trabalhadores iniciaram as primeiras tarefas no acampamento, construindo edificações para armazém, escritório e para abrigo próprio. Deram prosseguimento, em 1951, aos serviços de instalações, erigindo moradias para si e para a equipe técnica, prédios para escola e serviços de saúde, depósitos e oficinas. Ao mesmo tempo, iniciaram os serviços preparatórios de desmatamento, limpeza e abertura de caminhos de acesso aos diferentes locais da obra.<sup>248</sup>

Com as obras já em andamento, máquinas e carros revezaram-se com pessoas nos serviços de extração e transporte de terra. Inicialmente, os trabalhadores-cassacos escavaram uma relevante quantidade de metros cúbicos de argila e piçarra para abertura da cava de fundação, logo depois, toda essa terra foi transportada em carrinhos de mão. Numa outra etapa, os operários utilizaram os materiais retirados e transportados, manualmente ou mecanicamente, para fazer aterros. Nessa fase, primeiro foram executados serviços de “espalhamento” e “expurgo” da areia, depois, “umedecimento” e “apiloamento” (compactação) desse material. Por fim, os trabalhadores também fizeram trabalhos em alvenaria, na jusante e na montante da barragem, construindo também drenos.

---

<sup>247</sup> Em todos os relatórios da década de 1950 encontram-se informações sobre os trabalhos que eram realizados pelos cassacos, na parte referente aos serviços realizados em obras. Dicionário de termos técnicos, em anexo.

<sup>248</sup> BERREDO, Vinícius; SABOYA, Francisco. *Relatório dos serviços realizados em 1951*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1951. (Berredo foi responsável pelos trabalhos até 16.07.1951 e Saboya a partir dessa data).



Concomitante aos serviços na barragem e no acampamento, em 1951, também foram realizadas obras no sangradouro. Os trabalhadores-cassacos, então, efetuaram o corte (de rocha branda e piçarra) do sangradouro e depois transportaram o material numa distância média de 150m, em carrinhos de mão. A justificativa para estrear trabalhos em mais um trecho da obra foi amparada na necessidade de aproveitar “o máximo de pessoal” que crescera ainda mais “devido à seca que assolou o Nordeste”. Inclusive, de acordo com o engenheiro chefe, o uso de carrinhos de mão era “impróprio” para transportar terra a essa distância”, mas foi utilizado “pela circunstância” de aproveitar da “melhor maneira a mão de obra abundante”. No fim das contas, 2/3 do corte do sangradouro foram realizados somente naquele ano. Fora todos os trabalhos arrolados acima, o relatório de trabalhos executados, em 1951, também menciona serviços de apontamentos e chapamento de picaretas, apontamentos de aço para brocas, reparos em carrinhos de mão e confecção de parafusos, tijolos e telhas e adubos.<sup>249</sup>

Em 1952, os trabalhos continuaram na barragem e no sangradouro, com destaque para a construção dos muros dos taludes da jusante e da montante, obras necessárias à sustentação da parede da barragem. Entretanto, o relatório do DNOCS desse ano menciona a realização desses trabalhos, mais através da utilização de máquinas e caminhões e menos mediante o uso de braços. Talvez porque nessa etapa os serviços exigissem mais trabalho mecânico e menos manual ou, quem sabe, o uso maior de máquinas se deu pela clara diminuição do operariado ao longo do ano, provocado pelo retorno, mesmo não abundante, das chuvas, logo no início de 1952, que ocasionou a saída de operários das obras rumo às suas atividades habituais. Dessa forma, se no início do ano o açude Pentecoste tinha cerca de 3500 trabalhadores, já no mês de maio contava apenas com cerca de 500, diminuindo ainda mais com o passar do ano. Conforme o relatório, até que máquinas chegassem às obras, em setembro, foi necessário empregar animais para acelerar os serviços.<sup>250</sup>

No ano seguinte, outra forte seca contribuiu para que a quantidade de trabalhadores voltasse a crescer assustadoramente. Em grande número, os cassacos prosseguiram labutando na barragem, com escavação em rocha e aterro comprimido, em acréscimo, iniciaram trabalhos também no assentamento da galeria da tomada d'água e na fixação de um sangradouro provisório. No entanto, embora a obra do Pentecoste contasse com um grande número de

---

<sup>249</sup> BERREDO, Vinícius; SABOYA, Francisco. *Relatório dos serviços realizados em 1951*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1951. (Berredo responsável pelos trabalhos até 16.07.1951 e Saboya a partir dessa data).

<sup>250</sup> GONÇALVES, Luiz Mendes. *Relatório de serviços realizados em 1952*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1954.

obreiros, cerca de 17 mil, os trabalhos atrasaram, em 1953, pela alegada falta de tratores para alguns serviços, o que impossibilitou um “melhor rendimento”.<sup>251</sup>

As etapas do quarto ano de construção pareciam exigir trabalhos mais complexos, porém alguns trabalhadores-cassacos ainda estavam empregados e disputavam o já rarefeito orçamento com a necessidade de compras de máquinas. Em fevereiro de 1954, o engenheiro chefe do açude Pentecoste escreveu um telegrama para o diretor do DNOCS informando que, embora existisse urgência em empregar retirantes, alguns trabalhos não poderiam ser realizados pelos “necessitados”. Em acréscimo, dever-se-ia levar em consideração que o “indizível excesso de pessoal que trabalhou” com “produção irrisória” foi responsável pela extrapolação no orçamento da obra, em 1951. Dessa forma, o engenheiro alegou que até manteria operários e empregaria a abundante mão de obra ainda dispersa pela seca de 1953, mas precisaria, em igual caráter de urgência, de máquinas para prosseguir os trabalhos.<sup>252</sup>

Na verdade, a quantidade de máquinas e até ferramentas era quase sempre reduzida frente ao volume de obras contra as secas. O jornal *O Estado de São Paulo*<sup>253</sup> informa que, em 1951, embora milhares de pessoas já houvessem migrado, “acossadas pela fome e pela sede”, e cerca de “24 mil flagelados” já estivessem empregados, faltavam ferramentas, o que impossibilitava a ocupação de um número maior de indivíduos. O *Correio do Ceará*<sup>254</sup> informou que faltava material e ferramentas nas frentes de emergência, em 1958. A escassez de “picareta e carrinho de mão” inviabilizava a “completa assistência aos flagelados”. Diante de tal quadro, de acordo com boletim,<sup>255</sup> o DNOCS teve que encomendar “ferramentas manuais no Brasil inteiro”. Assim sendo, foram adquiridos machados, picaretas, marretas, chibancas, pás, foices, marrões de 6kg, forjas de campanha, bigornas, carrinhos-de-mão, enxadas e facões de mato.

Por fim, o engenheiro Paulo Guerra, ao tratar do operário empregado nas frentes de emergência, chamado por ele de cassaco, fornece indicativos similares aos presentes nos relatórios do DNOCS, evidenciando como a variedade de serviços que os trabalhadores poderiam executar não foi algo particular à construção do açude Pentecoste:

Vimo-lo a cavar dreno em solo empedernido onde a picareta resvala e não penetra mais de um centímetro a cada golpe, sob o sol escaldante do

---

<sup>251</sup> COUTINHO, Elísio, Carlos D. *Relatórios de serviços executados em 1953*. MVOP/DNOCS Rio de Janeiro, 1955, p.64.

<sup>252</sup> Arquivo 2ª D. R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Pentecoste nº1. Telegrama 6 de fevereiro de 1954.

<sup>253</sup> *O Estado de São Paulo*, 05/06/1951. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Unicamp.

<sup>254</sup> *Correio do Ceará*. 09/04/1958.

<sup>255</sup> DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MOVP, v. 18, n.1, agosto de 1958. p.35.

meio-dia, com a temperatura do solo superior a cinquenta graus...Vimo-lo destocando, quebrando pedra, cavando barro, carregando caminhões, construindo aterros a carrinhos de mão ou retirando terra e lama das valas de drenagem, atolado na lama quente até as coxas.<sup>256</sup>

Nos quatro primeiros anos de construção do açude Pentecoste, pode-se verificar ritmos diferentes que variavam de acordo com a fase da obra, mas também com as estiagens. Não somente no Pentecoste, como em outras construções, nos primeiros anos, a força de trabalho geralmente era em maior quantidade, haja vista a urgência de erigir o acampamento e uma necessidade maior de trabalhos manuais na fase de preparação. No ano de 1951, a coincidência entre o início da obra – lembrando que esse açude não foi projetado como obra de emergência – com a seca que atingiu o Ceará, resultou num grande volume de pessoas na construção. Nos anos posteriores os serviços braçais diminuíram juntamente com o número de trabalhadores, voltando a crescer significativamente, na seca de 1953.<sup>257</sup> Entretanto, voltando ao ponto central desse tópico, pode-se entender, em suma, que os obreiros dos vários açudes labutavam realizando serviços desde a cava da fundação da barragem até a implantação da torre de tomada d'água, arregimentados essencialmente para serviços manuais. Logo, os trabalhadores eram empregados principalmente na escavação e transporte de terra e outros materiais, como também nos serviços do aterro: espalhamento, expurgo, umedecimento e compactação de terra.

Estudando as fontes orais é possível entender que os tipos de serviços realizados pelos trabalhadores-cassacos e a organização (divisão) de trabalho na construção das estradas de rodagem guardavam semelhanças com o trabalho na açudagem. Todavia, é interessante colocar em paralelo as duas rotinas. Os operários das estradas trabalhavam em turmas de tamanhos variados,<sup>258</sup> de acordo com o ex-feitor Lucas Evangelista,<sup>259</sup> os serviços eram basicamente, “arrancar toco”, cortar terra, “cavar barreiras de um lado e outro”, depois, “planar, aguar” e “bater”. Os instrumentos de trabalho, conforme José Ferreira, eram carrinhos de mão, picaretas, enxadas, pás, foices e machados. Primeiro, narra José, os da “foice e do machado” passavam, logo atrás, outros arrancavam “tocos”, apanhavam as “raízes” e “rebolavam” (jogavam) fora. Até que era possível cavar “onde era alto” e aterrar “onde era baixo”, para pôr fim àquele trabalho.<sup>260</sup>

---

<sup>256</sup> GUERRA, Paulo. *A civilização da seca*. Op. Cit., p. 137.

<sup>257</sup> A dispensa em massa de operários e os conflitos decorrentes disso é um tópico de um capítulo dessa tese.

<sup>258</sup> Milton Cunha trabalhou num grupo de trinta, em 1958; Lucas Evangelista coordenava uma turma de quarenta homens, em 1958; José Ferreira trabalhou juntamente com mais dezessete pessoas, na seca de 1951.

<sup>259</sup> Entrevista realizada em 13/12/2013.

<sup>260</sup> José Ferreira. Entrevista realizada em 11/10/2008.



Figura 6. Trabalhadores na construção da estrada de acesso ao açude público Araras (CE) Km 3 (1951). Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS, em 1959.

Milton Cunha descreve que a turma de “cassacos” chegava às obras sem carregar seus instrumentos, pois recebia “uma ferramenta que vinha do governo”. Depois, alocada em algum trecho da obra, com as ordens de serviço a cumprir, começava o trabalho. “Uma equipe ia à frente cortando o matagal” e retirando tudo que ficava no meio. Os que vinham atrás cortavam a terra e faziam os aterros, sempre deixando nas “baixadas” os lugares para fazer as pontes. Fora isso, os trabalhadores-cassacos construía ao lado da estrada principal outro caminho para o trânsito dos carros que trabalhavam para a instituição.<sup>261</sup> O entrevistado, num tom bastante enfático, esforça-se para evidenciar que o volume de trabalho foi significativo: “a gente trabalhou, trabalhou, trabalhou, trabalhou, trabalhou muito, fizemos muito aterro, muito corte, muita coisa”. Entretanto, num tom mais brando, ele retruca que “ficou tudo inacabado”, as pontes ficaram por fazer, pois “chegou o tempo bom” (de chuva) e o financiamento para concluir as obras foi suspenso.

O depoimento de José Gomes sobre os tipos de trabalhos executados na construção dos açudes assemelha-se aos escritos nos relatórios já mencionados anteriormente. Conforme este, durante sua experiência como trabalhador-cassaco no açude Santa Maria de Aracatiaçu, ele e sua turma pelejaram na fundação da obra, depois, na construção do alicerce e por fim no

---

<sup>261</sup> Fotografia da construção de uma estrada e do caminho que era construído ao lado no anexo V (fotografia 9).

erguimento da parede do açude, “traçando barro”. Contudo, enquanto seus colegas labutaram em diferentes serviços, José alega ter realizado atividades mais leves como expurgar a terra, separando as raízes da piçarra, por exemplo, para garantir a qualidade do material que seria empregado. Os colegas atribuíam tarefas menos dificultosas a José, conforme o entrevistado, por ele ser o mais novo da turma, possuindo quatorze anos.

Dessa forma, ainda que oficialmente o DNOCS e o DNER não empregassem menores de 18 anos, estes estavam presentes no universo das obras, recurso utilizado pelas famílias para minorar os efeitos da fome. Os mais velhos – considerados os mais sábios nas comunidades interioranas –, mesmo fracos fisicamente, eram alocados em serviços duros, numa rotina similar ao cotidiano dos homens adultos.<sup>262</sup> Milton Cunha conta que, em sua turma, existiam velhos com mais de sessenta anos, mas, como “aquela equipe junto se tornava um pessoal amigo e irmão, quase irmão” o fato de eles não renderem no serviço como os mais jovens não era “problema”. Lucas Evangelista também tem um discurso afinado ao de Milton, na condição de feitor, ele narra que as obras empregavam “senhores velhinhos, velhinhos” para labutar “no duro”, quando alguns “não podiam mais nem trabalhar”, entretanto, ele e os demais trabalhadores os auxiliavam<sup>263</sup>. Com isso, pensa-se que os velhos e os meninos podiam mesmo, algumas vezes, ser poupados de serviços mais pesados em casos de trabalho em turmas (no regime de empreitada). Levando em consideração que muitas turmas eram formadas de parentes e conhecidos, a cooperação dos colegas poderia aparecer onde a fraqueza ou dificuldade fosse aparentada.

Então, em diferentes faixas etárias, os cassacos eram os trabalhadores alocados principalmente para lida em trabalhos manuais. Um serviço que, segundo Hermosea, era “muito pesado” e causava cansaço, possibilitando ferimentos e doenças, especialmente aos mais velhos. Esse depauperamento físico foi associado algumas vezes a resultados negativos no processo produtivo da obra, como atraso e má qualidade dos trabalhos, verificados nos apontamentos realizados sobre a construção do Pentecoste, por exemplo.

Conforme boletim institucional, durante as secas, as “condições físicas” dos trabalhadores tornavam a produtividade diferente da ocorrida em “épocas normais”, mesmo que o número de braços fosse mais elevado.<sup>264</sup> Entretanto, Paulo Guerra afirma que, não apenas o

---

<sup>262</sup> FERREIRA, Cortez. Pedimos a vossencia que diga ao governador para não nos deixar morrer de fome. Tribuna do Norte, Natal, 26 de agosto de 1958. In: MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Vozes. Petrópolis, 1988, p.70.

<sup>263</sup> Entrevista realizada em 13/12/2013.

<sup>264</sup> DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, v.19, n.3, fevereiro de 1959, p.156-157.

acesso restrito ao alimento provocava o pouco rendimento na lida, os costumes alimentares da população sertaneja “a enfraquecia cotidianamente, impactando a produção de qualquer serviço, portanto os resultados finais das obras. Ademais, “o baixo nível de instrução” impedia a assimilação de “novas técnicas” que pudessem moldar “novos costumes de trabalho”.<sup>265</sup>

Geralmente, a fome qualificava os trabalhadores-cassacos como fracos e incapazes de executar tarefas cabíveis a homens sadios. Fora isso, acreditava-se que o “mau costume” alimentar também influenciava no baixo rendimento dos sertanejos. Outro problema que prejudicava o andamento satisfatório das obras, segundo as fontes técnicas, era a pouca designação do referido obreiro para “novos costumes de trabalho”, com técnicas novas, hierarquia, horário rígido.

O sertanejo era tido como desqualificado fisicamente e moralmente por conta de sua “condição natural” de precária alimentação e instrução e mais debilitado ainda se fossem consideradas as experiências dos horrores das secas. A miséria decorrente da estiagem reforçava a imagem do trabalhador-cassaco como um sujeito fraco, desqualificado para o trabalho disciplinado, contudo o engenheiro ressalta que, apesar do grande entrave que era a “preparação do pessoal técnico e do operário especializado” para o “aproveitamento das obras hidráulicas”, os sertanejos aprendiam sobre ofícios e ritmo das obras através dos “ensinamentos diários”.

### 3.2.2 ESCOLAS PARA O TRABALHO OU “APRENDER NA PRÁTICA”?<sup>266</sup>

Roçagem, corte de terra, extração de terra e pedra com pá, britamento de pedra com picareta, transporte de terra e outros materiais em carrinhos-de-mão eram os principais serviços desempenhados pelos trabalhadores-cassacos. Existiram, contudo, os obreiros que colaboraram em serviços que demandavam outros conhecimentos como de alvenaria para confecção de tijolos, telhas, adubos e erguimento de obras de “pedra e cal”; de ferragens para apontamento de ferragens, reparos de peças, confecção de grampos, parafusos; de pintura; de carpintaria e de marcenaria, entre outros.<sup>267</sup>

---

<sup>265</sup> Palestra realizada no clube de engenharia do Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1959, pelo chefe do serviço agroindustrial do Nordeste, José Guimarães Duque. In: DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, v.19.n.4, boletim maio de 1959, pp.49,62.

<sup>266</sup> A terminologia “aprender na prática” é utilizada aqui no sentido empregado por Paulo Fontes. Cf. FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 85-87.

<sup>267</sup> Essas descrições foram extraídas das seguintes fontes: BERREDO, Vinícius. *Relatório de obras de 1951*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, 1952; MENDES, Luiz. *Relatório de obras de 1954*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, 1955.

Sabe-se que o DNOCS tinha em seus quadros trabalhadores qualificados para dar conta de ofícios mais especializados como os citados, mas em número consideravelmente reduzido diante dos trabalhadores-retirantes. Assim, é de se supor que nos trabalhos de marcenaria, ferraria, alvenaria – como foi o caso da confecção de 1006 milheiros de telhas e 980 milheiros de tijolos no açude Pentecoste em 1951 – havia a mão dos cassacos.<sup>268</sup>

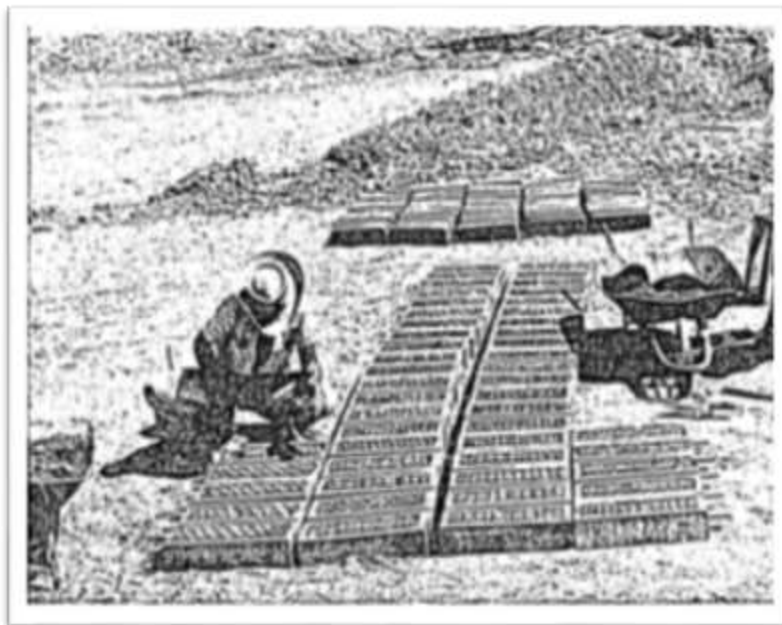


Figura 7. Trabalhador na fabricação de tijolos. DNOCS. Fonte: PASSOS, José Cândido Castro Parente Pereira. *Boletim*. DNOCS/MVOP, novembro,1959, v.20.n.6.

A propósito, durante suas experiências como trabalhadores-cassacos, em contato com as mais diversas atividades, os obreiros poderiam aprender outros ofícios e ser arregimentados para outras funções. O engenheiro Paulo Guerra explica que, em alguns casos, “cassacos eram habilitados” em outras funções dentro do DNOCS. “Operários com pendor para mecânica, localizados em oficinas”, tornavam-se “competentes mecânicos”, outros aprendiam a montar e consertar “telefones, rádios e instrumentos diversos,” fora isso, formavam-se também operadores de “máquinas agrícolas, tratores, escavadeiras, bulldozers, scapers”, “hábeis torneiros, eletricitas, ou etc”. Guerra narra que, certa vez, “um mecânico semianalfabeto, assessorado” por um “tradutor e um catálogo, deixou” uma máquina desmontada “funcionando

---

<sup>268</sup> No açude de menor porte Santo Antônio de Arataiaçu, em Sobral, foram confeccionados 244 milheiros de tijolos e 150 milheiros de telhas.

em poucos dias”. Em outra ocasião, durante uma crise de técnicos nas construções da Paraíba, “conseguiram diplomar” “jovens alistados” em “topógrafos”.<sup>269</sup>

Ainda que não se tenha precisamente a proporção de trabalhadores especializados frente aos chamados “braçais”, nem quantos dos operários qualificados foram migrantes pobres que aprenderam ofícios dentro das obras, é possível atestar que os retirantes eram alocados majoritariamente em serviços que não exigiam nenhum tipo de formação profissional específica. Na verdade, nos tempos de secas, o enorme volume de gente quase nada instruída formalmente dava conta da produção. Apenas esporadicamente precisava-se que trabalhadores aprendessem ofícios realmente novos para se juntar aos outros operários técnico-especializados do órgão.

Certamente, chegavam diariamente às obras trabalhadores acostumados com outra rotina de labuta, tendo que lidar com procedimentos desconhecidos aos seus costumes, como pontualidade de horários, hierarquia e tarefas que demandavam o manejo de ferramentas novas, contudo a maior parte dos serviços não era complexa e nem muito estranha às suas rotinas: limpar o terreno com enxada, cavar, expurgar e malhar a terra, quebrar pedra, empurrar carrinho de mão. Além do mais, mesmo quando eventualmente se precisava “formar” trabalhadores para alguma tarefa considerada atípica ao cotidiano de trabalho rural, isto não se dava por meio de cursos especializados e formação contínua, procedimentos ausentes nos relatórios institucionais, eles aprendiam fazendo, acompanhados por colegas de trabalhos.

Nesse sentido, antes que se diga que as obras durante as secas eram “escolas para o trabalho”, deve-se considerar algumas problemáticas: primeiro, os obreiros das frentes eram empregados majoritariamente em serviços manuais, o DNOCS e o DNER dispensavam o uso de máquinas e caminhões para aproveitar mais trabalhadores; segundo, os labutadores já conheciam boa parte desses serviços a serem executados, a maioria; terceiro, o grosso do necessário às obras nem exigiam qualificação técnica; quarto, mesmo quando era preciso ocupar trabalhadores em operações mais específicas, a formação não era protocolar, dava-se por meio da observação, na prática; e, quinto, o alto índice de rotatividade e a exigência de se manter trabalhando para garantir a comida não combinam com um processo de aprendizagem formal.

Longe de menosprezar qualquer esforço desempenhado por engenheiros, especializados e técnicos que dedicaram uma parte do seu tempo para ensinar novos afazeres, num momento de necessidade de racionalização do trabalho, deseja-se aqui chamar atenção

---

<sup>269</sup> GUERRA, Paulo. *A civilização da seca*. Op. Cit., p.135.



para a incompatibilidade de se pensar numa educação para o trabalho, no contexto das centenas frentes de serviços estabelecidas prioritariamente para empregar um grande número de pobres abatidos pelas secas. Além do mais, não se desconsidera que, decerto, muitos trabalhadores aprenderam novos ofícios, todavia, fazendo.

As imagens mostram que, embora não fossem exigidas técnicas de trabalho especializado para empurrar carrinho, cavar buracos e malhar a terra, admiráveis eram os resultados alcançados pela multidão de migrantes pobres das secas. A prática cotidiana ia orientando esses obreiros e as fotografias são importantes para rejeitar a máxima do trabalho manual associado ao desqualificado. O fato de a maioria dos empregados serem pobres, famintos e com baixo grau de instrução formal e especialização, num contexto de labuta degradante, não implica concluir que era um trabalho desqualificado, de forma generalizante. Os engenheiros e suas equipes regiam os canteiros de obras, mas foram os trabalhadores-cassacos que construíram açudes, estradas, redes de irrigação e eletricidade, prédios, etc.

Os trabalhadores, portanto, quando precisavam lidar com ofícios novos, aprendiam na prática. Se o DNOCS possuía um discurso de educação para o trabalho, não era no sentido da profissionalização industrial, fabril ou da construção civil, era uma formação focada no trabalho agropecuário. Especialmente no final da década de 1950, com o fortalecimento do GTDN, criação da SUDENE e inserção de políticas agrícolas no DNOCS, os discursos de preparação do homem nordestino para acompanhar a dinâmica do progresso necessário ao Nordeste para integrá-lo ao Brasil se fortaleciam sobremaneira. Conforme o boletim do DNOCS de 1958, era necessário “educar” o sertanejo “para vencer a seca”, por isso, ao lado dos projetos de irrigação e postos agrícolas, deveriam existir escolas para ensinar os modernos processos de lida com a terra.<sup>270</sup>

A agricultura, segundo os gestores do DNOCS, exigia “conhecimentos, qualidades morais, operários habilitados, disciplina de trabalho, volumosas colheitas por hectare e preservação de fertilidade do solo”. Entretanto, como as comunidades interioranas tinham “demasiado zelo em não modificar os seus costumes”, essa tarefa era árdua e deveria começar na infância.<sup>271</sup> Dentro do contexto de modernização e estímulo à convivência com a natureza árida do Nordeste, a educação agropecuária para famílias, o funcionamento das colônias agrícolas dos postos de irrigação e vazantes dos açudes, bem como as experiências dos

---

<sup>270</sup> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Boletim*. Vol. 18. N.2, novembro,1958. p.26.

<sup>271</sup> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Boletim*. Vol. 20. N.6, Novembro,1959, p.116; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Boletim*, Vol. 19. N.4, Maio,1959, p.61,64.

trabalhadores destes projetos, são seguramente assuntos que merecem maior apreço de pesquisadores.

Os trabalhadores-cassacos, então, tinham uma rotina de lida com serviços diversos e pesados, trabalhando em turmas, às vezes tendo que aprender novos afazeres. Trabalhar duro e em grupo não era algo estranho às experiências pregressas daqueles sujeitos, outras situações, entretanto, bem poderiam ser alheias a estes obreiros.

### 3.3 REGIMES DE TRABALHO E HIERARQUIA

“Quando o apito da casa de força comandava,  
O trator na estrada, o trabalho e a poeira anunciava,  
A escavadeira com caçamba em movimento.  
Track-tuc em velocidade na barragem logo chegava,  
E ainda muito mais veloz voltava.  
Sem perder de tudo um só momento...

Os caminhões foram os primeiros,  
A transportar material de diversos barreiros,  
Na cortina nunca faltava pedreiros,  
Se destacava tangida por carpinteiros,  
Apresentando sempre boa elevação...

As 113 casas da vila operária o povo não acumulava,  
Em todo pé de pau era gente que sobrava,  
Fora os galpões de zinco, lona, latadas.  
Nos fornecimentos sortidos tudo se acabava,  
Até a noite pra comprar gente não faltava<sup>272</sup>

Os versos acima são de autoria de um topógrafo que trabalhou no DNOCS, na década de 1950, e fazem referência ao intenso cotidiano nas construções de açudagem. Rotina marcada pelo movimento, velocidade, divisão de tarefas, pela presença de máquinas compartilhando o ambiente da construção com a excessiva população – incluindo os trabalhadores especializados que executam serviços como a cortina de concreto para vedação do açude.

---

<sup>272</sup> Versos presentes no relatório do topógrafo Abreu sobre a rotina nas obras. 1978. p 2-4. In: CARVALHO, Emmanoel Rocha. *Barragens de Curema e Mãe D'água: nos bastidores da construção*. João pessoa. Edição do Autor. 2013, p.115.

Na verdade, segundo Guerra, trabalhando de “sol a sol”, o operário das secas desempenhava “qualquer serviço pesado”.<sup>273</sup> Mal clareava o dia, o “cassaco” já começava a lida e, em períodos de urgência de entrega da obra, chegava-se a trabalhar “três turnos de 8 horas, como é comum no período crítico de toda construção”.<sup>274</sup> Esses obreiros trabalhavam geralmente por diária e empreitada.<sup>275</sup> Neste regime, o afazer do operário era avaliado e computado em sintonia com a sua turma. O grupo de pessoas labutava em conjunto para terminar a obrigação da semana, aproveitando comumente “a claridade das noites de luar” para adiantar os serviços, “somando horas de tal modo que, na quinta ou sexta-feira”, muitas vezes, já tinha cumprido “a tarefa semanal”. Depois disso, os que não tinham migrado com suas famílias, iam para suas casas carregando mantimentos e retornavam à labuta na segunda-feira.<sup>276</sup>

Os entrevistados também mencionam os diferentes regimes de trabalho que controlavam as obras. Conforme Hermosea, esposa do engenheiro Genésio de Araújo, nos açudes Araras e Pentecoste, operava-se um expediente de oito horas, mas em períodos de maior urgência de finalização das obras, turmas de obreiros revezavam-se em dois turnos de oito horas. José Isídio labutou como trabalhador-cassaco, no açude Pentecoste, e lembra dessa rotina mencionada por Hermosea, no qual os horários eram delimitados rigidamente pelo relógio. Acordava às cinco horas da manhã, tomava o café, enfatizando que “era só o café”, e iniciava os trabalhos no açude por volta seis horas, segundo o horário predefinido pelo chefe. Depois disso, labutava “carrando buraco até as onze”, interrompendo a labuta para almoçar. Às treze horas, retornava aos canteiros das obras, finalizando os serviços por volta das cinco ou seis horas. Aos sábados, trabalhavam somente meia diária e depois disto dirigia-se ao fornecimento para receber o pagamento da semana.

Os entrevistados José Ferreira e Milton Cunha, apesar de labutarem durante algum tempo recebendo por diária, trabalharam a maior parte dos meses justamente na empreitada. Durante toda a semana, o dia começava às sete e terminava às dezessete, assim conta José quando se refere ao tempo que trabalhou “na diária”. Rosa, sua esposa, narra que José saía para as frentes de emergência no “domingo” ou “de domingo pra segunda”, passando a “semana todinha lá”. Finalmente, quando chegava “sábado” ou “sexta-feira”, ele retornava para casa “com um saco” nas costas. “Era farinha, era fava, carne do sol”. Já no regime de empreitada,

---

<sup>273</sup> GUERRA, Paulo. *A civilização da seca*. Op. Cit., p. 136.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>276</sup> *Ibidem*, p.137

conforme José, os trabalhadores sempre “tinha uma folgazinha”, pois, trabalhavam de três a quatro dias, iniciando as tarefas na quarta e finalizando, geralmente, no sábado.

Milton Cunha conta que ele e sua turma primeiramente trabalharam no regime de empreitada. Labutando “dia, noite, pedaço da noite”, iluminados por “um fogo ao lado da estrada”, o serviço estava pronto sempre antes do fim da semana, às vezes, no terceiro dia de trabalho. Contudo, no fim da estiagem de 1958, o entrevistado e várias turmas de trabalhadores foram deslocados para um trecho da estrada de difícil conclusão. Com horários predefinidos de entrada, refeição e saída, os trabalhadores recebiam por diária, independentemente da produção. Sabendo disso, Milton revela, num tom pilhérico, “o cassaco não se interessava pelo serviço”, ficava “por ali batendo, batendo, batendo, batendo, batendo”, fazendo “corpo mole”. Todavia, estavam sempre atentos às visitas da direção da obra, retornando ao ritmo de trabalho que se esperava numa construção sempre que avistavam os chefes.

O regime de trabalho variava de construção para construção, podendo coexistir empreitada e diária na mesma obra. O “serviço do açude Araras”, conforme o *Gazeta de Notícias*,<sup>277</sup> era realizado “por tarefas” (regime de diárias), entregues a “homens novos e fortes”, “ficando sem emprego a maioria dos necessitados”. No Rio Grande do Norte, de acordo com o *Tribuna do Norte*, existiam operários na empreitada e “homens que trabalhavam de tarefeiros”. Entretanto, havia ainda “muitos cassacos” que ganhavam de acordo com a produção, por exemplo, por “metros cúbicos” que cavavam. “Um velho atacado de hemiplegia” foi visto cavando um terreno duro, “de onde no máximo” conseguia “arrancar quatro cruzeiros por dia”. Outro ancião labutava, “nesse mesmo trecho, com luxação no joelho, quatro filhos a alimentar, um barracão e um feitor para completar tudo que” fazia “nascer o desespero”.<sup>278</sup>

Para estes do Rio Grande do Norte e para outros trabalhadores das obras públicas que eram pagos por produção, o serviço era medido conforme o seu rendimento, individualmente. Na extração de terra, por exemplo, o resultado era calculado em metros cúbicos escavados, mas, levando em consideração a variedade dos terrenos (rocha, argila, piçarra), de acordo com a classificação estabelecida pelo DNOCS. Assim, o trabalho ao fim do dia era avaliado pela quantidade de terra extraída e o tipo de terreno, sendo que o serviço em um metro cúbico de terreno arenoso, por exemplo, tinha valor inferior em relação a um terreno pedregoso.<sup>279</sup> Ora,

---

<sup>277</sup> *Gazeta de Notícias*. 31/03/53.

<sup>278</sup> FERREIRA, Cortez. Pedimos a vossencia que diga ao governador para não nos deixar morrer de fome. *Tribuna do Norte*, Natal, 26 de agosto de 1958. In: MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Vozes. Petrópolis, 1988, p.70.

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 136.

essa categorização de terreno instituída pelo órgão poderia ser motivo de bastante descontentamento entre os trabalhadores, pois quem determinava a variação do solo era o supervisor de tarefas. Assim sendo, o cálculo final do serviço executado era feito semanalmente, o que podia ocasionar confusões na hora do pagamento quando se avaliavam as contas diferentemente. Fora isso, um terreno duro poderia ser classificado como brando, causando prejuízo aos obreiros, portanto essa avaliação do trabalho realizado poderia ser arbitrária.

Em suma, o regime de diária era regularmente de oito horas por dia, diurno ou noturno, pago semanalmente, independentemente da produção. No regime de empreitada, o serviço era repassado à turma e o pagamento realizado após a sua conclusão. De acordo com Gustavo Lins Ribeiro, no livro *O Capital da Esperança*, que trata dos trabalhadores que construíram Brasília (muitos, inclusive, retirantes da seca de 1958), a “remuneração” no trabalho por empreitada “é fixada em termos do produto final”. Nela, o serviço é calculado pela encomenda do produto e não pelo número de horas que se imagina necessário para realizá-lo”.<sup>280</sup>

Já quando se compara a empreitada com casos em que trabalhadores ganhavam por produção individualmente, entendem-se outras diferenças. No primeiro, o valor do trabalho dependia dos serviços que eram executados coletivamente pela turma, sem que necessariamente o trabalhador fosse cobrado de forma individual pela tarefa que foi determinada para o grupo como um todo. Quando a turma findava a tarefa semanal, a obrigação estava cumprida e o pagamento era efetuado. Já quando a lida era avaliada por produção, o resultado da labuta diária final de cada trabalhador era computado particularmente e somado semanalmente para que os provimentos fossem pagos.

No caso dos trabalhadores-cassacos que labutavam na empreitada, recorrentemente, fazia-se o uso das “viradas”. A extensão da jornada aproveitando as noites era um recurso que implicava em efeitos nocivos à saúde dos trabalhadores, expondo-os mais facilmente às doenças e aos acidentes, especialmente em obras que não prezavam pela salubridade e pela segurança.

Tanto na empreitada como no trabalho por produção, os trabalhadores-cassacos eram forçados a sustentar o prolongamento das horas de trabalho. Na primeira, num intuito de concluir mais rapidamente a tarefa da semana e garantir os recebimentos e um tempo maior próximo da família, na segunda, para assegurar um rendimento que garantisse com maior margem o suprimento dos parentes. Do outro lado, toda essa celeridade poderia servir para afiançar a finalização de etapas das obras num tempo menor, pois mesmo nos contextos de

---

<sup>280</sup>RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança*, Op. Cit., p. 171.

emergência, algumas obras maiores, como o Orós, o Araras e o Pentecoste, tiveram prazos fixados para a inauguração.

Luciano Barreira, em *Os Cassacos*, inspira a perceber outros aspectos desse mundo do trabalho estabelecido em pleno sertão. Os trabalhadores do romance estão organizados numa só turma, a de número 52, preferindo “permanecer juntos, porque se conheciam, montariam uma só barraca e poderiam ir a Boa Vista, todos os sábados, ver os seus”.<sup>281</sup> Labutavam sob o comando de um feitor chamado seu Mundola, um sujeito sabido que lia, escrevia e efetuava as quatro operações matemáticas. Esse feitor logo cuidou de avisar a turma que eles trabalhariam “perto da pedreira”, desse modo, os homens saíram para a lida, deixando “um velho” na barraca para cozinhar.<sup>282</sup>

Assim, o trabalho foi distribuído: “cada homem” ficou responsável por “cavar terra para cem carrinhos e outros tantos fizeram o transporte de terra para o aterro”. Ao meio-dia a tarefa já estava concluída, facilitada pelo fato de o terreno escavado ser arenoso. Depois dos trabalhos finalizados, o “apontador do trecho passou e tomou o ponto” de cada operário, reclamando que a turma só ficara metade do dia.<sup>283</sup> Essa reclamação acabou chegando aos ouvidos do fiscal geral da obra que decretou ordens para que a turma continuasse trabalhando até às quatro da tarde. “Algumas turmas protestaram contra” os trabalhos “forçados”, pois “os flagelados, subnutridos e obrigados a longas caminhadas semanais”, não tinham condições físicas “de suportar a nova tarefa. Alguns, os mais velhos sobretudo, até desmaiavam. Tristes desmaios da fome e da inanição”.<sup>284</sup>

Os trabalhadores braçais e operários especializados desempenhavam suas funções sob a orientação de auxiliares técnicos e administrativos, feitores, apontadores, fiscais, como também tinham que negociar com o mestre da obra: o engenheiro-chefe. Este profissional, visto nos relatórios já aqui apresentados e outras correspondências, desempenhava funções diferentes, desde a participação nos alistamentos até a prestação de contas na finalização da obra, era quem dirigia a produção, a equipe técnica e administrativa que, por sua vez, organizava os serviços dos demais funcionários. Essas atribuições não pertenciam somente ao ofício do engenheiro na organização das obras, no Ceará. Paulo Dantas, em sua viagem a Canudos, diz que o engenheiro do açude Cocorobó (BA) era o “homem forte do lugar”, sempre “obstinado, energético e ditador”. Disposto a inundar Canudos, não tinha “tempo para conversas”,

---

<sup>281</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Op. Cit., p. 96.

<sup>282</sup> *Ibidem*, p.101-102.

<sup>283</sup> *Ibidem*, p.111.

<sup>284</sup> *Ibidem*, p.134.

movimentava-se com precisão, “operando nas linhas, nos transmissores”. “Sempre muito ocupado”, sabia das “pesadas tarefas, muitos problemas e centenas de homens a chefiar em serviço”. Esse profissional acumulava muitas “funções, em Cocorobó: meio sacerdote, meio prefeito, além de delegado e patrão.”<sup>285</sup>

Apesar de essa figura tão grandiosa em Cocorobó, os entrevistados não mencionam com tanta frequência, em suas falas, a presença do engenheiro no cotidiano da turma, porém outros chefes subordinados àquele permeiam a memória dos trabalhadores. Milton Cunha, ao tratar sobre a rotina da prestação de contas do trabalho, inspira a pensar sobre o relacionamento entre trabalhadores e chefes nas obras de emergência. Ele conta que, quando o grupo de trabalhadores já estava organizado num determinado trecho da obra, o apontador chegava com o “roteiro da estrada”, dando ordens ao feitor da turma de quais serviços seriam realizados, atentando maximamente para os detalhes arrolados no projeto. Depois de findado o serviço, o mesmo apontador se dirigia ao local da obra para averiguar o produto final, certificando na caderneta de cada operário a conclusão dos serviços da semana. Com as trinta cadernetas em mãos, o feitor, junto com a sua turma, dirigia-se a um lugar chamado “residência” (onde também eram feitos os alistamentos). Chegando ao local, outras turmas já estavam aguardando, por ordem de chegada, para prestar contas. Chegada a vez, o feitor entregava as ditas cadernetas apontadas para o “residente” (administrador) que dava o visto final. Feito isso, um auxiliar fazia a chamada, entregando a “cadernetinha” (com o vale) na mão de cada dono. Finalmente, o grupo dirigia-se ao fornecimento – que eram comércios elegidos para abastecer os trabalhadores – distante cerca de 60 quilômetros, para trocar seus vales por gêneros.

Lucas Evangelista também nos move a refletir sobre as relações que adensavam o universo de trabalho nas frentes de emergência. Embora busque a todo o momento reforçar seu atual ofício de cordelista, referindo-se aos tempos do DNOCS como um breve episódio na sua trajetória rumo a um ícone da cultura cearense, ele transita entre a valorização pessoal de ter sido arregimentado como feitor por “já ter um grau” – sabia ler e escrever e tinha sido soldado do exército –, diferenciando-se dos demais trabalhadores braçais que iam “mesmo era quebrar pedra e arrancar toco”, insistindo, porém, na ideia de que havia outras posições de comando muito superiores à sua e que usava sua posição de feitor para aplacar as agruras do serviço pesado nas obras dos seus subordinados, fosse desempenhando tarefas juntamente com os “cassacos” ou liberando os mais idosos antes do fim do horário regulamentar de trabalho.<sup>286</sup>

---

<sup>285</sup> DANTAS, Paulo. Viagem definitiva a Canudos. IN: DANTAS, Paulo. *Capitão Jagunço*. Op. Cit., p. 172.

<sup>286</sup> Entrevista realizada em 13/12/2013.

Enquanto contratado do DNOCS, Lucas Evangelista conta que “trabalhava com um grupo de quarenta cassacos”, declarando que era feitor “de turma”, portanto diferente do feitor “geral”, funcionário que “mandava” em todos os outros feitores de turma empregados na construção. Não obstante ele reconheça que o cargo de feitor geral permitia poder de decisão e autonomia, essa função, sua fala sugere, era alcançada não através do mérito instrucional ou técnico, mas pela intermediação política, que permitia um funcionário “protegido de um cidadão” – que, por sua vez, era um sujeito ainda “mais protegido” de outra autoridade – adquirir uma vaga mais vantajosa do ponto de vista hierárquico.

Em acréscimo, Lucas Evangelista trata da figura do apontador, um empregado que intermediava as ordens de serviço do feitor geral para o de turma. Ele discorre, num tom irônico, que o apontador era “uma pessoa boa demais” e era quem ganhava “mais mole”, pois sua função era só verificar os presentes e os faltosos. E mais, conforme o entrevistado, era o empregado “dedo duro” que, caso um feitor “bobeasse” – fosse pego protegendo um trabalhador mais velho, por exemplo – fazia a denúncia ao feitor geral. Entretanto, é importante relatar que Lucas Evangelista teve um problema pontual com um apontador. Certa ocasião, conta o entrevistado, o apontador o acusou perante o feitor geral de negligência com a obra, já que permitia que alguns trabalhadores saíssem antes do horário regulado pela instituição. Por conta disso, o feitor geral encaminhou-o para falar com o “doutor” (engenheiro) no escritório que ficava localizado em outra cidade. Ele narra, com entusiasmo, dando a entender mais uma vez que tinha uma relação de cooperação e amizade com os trabalhadores-cassacos, que foi até à cidade junto com os “cassacos que saíram” do “serviço” para acompanhá-lo. Chegando lá, o engenheiro não o demitiu, mas decidiu que o encaminharia para outro trecho da obra. Ele conta que, nessa ocasião, resolveu abandonar os serviços do DNOCS, aliás, último emprego formal que possuiu antes de viver de escrever e cantar cordéis.<sup>287</sup>

José Gomes, que foi trabalhador-cassaco, em 1951, e apontador, em 1958, ilustra, igualmente, alguns detalhes sobre os diferentes encarregados da produção de uma obra de emergência. O feitor, segundo ele, era um sujeito “mais entendido” e responsabilizava-se pelos serviços dos trabalhadores de sua turma em determinado trecho da obra. O feitor e sua equipe, por sua vez, eram observados pelo fiscal que rotineiramente transitava nos trechos das obras. Durante suas visitas, caso algum trabalhador estivesse “sentado, tinha que se levantar”. As

---

<sup>287</sup> Talvez a mudança de trabalhadores para outros trechos das obras fosse uma prática não tão incomum. Diga-se que Luciano Barreira, no romance *Os cassacos*, também aponta um caso de transferência de uma turma de trabalhadores para um distante trecho da obra após problemas que envolveram atraso no fornecimento de alimentos, engenheiro com sua fazenda, feitor e cassacos. p. 205 a 211.



presenças dos trabalhadores manuais eram aferidas pelo apontador que cuidava de dez turmas. Duas vezes ao dia, manhã e tarde, as inspeções eram realizadas e anotadas num relatório que era encaminhado, ao final do expediente, ao escritório. Ainda que o apontamento de faltas gerasse melindres pelos dias descontados dos vencimentos, precisava-se fazê-lo.

É possível dizer, então, que o apontador se constitui como uma figura central na memória dos trabalhadores, afinal, ele intermediava comandos de serviços, contabilizava os faltosos e dava conta da rotina da obra ao seu superior, o fiscal. Feitor de turma, apontador, fiscal e fiscal geral foram os funcionários mais mencionados nas entrevistas. Com reforço na literatura e nas fontes da imprensa, é de se entender que eram peças fundamentais na ordenação dos canteiros das obras. Em suma, trabalhadores-cassacos labutavam orientados por um feitor, tinham seu serviço computado pelo apontador, supervisionado por fiscais e observado por demais técnicos e auxiliares que prestariam conta de todo o movimento da obra aos engenheiros-chefes, estes que, por sua vez, prestavam esclarecimentos aos engenheiros administradores de cada distrito.<sup>288</sup>

Os aspectos gerais, os problemas decorrentes, inclusive relacionados aos cassacos, poderiam ter como debatedores até o diretor geral do DNOCS, o ministro da Viação e Obras Públicas e o Poder Executivo.<sup>289</sup> Nessa arena, os retirantes tinham que lidar com uma marcante hierarquia, pelo controle sistemático das atividades, pela divisão de diversas tarefas em várias instâncias e pela ordem dividida entre os que podiam mandar e os que deviam obedecer. Entretanto, importa salientar que muitos retirantes já não estranhavam essas relações de hierarquia em trabalhos temporários.

Ocorre que, desde o século XIX, os sujeitos do mundo rural tiveram contato com os trabalhos das obras públicas erguendo praças, igrejas, passeios e o primeiro açude, o Cedro, localizado em Quixadá (CE). Posteriormente, na seca de 1915, obras foram erigidas no estado do Ceará, tendo como força motora os braços dos retirantes. Dessa forma, mulheres, velhos, homens, jovens e meninos estabeleceram contato com o universo de trabalho diferente do que estavam acostumados rotineiramente. Daí em diante, noções de um mundo de trabalho com exigências que se aproximavam, sobremaneira, aos costumes citadinos, urbanos, faziam parte das memórias das famílias sertanejas que, em épocas de secas, procurava as frentes do DNOCS para se alistar.

---

<sup>288</sup> Ver organograma no anexo I.

<sup>289</sup> Fora as visitas do diretor geral do DNOCS às obras no Nordeste, em 1951, 1953 e 1958, visitaram as frentes de serviço das secas o ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida, em 1951 e 1953, o ministro da Agricultura João Cleófas, em 1958, Darci Vargas, em 1951 e 1953, e Juscelino Kubitschek, em 1958.

A racionalização do trabalho nas obras contra as secas se expressava através da hierarquia, divisão de tarefas e controle político e administrativo da produção, assim como na marcação do tempo, ritmado e compassado. O trabalho sincronizado das frentes de serviços exigia, pode-se pensar, uma medição mais analógica. No regime de diárias, esperava-se que os horários fossem rigidamente definidos e, como foi dito, em alguns momentos, as obras aceleravam seus serviços de tal maneira que se trabalhava até três turnos de oito horas cada. Já pelo regime de empreitada, se por um lado não havia exigência disciplinada de horários de entrada, descanso e saída, do outro, esperava-se um volume de trabalho que garantisse o cumprimento da produção final. Do mesmo modo, trabalhar mais, pernoitar, também significava concluir a tarefa semanal mais rapidamente ou permitir um ganho maior.

Portanto, controle, disciplina e sincronização do trabalho faziam parte de uma equação cujo resultado deveria ser rapidez, minimização de custos e maior produção em menor tempo, garantindo a aplicação eficiente dos altos investimentos. Tudo isso contrastava bastante com os costumes da maioria dos sertanejos que orientavam seus afazeres por outras referências temporais, por exemplo, respeitando minimamente o tempo do estômago e do sono. Desse modo, é admissível dizer que o tempo das frentes de serviço pautado pela eficiência e produtividade era praticamente o oposto do tempo “sertanejo” orientado pelos usos, costumes e necessidades básicas ou imediatas.<sup>290</sup>

O trabalho exaustivo e em turmas (principalmente na companhia de parentes, amigos e conhecidos) não era experiência desconhecida de considerável número dos trabalhadores que se alistavam nas obras, como os que anteriormente se ocupavam na lida com a terra e com os animais, o que gerava incômodo, certamente, eram os serviços executados “como tarefas massificadas, parceladas, repetitivas, e, portanto, desconcertantes a quem tinha por hábito um cotidiano de trabalho autônomo e polivalente”.<sup>291</sup>

Resultado dessa racionalização do trabalho, somado ao entendimento de que a lida nas obras públicas era uma alternativa emergencial, aos primeiros sinais do fim da estiagem, os pobres abandonavam as obras e voltavam para suas atividades costumeiras da lida com a terra, com os animais, com o artesanato, entre outros. O *Correio do Ceará* informava o “flagelado sem mais esperança”, alistava-se “como cassaco nas obras”. Deslocando-se do seu “rancho e

---

<sup>290</sup> Em importante artigo publicado em 1967, na revista *Past and Present*, E. P. Thompson analisou os conflitos e transformações motivados pelo avanço da lógica produtivista e industrial na Inglaterra do século XVIII e a busca pela superação de formas produtivas, descanso e lazeres considerados ineficientes e ultrapassados. Cf. THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>291</sup> CANDIDO, Tyrone. *Proletários das secas*. Op. Cit., p.241.

do seu terreno”, aceitava a situação de “emergência para escapar à fome”, mas “quando” caíam “as chuvas”, o sertanejo atirava “fora a picareta oficial”, olhava “com desprezo o apontador”, e voltava “aos seus serviços”.<sup>292</sup>

Em entrevista ao *Correio do Ceará*, o engenheiro Pereira de Miranda relatou que a suposta interrupção do ano de seca de 1951, com a chegada das chuvas em abril, fez centenas de trabalhadores abandonarem os serviços das frentes de emergência. O açude Aires de Sousa e Pentecostes perderam metade dos braços, pondo em questão a continuidade das obras. Situações como estas ditavam um movimento oscilante de trabalhadores que claramente permaneciam nas obras somente durante os momentos de impossibilidade de permanecer em suas atividades costumeiras. Alguns, no primeiro sinal de chuva, permaneciam na obra somente até terem recursos suficientes para se manter até os problemas sociais que a seca ocasionou findarem. Nesse contexto, para muitos chefes das obras restava o constrangimento de lidar com um grupo de obreiros que eram migrantes, voláteis e avessos a determinadas condições de trabalho.

Essa reação imediata de esvaziamento das obras durante as chegadas das chuvas era uma clara demonstração da resistência à sistemática daquele mundo do trabalho, racionalização, rígida normatização e cobrança diária de produtividade, características associadas ao trabalho industrial e urbano. Não se tratava puramente da preferência de trabalhar para si ou do desejo de não trabalhar para o outro, pois nem todos os empregados das frentes de serviços tinham suas terras ou meios de produção próprios.

O abandono do trabalho nas obras, com efeito, era um reflexo da não satisfação frente às condições de existência nas obras – moradias precárias, ritmo acelerado, falta de comida e água, ausência da família, em alguns casos – e a uma labuta em situações sociais e culturais distintas às dos sertanejos, que eram baseadas num sistema de reciprocidade, travado até mesmo entre sujeitos desiguais, que existia no campo. Antes de tudo, é importante frisar que ser cassaco era uma condição sazonal, não fazia parte da rotina habitual do sertanejo, mas sim, era um meio emergencial, uma alternativa de sobrevivência, um movimento por excelência para contornar a fome.

### 3.4 TRABALHO, DESCANSO, REZAS E FESTAS

Não obstante a rotina de labuta nas frentes de emergência fosse exaustiva, os trabalhadores arranjavam alguns momentos de descontração. Lamartine de Faria observou

---

<sup>292</sup> *Correio do Ceará*, 4/4/1951.

trabalhadores-cassacos cantando e até exibindo suas habilidades performáticas em determinados trechos de obras. Alguns eram “paleadores *de primeira*” e “criavam fama pela habilidade de sacudir a terra em grande altura”, outros faziam cena quando a “pá dava uma cambalhota no ar e voltava” às suas “mãos. Existiam também os que trabalhavam nas “pedreiras”; estes os “mais teatrais”. Os marreteiros faziam “piruetas com a ferramenta”, que fugia pelo “sovaco”, voltava às suas “mãos por cima do ombro”, e seguiam cantando:

Ôôôô — malha seu maia,  
 Ôôôô — malha malhado  
 Vamos maia, Seu maia, Vamos maia,  
 Segundo a marcha do tempo: É roda-pé, cama de vento,  
 É ferro novo de engoma.<sup>293</sup>

Na música acima, eles se referem ao próprio cotidiano, seja o serviço de compactar a terra, utilizando um instrumento chamado malho; seja a construção de rodapés; ou ainda o descanso na “cama de vento”. Muitas vezes trabalhando com parentes, pessoas da mesma comunidade, ou com desconhecidos que se afinavam pelo contexto e experiência, os cassacos entoavam cantigas enquanto suavavam sob o sol, provavelmente lembrando do costume rotineiro de cantar durante o trabalho em família, querendo “passar o tempo”, ou mesmo para diminuir o desgaste da dura lida com momentos de brincadeira.

As obras de açudagem e rodagem ficavam distantes dos núcleos populosos, quase num completo isolamento. Nas construções de açude, a concentração de trabalhadores era enorme, chegando, em alguns momentos, a superar números de habitantes de alguns municípios cearenses. Assim, ao mesmo tempo em que as obras avançavam, cresciam os acampamentos improvisados dos trabalhadores, mas também barracas e outras formas de estabelecimentos comerciais apareciam para vender cafezinhos, lanches, cachaças, como narra o romance *Os Cassacos*.<sup>294</sup> Na falta de dinheiro, gêneros alimentícios tornavam-se moedas de troca e o hábito de vender fiado se consumava amplamente, como discorreu em seu depoimento o antigo cassaco Milton Cunha. Desse modo, embora existissem formas de lazer institucionalizadas, as sociabilidades ocorriam, na maioria das vezes improvisadas, dentro das construções.

Em algumas noites, os trabalhadores nos acampamentos das estradas de rodagem tinham como companhia o violão e a “cachacinha”, assim conta o entrevistado Lucas Evangelista, hoje um famoso cordelista, que no seu tempo de feitor já tocava violão, criava

<sup>293</sup> LAMARTINE DE FARIA, Oswaldo. Cassacos. In: \_\_\_\_\_. *Tipos e aspectos do Brasil*. Op. Cit., p.104.

<sup>294</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Op. Cit., 1976.

repentes e fazia cantorias, animando sempre que podia os trabalhadores sob sua direção, que aproveitavam o momento para “tomar as biritinhas deles”. Nos fins de semana, “no dia da paga dos cassacos”, Lucas Evangelista alega que também aproveitava o movimento de pessoas em torno do fornecimento para apurar alguns trocados com os seus cordéis e cantigas.

Outros depoimentos foram diferentes do anterior quanto ao uso de bebidas. O ex-feitor José Azevedo admitiu que sua turma fazia uso de cachaça durante as obras, mas o objetivo principal do consumo seria o de suportar as viradas de noites no serviço da empreitada. Também Milton Cunha faz referência às cachaças sorvidas na construção das estradas, alegando, entretanto, que sua turma e outras evitavam o aguardente, pois o objetivo era a busca do “essencial”, ou seja, “a sobrevivência”, não existindo renda suficiente para outras despesas além de comida. Do mesmo modo, José Isídio, José Ferreira e José Gomes também negaram o uso de bebidas alcoólicas durante suas estadias nas obras, sob o argumento de que a má remuneração e a premência do sustento da família tornavam excessivos os gastos com “espirituosas”.

A viúva do engenheiro responsável pelo açude Pentecoste, Hermosea, discorreu sobre festas que esporadicamente ocorreram no acampamento, com muita música, mas sem a permissão da cachaça. O casal, que morava na parte elevada do terreno, desceu certa vez para o lugar de moradia dos trabalhadores mediante o convite do dono da casa onde estava ocorrendo o festejo. A entrevistada lembra bem de “um funcionário mais arrumadinho que tocava sanfona” e da turma animada “dançando no *chão batido*”, embora nenhum tipo de bebida alcoólica estivesse autorizada, já que precisavam atender às regras de comportamento vigentes nas obras (na presença do engenheiro).

Embora existisse um impedimento oficial quanto ao consumo de álcool, a “tradicional pinga” era vendida nas proximidades do acampamento do açude Curema, na Paraíba, segundo Emmanoel Rocha. Nos lugares próximos a este açude, cabarés também foram abertos, já que “um só” não bastava “a tanta gente”. Conforme o autor, a grande parte dos frequentadores era de rapazes “solteiros/desacompanhados de suas famílias, pressionados pelo excessivo trabalho, entre eles, os técnicos especializados empregados fora dos anos de seca, mas também operários pobres. O pároco Pedro Luiz Cunha não se agradou do funcionamento desses estabelecimentos e relatou no 4º Livro de Tombo da igreja matriz de Piancó que aquele era um “ambiente pobre, depravado e dissoluto em que vivia a mocidade operária”. Apesar das críticas do padre, Rocha

não menciona nenhuma ação do DNOCS para restringir aqueles espaços de sociabilidade fora dos limites das obras.<sup>295</sup>

Uma intensa migração rumo às frentes de trabalho e o aumento da circulação de capital natural às grandes obras aumentavam o número de vendas ou estabelecimentos comerciais dos mais diversos gêneros, nos núcleos urbanos próximos às construções e nos arredores do acampamento. A quantidade de profissionais da engenharia, técnicos especializados e outros operários, gerava a necessidade da existência de espaços de lazer.

Não existem relatos nas fontes que se refiram ao aproveitamento, propriamente dito, desses espaços pelos trabalhadores migrantes pobres das secas. A preferência das vagas em tempos de secas era para homens casados, mas se sabe que solteiros também foram empregados e outros se estabeleciam nas construções sem as famílias. Sendo assim, é possível que, entre a “mocidade operária” citada, existissem retirantes. Por outro lado, deve-se considerar que, de forma geral, existia um entrave à participação dos trabalhadores-cassacos nesses espaços de lazer: a pouca circulação de dinheiro em espécie entre eles. Fora isso, alguns casados tinham a constante presença da família, ou, conforme fontes diversas, muitos aproveitavam tudo que sobrava para levar nos finais de semana aos parentes.<sup>296</sup> Mesmo assim, não se pode excluir a possibilidade de que cassacos, solteiros e casados, frequentassem vendas ou casas de meretrício, fazendo uso de arranjos diversos para conseguir dinheiro; e nem tampouco a de terem esses trabalhadores se privado do uso da aguardente fora e dentro do horário de lida.

Em grandes projetos, como afirma Gustavo Barreira, as atividades em momentos de folga dos trabalhadores estavam frequentemente associadas ao consumo de álcool e à prostituição.<sup>297</sup> No DNOCS, o consumo foi proibido já nos primeiros regulamentos institucionais e pelo visto ainda vigorava nos anos cinquenta. Certamente, essa vigilância ocorria objetivando evitar as constantes paradas durante a jornada de trabalho para fazer uso do produto, embora este tenha auxiliado algumas turmas nas viradas de turno, conforme se verificou. Além disso, o álcool era tido como exaltador de ânimos, um componente decisivo no desencadeamento de brigas e mortes entre os trabalhadores, mas também entre trabalhadores e seus chefes.

---

<sup>295</sup> CARVALHO, Emmanoel Rocha. *Barragens de Curema e Mãe D'água: nos bastidores da construção*. João pessoa. Edição do Autor, 2013, p.218-219.

<sup>296</sup> Tanto as entrevistas como também o romance mencionam as periódicas idas nos fins de semana dos labutadores, que deixavam suas famílias em casa, longe do acampamento, até mesmo alguns deles que moravam longe visitavam os parentes para entregar alimentos. A condição era sempre retornar às segundas-feiras para responder à presença ao apontador. BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Op. Cit., p.112.

<sup>297</sup> RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança*, Op. Cit., p.212.

A vigilância do cotidiano de trabalho no DNOCS era realizada por uma guarda particular, chamada pelo engenheiro Paulo Brito Guerra de QG (quartel general) do DNOCS. Importava a esta apurar prováveis irregularidades que pudessem resultar em episódios de violência, suprimir brigas e até investigar trabalhadores suspeitos de crimes pregressos. Paulo Brito relata em seu livro alguns casos. Uma interessante ocorrência foi a “investigação” realizada pela guarda do DNOCS, “chefiada por Baiano Cajayba”, que, ao averiguar dois trabalhadores, descobriu que estes se tratavam dos mesmos sujeitos, “temíveis criminosos”, procurados pela polícia. Outro caso avaliado pela guarda foi de um rapaz que levou um tiro do companheiro de trabalho durante a noite, foi levado para a emergência do DNOCS e transferido para o hospital mais próximo do acampamento, falecendo em seguida.<sup>298</sup>

Episódios de brigas envolvendo trabalhadores-cassacos eram comuns. O jornal *Gazeta de Notícias* também divulgou uma ocorrência que chamou atenção da cidade de Pentecoste, em 1958. Nas obras do açude de mesmo nome, uma briga entre três operários supostamente embriagados resultou na morte de um deles. O periódico anunciou que, no meio da desavença, Manoel Guimarães enfiou uma faca no coração de um companheiro que morreu na hora, sendo rapidamente detido. Manoel ficou preso e a polícia teve dificuldades para apurar mais dados sobre o evento, pois o acusado era mudo.<sup>299</sup>

Esses acontecimentos não ocorriam envolvendo somente trabalhadores. A neta de um dono de terras de Reriutaba, cidade onde se localiza atualmente o açude Araras, contou uma história que ela assistiu ainda criança e que aconteceu durante a construção dessa barragem. Entretanto, a entrevistada pediu sigilo quanto ao seu nome e identidades dos envolvidos, já que o evento conta a história de um caso amoroso envolvendo um conhecido engenheiro da obra e a esposa de um cassaco. Esse relacionamento ocorreu no acampamento do açude Araras e, ao sair da surdina, deixou o marido enfurecido e com desejo de vingança, mesmo sabendo que o amante de sua companheira se tratava de um dos maiores chefes da obra, dirigiu-se à residência do engenheiro e adentrou no recinto. Um dos guardas que rondava a casa percebeu a confusão e, antes mesmo que fosse travada luta corporal, atirou contra o cassaco que não resistiu e morreu. Conta a entrevistada que o guarda já sabia o motivo da chegada do trabalhador e, ao perceber uma suposta arma do marido, entendeu que a morte do engenheiro se avizinhava, tirando antes a vida daquele. Incontáveis trabalhadores chegaram numerosamente ao local do

---

<sup>298</sup>GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*. Op. Cit., pp. 18, 68,103.

<sup>299</sup> *Tribuna do Ceará*, 25/08/1958.

assassinato, depois da notícia da morte do colega, no entanto o guarda e o engenheiro já haviam fugido do local.

A depoente não lembra o paradeiro do guarda, já o engenheiro se refugiou justamente na casa do seu avô, sob os cuidados “dos homens de confiança” desse proprietário de terras. Depois de poucos dias, o engenheiro viajou para Fortaleza, escondido em um jipe particular, escoltado por outros automóveis, até que se distanciasse da cidade. Não existe nenhuma menção a esse caso nos jornais consultados, mas uma notícia sobre uma briga envolvendo um guarda, um engenheiro e um cassaco, no ano de 1953, no açude Araras, pode ter alguma relação. O *Correio do Ceará* narrou um episódio sobre “um violento conflito” no Araras. Tanto o guarda Francisco Rodrigues como o operário Antônio Candido faleceram no embate. Depois disto, foi enviado ao local um sargento e vinte praças. Mesmo assim, o engenheiro garantia à redação do jornal que não retornaria às obras, dizendo-se ameaçado de morte.<sup>300</sup>

As pastas administrativas deste açude apresentam a alteração de assinatura de um engenheiro, o que sugere que o anterior que ocupava o cargo o desocupou. É possível que isso não seja apenas coincidência, tampouco é plausível assegurar piamente que a mudança de engenheiros tem relação com a história narrada acima, pois transferências eram comuns na política do órgão. Por outro lado, relacionamentos amorosos envolvendo engenheiros e equipe técnica com mulheres que moravam nas obras são referenciados pelo escritor Luciano Barreira, em seu romance, um demonstrativo de que não era uma situação incomum.

As construções, portanto, não eram espaços apenas de trabalho. As vidas das pessoas seguiam seus cursos em meio às dificuldades da fome e doenças habituais dos anos de secas, mas guardando semelhanças com o cotidiano de vida de povoados comuns: lida, descanso, brigas, relacionamentos amorosos, rezas, brincadeiras. Não obstante estivessem dentro de acampamentos sob a vigilância de guardas, os trabalhadores viviam os seus tempos de descanso e distração.

Brigas, jogos e caça, aliás, são episódios que tornam mais clara a atuação da guarda do DNOCS. Essa vigilância diária revelava certa “solidariedade personalizada”.<sup>301</sup> Nestes casos, conforme Gustavo Ribeiro ao se referir aos trabalhadores da construção de Brasília, o que existia era uma solidariedade que passava mais “pelas relações pessoais, que eram mantidas com a vítima”, do que propriamente pela qualidade e intensidade da repressão. Isto pode ser visto no caso citado anteriormente sobre o relacionamento amoroso entre uma esposa de um

---

<sup>300</sup> *Correio do Ceará*, 4/10/1953.

<sup>301</sup> RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança*. Op. Cit., p.216.



cassaco e um engenheiro, que culminou na morte do referido trabalhador pelas mãos de um guarda da obra, resultando numa animosidade coletiva entre os obreiros.

Além das farras e brincadeiras arranjadas, existia um lazer institucionalizado, como lembrou com bastante frequência a entrevistada Hermosea. Segundo a depoente, ela organizava festejos com a ajuda da diretora da escola e outras mulheres que trabalhavam no setor de administração das obras, sendo a maioria deles festas religiosas. O São João e o Natal são as mais mencionadas na entrevista e, segundo Hermosea, provocavam uma mobilização em torno da arrecadação de fundos. Os espaços eram ornamentados e ocorriam missas, novenas e outras formas de festas na capela que existia dentro do acampamento. O pároco da sede do município onde se localizavam as obras, Pe. José Fialho, colaborava com os festejos e participava de todas as comemorações.



Figura 8. Capela do açude Curema-RN. Fonte: CARVALHO, Emmanoel Rocha. *Barragens de Curema e Mãe D'água: nos bastidores da construção*, Op. Cit., p. 141.

No Natal, bolos, balas e presentes eram distribuídos aos trabalhadores e comunidade local. Hermosea narra que aproveitava o prestígio do marido com os fornecedores, comerciantes e outras autoridades para arrecadar o dinheiro a ser gasto com a festa. A notícia da distribuição de presentes corria longe e chegava às obras gente dos mais diversos locais. Entretanto, como conta a entrevistada, nem todos saíam satisfeitos, às vezes, com outras expectativas, desencantavam-se com o que recebiam, como aconteceu com uma senhora que reclamou do

simples corte de tecido que ganhou. Ademais, na semana do Natal, como alegaram os entrevistados Milton, José Ferreira e José Azevedo, os trabalhadores recebiam uma semana de folga, ganhando as diárias referentes àqueles dias não trabalhados, diferente do que ocorriam nos finais de semana comuns.

Acontecimentos interessantes eram os batizados católicos comunitários que, conforme Hermosea, ocorriam uma vez ao mês, no açude Pentecoste, e reuniam toda a criançada pagã. A entrevistada discorre de modo enfático sobre a extensa prole dos obreiros, acrescida mensalmente pelas crianças que nasciam no acampamento e na maternidade da obra, ocasionando um proporcional número de batismos. Fora isso, fala entusiasmada que ela e seu esposo, o engenheiro chefe, eram os padrinhos de quase toda a meninada presente nesses eventos, o que tornava incontável o número de afilhados que eles tinham espalhados pelos sertões. Esse exemplo é adequado para refletir sobre o paternalismo marcado pelas redes de obrigações recíprocas costumeiras nas relações de trabalho do sertão cearense, permanecendo nos momentos de crise dentro das obras. Se fora dos anos secos os donos de terra apadrinhavam os filhos dos seus trabalhadores, nas obras, esse hábito era transferido ao engenheiro, possivelmente como um modo de garantir uma aproximação, estabelecer um vínculo. O gesto de os trabalhadores-cassacos oferecerem seus filhos como afilhados aos gestores chefes das obras confirma a presença dos laços de proteção e deferência que caracterizam a ordem paternalista do campo.

Dentro dos acampamentos das obras maiores também existia cinema, clube operário e campo de futebol. No entanto, entende-se que esses lugares de sociabilidade eram mais direcionados aos empregados fixos da instituição. Esse lazer institucionalizado fazia parte do projeto de criar um ambiente que ao menos lembrasse as áreas citadinas de onde vinham boa parte dos funcionários graduados e técnicos do DNOCS. Diferente do que ocorreu em Brasília – no contexto de obra de construção civil, isolada e com numerosos engenheiros, técnicos e trabalhadores, alguns migrantes das secas – onde esses lugares seria um modo de administrar “virtualmente o escasso tempo livre dos operários, entende-se que essa prática do DNOCS era a maneira de investir num aparato que mantivesse o mínimo necessário de braços especializados para garantir o bom funcionamento das obras, já que eram localizadas em áreas distantes e isoladas. Esse esforço pode ser visto em relatórios anuais, porém, efetivamente, nem isso foi suficiente para manter o desejado número de profissionais com as habilidades científicas necessárias.



Figura 9. Cinema do açude Orós. Fonte: DNOCS. *Orós: o açude da esperança*. DNOCS/MVOP:1960.

De qualquer modo, pôde-se perceber que existiu um lazer institucionalizado voltado aos trabalhadores com referências do catolicismo popular e com permanências de costumes habituais das comunidades interioranas. Festas de santos, Natal e batizados ocorriam regularmente nos acampamentos, sob organização das funcionárias fixas do DNOCS e esposa do engenheiro. Paulo Guerra, em *Flashes das Secas*, também faz referência às festas religiosas, mencionando, em acréscimo, a existência de comemorações cívicas que, segundo ele, contavam com a participação dos operários.

Por outro lado, como também se avaliou, as formas de diversão autônomas dos trabalhadores também sobreviviam nos acampamentos, algumas desagradáveis e proibitivas aos olhos dos gestores do DNOCS. A cachaça, em especial, por ser fonte de conflitos e companheira das brigas em diversas instâncias, mas invariavelmente tolerada na hora de dar coragem para trabalhar no duro, virando turnos, dando tudo de si. Além da aguardente, os jogos poderiam igualmente incomodar, como se observa no telegrama recebido pelo engenheiro Paulo Guerra no qual um subdelegado solicita maior vigilância dos guardas do DNOCS “a fim de acabar com todos os jogos clandestinos”, cuja banca, mesmo sendo de nota falsa, “vicia menores e recomenda mal as autoridades”.<sup>302</sup>

As possibilidades de reunir tantos trabalhadores num só lugar em pleno sertão eram diminutas. Mesmo em dias de feiras livres, vaquejadas e outras festas populares, dificilmente

<sup>302</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*. Op. Cit, p.24.

poderiam ser vistos tantos sertanejos aglomerados. Ainda que muitos só permanecessem ali até o final da obra, novas e diversas experiências de moradia, trabalho, alimentação e convívio ocorriam em meio a uma igual variedade de sentimentos: angústia, dor, sofrimento, esperança, alegria, solidariedade, animosidade. Dessa maneira, os acampamentos nas obras podem perfeitamente ser vistos como uma grande comunidade operária, que assim como outras tinha auguras, peijas, cansaço, mas também camaradagem, violão, e conversas noturnas nas casas, embora, em diversos momentos, a necessidade de trabalhar mais para ganhar menos mal fosse tanta que sobrasse pouco tempo livre para os trabalhadores.

Uma labuta exaustiva, apesar de esgotar as forças, induzia os trabalhadores a “adotar padrões de sociabilidades” que minorassem as auguras do dia a dia, “gerando uma situação de suportabilidade e tolerância”; como discorre Paulo Fontes ao tratar do cotidiano na fábrica Nitro-química.<sup>303</sup> Assim acontecia com os cassacos, pois arranjavam modos de distrações e brincadeiras, ainda que estivessem enfadados, sofridos e tristes pelos poucos recursos, fome, medo das doenças e mortes e pela saudade.

### 3.5 OS TRABALHADORES-CASSACOS, A PRESENÇA E A AUSÊNCIA DE SUAS FAMÍLIAS

Sabe-se que, oficialmente, o DNOCS não recrutava menores para labutar nas obras, até as mulheres muito raramente eram arregimentadas para os quadros dos trabalhadores manuais. Os braços eram maciçamente de homens adultos, fossem por acompanhar o padrão das obras de construção civil, fossem pelas exigências formais dos alistamentos que priorizavam “pais de família”, acompanhando a cultura do provimento do lar como algo a ser assistido pelo sexo masculino, entretanto as famílias estão presentes em diversas fontes como entrevistas, documentação oficial, literatura.

Esta pesquisa encontrou, entre os trabalhadores-cassacos alistados nas obras, menores de dezoito anos, como foi apontado, porém a presença de crianças com faixa etária abaixo de treze anos não foi observada entre as turmas de trabalhadores nas construções de açudes e estradas. Em parte, isto se explica pela fiscalização rotineira existente nas frentes, que até poderia ignorar, ou não identificar, um menor com quatorze anos entre os trabalhadores-cassacos, o que certamente não ocorria com os mais pequeninos. De outro modo, o DNOCS

---

<sup>303</sup> FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.p.98.

preferia incentivar a presença das crianças nas suas escolas, quando estas existiam no acampamento local.

Conforme o relatório de 1951,<sup>304</sup> o órgão mantinha grupos escolares rurais nas construções de grande porte, fora outras sete maiores vinculadas aos postos agrícolas de grandes açudes já concluídos. Estas escolas nos postos agrícolas têm tabelas referenciadas em todos os relatórios produzidos pelo DNOCS, na década de 1950.

**Tabela 1. Quadro de Movimento das escolas do ano de 1950.**

1 9 5 0	Crianças				Totais		Aulas Ministradas	
	Masculinas		Femininas		Matr.	Freq.	Na escola	No campo
	Matr. i.	Freq.	Matr.	Freq.				
<b>Cedro</b>	29	2223	23	3118	52	5341	214	–
<b>Lima Campos</b>	29	633	34	918	63	1571	462	–
<b>Inst. J.A. Trindade</b>	61	3357	75	11380	136	20217	532	–
<b>Itans</b>	22	2500	24	2743	46	5345	665	125
<b>Cruzeta</b>	10	334	15	1076	25	1609	246	4
<b>Condado</b>	56	2626	53	6868	109	9494	202	–
<b>Rio S. Francisco</b>	29	2653	26	2579	55	5237	268	252
<b>TOTAIS GERAIS</b>	236	20031	250	28781	486	48712	2579	381

Fonte: BERREDO, Vinícius; SABOYA, Francisco. *Relatório dos serviços realizados em 1951*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro: DNOCS, 1951. (Berredo responsável pelos trabalhos até 16.7.1951 e Saboya a partir dessa data), p.208.

A instituição incentivava a criação de escolas em seus projetos regulamente, mas o tamanho, a qualidade do prédio e a organização escolar não seguiam um padrão, dependiam, entre outros, da duração da obra e do interesse do engenheiro chefe em realizar melhoramentos e ampliação dos grupos escolares. Nos relatórios de 1951 e 1954, encontram-se menções a estruturas diferentes desses prédios, nas mais diversas obras em construção. Enquanto em algumas a escola era uma modesta casa de taipa, como acontecia no imponente açude Araras, nos açudes igualmente de grande porte, Pentecoste e Curema, o prédio era de alvenaria, garantindo aos seus funcionários moradias próximas.

<sup>304</sup> BERREDO, Vinícius; SABOYA, Francisco. *Relatório dos serviços realizados em 1951*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro: DNOCS, 1951. (Berredo responsável pelos trabalhos até 16.7.1951 e Saboya a partir dessa data).p. 7.



Figura 10. Modelo de escola de alvenaria do DNOCS. (Açude Curema). Fonte: CARVALHO, Emmanoel Rocha. Barragens de Curema e Mãe D'água, Op. Cit., p. 121.

As escolas tinham como meta ensinar as primeiras letras, mas também abordar conhecimentos relacionados à agricultura e à pecuária. Eram matriculados meninos e meninas, estas em maior número e frequência nos relatórios, e as aulas eram ministradas nas dependências do grupo escolar, mas também no campo. Hermosea menciona, em entrevista, que a escola de Pentecoste tinha pleno funcionamento e era aberta a todos os filhos de trabalhadores fixos e temporários residentes no acampamento da obra. Entretanto, tanto o quadro acima como o depoimento de Hermosea cooperam para o entendimento de que, mesmo as matrículas sendo inclusivas a todas as crianças, o número de alunos era bastante modesto se comparado às numerosas famílias que ali habitavam.

O açude Pentecoste chegou a ter 30.000 labutadores em suas frentes, por exemplo, e a média de matriculados, tendo como base outros açudes do quadro, era de quarenta estudantes. Esse é um indício de que as escolas, fossem pela vontade dos pais ou pelo tamanho dos espaços, somente serviam a um reduzido numerário da prole dos obreiros da instituição. A ideia era ocupar homens adultos, prioritariamente casados, e se os filhos residentes no acampamento desejassem se ocupar que fossem no tirocínio de novas práticas que os persuadissem desde

pequenos a se distanciar de hábitos adquiridos pela repetição e imitação, cooperando “com as providências das autoridades”<sup>305</sup>.

Vale ressaltar que o DNOCS agia vinculado à observância de medidas nacionais e internacionais de amparo à criança que se fortaleceram durante a década de 1940.<sup>306</sup> Contudo, se de um lado o Estado se esforçava por padronizar um modelo de família, enxergando a escola como um condutor da formação da criança (futura população trabalhadora economicamente ativa), do outro, os pais pobres, muitas vezes, precisavam contar com qualquer renda que a sua prole pudesse arranjar, especialmente em contextos dramáticos, como eram os de secas.

Embora o pós-guerra tenha deixado capitais como Fortaleza-CE com ares de grandeza, pelos prédios, remodelação de praças, iluminação e abertura de lojas, a maior parcela da população cearense encontrava-se tangenciada a esse processo. Todos os problemas associados à pobreza no campo, como relações de trabalho baseadas numa troca desigual, o não acesso aos meios de produção como terra, água e sementes, pioravam com as questões sociais das secas – falta de trabalho, carestia dos alimentos, doenças e fome – gerando uma incerteza que era incompatível com as medidas protetivas do Estado para as crianças.

Certamente, para as famílias, no mais alto grau de insegurança, era indispensável qualquer renda arrecadada pelos pequenos em nome de uma colaboração pela sobrevivência. Este era um importante motivo do reduzido número de matrículas das frentes de serviços nas escolas das obras. O Estado, também nas frentes de emergência, delegava ao homem o papel de provedor, mas a manutenção e o fortalecimento da anterior prática da cooperação familiar, como se observa melhor no próximo capítulo, foram fundamentais para a garantia do sustento. Mulheres, crianças e homens empenhavam-se como podiam.

Mesmo não listadas nos relatórios oficiais, as mulheres também estiveram presentes no universo das frentes de serviços, fossem empregadas formalmente, fossem trabalhando por conta-própria, fossem à espera do alimento. Lucas Evangelista menciona que, chamadas de barraqueiras, algumas mulheres eram empregadas pelo DNOCS, nas estradas ou açudes, e recebiam como função preparar os alimentos da turma de trabalhadores. A “barraqueira”, ele narra, cozinhava “o almoço” que estava pronto por volta do “meio-dia”, ao chegar à barraca,

---

<sup>305</sup> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Boletim*. Vol. 19. N.4, maio, 1959. p. 63,64.

<sup>306</sup> Estas tinham foco especial na alimentação e higiene, como se percebeu, mas também na formação escolar. Organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), inseriram-se em programas assistenciais voltados à infância, em países pobres, através de convênios com as diferentes esferas do Estado. No Brasil, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que objetivava atuar nos mais diversos campos sociais, tinha laços de cooperação com as instituições que organizavam as frentes de serviços.

ela colocava “o almoço de todo mundo” e “todo mundo comia”.<sup>307</sup> Algumas que não conseguiam emprego nas construções, para não ficarem à mercê da sorte, arranjavam serviços informais, montavam barracas para comercializar lanches e mantimentos ou cooperavam cozinhando para as turmas de trabalhadores – é isso que referencia o romance *Os Cassacos*,<sup>308</sup> algo presente também nas lembranças de Milton Cunha e Hermosea. Contudo, muitas mulheres não conseguiam nenhuma forma de trabalho com ganho, ficando a favor dos parentes homens, nutrindo-se graças à solidariedade de familiares e amigos.

Esta era uma das motivações para uma parte das mulheres permanecerem em suas moradias de origem e não migrarem com os esposos. Outro motivo era o ambiente considerado impróprio dos acampamentos. Os entrevistados desta pesquisa preferiram não carregar suas esposas e prole para o local das obras. Segundo José Azevedo, embora tivesse “cabra” que desse um “jeito”, armando uma barraca individual, por exemplo, outros não levavam a família para aquele cenário, visto ser “tudo muito improvisado”. Sua esposa e filha, por exemplo, ficaram com os familiares, longe da construção.



Figura 11. Tipo de moradia de operários de postos agrícolas que tinham um vínculo mais duradouro com a instituição. Trabalhadores também foram alistados nesta função durante as secas. Fonte: DNOCS. Boletim, abril a junho de 1939, vol.11, n.2.

<sup>307</sup> Entrevista realizada em 13/12/2013.

<sup>308</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*, Op. Cit., p. 190.



As formas de alistamento priorizando homens, majoritariamente, somadas às condições dos acampamentos, acabaram por criar uma situação de ausência de famílias para alguns trabalhadores, transformando uma série de particularidades na vida social de sujeitos que estavam acostumados a uma rotina com a presença das mulheres e filhos. Deste modo, “toda uma esfera importante da reprodução da vida social e para a reprodução da força de trabalho encontrava-se reprimida”.<sup>309</sup>

Num primeiro momento, leva-se em consideração que a estrutura dos acampamentos sequer existia, as pessoas que chegavam arranchavam-se como podiam. Por isso, uma relevante parcela dos que esperavam pelos alistamentos e povoavam os entornos dos escritórios e lugar, onde seriam estabelecidas as obras, era de homens, embora alguns já carregassem suas famílias, segundo o engenheiro Paulo Guerra, os mais miseráveis.<sup>310</sup>

Posteriormente, com as primeiras instalações já construídas, outros obreiros casados carregavam suas famílias adotando uma postura de construir barracas individuais, às vezes, em locais mais distantes das construções.<sup>311</sup> Contudo, um importante grupo mantinha-se sem a companhia de suas mulheres e filhos durante todo o período em que estavam alocados nas frentes de emergência.

A primeira implicação desta ausência é o desmanche de uma colaboração que é importante nos costumes sertanejos. A cooperação na divisão de tarefas e o auxílio mútuo acionado principalmente nos tempos difíceis ficavam comprometidos neste contexto, ainda que muitas mulheres que não migravam com os maridos continuassem labutando em quaisquer serviços para melhorar o rendimento da família. Porém, além dessa unidade ser relevante na asseguarção de mais recursos, ela igualmente importava para um equilíbrio do consumo.

José Azevedo, frequentemente, “pegava um animal” para viajar e “levava tudo que podia para casa”. José Ferreira, José Isídio, Milton Cunha e José Gomes também lembram de suprimir sua comida para acumular gêneros e levar semanalmente para abastecer a família. Esse hábito contribuía para enfraquecer estes obreiros, fora que os deslocamentos constantes, afirma Luciano Barreira em seu romance, cansavam ainda mais os trabalhadores-cassacos.<sup>312</sup>

---

<sup>309</sup> RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança*. Op. Cit., p.97.

<sup>310</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*: Op. Cit., p.107.

<sup>311</sup> O romance *Os Cassacos* menciona a estratégia de morar “longe do fuxico do acampamento com aquela cassacada toda”. BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Op. Cit., p. 96. BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Op. Cit., p. 134. Um livreto sobre o Óros também relata a existência de moradias separadas para solteiros e casados. DNOCS. *Óros: o açude da esperança*. DNOCS/MVOP:1960.

<sup>312</sup> Alimentação e cooperação coletiva para assegurar a sobrevivência são exploradas mais esmiuçadamente no capítulo IV desta tese.

A situação de “não-família”, como afirma Gustavo Ribeiro, também pode gerar condições de maior exploração da força de trabalho em ramos de construção civil. Nas frentes de emergência em tempos de secas, os obreiros recorrentemente trabalhavam dobrado no serviço por empreitada, ansiosos por voltar para suas casas, e no serviço por produção, para receber melhor e converter em mais mantimentos. Labutar com rapidez e em maior quantidade para garantir alimento poderia igualmente servir aos objetivos das obras quando era necessária uma maior disponibilidade de braços para a utilização em jornadas extensas, especialmente durante a finalização de alguns empreendimentos.

Ademais, a situação atípica de desproporção entre mulheres e homens também poderia ocasionar outros conflitos. Num episódio narrado por Guerra, um cassaco enfrentou o feitor da sua turma, dando um ultimato de morte, caso ele continuasse a “cantar mulheres” dos colegas.<sup>313</sup> Principalmente nas estradas de rodagem, com seus acampamentos móveis, o número de mulheres era diminuto e isto poderia facilitar alguns desentendimentos.

Com efeito, alguns trabalhadores enfrentavam a constante saudade de suas esposas e filhos, outras famílias que migravam conjuntamente tinham, do mesmo modo, dificuldades a resolver. As moradias individuais existentes não contemplavam o número de trabalhadores-cassacos, possivelmente, somente os considerados mais qualificados tinham acesso facilitado às moradias mais reservadas. De certo, era muito difícil conseguir qualquer abrigo, especialmente os menos expostos, visto o contínuo crescimento do número de trabalhadores, principalmente nos períodos iniciais das obras.

Dessa forma, as famílias tinham sérias dificuldades para resolver o problema da moradia. Viviam de um modo muito improvisado, mesmo se comprado aos costumes sertanejos, até conseguirem construir uma barraca em melhores condições. Somado a isso, manter as famílias em meio às aglomerações nas construções significava expô-las aos perigos de acidentes, à insalubridade presente naqueles lugares e às doenças epidêmicas que dizimavam numerosos indivíduos, especialmente as crianças.

---

<sup>313</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*. Op. Cit., pp, 18, 68.

#### 4. JORNADAS DA FOME: ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

A fome era permanente e forte companheira dos trabalhadores das secas. Depois de muitas andanças em busca de serviço, rotineiramente marcadas por privações de comida, ela parecia persegui-los. Se um dos principais modos de mitigar o sofrimento era lutar para garantir trabalho nas frentes de serviço, as peijas dos trabalhadores para sobreviverem não se encerravam no instante em que conseguiam colocação na obra: o cotidiano era uma verdadeira jornada da fome.

Em troca dos serviços prestados nas obras públicas, os operários recebiam vales que, em seguida, eram trocados por alimentos em estabelecimentos credenciados pelos órgãos responsáveis pelas construções, sendo então compensados posteriormente pelo governo federal. A paga recebida pelos trabalhadores-cassacos era insuficiente para a subsistência própria, pois, geralmente, era compartilhada com suas numerosas famílias, embora se saiba que a insegurança alimentar não era algo particular dos empregados das frentes de serviços das secas, sem dúvida, esta era uma das principais características daquele mundo do trabalho, pois, longe de atingir isoladamente um ou outro sujeito, atacava amplamente.

Labutando em troca de comida, os trabalhadores-cassacos e seus parentes viviam diuturnamente na lida com a fome. Nesses palcos de muita fadiga e pouco e oneroso sustento, sobreviviam muitos problemas. Os principais deles, aliás, relacionavam-se à carestia de mantimentos, exploração dos fornecedores, precariedade dos gêneros e falta de alimento. A falta de alimentação, por sua vez, facilitava as epidemias e os ferimentos no trabalho.

##### 4.1 O FORNECIMENTO, OS ALTOS PREÇOS E OS PEQUENOS ORDENADOS

O jornal *O Povo*, em abril de 1951, informa que, nas obras do açude Pentecoste (CE), vivia-se com salários ínfimos em relação ao alto custo de vida: um “regime de senzalas” que provocava “inúmeros casos de inanição”. “Regressei dali para não morrer de fome, com minha família e filhos”, declarou à reportagem “um dos egressos daquele campo de concentração”. Entre os motivos dessa adjetivação estava o fato de que assemelhadas a um campo de concentração, não somente as frentes de trabalho do açude Pentecoste, mas também diversas obras do DNOCS e DNER, tinham como características em comum o ambiente de alta densidade de pessoas, muita labuta, fome, inanição e mortes. Conforme o periódico, nesse

ambiente de alvoroços, “diariamente”, sucediam-se “atritos e desentendimentos” que concorriam “para aumentar o descontentamento” na hora do recebimento das provisões.

Sem dúvida, o aborrecimento com os comerciantes que os órgãos escolhiam para repassar os víveres aos trabalhadores pode ser verificado na análise das entrevistas, romances e jornais. Milton Cunha, empregado nas obras em 1958, ao tratar da rotina da prestação de contas do trabalho, fornece indicativos sobre a dinâmica dos recebimentos dos vales e altos preços. Milton conta que, depois de findado o serviço semanal, o apontador se dirigia ao local da obra para averiguar os trabalhos, certificando na caderneta de cada operário a conclusão dos serviços da semana. Depois disso, o feitor, junto com a sua turma, seguia para um lugar chamado “residência” (escritório onde eram feitos os alistamentos). As contas eram prestadas entre feitor e administrador e os vales eram distribuídos por meio de uma chamada a cada trabalhador. Finalmente, o grupo dirigia-se ao fornecimento, distante cerca de 60 quilômetros, para trocar seus vales por gêneros. Lá, as mercadorias não eram pesadas, e sim, medidas em vasilhames correspondentes a 1kg e 1/2kg, “tinha um preço dobrado”, era “100% mais cara”, estima ele. Isto tornava o ganho nas obras irrisório.<sup>314</sup>

O regime de vales vigorou durante todas as secas ocorridas na década de 1950 e o modo como esse serviço foi regulamentado deixou lacunas que facilmente foram preenchidas por intenções controversas. Em março de 1951, logo que os primeiros retirantes se alistaram, o jornal *Correio do Ceará*<sup>315</sup> já denunciava o aumento dos preços no mercado e entre os fornecedores, salientando que os comerciantes utilizavam a estiagem como justificativa para o acréscimo de cerca de 50% nos alimentos. Um mês depois, o mesmo periódico divulgou que, diante da falta de manifestação e instruções do governo federal, foi preciso a administração local intervir realizando um tabelamento dos gêneros que seriam encaminhados aos fornecedores dos serviços federais e aos particulares, “proprietários de fazendas ou sítios”, onde estavam sendo “construídas obras em cooperação com o governo”. Um indício de que, àquela altura, os comerciantes credenciados já operavam as vendas dos alimentos de modo abusivo.<sup>316</sup>

No início do ano de 1952, com as frentes de serviços ainda operando, outras denúncias ocorreram. O periódico *Correio do Ceará*<sup>317</sup> informa que remessas de feijão e arroz armazenadas para o fornecimento “aos flagelados” foram adquiridas por comerciantes que

---

<sup>314</sup> Entrevista realizada em 3/6/2011. Todos os entrevistados alinham-se à fala do Milton Cunha sobre os altos valores cobrados pela mercadoria dos mencionados estabelecimentos.

<sup>315</sup> *Correio do Ceará*, 29/3/1951.

<sup>316</sup> *Correio do Ceará* 25/4/1951.

<sup>317</sup> *Correio do Ceará*, 15/2/1952.

então as desviaram de seus destinos. Os representantes das agências administradoras dos serviços de abastecimento confirmaram que as irregularidades envolviam vários fornecedores, corretores e negociantes e muito dessa mercadoria adquirida a baixo custo já havia sido repassada a terceiros. Os prejuízos aos órgãos federais existiram, mas são evidentes, sobretudo, aos trabalhadores que enfrentavam escassez, anormalidade e carestia na distribuição dos mantimentos.

Em 1958, os relatos de fraudes e abusos foram ainda mais volumosos, sendo divulgados por periódicos de diferentes posicionamentos políticos e confirmados até pelo ministro da Viação e Obras Públicas (MVOP). Conforme o *Correio do Ceará*, no mês de abril, os comerciantes que eram “isentos de impostos” justamente para “vender mais barato” estavam cobrando 8 a 10 cruzeiros na rapadura cujo valor de mercado era cerca de Cr\$ 3.50,00, e 7 a 8 cruzeiros na farinha que tinha preço médio de Cr\$ 4,00.<sup>318</sup> O *Gazeta de Notícias* informou que, enquanto os trabalhadores chegavam a desmaiar de fome, os fornecedores interessados em lucrar vendiam dobrado o litro de feijão, ou seja, 16 cruzeiros.<sup>319</sup> Também o *Tribuna do Ceará* noticiou os altos preços do feijão e do arroz a 22 cruzeiros e a carne entre 35 e 50 cruzeiros. Desse modo, os altos preços impactavam a dieta do operário das frentes, especialmente se for considerado os 40 cruzeiros diários pagos aos trabalhadores, vencimento que mal dava para manter a farinha, feijão e rapadura da filharada.

O ministro da Viação e Obras Públicas Lúcio Meira, durante a seca de 1958, explicou que o sistema de vales era adotado porque o governo não poderia, através de seus órgãos, e nem também a Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP) realizar a distribuição dos gêneros diretamente aos trabalhadores e por isso o repasse da mercadoria foi entregue aos estabelecimentos comerciais das regiões, chamados fornecedores, atuantes nos lugares em que estavam localizadas as obras.<sup>320</sup> Esses comerciantes eram credenciados pelas repartições que organizavam as frentes de trabalho e abastecidos com gêneros isentos de impostos, através de acordo com o governo. Esses alimentos, por sua vez, deveriam ser tabelados abaixo do valor de mercado para a revenda aos trabalhadores, todavia Lucio Meira admitiu que, mesmo estabelecendo medidas de controle e fiscalização, esse sistema possibilitou fraudes, desvios e exploração dos operários.

---

<sup>318</sup>*Correio do Ceará*, 9/4/1958.

<sup>319</sup>*Gazeta de Notícias*, 24/4/58.

<sup>320</sup> DNOCS. *Boletim*. Vol. 18 n.2. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, Nov. de 1958, p.34,35,38,39,40

Com esse quadro, as instituições filantrópicas, associações de classe, igreja e particulares se organizavam para minorar a fome dos retirantes com doações de alimentos. Em 1958, D. Helder Câmara arrecadou leite em pó e farinha enviando os gêneros, com apoio do DNOCS, para as dioceses mais populosas e para as frentes de emergência do governo federal. O Fundo Internacional de Serviço à Infância (FISI) também enviou toneladas de leite para todas as obras do Nordeste, deixando a distribuição e fiscalização na responsabilidade dos chefes de distritos do DNOCS. Em secas anteriores, entidades como a Legião de Brasileira de Assistência (LBA) requereram auxílio ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) aos retirantes alojados em Fortaleza, capital do Ceará, por meio de doação de refeições gratuitas. Assim registrou o *Gazeta de Notícias*, em 1953.<sup>321</sup>

O empenho da Igreja e de particulares foi relevante especialmente durante a grande seca de 1958. A carestia comum a vários estados no Brasil<sup>322</sup> foi agravada pelos ainda mais excedentes preços cobrados pelos fornecedores no coincidente ano de seca e eleitoral. O próprio DNOCS, principal empregador de retirantes na seca, enfrentou dificuldades financeiras na manutenção do ritmo de suas obras, o que dificultou igualmente o abastecimento de comida. O açude Orós, por exemplo, foi paralisado diversas vezes por falta de recursos financeiros para finalizá-lo, perdendo inclusive o crédito com os fornecedores nos fins dos anos 1950. As instabilidades no repasse de verbas serviam sobremaneira para justificar os preços dobrados dos gêneros, a má qualidade e até as medidas (menores) de um litro duvidosas.<sup>323</sup>

Naquele ano de 1958, como dito acima, o ministro Lucio Meira admitiu que, além das falhas no abastecimento de alimentos advindas das longas distâncias percorridas, dos difíceis locais de acesso e da “carestia da moeda”, ocorreram “fraudes praticadas quanto ao peso, à qualidade e aos preços dos gêneros alimentícios”. Salientou que, diante da conjuntura “dramática” de admissão de “centenas de trabalhadores manuais” e da incapacidade de manter funcionários para efetuar o serviço de repasse dos alimentos em proporção à necessidade, o

---

<sup>321</sup>*Gazeta de Notícias*, 3/3/1953.

<sup>322</sup> FREITAS, Mirian Tereza M.G de. *Populismo e Carestia 1951-1954*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 1985.

<sup>323</sup>A falta de verbas não prejudicou apenas o fornecimento aos trabalhadores. Embora os alertas meteorológicos, até mesmo da direção do DNOCS e de seu diretor geral, engenheiro José Cândido Castro Parente Pessoa, avisassem sobre o perigo da não conclusão das barragens antes dos previstos períodos chuvosos para o ano de 1960, as verbas que eram insuficientes até pelo número de empregados, em 1958, escassearam ainda mais, em 1959. Com as paredes dos açudes ainda não concluídas e os cursos das águas já modificados, várias cidades no entorno de açudes foram invadidas pelas águas, com destaque para as que estavam próximas ao Orós que ficaram submersas com o colapso da barragem. MELLO, Flávio Miguez de (org.). *A história das barragens no Brasil XIX, XX e XXI: cinquenta anos do comitê de barragens*. Rio de Janeiro: CBDR, 2011, pp. 81-82.

único jeito era manter o fornecimento via comerciantes locais.<sup>324</sup> Dessa maneira, o próprio ministro admitia que o provimento de comida aos trabalhadores não teve a regularidade desejada, ocorrendo inclusive momentos de completa escassez, piorados pelos reconhecidos abusos de comerciantes.

Não obstante Lucio Meira admitisse que o regime de vales reduzia “o poder aquisitivo” dos trabalhadores, o que implicava em condições precárias de alimentação para seus portadores e famílias, as autoridades públicas não mudaram tal sistema. Embora fosse justificada pelo déficit de funcionários para realizar o trabalho de distribuição de alimentos, tal prática conflitava com o discurso assistencialista das frentes de trabalho como meio de socorro. Acontece que a complexa teia de interesses que movimentava as obras públicas em tempos de secas, que, como foi visto, incluía fazendeiros e políticos, também abarcava os comerciantes. Geralmente indicados por autoridades locais, esses negociantes, ao contrário dos sertanejos, esperavam ansiosos o anúncio de uma seca para alavancar seus lucros.

Mesmo assim, é relevante lembrar que a COFAP instalou uma investigação instaurando uma excursão para inspecionar e fiscalizar os abastecimentos, especialmente das obras do DNOCS, como anunciou o *Gazeta de Notícias*.<sup>325</sup> Ademais, é de se supor que, em algumas obras, funcionários do DNOCS também organizaram empreitadas com igual propósito, como se verifica no relato da senhora Hermosea Girão de Araújo, viúva do engenheiro Genésio de Araújo, responsável pela obra do açude Pentecoste.<sup>326</sup> A entrevistada narrou as dificuldades enfrentadas pelo seu esposo durante as fiscalizações dos gêneros vendidos nos fornecedores. O engenheiro percorria os estabelecimentos pessoalmente, porém, não raramente, encontrava resistência dos comerciantes – “uns mais sabidinhos” – na hora do tabelamento dos preços e retirada de alimentos impróprios para consumo. Por conta disso, lembra a entrevistada, um dos negociantes “intrigou-se” com o engenheiro.

Muitos engenheiros das secas eram recém-formados e recém-chegados às localidades onde seriam instaladas as obras e tinham que lidar com relações sociais alheias à sua formação. Crentes nos pressupostos da ordem e economia ensinados nas escolas de engenharia e cobrados

---

<sup>324</sup> DNOCS. *Boletim*. Vol. 18 n.2. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, nov. de 1958, p.34,35.

<sup>325</sup> *Gazeta de Notícias*, 25/4.58.

<sup>326</sup> O engenheiro Genésio Araújo assumiu a chefia das obras do açude Pentecoste após a gestão do engenheiro Sebastião de Abreu (1951-1952). Os jornais costumam pesar mais sobre as denúncias do primeiro período de construção. Longe de desejar posicionar-me a favor ou contra um ou outro chefe em serviço, deve-se reconhecer que os engenheiros não eram inertes numa doutrina ou em projetos. O universo de trabalho nas obras e as condições de vida dos trabalhadores-cassacos também passavam também pelas diferentes atuações dos responsáveis por elas.

pelos seus superiores,<sup>327</sup> os engenheiros ficavam frente a frente ao universo de trabalho e social sertanejo comumente baseado em trocas de interesses, no qual, embora desiguais, ganhos eram previstos aos envolvidos nas negociações. Os comerciantes, por sua vez, verificavam na situação da seca e nos numerosos trabalhadores a abastecer uma boa oportunidade de ganho e é possível que pudessem causar embaraços aos engenheiros das obras valendo-se de ser conhecidos em suas regiões.<sup>328</sup>

Os reclames com o fornecimento das obras são registrados também nas linhas do livro *Os Cassacos*, de Luciano Barreira, que se passa na seca de 1958. “Os fornecedô tão tirando o côro dos cassaco (Sic)”,<sup>329</sup> lamenta um personagem do romance. Além da fila grande e vezeira, o dono do comércio tinha fama de querer ficar rico, vendendo cara a “mercadoria da pior espécie comprada a preço de banana”. Fora a carestia, a qualidade dos alimentos era posta em questão, especialmente a do feijão duro, difícil de cozinhar, da “carne rançosa” e da “farinha azeda”. É de se supor que os barracões das obras poderiam ser algumas vezes abastecidos com mercadoria de condição duvidosa, inclusive por conta das longas viagens que os gêneros faziam no calor até os locais do comércio ou até mesmo pelo desejo de lucro.

Os trabalhadores das frentes instaladas no Rio Grande do Norte enfrentaram problemas similares aos do Ceará. Certa vez, uma remessa de carne estragada fez adoecer diversos trabalhadores, especialmente os mais velhos que estavam em serviço. Duvidando da ocorrência, o governo foi averiguar e constatou que metade da carne ainda depositada estava estragada. Conforme Medeiros Filho e Sousa, os fornecimentos da população operária-retirante potiguar estavam “reduzidos ao charque, feijão e milho podres”.<sup>330</sup> Na Paraíba, com o atraso nos recursos das obras do açude Piranhas, segundo o engenheiro Paulo Guerra, tudo corria por conta dos barracões que forneciam os gêneros com “lucros onzenários”, motivo de preocupação dos trabalhadores-cassacos. Com isso, numa visita de José Américo de Almeida, em 1951, um trabalhador aproximou-se e indagou: “doutor, que má pergunte, o senhor vai mandar fazer esse açudão todo fiado?” O engenheiro, que desejou mostrar nessa passagem a irreverência e o sarcasmo dos *cassacos*, auxilia no entendimento de como os empregados estavam cientes dos

---

<sup>327</sup>Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Ofício emitido pelo chefe do Primeiro Distrito à chefia da Divisão Técnica. 22 de janeiro de 1953.

<sup>328</sup>Os impasses entre engenheiros e fornecedores, no início do século XX, podem ser observados na seguinte dissertação de mestrado: LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas”, os engenheiros civis e as obras públicas: Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) e a construção do açude Tucunduba (1909-1919)*. Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2010.

<sup>329</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976, p. 17, 97.

<sup>330</sup> MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Vozes. Petrópolis, 1988. P.71.



enormes débitos do DNOCS. Supostamente, o trabalhador sabia que fazer um açude com atrasos de repasses aos fornecedores implicaria em paralisações de obras e cortes no abastecimento.<sup>331</sup>

Distintos jornalistas e escritores, engenheiros, os entrevistados e até o ministro, como se atestou, queixavam-se da qualidade e do preço da comida vendida pelos fornecedores das obras. Mesmo assim, as autoridades responsáveis pela demanda referente aos problemas das secas mantinham o sistema de abastecimento por meio de vales descontados em comércios particulares nomeados, ainda que não dessem conta de fiscalizar as ocorrências de fraudes e a mercadoria que deveria chegar a um custo baixo para os trabalhadores. Tudo isso porque os órgãos se recusavam a repassar o vencimento do operário em dinheiro sob a justificativa de que precisavam garantir que todo o valor recebido seria investido apenas na alimentação.

A maioria esmagadora dos trabalhadores recebia seus pagamentos em alimento, apenas uma pequeníssima parcela dos administradores das obras aceitava que uma parte do vale fosse trocada por moeda circulante, com reduções de 20% do valor.<sup>332</sup> Milton Cunha relata um tanto indignado que “não recebia um centavo”, fazendo questão de discriminar em entrevista o pouco que se podia adquirir com aquele vencimento nos fornecedores. Já José Ferreira tinha lúcida lembrança de que, na seca de 1951, os solteiros recebiam CR\$12,00 e os casados, CR\$14,00. Já na seca de 1958, a diária era padrão, isto é, 40 cruzeiros. Contudo, afirmou não lembrar o que dava para descontar em mercadoria com os vales recebidos, mas afirmou que a parte que levava para casa ao fim da semana era insuficiente para suprir as necessidades até um novo retorno à sua morada.

Em 1958, os trabalhadores reclamaram dos magros vencimentos, ainda mais desidratados pelos descontos e altos preços dos alimentos. O operário Antonio de Souza Abreu, de Nova Russas-CE, endereçou uma carta à *Gazeta de Notícias*, em 25 de abril de 1958, expondo que os valores do fornecimento eram superiores aos das mercearias locais. Numa breve comparação, ele discrimina que 500 gramas de rapadura custavam 4,50 cruzeiros e o quilo do feijão era CR\$12,00, no comércio da cidade, em contrapartida, os fornecedores cobravam pelos mesmos mantimentos 10 e 20 cruzeiros, respectivamente. Com os descontos e a carestia, ele acrescentou, seu ganho se tornava irrisório, principalmente diante das despesas que ele precisava assumir.<sup>333</sup>

---

<sup>331</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977. p. 35.

<sup>332</sup> *Tribuna do Ceará*, 23/4/1958; 10/06/58; *Correio do Ceará*, 09/04/1958; *Gazeta de Notícias*, 24/4/58.

<sup>333</sup> *Gazeta de Notícias*, 25/4/58.

O deputado federal do PSD, Colombo de Souza, em entrevista ao jornal *Correio do Ceará*<sup>334</sup>, apontou os dois problemas que considerava mais graves naquela seca. Enquanto relevantes somas em créditos eram dadas aos grandes fazendeiros pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil com o objetivo de “manutenção da fazenda e salvação da pecuária”, era negado aos empregados nas obras das secas o salário mínimo. Contestando o valor dos vales, alegou não se poderia admitir que os burros do Exército tivessem “maiores salários” que os trabalhadores das frentes. Era, pois, “incompatível, injusto, desumano e brutal” o pagamento de 40 cruzeiros “a um pai de família”, haja vista a ração de um burro custar 49 cruzeiros diários.

Desde o fim do século XIX, o trabalho era a condição para que os migrantes das secas recebessem o “socorro público” do Estado. Jeová Lucas, ao estudar a seca como elemento para a formação de uma mão de obra no século XIX, investigando obras de pequeno porte, acionadas pelo governo do Ceará, ou de grande porte, como a estrada de ferro de Baturité financiadas pelo governo federal, alega que os retirantes passaram a ser vistos como trabalhadores sem condições de prover o próprio sustento na seca. Por conta disso, as autoridades providenciavam meios de subsistência, mas em troca cobravam a prestação de serviços manuais.<sup>335</sup> O sistema de vales como permuta por alimentos nem sempre foi comum a todas as obras públicas em tempos de secas. O recente estudo de Tyrone Candido sobre trabalhadores nas secas em obras públicas, no século XIX, evidencia que os operários recebiam em espécie ou fracionado em alimentos e dinheiro, na forma ou não de vales.<sup>336</sup> Com a centralização das frentes de trabalho pelo governo federal, depois da criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, os vales passaram a ser largamente utilizados nas obras públicas de emergência. Trocados por mercadoria, esse sistema restringia as condições de uso do próprio vencimento pelo trabalhador.<sup>337</sup>

Esse regime foi adotado durante as secas que se seguiram ao longo da primeira metade do século XX e prevaleceu nas ocorridas durante o decênio de 1950. Em troca do aluguel de sua força física – mantidos na posição de fracassados –, os trabalhadores-cassacos recebiam vales que, exceto em raríssimas exceções, somente podiam ser trocados por certos alimentos e em estabelecimentos credenciados para o fornecimento das frentes. Dessa forma, embora

---

<sup>334</sup> *Correio do Ceará* 14/4/58.

<sup>335</sup> SILVA, Jeovah Lucas da. *As Bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. p. 30.

<sup>336</sup> CANDIDO, Tyrone. *Proletários das secas: arranjos e desarrajos na fronteira do trabalho (1877-1919)*. Tese de Doutorado em história, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2014.

<sup>337</sup> FERREIRA, Lara V. de Castro. *Enxadas e Compassos: Seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919)*. Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2009, pp. 79-82.

fossem “trabalhadores livres”, os trabalhadores-cassacos labutavam em troca de comida, o que não necessariamente os tornavam “escravos”. A problemática sobre as mais variadas modalidades de trabalho e os significados de liberdade existentes no sistema capitalista suscitam importantes reflexões sobre o universo do trabalho nas obras públicas em tempos de secas.

O capitalismo propicia certa ambiguidade. Uma vez que o Estado não mais legitima a propriedade privada de uma pessoa sobre a outra, característica da escravidão, os indivíduos gozam juridicamente da liberdade; contudo, contraditoriamente, vêm-se obrigados a se alugar por meio da venda de sua força de trabalho, uma vez que, expropriados os seus “meios de produção”, limitam suas escolhas e condições de vida.<sup>338</sup>

Os cassacos, a propósito, no contexto estudado, eram trabalhadores juridicamente livres, mas não eram sequer assalariados. Todavia, como afirma Van der Linden, é fundamental entender que o trabalho assalariado, “centro das atenções de Marx”, é somente uma das maneiras que o “capitalismo encontra para transformar força de trabalho em mercadoria”, existindo muitas “outras formas que demandam igualmente atenção”.<sup>339</sup> Mesmo considerando as modalidades de trabalho contemporâneo e as discussões sobre limites que a dinâmica do mercado incide sobre a liberdade dos indivíduos, os *cassacos* ainda são de difícil conceituação.

Um exemplo próximo, em termos comparativos, em igualmente período próximo, era o dos “Soldados da Borracha”. Os historiadores, Secreto e Ferreras, aproximam a experiência desses sujeitos a um “trabalho análogo à escravidão”.<sup>340</sup> Considerando as questões contemporâneas ao artigo 149 do Código Penal Brasileiro de 1940, que institui como crime “reduzir alguém a condição análoga de escravo”, código influenciado inclusive pelas “denúncias de exploração de trabalhadores na região amazônica”, os referidos pesquisadores afirmam que o mesmo Estado que penalizou esse tipo de abuso “encaminhou legalmente trabalhadores ao Norte”, à Floresta Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial, porém em condições degradantes e, muitas vezes, “nas mãos de empreiteiros sem qualquer proteção legal”.

---

<sup>338</sup> Agradeço ao professor Alexandre Fortes pela boa conversa sobre a relação entre exploração e liberdade no modo de produção capitalista. Cf: Karl Marx. *Capital*. vol. I. Trans. Ben Fowkes. Harmondsworth: Penguin, 1976, p. 272.

<sup>339</sup> LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 23.

<sup>340</sup> FERRERAS, Norberto Osvaldo de; SECRETO, Maria Verónica. Trabalho decente, trabalho escravo, trabalho forçado, trabalho degradante, trabalho análogo à escravidão e outras categorias do mundo do trabalho contemporâneo. In: *Os pobres e a Política*. Rio de Janeiro: Mauad x: Faperj, 2013.

Os trabalhadores das obras contra as secas também foram alistados em projetos que faziam parte de uma política de Estado. As frentes de serviços deveriam cumprir o papel de evitar o êxodo e fornecer assistência por meio da ocupação dos trabalhadores desempregados pela seca. No entanto, as condições de trabalho eram precárias, a lida era pesada, especialmente se forem consideradas suas dificuldades de subsistência, os vencimentos eram baixos, e piorados pelos abusos dos fornecedores, alguns trabalhavam endividados pelos adiantamentos que recebiam logo que alistados, não existia qualquer proteção legal, visto a ausência de contratos, o que também excluía a garantia de direitos. Embora não fossem arregimentados compulsoriamente, pode-se considerar que eram constrangidos pelas circunstâncias da miséria extrema, frente às escassas alternativas, a alistarem-se nas frentes de trabalho. Ademais, forçados pela urgência da fome, às vezes no limiar da morte, escambavam sua labuta por comida e viviam num regime de trabalho degradante.

É igualmente difícil isentar totalmente os órgãos competentes pelas obras, as autoridades públicas e os particulares, mesmo levando em conta os imbróglis administrativos de qualquer ação daquela envergadura. O próprio DNOCS reconhece, por meio de documento, que os trabalhadores eram enfraquecidos pelo “limitado suprimento alimentar”, decerto, sua vitalidade era reduzida “pela ausência de certos alimentos essenciais”.<sup>341</sup> Do mesmo modo, o engenheiro Paulo Guerra relatou que, se fossem apuradas “as calorias que o cassaco” obtinha da “farinha com rapadura ou feijão”, um “déficit tremendo” seria encontrado.<sup>342</sup>

Assim, era dessa maneira que as famílias pobres dos sertões semiáridos iam escapando durante aqueles anos difíceis, em meio às diversas dificuldades que concorriam para não garantir a necessária subsistência das crianças, velhos, homens e mulheres, especialmente dos que diariamente gastavam sua força trabalhando nas construções. Acontece que as famílias eram numerosas e às vezes somente um integrante do grupo familiar conseguia garantir o pequeno provimento, insuficiente para afiançar comida para si e a parentada.

#### 4.2 AS AGRURAS DA FOME: ARRANJOS COTIDIANOS E AÇÕES CONJUNTAS

Acorda cassaco mete a mão no saco pra fazer *soin*  
 Que lá vem o trem, o carrão dos mestres já vem bem *pertim*  
 Acorda cassaco mete a mão no saco faz o teu *soin*  
 Que lá vem o trem, lá vem o *carrim* com seu *legumim*(...)

<sup>341</sup> DNOCS. *Boletim*. Vol. 19. n3. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, Fevereiro de 1959, p,147.

<sup>342</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*: Op. Cit., p. 17.

Também o papai, a mamãe em casa sempre a esperar  
 O papai só foi uns *diazinho* para animar  
 E eu fiquei mais os meus irmãos para *trabaiar*  
 Empurrando carro e *carrando* de picareta para *iscapar*(...)

Mas de onde vem tanto sofrimento dessa cassaria  
 Um bando de cassaco que só trabalha aqui nesse dia  
 Esperando quem é o seu *popoti* que já vem na guia  
 E o seu Neri que já vem chegando para dá o dia.

A primeira reação de José Ferreira quando foi solicitado em entrevista que contasse sobre a sua experiência como cassaco foi entoar a cantiga acima. De domínio público, parte dela pode ter sido improvisada pelo entrevistado que, ao parecer esquecer uma ou outra rima, completava a letra para dar continuidade e fluidez à música.

Essa letra trata, sobretudo, do sustento, mas também do trabalho em família, rotina de horários e serviços realizados nas obras. Os versos da última estrofe associam o “sofrimento da cassaria” às chamadas regulares realizadas pelo apontador (Neri, na última linha) e ao fornecedor, ultrajado na música, ao ser chamado de *popoti* (na penúltima linha), que popularmente faz referência a algo imprestável, associado a excrementos. É de se entender que a presença deles se deve à sua relação direta com o pagamento, por meio do registro da frequência e por causa do abastecimento que, como foi visto, eram motivos de conflitos constantes, por terem relação direta com o sustento.

Os outros versos também têm relação com a subsistência, pois tratam da espera constante da família pelo retorno dos trabalhadores com os mantimentos e das refeições realizadas em campo (“soinho” ou *soin* na primeira e terceira linha). Conforme o engenheiro Paulo de Brito Guerra relata em suas memórias, o “soinho” nada mais era que “um punhado de farinha e um quarto de rapadura”, que habitualmente eram levados a tiracolo pelos trabalhadores aos canteiros das obras. Antes de seguirem a pé, em animais ou em transportes providenciados pelos órgãos aos seus destinos, visto a sua praticidade, o “soinho” era preparado pelos operários, que se precaviam contra as condições desfavoráveis, constituindo, diversas vezes, “o alimento do dia”.<sup>343</sup>

No dia a dia, as refeições eram preparadas em panelas de barro, alumínio, latas e outros utensílios improvisados. No início da manhã, podia-se tomar um café preto e, em algumas obras, eram distribuídas porções de leite aos mais fracos e doentes, mantimentos enviados por associações filantrópicas, entre elas, o estadunidense Fundo Internacional de Serviço à Infância

---

<sup>343</sup> GUERRA, Paulo. *A civilização da seca: Nordeste é uma história mal contada*. Fortaleza: DNOCS, 1981, p.137.

(FISI). Mais tarde, sob os cuidados das barraqueiras ou barraqueiros – função ocupada geralmente por trabalhadores mais velhos – ou ainda de esposas e filhas que permaneciam nos alojamentos, fervia-se o feijão, acompanhado de farinha e rapadura, para o almoço. Este almoço, que variava pouco e era consumido em pequenos ou maiores bocados, a depender do tamanho do grupo, era servido coletivamente entre onze e doze horas, logo depois do fim do primeiro turno de trabalho.<sup>344</sup> Muitos trabalhadores possuíam nesse alimento a refeição do dia, pois, por terem migrado sozinhos, precisavam guardar “o saldo do barracão” para suas famílias que ficavam a léguas de distância dos canteiros das construções, conta o engenheiro Paulo Guerra. Este era justamente o motivo para José Ferreira e outros colegas abrirem mão do jantar, já que, se comessem duas vezes, não sobraria quase nada para os parentes, conta ele.



Figura 12. Famílias no acampamento. Na parte inferior da figura utensílios utilizados no preparo das comidas. Fonte: *Boletim*. Rio de Janeiro: MOVP/DNOCS, v. 20, n.6, nov. 1959, p.5.

Aliás, se a marcha nas obras era marcada pela fome, o dia a dia dos familiares também tinha suas dificuldades. Os retirantes que não conseguiam ocupação se mantinham especialmente da assistência obtida através do trabalho dos parentes, visto que, longe do núcleo urbano, ficava muito mais complicada a recorrência à caridade pública e, naqueles tempos, conseguir qualquer tarefa era muito difícil. Para alguns, restava apenas a espera do magro auxílio que seria levado ao acampamento.

<sup>344</sup> As anotações sobre o cotidiano alimentar foram baseadas nas entrevistas e nas memórias do engenheiro Paulo Brito Guerra. GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*. Op. Cit., p. 16, 17.

Entretanto, frente às intempéries, comumente, os pobres não ficavam imóveis. Sidney Lobato, referindo-se ao alto custo de vida que a população pobre de Macapá (AP) enfrentava, nos anos 1950, cenário, aliás, presente em outras capitais do Brasil e sentido também em países da América Latina, relata que, diante do aumento dos preços da comida, os obreiros costumavam exercitar “a arte de viver do pouco ou, qual prestidigitadores, de fazer do pouco o muito”.<sup>345</sup> Os pobres das secas e seus parentes também foram artífices de tal destreza, especialmente a fome ou a perceptiva de passar fome, faziam com que eles acorressem a arranjos diversos para complementar a renda familiar. Individualmente ou em grupo, buscavam outras formas de ganho na natureza, nas horas de folga. Coletivamente, quando os abastecimentos das obras eram cortados, por eventuais problemas de repasse de pagamento ou mercadoria, as cidades eram testemunhas de chegadas massivas, ocasionando pressão social e saques ao comércio.

Ocasionalmente, a população das obras caçava animais ainda resistentes à seca e recorria à pescaria, em açudes públicos e particulares que ainda possuíam água e vida, conforme relatam em entrevista os ex-trabalhadores-cassacos José Isídio<sup>346</sup> e José Ferreira.<sup>347</sup> Milton Cunha e seus colegas de turmas, por exemplo, enquanto seguiam a construção dos trechos da estrada em que trabalharam, em 1958, chegaram a um ambiente de mangues. Nesse lugar, uma espécie de caranguejo tornou-se o ingrediente utilizado “para dar gosto aos caldos” que eram consumidos com farinha. Fora isso, conforme Milton, quando o assunto era comer, um mingau feito com a raspa de coco espremida e farinha, uma mistura de caroços de farinha com açúcar, ou mesmo o feijão “escoteiro” (sem acompanhamentos), serviam para matar a fome. Valia-se, na verdade, do que existia disponível em cada região. Em tempos de empreitadas venturosas em busca de alimentos, os animais, peixes e até crustáceos complementavam as habituais deprimidas refeições. Se nos anos de recursos regulares a coleta e a caça eram costumes presentes no cotidiano de trabalhadores pobres, durante as secas, estes eram reforçados. Então, como se percebe, o imprevisto e o aproveitamento eram a tônica da vida nas frentes de trabalho, especialmente quando o assunto eram moradia e alimentação.

Porém, com o passar do ano seco, as fontes de água iam secando e os animais e plantas, morrendo, tornando as possibilidades de conseguir sustento na natureza cada vez mais difíceis,

---

<sup>345</sup> LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Tese (Doutoramento em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p. 69.

<sup>346</sup> Entrevista realizada em 20/9/2014.

<sup>347</sup> Entrevista realizada em 14/6/2012.

o que impelia os trabalhadores-cassacos a dependerem cada vez mais das provisões que recebiam nas obras públicas ou de serviços complementares em troca de algum dinheiro vivo. Isto estimulava os obreiros e suas famílias a realizarem atividades que resultassem em qualquer ganho a ser acrescido àquele apoucado pagamento das obras.

Assim faziam José Isídio e outros colegas das frentes do açude Pentecoste, pois, depois da semana de trabalho, coletavam palha de carnaúba para revenda, mesmo que soubessem do baixo valor da remuneração a receber. Ainda que cansados, quanto mais os *cassacos* percebiam as privações dos seus meios de subsistência, mais eram constrangidos a acionar modos de contornar as incertezas do cotidiano.<sup>348</sup> Ao destinar parte do tempo livre a atividades extrativistas de produtos comercializáveis ou para a própria subsistência, acabavam por estender suas jornadas de trabalho contraindo outros serviços ou desempenhando atividades não remuneradas, mas desempenhadas fora do serviço como uma “lida”, como algo cuja função era cobrir a insuficiência da paga pelo seu trabalho.

Além disso, a garantia de alimentação era simbolicamente importante para o trabalhador rural, dado o seu costumeiro papel de provedor de toda a família. Era uma questão de segurança econômica familiar e, igualmente, um encargo moral. Quem sabe, a resistência em se manter no trabalho, submetendo-se às longas caminhadas, distância de casa e, às vezes, da família, enfrentando as dificuldades de uma lida em condições socioculturais diferentes das habituais fora dos anos secos, também passasse pela responsabilidade dessa obrigação. Portanto, embora o trabalho fosse duro, pesado e mal pago, por parte de alguns, poderia existir o esforço de cumprir essa regra social estabelecida, assegurando a sobrevivência dos filhos e da esposa, ainda que de maneira ínfima e precária.

Porém, não somente os homens se organizavam em torno da garantia da sobrevivência básica. Enquanto José Ferreira, ainda recém-casado, em 1958, pelejava nas frentes de serviços, sua esposa, Rosa Tomé, dividia-se entre a rotina da casa e os serviços que lhe dariam algum rendimento. Um punhado de feijão, um litro de farinha, uma cabra emprestada para fornecer leite ou mesmo algum dinheiro em troca de serviços domésticos, em outras residências, amenizavam as dificuldades. Já Albertina Azevedo,<sup>349</sup> não acompanhando seu marido que conseguiu uma vaga de fiscal nas obras em 1958, ocupava-se na confecção de artesanatos para vender nas localidades mais próximas. Conforme a entrevistada, especialmente na ausência do

---

<sup>348</sup>Sobre a relação entre inseguranças diversas e sobrevivência, ver: SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho.” In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

<sup>349</sup> Entrevista realizada em 18/9/2014.



esposo, ela se valia da ajuda dos parentes e da aptidão que tinha como artesã para sustentar os seis filhos. Assim como as duas entrevistadas, outras mulheres bem podiam realizar tarefas domésticas, criar seus bordados, costuras e rendas, para ajudar no sustento da casa.

Chitra Joshi, ao propor uma revisão das abordagens sobre o trabalho feminino na Índia, defendendo a observação das relações entre trabalho, gênero e domesticidade, suscita reflexões sobre como as mulheres desempenham papel fundamental na garantia da segurança alimentar da família. As mulheres das comunidades rurais estudadas por Joshi exerciam uma série de atividades enquanto seus companheiros trabalhavam nas cidades. Do mesmo modo, algumas esposas dos trabalhadores-cassacos permaneciam em suas moradas quando os maridos migravam para as frentes de serviços, estas, “escondidas” no ambiente doméstico, labutavam para suplementar a renda. Não raramente, as receitas que essas mulheres conseguiam eram a principal alternativa econômica das famílias pobres na ausência do provedor, naqueles anos difíceis.<sup>350</sup>

Fora isso, recorrer à solidariedade e cooperação dos familiares e colegas era uma prática sempre presente nas comunidades rurais, especialmente em períodos intricados. Lembranças comuns aos trabalhadores entrevistados são as referentes às idas de suas esposas para morar nas vizinhanças, ou mesmo nas residências dos familiares, na tentativa de minorar as dificuldades que pudessem advir de suas ausências. De fato, era uma verdadeira orquestração de recursos na busca pela garantia da vida, porém, sabe-se que o modo como cada um vivenciou essas dificuldades foi diferente e dependia não somente das estratégias elaboradas por eles.

Distanciando-se da homogeneização, pode-se perceber, através das entrevistas, que os problemas no que tange à alimentação dependiam também de outras questões. Curiosamente, entre os trabalhadores entrevistados, dois que habitaram em açudes falaram de uma menor precariedade alimentar se comparada à experiência dos demais que labutaram em estradas ou obras complementares. É evidente que essas declarações podem ser um artifício legítimo de não admitir ou não lembrar para esquecer as agruras vividas. Por outro lado, sabe-se que as obras de açudagem, por serem mais populosas, receberam auxílios da Igreja e de associações. Fora isso, nos açudes, a presença do engenheiro era constante e, às vezes, poderia ser recurso de maior intimidação das altas dos preços e da má qualidade dos alimentos nos fornecimentos. As experiências dependiam ainda das condições de vida existentes fora dos anos de estiagem,

---

<sup>350</sup> Cf: JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho.. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147-170, nov. 2009. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147/11100>>. Acesso em: 18 jul. 2014. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2009v1n2p147>.

se eram pequenos proprietários, comerciantes falidos, trabalhadores sem terra; enfim, se tinham recursos ou não, se eram solteiros, casados, com prole numerosa, se mais de um integrante do grupo tinha se alistado, se a própria família organizava um amparo coletivo.

Em acréscimo, é de se reconhecer que a família era realmente uma unidade importante de sobrevivência durante as secas, mas os acordos também falhavam. Uma das depoentes afirmou que trabalhava e pedia ajuda de parentes para sustentar a si e os filhos porque o marido – que era pobre, mas letrado, por isso, conseguiu uma função melhor – gastava o que recebia com jogos e “outras coisas” na companhia de colegas que eram funcionários regulares. Esse relato no mínimo problematiza a ideia de uma família em plena harmonia diante dos problemas.

Mesmo assim, é certo que aqueles tempos eram austeros e essas pessoas enxergavam nas frentes de trabalho um recurso temporário para sobreviver às incertezas de um minguido ano. Esse era um dos principais pontos de intercessão entre os pobres das secas. De diferentes maneiras, utilizando-se de arranjos cotidianos individuais, em família ou mesmo através de ações coletivas, como fazendo uso da aglomeração em cidades ou obras, os trabalhadores iam arrumando maneiras, sobretudo, de se desviarem das barreiras que pudessem comprometer a segurança alimentar.

Quando a seca era reconhecida por todos, os retirantes recompunham-se em movimento. Recorriam à rede de contatos com os mais influentes e cheios de posses, à camaradagem dos colegas, usavam da perspicácia individual e também das chegadas massivas às cidades com saques e ameaças, tudo isso para garantir vaga de emprego e assim a subsistência. Mesmo quando já estavam com serviço nas obras, os trabalhadores predispunham-se a voltar e ameaçar os núcleos urbanos em duas situações, na ocorrência de dispensa coletiva e no corte de abastecimento de alimentos.<sup>351</sup> Esses casos foram mais presentes no ano de 1958, conforme as fontes pesquisadas.

As obras do DNOCS, no mês de abril de 1958, começaram a enfrentar problemas com os fornecedores quando pagamentos aos comerciantes de algumas construções começaram a falhar. Grandes volumes de mercadorias foram vendidos aos trabalhadores, mas o DNOCS começou a atrasar a compensação dos vales retidos pelos negociantes. Por conta disso, começou a ocorrer cortes no provisionamento de comida aos trabalhadores. O prefeito de Redenção, por meio do jornal *Correio do Ceará*, informou que a cidade estava cheia de “flagelados” à espera de serviços e a situação encontrava-se bastante crítica naquele momento, pois os fornecedores

---

<sup>351</sup> Para Neves, a concentração maciça foi um importante meio de pressão na realização dos saques e outras ações em tempos de secas. NEVES, *A Multidão e a história*. Op. Cit., p.14.

estavam descrentes de que o DNOCS pudesse cumprir seus compromissos, caso fossem contratadas outras dezenas de retirantes. Diante de tal cenário, o prefeito alertou para a possível “invasão” de Redenção e cidades vizinhas por *cassacos* e retirantes, caso a regularidade não fosse restabelecida.<sup>352</sup> Em outros lugares, como Messejana, sucedendo o corte de alimentos, o “contingente de praças” não deu conta da “avalanche de trabalhadores a reclamar” por falta de recebimento.

Em 21 de julho, conforme o *Tribuna do Ceará*, novamente não veio o “dinheiro para fazer pagamentos aos fornecedores”, só que dessa vez vários municípios do Ceará ficaram sem recursos, obrigando os diretores a suspender várias obras. Sem pagamento e sem serviço, os trabalhadores começaram a “passar dias de fome”. Daí, rumaram para as cidades mais próximas, buscando o comércio, as prefeituras e o dinheiro circulante. Nesse caso, foi solicitada até a intervenção do Exército “para conter ânimo e manter ordem”, em algumas cidades. Finalmente, ainda em julho, a situação foi regularizada, pois as repartições que organizavam os serviços de emergência receberam 500 milhões de cruzeiros para quitar os atrasados.

Durante o ano de 1958, ocorreram cortes nos fornecimentos, verdadeiros gatilhos para queixas e atitudes por parte dos trabalhadores. Em outubro, esse problema alcançou as maiores proporções. O *Tribuna do Ceará* noticiou que a dívida do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas já ultrapassava os 900 milhões de cruzeiros em todo o estado cearense, ocasionando o fechamento de algumas frentes por falta de fornecimento de comida.<sup>353</sup> Com isso, logo no início do mês, conforme o *Gazeta de Notícias*, a cidade de Trairi foi surpreendida por trabalhadores-cassacos que não tinham “onde adquirir gêneros”, uma vez que o fornecimento das obras mais próximas do núcleo urbano havia sido suspenso.<sup>354</sup> O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) também ficou em dívida com os fornecedores e a suposta demissão de metade dos operários levou o jornal *Tribuna do Ceará* a noticiar a previsão de turbulências nas cidades e obras, conforme “fonte bem informada”.<sup>355</sup>

No fim de outubro, o *Tribuna do Ceará* noticiou que os fornecedores haviam suspenso de vez “suas atividades nas frentes de trabalho, jogando ao abandono inúmeras famílias agora ameaçadas de morrer” sem alimentos. Numa entrevista concedida à rádio Globo, reproduzida no jornal, uma comissão de fiscalização enfatizou que 280 mil “flagelados” passavam fome no Ceará e existiam “mais de 11 mil pessoas alimentando-se” num regime

---

<sup>352</sup> *Correio do Ceará*, 16/04/1958; 01/04/1958.

<sup>353</sup> *Tribuna do Ceará*, 14/10/58.

<sup>354</sup> *Gazeta de Notícias*, 6/10/1958.

<sup>355</sup> *Tribuna do Ceará*, 6/10/1958.

inferior ao vigente no teatro europeu da Segunda Guerra. Velhos, mulheres e crianças alojados na Hospedaria Getúlio Vargas, à espera de passagens para outros estados, passavam por privações diariamente.

Por sua vez, “horrendo e calamitoso” também era o quadro das obras, conforme o jornal, pois os trabalhadores que não tinham sido dispensados frente à crise do fornecimento estavam trabalhando sem receber a sua paga, “passando fome”. Não obstante a comissão de fiscalização descreva exaustivamente sobre o sofrimento que acometia os pobres do Ceará, ela informa que “os flagelados” retornavam às sedes dos municípios e saqueavam para “evitar a morte”. Uma evidência de que a população não esperava pacientemente que os problemas fossem resolvidos, reconheciam o momento de crise e dificuldade e se salientavam em nome da melhoria de suas condições de vida.

Em 31 de outubro de 1951, o jornal *O Nordeste* também alertou para a possível invasão da cidade de Itapipoca por 12 mil sertanejos. Eram os *cassacos* da estrada de rodagem de Acaraú, que estavam contrariados com a interrupção dos trabalhos e a suspensão do abastecimento dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores. O prefeito José Airton Teixeira disse ao jornal que, “sem serviço” e com “fome”, “tudo podem os cassacos fazer, inclusive pilhar o comércio de Itapipoca, Acaraú e Santana.” O clima de incerteza, é de se supor, acontecia porque noutros tempos o prefeito já tinha presenciado naquela cidade ações dos retirantes, “sem serviço” e com “fome”. A ansiedade era quanto ao retorno das cenas das levadas de sertanejos vistas no início daquele ano buscando ocupação em obras.

No mês seguinte, algumas frentes de serviços tiveram o abastecimento de alimentos regularizado, mas nem todos os trabalhadores deixaram de sofrer com a suspensão dos gêneros. Os trabalhadores das obras federais estavam inquietos, conforme o *Tribuna do Ceará*,<sup>356</sup> por isso, a chegada maciça de “cassacos” – com ameaça de invasão – sombreava a cidade de Canindé. Dias depois, o mesmo periódico informava que vários trabalhadores que labutaram sem receber seus vales teriam os atrasados pagos. O chefe dos serviços do DNER garantia que até dia 15 daquele mês os fornecedores teriam as dívidas pagas, assim como os operários. É interessante pontuar que, dois meses depois, o próprio periódico publicou uma matéria do *Jornal Carioca* conjecturando que os fornecedores se utilizaram do momento de crise para espalhar notícias sobre supostas invasões como recurso para garantir seus pagamentos. Igualmente, quando as dívidas foram regularizadas, não hesitaram em afirmar a chegada de

---

<sup>356</sup> *Tribuna do Ceará*, 6/11/1958.

uma outra seca, em 1959, a fim de gerar mais recursos para os serviços especiais, garantindo também novos lucros.<sup>357</sup>

Como já foi lembrado em outras partes desta tese, desde o século XIX, retirantes, autoridades públicas, particulares, religiosas e intelectuais defrontavam-se com interesses conflitantes que envolviam o emprego de migrantes em obras públicas. A proteção paternalista dos donos de terras foi pouco a pouco assumida pelo Estado, em tempos de secas, e os retirantes cobravam das autoridades soluções por meio das aglomerações.<sup>358</sup> Entretanto, a quebra dos laços entre trabalhadores e donos de terras não ocorreu de forma abrupta e nem completamente, como se observam nas disputas em torno dos alistamentos.

Mesmo assim, pode-se dizer que a política do governo de empregar retirantes em obras se fortaleceu no século XX e os retirantes salientavam-se em nome disso, pois entendiam que não precisavam chegar a um estado de extrema miséria para procurar auxílio. Da mesma forma, prefeitos, vereadores, governadores e outros políticos locais também já sabiam que tipo de concessão poderia satisfazer aos retirantes no sentido de prevenir saques, como por exemplo, a distribuição de alimentos. Os entrevistados Albertina e José Barbosa discorrem, em suas falas, sobre a chegada volumosa de pessoas às grandes cidades como Itapipoca e Itapagé, especialmente no início do ano seco, à procura de trabalho, ou quando ocorriam corte de fornecimento e dispensa de trabalhadores. Em todas essas situações, os depoentes concordam que os prefeitos organizavam a distribuição de gêneros até arrumarem uma solução mais efetiva do problema.

Andrajosos, os retirantes tinham a circulação e aglomeração como recurso. As péssimas condições de alojamento, o serviço pesado, a disciplina, a hierarquia, certamente desagradavam, mas os trabalhadores lidavam com isso através de estratégias cotidianas e recusa ao trabalho ao primeiro sinal de chuvas, como foi visto em capítulo anterior. Entretanto, com base em estudos de periódicos – desde o jornal *O Nordeste*, órgão oficial da arquidiocese, até *O Democrata*, jornal de orientação política comunista –, constata-se que os retirantes que já trabalhavam nas obras somente retornavam maciçamente às cidades em circunstâncias que os expunham à fome.

Em acréscimo, analisando esses mesmos jornais, percebe-se que, não obstante os periódicos consultados – e outras fontes como romance e entrevistas – mencionem ações coletivas de retirantes nas cidades em busca melhores condições de vida, as posturas na hora de

---

<sup>357</sup> *Tribuna do Ceará*, 20/ 1/1959.

<sup>358</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história*, Op. Cit., p. 42.

narrar os acontecimentos eram diferentes. O *Correio do Ceará*, que aparentemente tinha simpatia ao candidato da UDN, Virgílio Távora, partido de oposição ao do presidente nas eleições para governador do Ceará, em 1958, creditava incisivamente o flagelo dos trabalhadores à desorganização das repartições e ausências de cobrança das autoridades. As ações dos pobres aparecem nesse periódico como resultado quase espontâneo da má administração dos órgãos públicos. No entanto o jornal *Democrata* mostra o Ceará desse período quase como um campo minado ou caldeirão em ebulição, em que prefeitos, especialmente, e outros chefes locais são quase que presas nas mãos da população.

A comparação entre os jornais possibilita o entendimento de que as ações dos cassacos, durante os cortes dos fornecimentos, não eram simples decorrência da má administração do Estado. De outro modo, sua intensidade também não era tão gritante e nem tampouco fazia as autoridades de completos e impotentes reféns nas mãos dos retirantes. A aglomeração, não resta dúvida, foi um importante mecanismo de demonstração de insatisfações e barganha por comida e trabalho, ainda que não tenha resultado numa solução comum de bem-estar para todos, visto que nem todos tiveram suas deficiências supridas por meio dela. Igualmente importantes foram as “artes” cotidianas acionadas em grupo, ou até de modo individual, para enfrentar as durezas do universo de trabalho nas obras públicas durante as secas. Contudo, a carência de alimentos existiu recorrentemente e os resultados disso eram percebidos e contabilizados.

#### 4.6 O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO DNOCS

Abatidos e mal alimentados, os retirantes que trabalhavam nas obras viviam amontoados num ambiente de falta de salubridade, faltando água para beber e para higiene. Essa situação resultava na facilidade de dispersão de doenças e de ocorrência de acidentes de trabalho. Embora o DNOCS mantivesse um serviço médico e de assistência social, com postos de atendimento, centros de puericultura e maternidades nas obras maiores, e enfermarias nas obras menores, esse sistema não dava conta de controlar as epidemias, especialmente devido à aglomeração, falta de mecanismos que afiançassem a segurança alimentar dos operários e fraqueza física destes.

O jornalista Carlos Lacerda, através do periódico carioca *Tribuna da Imprensa*, registrou informações sobre o cotidiano dos trabalhadores nas obras públicas da seca de 1951. Durante uma reportagem sobre a construção do açude Pentecoste, o correspondente notificou que a obra já havia recebido cerca de oito mil pessoas apesar de tecnicamente só poder comportar três mil. Por conta disso, as famílias moravam “em choças cobertas de folhas secas”,

ficando à mercê do abastecimento dos fornecedores. Ademais, as crianças apresentavam “todos os sintomas de subnutrição e doenças causadas pela fome”.<sup>359</sup>

Homens letrados de diferentes posições e interesses concordavam com as denúncias sobre as condições precárias de vida e trabalho dos trabalhadores-cassacos. O periodista comunista Luciano Barreira, no romance *Os Cassacos*, narra as adversidades de personagens que “buscavam serviços nas obras do açude Banabuiú ou na construção da estrada Piranguí” durante a estiagem de 1958. No livro, Barreira apresenta o dilema de Zuca Machado que se ressentia de ir “iscapá nas construção [sic] do governo”, pois a “recordação amarga”, “da fome, da febre e do miserável hospital, onde morriam dezenas de flagelados diariamente”, fazia parte de suas experiências anteriores.<sup>360</sup> Provavelmente, as lembranças anteriores a que o escritor faz referência são as da seca de 1932, na qual milhares de operários foram acometidos de moléstias que não isentaram sequer engenheiros e suas equipes. Tal situação inaugurou o programa de serviço emergencial de saúde do DNOCS.

O sistema de saúde do DNOCS, por sinal, foi iniciado nesse ano de 1932, mesmo que modestamente, para combater epidemias de tifo, paratifo, disenteria, varíola e impaludismo. Diante da catástrofe que matou dezenove mil trabalhadores – de um total de aproximadamente 200 mil –, sem contar as baixas entre engenheiros e equipes técnicas e médicas, o órgão passou a prover assistência de saúde aos trabalhadores e suas famílias.<sup>361</sup> Dessa forma, nos anos 1950, o DNOCS tinha em seus quadros enfermeiros, dentistas e médicos que trabalhavam no atendimento, transportes de doentes e aplicação de vacinas e medicamentos.

Esses profissionais estavam organizados em três setores, o clínico, que reunia consultas, pequenas cirurgias, curativos, aplicação de injeções, dietas ministradas e intervenções radiológicas para tratamento de água; o profilático, que concentrava visitas de equipes de higiene, imunizações antitíficas e antivariólicas, construção de fossas, destruição de focos de moscas, inspeção de gêneros alimentícios e o serviço de polícia e educação sanitária, além de palestras de higiene e alimentação. Fora isso, existia a assistência odontológica que previa a realização de consultas, extração e restauração dentária. Alguns eram discriminados nos relatórios anuais do DNOCS, como pode ser visto a seguir.

---

<sup>359</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), fundo DPS, Flagelados, D 497, *Tribuna da Imprensa*, 17/08/1951.

<sup>360</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Op.Cit., p. 13.

<sup>361</sup> GONÇALVES, Luiz Mendes. *Relatório de serviços executados em 1952*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro. 1954.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS											
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS											
SERVIÇO DE ASSISTENCIA MÉDICA											
PERIODO — ANO DE 1959											
ESPECIFICAÇÕES	PIAUI	CEARA	R. G. DO NORTE	PARAIBA	PERNAMBUCO	ALAGOAS	SERGIPE	BAHIA	M. GERAIS	POLIGONO	
Consultas concedidas	—	182.099	7.227	10.863	8.821	364	—	12.232	7.673	235.268	
Receitas avulsas	—	231.485	6.782	6.720	10.564	322	—	13.129	—	269.022	
Pequenas intervenções	—	14.314	287	430	136	4	—	146	189	15.412	
Curativos diversos	6.607	146.886	4.624	4.865	6.133	1.581	—	6.260	8.098	185.586	
Injeções aplicadas	12.847	169.230	18.885	4.258	13.996	7.425	—	20.893	8.094	261.000	
Aplicação Raios Infravermelhos	—	3.854	—	258	—	—	—	197	2.396	2.705	
Aplicação Raios Ultravioletas	—	1.734	—	67	—	—	—	—	2.116	5.917	
Notificações	20.486	187.129	1.893	2.126	4.270	664	—	3.885	1.187	222.450	
Isolamentos	—	34	—	—	27	—	—	—	—	84	
Remoções	—	45	—	372	42	—	—	—	—	461	
Visitas de vigilância	—	5.777	1.000	377	312	—	—	154	—	7.536	
Insumos	1.229	61.246	2.206	382	2.916	186	—	221	562	69.234	
Hospitalizações	—	880	74	26	115	24	—	19	21	1.166	
Acidentes de trabalho	21	2.596	22	7	183	21	—	149	—	3.989	
Incapacitados temporariamente	1	865	25	7	166	24	—	102	—	1.201	
Incapacitados permanentemente	—	2	1	—	2	—	—	12	—	16	
Óbitos por acidentes no trabalho	4	45	6	—	—	3	—	—	—	58	
Óbitos por doenças contagiosas	470	647	1	9	34	12	—	10	—	1.263	
Nalimertos	2	65	1	6	—	22	—	7	—	92	
Totalidade de óbitos	345	761	14	16	34	25	—	23	4	1.432	
Nacimentos	38	1.303	77	211	166	92	—	186	24	2.729	
Paletas médicas	—	24	4	5	—	—	—	12	—	95	
Primas construídas	—	17	—	5	—	23	—	6	—	53	
Focos de mósicas destruídas	3	168	18	19	—	—	—	—	—	206	
Inspecção de gêneros alimentícios	7	633	—	7	—	192	—	—	—	832	
Remoção de inundações	23	136	—	1.128	—	—	—	14	—	1.337	

Figura 13. Serviço de Assistência médica do DNOCS. Fonte: PASSOS, José Candido Parente Pereira. *Relatório de obras executadas, em 1959*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.



Além daquilo que providenciava, o DNOCS e os demais órgãos empregadores de pobres nas secas contavam com a colaboração de outras instituições públicas e particulares filantrópicas, além da igreja católica. Conforme o ministro do MVOP, Lucio Meira, o Butantã, em São Paulo, oferecia gratuitamente vacinas para imunização em massa dos trabalhadores, no DNER e DNOCS. O então recém-criado Ministério da Saúde (1951), através do Departamento Nacional de Endemias Rurais, cooperava com o repasse de medicamentos como sulfas, antibióticos e vitaminas e com leite para os enfermos, além do envio de médicos para as mais diversas obras.<sup>362</sup> Participavam ainda dos serviços de assistência aos pobres, nas secas, a Conferência Nacional de Bispos, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e as Pioneiras Sociais. Ademais, o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) abasteceu, durante as secas de 1951 e 1958, os lactários do DNOCS numa tentativa de minorar a fome dos trabalhadores mais fracos e doentes, mas especialmente a “miséria alimentar” que abatia as crianças.<sup>363</sup>

Todas essas instituições cooperavam para que famílias inteiras fossem atendidas nos serviços de saúde presentes nas obras. Ainda assim, observando os dados das tabelas acima, as doenças contagiosas e os “acidentes de trabalho” atingiam duramente os trabalhadores, provocando inúmeras mortes, motivo pelo qual foram reservados tópicos especiais para tratar desses assuntos neste capítulo. De qualquer modo, percebe-se, através das especificações apresentadas no quadro acima, um esforço de solução de problemas. Embora se entenda que os serviços de saúde projetados para os trabalhadores não abarcavam todos os indivíduos, é relevante observar o projeto de saúde do principal órgão empregador de retirantes, o DNOCS, e o seu alinhamento a determinadas políticas de Estado fortalecidas no Brasil a partir da década de 1930.

A assistência aos trabalhadores do DNOCS e suas famílias tinha como um dos pilares o combate às doenças infectocontagiosas, cuidando inclusive de fornecer uma orientação sanitária sobre higiene e alimentação. Primeiramente, é relevante ressaltar que os ensinamentos sobre boa nutrição prestados aos trabalhadores estavam afinados aos programas governamentais nacionais com foco na alimentação e saúde coletiva, iniciados com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), nos anos 1940. Através destes, defendia-se a ideia de que uma pessoa bem alimentada manteria mais facilmente sua saúde e vigor físico, o que certamente incluía não apenas a diminuição dos

---

<sup>362</sup> DNOCS. *Boletim*. Vol. 18 n.2, nov. de 1958, p.34,41,42.

<sup>363</sup> BERREDO, Vinícius; SABOYA, Francisco. *Relatório dos serviços realizados em 1951*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro: DNOCS, 1951. p. 178; DNOCS. *Boletim*. Vol. 18 n.2, nov. de 1958, p. 100.

índices de mortalidade relacionados à subnutrição, mas também a preservação e até aumento da população economicamente ativa.<sup>364</sup>

Igualmente, a higiene estava entre as preocupações mais prementes das autoridades à frente dos serviços públicos de saúde no Brasil, nos anos 1950. Conforme Jaime Rodrigues, ao estudar São Paulo entre os anos 1930 e 1960, acreditava-se que os pobres necessitavam de conhecimentos formais para manter costumes saudáveis de higiene e alimentação por serem considerados “ignorantes e pouco cuidadosos em relação às suas práticas e aos seus hábitos e comportamentos alimentares”.<sup>365</sup> No serviço de assistência médica do DNOCS, conforme é possível observar na tabela de saúde reproduzida acima, eram previstas visitas de vigilância com o objetivo de extinção de foco de moscas, remoção de imundícies e ensino básico sobre hábitos de limpeza.

A finalidade dessas medidas era primordialmente impedir a disseminação de epidemias e verminoses que se alastravam entre os moradores nos acampamentos. Para essa empreitada, conforme o engenheiro Paulo Guerra,<sup>366</sup> o DNOCS contou com a ajuda das auxiliares da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), que atuavam nas obras mais populosas através de palestras, entrevistas com os trabalhadores e suas famílias, incentivando igualmente a criação de fossas artesanais. Fora isso, no combate às epidemias, as vacinações tiveram importante papel. Para isso, tanto o DNOCS como o DNER recorreram ao Ministério da Saúde, órgão criado no início dos anos 1950, desmembrado por Getúlio Vargas do anterior Ministério da Educação e Saúde. A propósito, esse aparelhamento do Estado revela que, enquanto herança da gestão de Gustavo Capanema nos governos de Vargas, as preocupações com a saúde da população rural estavam umbilicalmente atreladas aos cuidados com as doenças infectocontagiosas que recorrentemente provocavam problemas naquela coletividade.<sup>367</sup>

---

<sup>364</sup> EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz e feijão, livros e discos: História e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. Niterói, Tese de Doutorado defendido(a) no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2012.

<sup>365</sup> RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. p.38,78.

<sup>366</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*. Op. Cit., pp.76,77.

<sup>367</sup> HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Revista Educar*, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005. pp. 136-138. Acesso em: 10/9/2014. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/viewFile/2242/1874>.

Também para combater as moléstias que poderiam se expandir entre as famílias residentes nas frentes de trabalho, o DNOCS instalou lactários infantis e centros de puericultura, alinhando-se a um programa especial de atenção à maternidade e à infância, criado em 1940 pelo Ministério da Educação e Saúde via Departamento Nacional da Criança (DNCr).<sup>368</sup> Segundo o relatório de 1951, estes centros de puericultura existiram nas obras maiores e distribuíam leite do FISI, farinhas e vitaminas, especialmente às gestantes e recém-nascidos, com objetivos de diminuir a fraqueza e evitar doenças e mortes, ainda que não fossem suficientes para atender a todos os parentes dos trabalhadores.<sup>369</sup>



Figura 14. Parte do hospital do acampamento do Orós. Fonte: DNOCS. Orós: o açude da esperança. DNOCS/MVOP:1960.

Hermosea Girão de Araújo, esposa do engenheiro do açude Pentecostes, Genésio de Araújo, que trabalhou voluntariamente nos serviços médicos, lembrou-se do intenso movimento da maternidade durante os anos de secas. Impressionada e admirada, a entrevistada conta que a média era de três nascimentos por dia, porém não aconteciam maiores problemas, segundo ela, resultado da atenção dos enfermeiros às parturientes,

---

<sup>368</sup> PEREIRA, Ricardo. *A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 19, nº 38, 1999, p. 181-182. Apud: LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Tese (Doutoramento em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p. 430.

<sup>369</sup> BERREDO, Vinícius; SABOYA, Francisco. *Relatório dos serviços realizados em 1951*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro: DNOCS, 1951. p.180.

mas significativamente pela facilidade que as mulheres tinham de parir, em virtude do excesso de trabalho. Com um volume maior de trabalhadores, o cuidado com a limpeza e abastecimento era redobrado, afirma Hermosea, até porque já se sabia das particularidades que uma seca acarretava, quando os problemas de saúde da população aumentavam e igualmente as cobranças por parte da sociedade.

Certamente, o objetivo principal dos postos de puericultura, nos tempos de secas, era muito mais evitar o crescimento “natural” do número de natimortos daqueles períodos. Regularmente, fora das estiagens, as famílias dos funcionários e dos moradores das vazantes dos açudes tinham um atendimento bem mais complexo. Isto ocorria porque, se nas frentes de trabalho as instalações de saúde tinham caráter provisório, pois eram desativadas após a conclusão das obras, já as estruturas destinadas à assistência médico-social dos postos agroindustriais, por exemplo, tinham caráter permanente, dado o caráter igualmente estável daqueles serviços.

Embora em número menor que as construções de açudes e estradas, essas divisões agroindustriais do DNOCS também alistaram retirantes para trabalhar em obras de reparos e em setores hortifrutícola e de silvicultura, incluindo-os nos serviços de saúde dos postos de puericultura. Ainda que seja complicado assegurar o alcance efetivo dessa assistência entre familiares dos *cassacos*, o relatório de 1951 inclui entre as gestantes e crianças, que receberam leite e mingaus vitaminados, os familiares de trabalhadores que estavam temporariamente nessas divisões. A tabela abaixo ajuda a entender melhor o funcionamento do centro de puericultura e elaborar aproximadamente a abrangência desses serviços.<sup>370</sup>

**Tabela 2. Serviço médico de puericultura do Serviço Agroindustrial (Relatório 1951)**

<b>Centro de Puericultura</b>			
<b>Maternidade</b>		<b>Higiene e Alimentação Infantis</b>	
Gestantes Matriculadas	82	Crianças Matriculadas	14
Comparecimentos	61	Comparecimentos	193
Visitas a Domicílio	60	Visitas a Domicílio	60
Exames e Conselhos de Higiene	171	Instruções e Conselhos de Higiene	203
Partos Assistidos	130		
Tratamentos e Cuidados	257	Tratamentos e Cuidados	289

<sup>370</sup> Biblioteca do DNOCS. SABOYA, Francisco. *Relatório de serviços executados em 1951*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro, 1953, p.265.

Consultas Médicas	2	Consultas Médicas	363
Injeções Aplicadas	222	Injeções Aplicadas	69
Natimortos	5	Instruções e Demonstrações sobre Prática de Alimentos	14
Abortos	13	Leite Distribuído (litros)	2046
Falecimentos	0	Falecimentos	5

Fonte: Biblioteca do DNOCS. SABOYA, Francisco. *Relatório de serviços executados em 1951*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro, 1953, p.265.

Difícilmente essas especialidades do centro de puericultura contemplaram toda a população, especialmente se for considerado o contingente de 17.356 pessoas (3.729 famílias) residentes em 1951 somente no maior posto agrícola do DNOCS, o Instituto Jose Anísio Trindade. Contudo, é possível que o DNOCS, com o apoio do FISI e do Ministério da Saúde, tenha conseguido garantir às crianças dos “operários flagelados” leites e mingaus, medida que pode ter concorrido para o “bom saneamento do acampamento” e poucos registros de doenças graves, como acusa o relatório de 1951.<sup>371</sup> Cuidar dos filhos dos trabalhadores estava entre as políticas públicas do período que visavam assegurar a existência futura de uma população mais forte e preparada para alavancar a economia, mas, durante as secas, era também um modo de evitar que os pequeninos se tornassem transmissores de temidas moléstias. Aliás, com base nos vários relatórios produzidos ao longo da década de 1950, pode-se dizer que a alimentação de crianças com mingaus vitaminados, depois da vacinação, foi a política mais bem desenvolvida pelos órgãos durante as secas.

No começo de 1959, o chefe do serviço médico do DNOCS, Fernando Leite, anunciava, por meio do *Tribuna do Ceará*, que a campanha travada durante a seca do ano anterior estava vencida. 46 médicos, 366 enfermeiros, 238 lactaristas e dentistas se empenharam na direção da assistência médico-social no Nordeste, durante a seca de 1958. Por isso, comemorava o médico, não foram registradas epidemias de varíola e tifo, salientando as mais de 600 mil vacinas antivariólicas e 500 mil vacinas antitíficas aplicadas nos operários e suas famílias. No mesmo rumo, acrescentou, foram atendidas 25 mil crianças de 0 a 2 anos, nas repartições, tendo como principal ação “mantê-las alimentadas com farinhas vitaminadas e proteicas”.

---

<sup>371</sup> Biblioteca do DNOCS. SABOYA, Francisco. *Relatório de serviços executados em 1951*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro, 1953, p.178-180.

Contudo, o chefe do setor de saúde do DNOCS defendia que a campanha contra a subnutrição deveria ser prosseguida, mesmo que a situação de máxima vigilância tivesse passado. Isto porque o Nordeste continuava “uma área de subalimentação”, dado comprovado ainda mais na vivência “com os acampamentos de *deslocados*”. As “noções sobre nutrição”, discorria Leite, precisavam ser amplamente debatidas em virtude do “baixíssimo índice cultural” da população do interior. O médico aponta como exemplo de seu argumento as experiências com as mães nos ambulatórios do DNOCS. Para “fazer com que as mães não deixassem de dar as vitaminas distribuídas”, o que ocorria frequentemente, a equipe passou a adicionar ao leite as vitaminas A e D para obter resultados mais efetivos.

Os hábitos de má alimentação e higiene eram tidos como resultado dos costumes e falta de informação dos pobres. Esses princípios amplamente defendidos e debatidos naqueles anos passavam pelo fortalecimento de um padrão familiar no qual a mulher tinha responsabilidade ímpar. Jaime Rodrigues discorre que o “bom desempenho das mulheres como educadoras e mães” era apresentado como “crucial para garantir a formação de crianças saudáveis e adultos fortes e dispostos ao trabalho”. Ensinar sobre hábitos de higiene, ser econômica, aproveitar ao máximo os alimentos, conhecer seus valores nutricionais e ampliar o consumo de leite eram habilidades que uma boa mãe deveria ter naqueles tempos.<sup>372</sup> Não era por acaso que os postos agroindustriais do DNOCS tinham centros de puericultura tão convergentes com as preocupações acima, ainda que seja mais lógico afirmar que eles foram pensados muito mais para as famílias dos operários fixos.

A fração do serviço que visivelmente era estendida às famílias que habitavam os postos temporariamente, enquanto a seca durasse, era a entrega de leite. A merenda concedida às crianças tinha o papel de diminuir os problemas ocasionados pela precária alimentação, na tentativa de reduzir o número de mortes, pois, se já eram consideradas mal alimentadas, tinham a situação ainda mais deprimida pela fome e depauperamento de forças em decorrência do quadro de extrema pobreza. O leite do FISI, aliás, apareceu nas falas do ex-operário José Gomes e da senhora Hermosea, esposa do engenheiro. À época adolescente, José se lembra da hora de receber o copo de leite do FISI, merenda bem-vinda, mas que, conta ele, “não fazia bem a todo mundo”, referindo-se a desconfortos intestinais.

---

<sup>372</sup> RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*, p. 138-139.

As memórias sobre a assistência de saúde do DNOCS também estão presentes em outras entrevistas; contudo aparecem muito modestamente, apenas em lapsos, entre os depoimentos dos empregados das estradas, possivelmente por serem obreiros em constante deslocamento e contarem apenas, quando existiam, com frágeis enfermarias. Na necessidade de assistência médica mais complexa, os trabalhadores de estradas dirigiam-se a hospitais mais próximos ou simplesmente eram dispensados para as suas casas, segundo a urgência do problema. Já os retirantes alistados nas obras de açudagem recordam do socorro médico mais regular, que era acionado em casos de doenças, acidentes, partos – em alguns casos – e, especialmente, vacinação.

A chegada de vacinas estava justamente entre as ocorrências mais noticiadas pelos jornais quando o assunto era saúde durante as secas. Em 1951, o *Correio do Ceará* estampou em suas páginas a chegada aos sertões cearenses de enfermeiros, médicos, medicamentos – penicilina, sulfas e fortificantes – e vacinas antitíficas.<sup>373</sup> Em 1958, o *Gazeta de Notícias* também celebrou o envio de vacinas contra tifo e varíola e o combate a epidemias no interior do estado, aprovando igualmente o entrosamento do Departamento de Endemias Rurais com o DNOCS e o DNER.<sup>374</sup> Dessa maneira, os mesmos jornais que noticiavam as denúncias de fraudes nos fornecimentos reconheciam o esforço dos administradores das frentes de serviços e das autoridades públicas que prestavam assistência médica aos locais de grandes aglomerações de trabalhadores, com destaque para a vacinação contra tifo e varíola.

Com efeito, a presença dos trabalhadores, com seus andrajos, já era o bastante para deixar as autoridades amedrontadas, até porque a circulação de retirantes em períodos de secas também ficou associada à disseminação de moléstias dentro dos campos de trabalho, mas também nas cidades que circundavam as obras. Noutras secas, de fato, a falta de água, difíceis condições de higiene e fome foram a equação nefasta para o surgimento de epidemias como as de varíola, no século XIX e início do XX<sup>375</sup>, e as do grupo tifo-paratifo, na seca de 1932. Tudo isso era motivo para deixar intelectuais, governantes e sociedade local em intenso alerta, organizando campanhas, em larga escala, de vacinação, como evidenciam os jornais estudados e os relatórios com seus quadros sobre assistência médica.

---

<sup>373</sup> *Correio do Ceará*, 12/04/51; *Correio do Ceará*, 18/6/1958.

<sup>374</sup> *Gazeta de Notícias*, 15 /4/ 1958.

<sup>375</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Varíola e vacinação*. Ed. Reimpressão. Fundação Waldemar Alcantara: Fortaleza, 1997.

O receio às epidemias fez Getúlio Vargas enviar seu secretário particular, em 1951, para investigar as frentes de emergência. Em 1958, os gestores do Ministério da Saúde e do Ministério da Viação e Obras Públicas também foram *in loco* averiguar as condições sanitárias do Interior do Nordeste seco.<sup>376</sup> Os próprios bacharéis e gestores do DNOCS reconheciam que, nas épocas de estiagens prolongadas, o Nordeste assumia “aspectos de tremenda calamidade pública, com a aglomeração de multidões de homens, mulheres e crianças”. Além do mais, ressalta-se que “os estados de subnutrição e sanitário” que a crise agravava na vida da população constituíam “uma permanente ameaça à paz social na região.”<sup>377</sup>

O DNOCS tinha clareza quanto aos riscos que as aglomerações de pobres, com fome, fracos e vulneráveis às moléstias e acidentes, representavam. Contudo, era necessário naquele momento mantê-los ocupados para afastá-los dos danos que poderiam causar à “paz social”, especialmente nos núcleos urbanos, e em acréscimo, frear também o deslocamento para outros estados, migração prejudicial aos fazendeiros, que poderiam perder braços das lavouras, e aos políticos, que poderiam perder eleitores. Numa política de Estado que tinha por objetivo trocar a assistência por trabalho, mantendo a mão de obra fixa dentro de suas fronteiras de origem, um atendimento médico-profilático fazia parte do projeto de minimizar os danos.

#### 4.7 AGLOMERAÇÕES E DOENÇAS CONTAGIOSAS

O Ministério da Saúde, através do Departamento de Endemias Rurais, o DNOCS e outras instituições públicas, com cooperação da Igreja e de organizações filantrópicas, instrumentalizaram-se nas secas da década de 1950, através das políticas de higiene e boa alimentação, para, especialmente, combater os surtos epidêmicos que poderiam acometer a população que vivia nas frentes de trabalho e depois nas cidades. Ainda assim, as intervenções médico-sanitárias parecem ter sido insuficientes diante de imprevistos, desaparelhamentos diversos e a enorme quantidade de pessoas que procuravam auxílio.

As famílias chegavam em grande número, avolumando-se rapidamente nos canteiros de obra. Com o passar dos meses, a quantidade de barracas nos acampamentos das obras só aumentava, sinalizando que igualmente se multiplicava o número de crianças, velhos, homens e mulheres com frágeis condições de saúde. Somavam-se a isso

---

<sup>376</sup> *Correio do Ceará*, 12/4/51; *Gazeta de Notícias*, 26/11/58.

<sup>377</sup> PASSOS, José Candido Parente Pereira. *Relatório de obras executadas, em 1959*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.



a falta de acampamentos salubres, os problemas com os fornecedores que contribuíam para a uma alimentação ainda pior e o rarefeito número de funcionários naqueles tempos. Assim, não obstante existisse um programa de assistência médica, parecia que quanto mais as autoridades públicas, com apoio de organizações filantrópicas, Igreja e particulares, fizessem, mais havia por fazer.

Nos açudes, a aglomeração era mais intensa, afetando profundamente o estado sanitário geral, tornando ainda mais precárias as medidas de higiene. A falta d'água constante, além de sua má qualidade, resultado da falta de aparelhagem suficiente para realizar o tratamento, tornava a situação bastante funesta. A carência desse elemento, portanto, trouxe consequências desastrosas devido aos surtos de moléstias que favoreceram. O engenheiro Luis Carlos Pinheiro publicou um texto um ano depois da seca de 1958 tratando dos esforços concentrados e das verbas necessárias ao atendimento social dos trabalhadores durante as secas. Segundo o engenheiro, “a mortandade” devia-se mais às epidemias e males vários e não propriamente à fome. Por outro lado, óbvio, essas mortes eram “efeito da fome”, que desnutria o “organismo o tornando frágil a diversas enfermidades”. Além disso, a sede levava o indivíduo ao “mais alto grau da falta de higiene”, pois se saciava “com águas barrentas” nas quais seus “semelhantes e animais se banham”.<sup>378</sup>

Sendo assim, fome, sede e precárias condições de higiene cooperavam para a disseminação de moléstias. Porém, ao lado disso, equipes de saúde chegavam quase com a mesma frequência para impedir que qualquer epidemia se alastrasse. O *Correio do Ceará* informou, dois meses depois da declaração da seca, que casos de tuberculose já atingiam os “flagelados”, mas depois de realizados vários exames torácicos, chegou-se à conclusão de que a situação estava sob controle, ou pelo menos melhor do que era esperado. Os profissionais aproveitaram a visita de emergência para vacinar e extrair dentes nos “principais centros de concentração de vítimas do flagelo”.<sup>379</sup>

Meses depois, o *Gazeta de Notícias* mostrava-se menos esperançoso ao alarmar surtos de doenças em algumas cidades e obras. O município de Camocim sofria um “surto de gripe com caráter epidêmico”, dizia o médico chefe do Departamento Estadual de Saúde (DES). Já em Itapipoca, localidade de concentração de várias obras de emergência, contabilizavam-se os casos de tifo, com destaque para os episódios ocorridos na linha entre Fortaleza e Sobral. O chefe do DES, entretanto, comunicava que medicamentos

---

<sup>378</sup> DNOCS. *Boletim*. V. 20. N.6. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, Nov. de 1959. p.115.

<sup>379</sup> *Correio do Ceará*, 12/5/58.

havam sido encaminhados para ambas as localidades com o objetivo de amparar os doentes, embora reconhecesse que os recursos escasseavam, tornando-se insatisfatórios, especialmente na cidade litorânea de Camocim.<sup>380</sup>

Diante da calamidade que uma seca representa, os recursos dificilmente eram considerados o bastante pelos gestores e até os serviços de saúde do DNOCS não demoravam a agonizar. Dessa maneira, os trabalhadores frequentemente abriam mão do atendimento médico disponível, principalmente se este estivesse distante deles, como ocorria não raramente com os operários em estradas. O ex-feitor Lucas Evangelista explica que, na ocorrência de doenças, os empregados eram dispensados para suas casas para retornar apenas quando estivessem sadios. Mas se a moléstia fosse grave, a orientação era mesmo procurar o posto ou enfermaria, algo que só acontecia “quando as coisas eram complicadas mesmo”. Em consonância com esse relato, o trabalhador-cassaco José Ferreira contou que, em 1951, ele e toda sua turma contraíram sarampo. Por conta disso, deixaram de trabalhar por uma semana, receberam o ordenado desta e foram fazer o tratamento em casa. Provavelmente, os lotados nas obras de estradas só procuravam assistência nos casos mais urgentes, fosse pela distância dos hospitais montados para as frentes, ou quem sabe até pelo medo de contrair outras moléstias em contatos com as maiores aglomerações, pois a assistência mais aprovionada, com hospitais e ambulatórios, era equipada nas obras maiores, lugares também das ocorrências das grandes epidemias. Fora isso, ausentar-se do serviço por períodos mais longos poderia significar a exclusão dos seus nomes das listas de trabalhadores durante as fiscalizações periódicas.

Segundo o ex-feitor de turma, José Barbosa, os operários da açudagem eram as maiores vítimas porque ficavam aglomerados, o que propiciava facilmente a transmissão de doenças. Em decorrência disso, conta José, no açude Santo Antônio de Aracatiuaçu, em 1951, muitas pessoas morreram: “Deu muita doença, de todo jeito”. Dessa forma, as frentes de emergência dos açudes tinham aspectos inversos àquelas instaladas nas estradas, onde a dispersão característica dos canteiros de obras acabava desfavorecendo a concentração das epidemias. Provavelmente, esse era o motivo das menores preocupações das autoridades com as obras de estradas, resultando em investimentos também mínimos na assistência à saúde daqueles locais.

---

<sup>380</sup> *Gazeta de Notícias*, 24/10/58.

Diferente do que acontecia nas estradas, a prévia imunização era condição para iniciar o trabalho em alguns açudes. Conta o trabalhador-cassaco José Gomes que, em 1951, quando se alistou na frente de emergência do açude Santa Maria de Aracatiáçu (CE), foi encaminhado ao posto da construção e, mesmo não sabendo de quais doenças estava se protegendo, foi necessário que seguisse o procedimento, pois naquela obra “todo operário novo que tinha que tomar uma vacina”. Ainda assim, recorda-se, muitos adoeceram, especialmente de febres diversas e gripes. Dessa forma, fica ainda mais evidente que se, por um lado, as maiores obras se aparelhavam para prevenir as endemias, por outro, faziam isso por saber que aqueles lugares tinham particularidades que as tornavam mais suscetíveis a esses problemas (aglomeração humana em massa e rápida num lugar sem logística, com alimentação ruim e água inadequada). Guardadas essas especificidades, os casos de doenças contagiosas ou outras provocadas pelas condições precárias de trabalho eram comuns à vida dos *cassacos* nas mais diversas frentes de emergência no semiárido nordestino naqueles anos.

Nas frentes do Rio Grande do Norte, segundo o jornal *Tribuna do Norte*, existiam idosos trabalhando doentes. “Um velho atacado de hemiplegia” foi visto labutando na extração de terra. Outro, trabalhando igualmente, estava “com luxação no joelho”. Porém um deles chamou mais a atenção da reportagem, pois se tratava de um operário com os lábios feridos, um conhecido do periodista. Esse trabalhador contou “ter passado muitos dias ardendo em febre, vomitando, envenenado pelo jabá do Sul”, alimento que, ao ferver junto com o feijão, tinha um odor nauseante. O fato foi reportado ao governador do estado potiguar, que mandou examinar a carne, e foi constatado que cerca de metade estava deteriorada.<sup>381</sup>

É evidente que as doenças ocasionadas pelas difíceis condições do mundo do trabalho nas obras públicas não eram privilégio dos trabalhadores manuais. Um antigo topógrafo do DNOCS, que relata através de um livro algumas memórias do seu tempo de funcionário, conta que também ele e seus colegas adoeceram. Durante um dia todo de empreitada, num lugar distante do acampamento, os trabalhadores perceberam que o barraqueiro não os tinha encontrado para abastecê-los de comida e água. Por conta disso,

---

<sup>381</sup> FERREIRA, Cortez. Pedimos a vossencia que diga ao governador para não nos deixar morrer de fome. *Tribuna do Norte*, Natal, 26 de agosto de 1958. In: MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE*. Vozes. Petrópolis, 1988, p.70.

Sobre o papel dos charqueadores de Pelotas de abastecerem o Norte com carne salgada ver: VARGAS, Jonas. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais na economia e política: charqueadores de Pelotas - RGS (século XIX)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História (UFRJ), 2013.

bateram em retirada rumo às barracas. No caminho, com muita sede, decidiram beber água de uma fonte desconhecida e, utilizando um lenço como peneira, sugaram a água. Antes mesmo de chegarem ao alojamento, os homens começaram a sentir fortes dores e vomitar. O topógrafo e seus auxiliares se abateram e careceram de medicamentos para se recuperar.<sup>382</sup>

Contudo, o próprio funcionário contribui para ratificar que as moléstias acometiam principalmente os mal alimentados e cansados. O topógrafo discorre que as famílias, que eram volumosas e arribavam de todos os cantos, iam se encolhendo pelo caminho. Chegavam com fome de dias e, se não estavam doentes, adoeciam logo que aportavam nas obras. As falas dos entrevistados entram em concordância com as histórias contadas pelo antigo funcionário do DNOCS, sugerindo que a fraqueza da fome era o que fazia os operários serem acometidos pelas enfermidades.

Hermosea Girão de Araújo elucida que, durante a construção do açude Pentecoste, presenciou a chegada de muitos andarilhos, homens e mulheres que, se já tinham chegado extenuados com a lida diária, ficavam ainda mais exauridos, especialmente os mais velhos. Adoeciam por conta da fraqueza e do abatimento, discorre Hermosea, alegando que, nessas ocasiões, geralmente o enfermeiro receitava sulfas, um medicamento que era um verdadeiro coringa e por isso mesmo, vindo de longe, de Fortaleza, não faltava no hospital. Em acréscimo, a entrevistada ressalta que o DNOCS garantia um serviço de assistência médica e que a boa funcionalidade deste dependia também da administração do engenheiro responsável pela obra.

Mesmo com a atenção de profissionais à saúde e diante de todo o aparato organizado pelo Estado, nas secas da década de 1950, muitos casos de moléstias foram registrados. Em apenas um dos serviços de ambulatório do DNOCS, Arco Verde, no Ceará, foram contabilizados 10.385 casos de doenças contagiosas, entre cerca de 20.000 trabalhadores alistados, sendo registrados, contudo, 121 casos fatais. O DNOCS fez uma relação das principais enfermidades infectocontagiosas que acometeram os seus trabalhadores e famílias. Abaixo, uma tabela por ordem de maior incidência.<sup>383</sup>

**Tabela 3. Ocorrência de doenças infectocontagiosas**

<b>Doença</b>	<b>Casos</b>	<b>Descrição, causas e modo de transmissão</b>
---------------	--------------	--

<sup>382</sup> AGUIAR, Edson de Souza. *O DNOCS no Coração do Nordeste*. DNOCS/BNB: Fortaleza, 2010.

<sup>383</sup> DNOCS. *Relatório de obras executadas em 1958*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960. As informações sobre descrição, causas e modo de transmissão foram retiradas de manuais instrutivos de epidemiologia do Ministério da Saúde.

<b>Gripe</b>	7101	Infecção das vias respiratórias causada pelo vírus influenza. A transmissão do vírus ocorre pela inalação de partículas infectadas suspensas no ar. Altamente contagiosa pode causar pneumonia.
<b>Disenteria (bacilar e amebiana)</b>	718	Bacilar: infecção intestinal causada por bactérias. Amebiana: infecção intestinal causada por parasita. Transmitida através de alimentos e líquidos contaminados, ou até contato com material infectado. A disseminação é comum em lugares com falta de condições higiênicas, especialmente tratamento de água.
<b>Diarreia infantil</b>	680	Causada por vários agentes como bactérias, vírus e parasitas. Alta incidência de morbi-mortalidade, especialmente em crianças pobres.
<b>Varicela</b>	327	Conhecida também como catapora, é uma doença viral aguda, caracterizada pelo aparecimento de erupções cutâneas. Transmitida através do contato direto. Comum na infância.
<b>Sarampo</b>	321	Doença infecciosa aguda, extremamente contagiosa, acomete especialmente as crianças. Endêmica e epidêmica em grandes conglomerados. As crianças são as mais susceptíveis.
<b>Tracoma</b>	263	Infecção ocular transmitida através do contato direto com objetos e disseminadas também por moscas. Pode causar cegueira.
<b>Coqueluche</b>	224	Doença infecciosa do trato respiratório. Transmissão de pessoa para pessoa e contato com objetos contaminados. A letalidade é mais frequente em crianças até dois anos.
<b>“Doenças venéreas”</b>	194	Transmitidas sexualmente. <sup>384</sup>
<b>Parotidite</b>	150	Doença viral caracterizada por febre e aumento das glândulas salivares. Apresenta várias complicações, sequelas, podendo afetar rins, cérebro, pâncreas e levar a óbito.
<b>Tuberculose</b>	132	Doença infecciosa que atinge pessoas de baixa imunidade. Incide em áreas de alta concentração populacional e precárias condições socioeconômicas e sanitárias.
<b>Impaludismo</b>		Malária. Doença infecciosa aguda transmitida por mosquito.
<b>Variola alastrin</b>	31	Doença altamente contagiosa causada por vírus. Atinge especialmente crianças.
<b>Difteria</b>	27	Doença bacteriana que causa inflamações e infecções na laringe e amídalas.
<b>Bouba</b>	29	Doença de pele, ossos e cartilagem. Transmitida através do contato com a pele. As crianças são mais susceptíveis.
<b>Infecção pauperal</b>	13	Doença que acomete mulheres depois do parto.
<b>Doenças do grupo tifo-paratifo</b>	3	<i>Tifo</i> é uma doença transmitida por piolhos por meio de uma bactéria. Facilmente se difunde em lugares de aglomerações e falta de higiene. Já o <i>paratifo</i> é uma infecção que ataca o intestino, com sintomas parecidos com os da febre tifóide, causada pela mesma bactéria <i>Salmonella typh</i> .

Fonte: DNOCS. *Relatório de obras executadas em 1958*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.

<sup>384</sup> Existia um serviço federal para combater essas doenças, especialmente a sífilis.

Os números acima possivelmente não minutam todos os casos, somente os que eram registrados pelo atendimento médico. Mesmo assim, através da tabela, nota-se que os trabalhadores e suas famílias estiveram expostos, em 1958, a um quadro amplo de possibilidades de doenças infectocontagiosas. Moléstias que atingiam o globo ocular, as vias respiratórias, o sistema digestivo, epitelial, algumas com consequências graves e duradouras, podendo deixar sequelas ou até levar à morte. São enfermidades que se disseminam muito rapidamente em lugares abarrotados de gente e com pouca higiene, atingindo organismos com baixo sistema imunológico. Não era à toa que os males mais alastrados eram gripe e diarreias agudas. As crianças, aliás, em alguns casos, eram as mais suscetíveis.

Um universo coincidente com as questões encontradas na imprensa e em outras fontes mais uma vez é evidenciado no romance *Os Cassacos*. Chico Henrique era trabalhador no açude Banabuiú e migrou com sua família para o local da construção. Foram morar “perto da bêra do rio”, “longe do fuxico do acampamento com aquela cassacada toda”. Mesmo assim, dois meses depois, sua filha mais nova adoeceu de diarreia, sendo medicada pelo enfermeiro do posto local. Entretanto, os remédios não funcionaram e a criança começou a definhir. “A bichinha se vazava toda. As carne ia se acabando”. No fim das contas, narra Chico, ficou “um anjo” e nenhum “tustão para fazê o interro”.<sup>385</sup>

A literatura *Os Cassacos* também se refere aos programas de vacinação amplamente difundidos nos sertões nordestinos daqueles anos secos. Não há como desconsiderar que essas campanhas foram relevantes no combate às epidemias, pois justamente os casos de varíola e as do grupo tifo-paratifo, doenças que foram os alvos das expedições, tiveram poucos números notificados no relatório acima, não existem registros consideráveis nos jornais, nem estão presentes entre as moléstias citadas pelos entrevistados, entretanto os modos como essas imunizações ocorreram podem ser outra história.

Luciano Barreira conta, em seu romance, que o “o serviço médico do DNOCS determinou que fosse procedida a vacinação em todas as frentes de trabalho”, pois “as precárias condições de higiene reinantes faziam com que as autoridades temessem algum surto de doença, sobretudo o tifo”. Foram então contratados vários enfermeiros para realizar as imunizações e um deles percorreu a turma dos trabalhadores onde estavam os personagens principais. Ao chegar à barraca, o profissional da saúde retirou de sua

---

<sup>385</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976, p.134.

bagagem álcool, vidros de vacinas, um maço de algodões e uma seringa, pedindo a qualquer um do grupo que arranjasse um recipiente com água para ferver parte do material, no que foi atendido quando um dos homens providenciou uma lata de querosene. Os operários foram enfileirados, levantaram a manga esquerda da camisa e, um a um, foram vacinados, até mesmo o feitor. Após tudo isso, os “cassacos” que associaram aquele episódio à “vacinação de bicho bruto”, foram à labuta e, ao final dela, estavam com “os braços inchados e febris”.<sup>386</sup>

Não obstante seja considerado que o evento acima faz parte de um romance, é possível pensar que ocasiões similares podem ter ocorrido. O próprio escritor desse livro o redigiu com base em anotações que realizou em suas investigações de campo, quando viveu por meses junto aos *cassacos* nas obras, mais um motivo para crer na verossimilhança dos dramas narrados em suas páginas. O relato do ex-operário José Gomes, que versa sobre a condição da vacinação para o trabalhador poder iniciar suas atividades, também é um indício de que os alistados não tinham muita escolha quanto à imunização. Embora sequer soubesse quais doenças eram prevenidas com as vacinas que recebeu, José não relutou, pois só começando os serviços poderia garantir o recebimento dos vales e assim da comida. Mesmo menino, sabia da importância do seu trabalho no auxílio da família. Sendo o mais velho de uma prole de dez, entendia que alistar-se juntamente com o pai era a única garantia de que os irmãos teriam suas necessidades minoradas, por isso foi sem resistir.

Isso não quer dizer que os trabalhadores seguiam seus destinos resignados. Alguns, certamente, acreditavam nos efeitos positivos das vacinas. Outros podiam avaliar o que perderiam e ganhariam. E existiam ainda os que por outros motivos, fossem por não confiar nos resultados, fossem por não concordar com os modos de aplicação das imunizações, resistiam às campanhas. José Américo, ministro do MVOP, em 1951, relata que obrigou a vacinação contra tifo e disenteria. Considerando uma necessidade incontestável, visto a seca ser uma oportunidade para epidemias, ele alega que “às vezes para vacinar era preciso até amarrar”.<sup>387</sup>

Era possível que os trabalhadores reclamassem e questionassem as interferências dos mais diversos serviços de saúde no seu cotidiano. Paulo Guerra, engenheiro do DNOCS, conta que, na seca de 1958, “as assistentes sociais do ANCAR invadiram o aglomerado de cassacos”, no açude Pentecoste. Depois de explorar o acampamento, as

---

<sup>386</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*, Op. Cit., p. 125-127.

<sup>387</sup> CAMARGO, Aspásia. *O Nordeste e a Política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.215.

mulheres iniciaram a campanha “sobre hábitos de higiene”, com intenção de combater especialmente as verminoses. Num tom irônico, Guerra discorre que “as moças tentavam convencer a plebe” da necessidade de construção de fossas nas barracas, descrevendo pacientemente como instalar as “fossas rústicas” – um buraco com tijolos pré-moldados em cima e paredes de folhas em volta –, distribuindo o material. Em uma das ocasiões o engenheiro narra que “um cassaco disse: sabemos fazer as fossas, nois preferia antes que a senhora desse a comida (sic)”.<sup>388</sup>

Em acréscimo, Paulo Guerra reconhece a ajuda indispensável das “assistentes sociais” aos engenheiros na acomodação das turmas, na distribuição de remédios e merendas aos mais fracos. Porém, ele mesmo satiriza as entrevistas aplicadas a alguns trabalhadores (com perguntas como “dorme de pijama?”), deixando transparecer que estas podiam corroborar para que os operários entendessem aqueles acontecimentos como “perda de tempo”. Um obreiro que respondeu à pesquisa das auxiliares do ANCAR, ao refletir sobre as questões realizadas, disse que aquelas senhoras eram pagas pelo governo para ter como ofício “sentir pena deles”. Paulo Guerra não expõe os objetivos dos questionários aplicados aos trabalhadores-*cassacos*, nem mesmo o teor das perguntas elaboradas, mas se entende, a partir das informações que o engenheiro deixa escapar, que era uma tentativa de inventariar o cotidiano daqueles trabalhadores.

Assim como outras pesquisas realizadas no Brasil dos anos 1950, a finalidade desses inquéritos era investigar as condições de vida da população e de que modo a falta de higiene e os “maus costumes alimentares” poderiam estar associados à pobreza, como ocorreu em São Paulo da década de 1950, segundo Jaime Rodrigues. Para este autor, o setor público interessava-se em saber sobre os padrões de vida da população trabalhadora e essas questões se tornaram objetos de estudo com o apoio da ciência, por meio de intelectuais desejosos de conhecer e agir. Os banheiros eram o foco das averiguações, seguidos da cozinha, ademais, muitos dos indivíduos entrevistados, em São Paulo, observavam aquelas ações como “um tipo de enrolação”.<sup>389</sup> Igualmente, banheiros e locais de produção de alimentos eram os alvos das pesquisas nos acampamentos das frentes de trabalho. Do mesmo modo, a sensação de que o trabalho das funcionárias da ANCAR era uma ação sem fins práticos ou não tinha serventia também poderia existir largamente entre os *cassacos*, como sugere a fonte citada, ainda mais naquele contexto em que problemas como a fome eram considerados mais urgentes.

---

<sup>388</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*, Op. Cit., pp.76,77.

<sup>389</sup> RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade*. Op. Cit., pp.110-139, 189, 190.



Com toda essa ação do Estado em relação às práticas de alimentação e higiene, as doenças ainda vitimaram parte importante dos trabalhadores e suas famílias. Ao lado das gripes e diarreias infantis, as helmintoses foram os problemas de saúde mais contabilizados. Não era nada fácil exigir higiene num ambiente de ajuntamento de pessoas em que os barracões iam amontoando-se como fosse possível, construídos com o material disponível, cujo objetivo maior era garantir uma sombra para descansar ou um abrigo para simplesmente não ficar ao relento. Como foi demonstrado no tópico sobre a moradia dos *cassacos*, no capítulo três, que não raramente os trabalhadores ficavam sem ter um teto, faltando água para beber.

#### 4.8 ACIDENTES NO TRABALHO

Além das precariedades de subsistência e saúde nas frentes de serviço, pode-se considerar que o DNOCS, em diversas situações, também assumiu os riscos de colocar em perigo a vida dos seus trabalhadores, sobretudo quando se observam os casos de “acidentes” de trabalho, pois além de esgotados e mal alimentados, os trabalhadores labutavam de sol a sol, frequentemente sem equipamentos de segurança adequados, mesmo em serviços onde havia ameaça direta de eventos fatais, como a instalação de linhas de energia e perfuração de túneis, conforme imagem abaixo.



Figura 15. Trabalhadores na Instalação de Redes de Eletricidade. Fonte: PASSOS, José Candido Parente Pereira. *Relatório de obras executadas em 1959*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.

Existiam, entretanto, normas que previam condições de trabalho que evitassem danos aos obreiros, como o documento sobre as especificações para a construção da barragem do açude Banabuiú, o que não significava rigidez na aplicação das regras.<sup>390</sup> A parte IV do regulamento referente à construção de túneis, mais especificamente o tópico “condições de trabalho para os operários”, solicita as melhores garantias possíveis de “segurança e conforto” ao trabalhador. Antes de tudo, no momento de abertura do túnel, os explosivos deveriam ser usados com “parcimônia para não provocar desmoronamentos excessivos”. Em seguida, era necessário adotar métodos que reduzissem os “perigos causados pelo pó originado dos trabalhos de perfuração”. Fora isso, deveriam instalar exaustores suficientes para a “constante renovação de ar na galeria”. Finalmente, depois de realizados os tiros, “uma turma de operários especializados” deveria remover “as primeiras partes da escavação”, sendo examinada a área em toda a sua extensão, já que, entre outros perigos, “os blocos desagregados” ofereceriam risco aos trabalhadores.

O DNOCS, através da formalidade dos seus códigos, alertava para os riscos e insalubridade dos trabalhos que eram realizados em alguns trechos das obras. Ademais, o órgão demonstra as necessárias obrigações que os responsáveis pelas construções deveriam ter para minorar a insegurança decorrente delas, salientando que alguns serviços só poderiam ser executados por operários especializados. Não obstante o detalhamento das numerosas normas, na lida diária, a situação operacionalizada era outra, especialmente nos anos de abundantes trabalhadores. O mesmo açude que recebeu as instruções específicas acima para melhorar as condições dos trabalhadores nas obras, o Banabuiú, fornece vestígios que sugerem um cenário de intensa produção quando se analisa o relatório de serviços.<sup>391</sup>

No início de 1959, o engenheiro João Rodrigues de Albuquerque informou que o número de trabalhadores chegou a ultrapassar a cifra de 30 mil no ano de 1958. Na etapa de fundação da barragem, o engenheiro condutor, Laércio Freire, mobilizou diversas máquinas, aproveitando igualmente o excedente de mão de obra, com jornadas inclusive aos domingos, tentando alcançar a média de 20.000m<sup>3</sup> de material escavado. Considerando que nem todos os operários eram lotados nesse trecho da obra e que um *truck* retirava em média uma carrada de 8 a 10m<sup>3</sup> de material, entende-se que o objetivo

---

<sup>390</sup> Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Banabuiú n°24.3. Especificações para a construção da barragem. 24.8.1955.

<sup>391</sup> Arquivo da 2ªD.R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Banabuiú n° 24.8. Relatório de serviços, 21/3/1959.

do engenheiro era ambicioso. A exigência do ritmo acelerado aumentava as chances de acidentes, com ferimentos mais ou menos graves e até mortes, principalmente quando a rapidez no compasso das obras era somada à debilidade dos trabalhadores que eram empregados em tempos de estiagem.

Hermosea Girão de Araújo, em seu depoimento, lembra que percorria as obras do açude Pentecoste e se comovia, principalmente por ver homens muito idosos trabalhando cansados. Natural do Interior do Ceará, ela nota a centralidade do trabalho nos hábitos cotidianos do povo sertanejo, mas argumenta que a fadiga e as privações, além das próprias condições de trabalho em tempos de seca, debilitavam e facilitavam as doenças e os acidentes. Vários trabalhadores se cortavam porque “o serviço era muito pesado”, cavavam com a picareta e até com as mãos, retirando material para encher os buracos, relata Hermosea. Os feridos, contudo, eram prontamente atendidos no posto, pois o enfermeiro responsável, que era parteiro, vacinava e consultava, fazia ótimas suturas para garantir a recuperação dos feridos. Depois disso, acrescenta a depoente, ela mesma, muitas vezes, encaminhava o operário ao serviço de contabilidade para receber o atestado e, quando possível, negociava com funcionários e com o marido um ou outro dia a mais de folga. Embora seja natural a postura do entrevistado contar sua história ressaltando os pontos positivos de sua atuação, é válido supor que Hermosea pode mesmo ter agido desse modo, como ela alega, por sua empatia com os trabalhadores, devido ter sido criada em meio “aquele povo”.

O acontecimento que mais marcou a memória de Hermosea, durante seus dias nas obras do Pentecostes, aliás, foi o atropelamento de um menino que tinha em média seis anos de idade. Num dia como outro qualquer, com intenso trânsito de caminhões, escavadeiras e carros, um motorista que transitava pelo acampamento abalroou a criança, deixando-a bastante ferida. Imediatamente levado até a casa do engenheiro para que fosse prestado o socorro adequado, o menino, que teve seus braços e pernas quebrados, escapou da morte. Atropelamentos como estes poderiam ser comuns nas obras e envolver não apenas os obreiros, mas também seus familiares, já que os transportes passavam geralmente por dentro dos acampamentos.

Foi justamente a construção da estrada de acesso por dentro do acampamento que motivou uma intensa troca de correspondências durante a re-elaboração do projeto do açude Araras. O engenheiro chefe do primeiro distrito de obras solicitou mudanças no projeto, propondo, entre elas, a troca do local dos caminhos por onde passariam as conduções de materiais e pessoas, prevendo que uma obra daquele porte teria inúmeros operários e esse intenso trânsito possibilitaria acidentes. A modificação requerida não foi

acatada e máquinas, veículos pesados e automóveis institucionais dividiram o acampamento com os trabalhadores.<sup>392</sup> A volumosa movimentação de máquinas e automóveis nas obras do grande açude Banabuiú pode ter inspirado Luciano Barreira que narrou, em seu romance *Os Cassacos*, um acidente fatal envolvendo um jipe e um velho.<sup>393</sup>

A falta de habilidade para manusear alguns equipamentos e materiais também ocasionava outros acidentes. É provável que por esse motivo as instruções, como as referenciadas no início desse tópico, orientavam sobre a necessidade da realização de tarefas consideradas perigosas apenas pelo pessoal especializado. Com efeito, o trabalhador José Gomes conta, em entrevista, um episódio que de uma vez só feriu vários trabalhadores, deixando seis mortos. Durante a construção de um açude, em Irauçuba (CE), no início dos anos 60, os cavoqueiros, que passaram o dia escavando uma pedreira para a construção do sangradouro, iniciaram o preparo para efetuar os tiros com as bananas de dinamites. No processo, uma espoleta estourou antes do programado e algumas caixas de dinamites explodiram jogando tudo que estava a sua volta aos ares. Alguns mais distantes ficaram feridos, os localizados mais próximos gravemente, porém seis que trabalhavam nessa empreitada “morreram, ficaram só o bagaço”, exclama José, enfatizando o estado dos corpos dos trabalhadores.

É de se entender que acontecimentos como estes não eram exclusivos das obras públicas e acometiam não somente operários especializados para esse fim, mas também trabalhadores manuais não familiarizados com atividades mais perigosas. Durante as secas, tempos de volumosos alistamentos, os trabalhadores-cassacos iam acostumando-se e aprendendo sobre o uso de novos materiais e ferramentas diariamente, o que facilitava ocorrências, como a narrada, e também lesões menores. O ex-feitor José Barbosa explica que, diuturnamente, os trabalhadores machucavam-se ao trabalhar com pedras. Certa vez, ele mesmo, que diariamente chefiava a turma, mas uma ou outra vez realizava um serviço

---

<sup>392</sup> Arquivo da 2ªD.R.do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Ofício emitido pelo chefe do Primeiro Distrito à chefia da Divisão Técnica. 22 de janeiro de 1953.

Arquivo da 2ªD.R.do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Cópia de Ofício emitido pela chefia da Divisão Técnica ao chefe do Primeiro Distrito. Sem Data (na ordem da pasta vem logo após o ofício referente às recomendações de mudança no projeto do açude Araras do dia 22 de janeiro).

Arquivo da 2ªD.R.do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Ofício emitido pelo chefe do Primeiro Distrito à chefia da Divisão Técnica. 22 de janeiro de 1953. Através dos carimbos, percebe-se por quantos departamentos esse ofício transitou. A dinâmica da troca de informações e a quem interessava essas questões. Esse ofício foi enviado dia 22 de janeiro de 1953 recomendando mudanças e, pelo carimbo de “recebido”, verifica-se que ele chegou em 26 de janeiro. O chefe da Divisão Técnica só arquivou sua cópia 10 dias depois. Somente em 7 de fevereiro, o diretor geral também arquivou a cópia assinada dando a entender ter ficado ciente do assunto.

<sup>393</sup> BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*, Op. Cit., p. 137,138.

para a empreitada ser entregue antecipadamente, ficou ferido quando um superior presumiu que ele sabia desempenhar determinado ofício com o uso de uma marreta. Quem sabe desejando mostrar trabalho, ou ainda envergonhado para dizer que não tinha aquela habilidade, José iniciou a tarefa, mas ao puxar a marreta golpeou profundamente sua perna deixando uma cicatriz.

Episódios como os referidos pelos entrevistados são até comuns em obras diversas de engenharia civil. Porém, ao observar alguns problemas, como a realização de tarefas perigosas por trabalhadores sem experiência ou a construção de estradas dentro dos acampamentos dos trabalhadores, percebe-se um cenário em que a racionalidade técnica era priorizada em detrimento de melhores condições de vida do operário e de suas famílias. Embora o discurso amplamente defendido fosse de assistência aos desempregados das secas em obras como aquelas, com promessas de carregar o desenvolvimento aos sertões nordestinos, a funcionalidade, a economia, a rapidez e a eficiência tinham lugar privilegiado nos projetos e ações dos responsáveis pelas construções, mesmo que isso pusesse em risco o bem-estar dos trabalhadores ou, em casos mais extremos, suas vidas.

Manter o pronto atendimento aos feridos e doentes no DNOCS fazia parte do projeto de diminuir as ocorrências de doenças, atendendo também aos acidentes. Além do mais, não apenas os feridos no trabalho procuravam o serviço de saúde, operários golpeados por facas e armas de fogo em brigas também recorriam ao “hospitalzinho” de dez leitos, presente no açude que o engenheiro Paulo Guerra chefiava. Os casos mais simples de doenças, acidentes e conflitos eram resolvidos lá mesmo, já os mais complexos eram encaminhados a maiores hospitais, longe das obras. Com isso, alguns não alcançavam o destino, morrendo antes de chegarem às cidades.<sup>394</sup>

O alarmante ajuntamento de famílias acirrava os ânimos entre a população dos acampamentos. Como foi notado anteriormente na análise sobre as brigas entre operários, engenheiros e guardas, aquele ambiente estimulava conflitos cotidianos com facas, paus e até armas de fogo. Dessa forma, a assistência aos feridos era marcada pelos episódios de violência e pela falta de experiência em manejar instrumentos novos e materiais perigosos, especialmente explosivos durante a abertura de sangradouros, detonação de pedreiras, cortes na abertura de estradas. Os mortos, por sua vez, eram enterrados em cemitérios, nas obras,<sup>395</sup> mas também em covas improvisadas ao lado dos acampamentos

---

<sup>394</sup> GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas*, Op. Cit., p.68.

<sup>395</sup> *Ibidem*, p.11.

e à beira das estradas. Caso sua morada não fosse distante, era possível que seu corpo fosse apanhado na obra pela família, como conta Luciano Barreira, em seu romance, ao tratar de um velório de um trabalhador idoso. O escritor conta que, antes mesmo de a família chegar e carregar o corpo para ser sepultado na localidade de origem dele, o cadáver foi conduzido em uma rede pelos colegas até a barraca e muita gente foi velá-lo com rezas e bebidas, aos moldes dos velórios no Interior do Ceará.

Na realidade, é certo que muitos trabalhadores morreram durante as secas da década de 1950. O perfil das vítimas fatais era o da falta de experiência com algumas tarefas, o que se somava ao depauperamento de forças, à escassez de água e alimentos e às doenças, num ambiente de poucas ações com objetivos de garantir a segurança no trabalho. Essas equações eram nefastas, podendo derivar em incapacidade provisória, incapacidade permanente e até morte, como registram as próprias tabelas anexadas nos relatórios do DNOCS. Segundo os algarismos referentes à assistência médica do ano de 1958, 35.635 trabalhadores-cassacos morreram de “acidentes” de trabalho, cerca de 9% do numerário daquela instituição, conforme se observa na tabela abaixo.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS  
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO 1956/1959

ASSISTÊNCIA	ANOS				TOTAL
	1956	1957	1958	1959	
<b>MÉDICA</b>					
1 — Consultas .....	74.106	85.890	477.748	235.265	873.012
3 — Intervenções cirúrgicas ...	2.801	3.221	17.144	15.412	38.578
<b>DENTÁRIA</b>					
1 — Atendimentos .....	6.743	7.082	8.724	4.006	26.555
2 — Extrações .....	3.082	5.074	2.072	505	10.733
3 — Obturações .....	4.793	6.174	1.056	819	12.844
<b>HOSPITALAR</b>					
1 — Internações .....	2.040	20.440	2.312	1.166	25.958
<b>FARMACÊUTICA</b>					
1 — Receitas aviadas .....	89.108	98.383	612.101	152.044	951.634
2 — Injeções aplicadas .....	94.275	121.828	477.890	152.038	846.034
3 — Curativos diversos .....	58.393	81.645	313.222	111.883	565.143
<b>HIGIÊNICA</b>					
1 — Insp. gêneros alimentícios	1.904	2.895	10.827	853	16.479
2 — Fossas construídas .....	34	11	663	53	761
3 — Extinção de focos .....	178	258	12.183	208	12.827
4 — Imunizações .....	—	26.079	2.805.028	69.334	2.900.447
<b>ÓBITOS</b>					
1 — Acidentes do trabalho ....	—	1.181	35.635	3.989	40.785
2 — Doenças contagiosas .....	—	48	812	1.203	2.063
3 — Natimortos .....	—	68	81	93	242
<b>TOTAL .....</b>	—	1.277	36.528	5.285	43.090

Figura 16. Resumo dos serviços de saúde e assistência social (1956-1959). Fonte: DNOCS. *Boletim*. V. 20. N.6. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, Nov. de 1959.

Os números de consultas, imunizações e outros serviços, em 1958, são bem maiores se comparados aos anos anteriores. Isto porque igualmente mais volumoso foi o número de trabalhadores empregados naquela seca. Mesmo considerando que entre os acidentados poderiam ser contados familiares dos trabalhadores que viviam nos arredores das obras, chama a atenção a quantidade de mortos por esta causa. De qualquer modo, essa cifra torna o acontecimento catastrófico, principalmente numa relação de trabalho precária, assegurada nos moldes informais, sem contrato de trabalho e sem garantias de direitos, inversamente proporcional ao formalismo e assepsia estatística presentes nos relatórios do órgão. Por isso, a análise das circunstâncias de trabalho e sobrevivência nas frentes de serviço torna, no mínimo, muito difícil a reprodução da palavra *acidente* sem o recurso às aspas.

As enfermidades listadas anteriormente também contribuía com os números de hospitalizados e mortos. Encontradas nas zonas urbanas e no Interior do Brasil, essas

doenças eram consideradas um assunto de Estado, por isso, existia um departamento no Ministério da Saúde responsável especialmente por executar ações para combatê-las. Mas, por todos os motivos já apontados, as frentes de trabalho eram mais susceptíveis às epidemias e a quantidade de doentes era maior. Com o serviço de saúde que o DNOCS e outros órgãos realizavam em tempos de secas, a assistência médica até chegava a superar aquela prestada nos anos fora das calamidades, porém a demanda era sempre muito volumosa. Contudo, a seca poderia facilmente ser responsabilizada pelas doenças e mortes, desresponsabilizando as instituições.

De todo modo, mesmo considerando que propositalmente os documentos oficiais tentem registrar que o dever foi cumprido, ou o esforço máximo para isso, é de se supor que alguns profissionais de saúde que se destacavam dos seus ares citadinos e litorâneos para o *front* das obras e se empenhavam para mitigar os danos, quem sabe, sensibilizados pela calamidade e crentes nas doutrinas científicas vigentes na época, nas ideias do corpo saudável e moralizado, por exemplo, tão presentes nos tempos da Segunda Guerra e ainda pairando naqueles anos seguintes, que influenciava também um projeto de trabalhador ideal.

A prática da política das obras contra secas, entretanto, como visto até aqui, era trocar o socorro aos retirantes e seus familiares pela oferta de emprego e muito trabalho duro. Era preciso, então, ocupar os retirantes, recorrendo-se mesmo aos vultosos orçamentos que englobavam a manutenção de um complexo serviço de saúde e as despesas com os baixos vencimentos de milhares de cassacos, o que atraía a elite política nos lugares e regiões. Os custos dos trabalhadores também existiam, pagos antes de mais nada com seu trabalho forçado, e muitas vezes quitados com a própria vida.

#### 4.6 DISPENSA DE OPERÁRIOS

Os pobres em tempos de estiagens prolongadas submetiam-se a um cotidiano marcado pela fome, pelas doenças e outros perigos existentes nas obras. Passavam os tempos difíceis no universo das construções para assegurar a sobrevivência, entretanto, às vezes, antes mesmo de as chuvas caírem, créditos eram cortados e os trabalhadores dispensados, aumentando a insegurança daqueles trabalhadores e suas famílias.

No ano de 1952, logo que se encerrou a seca de 1951, ocorreram a paralisação das obras e as primeiras demissões, provocando reações imediatas entre as autoridades públicas. O deputado Federal Otavio Lobo (PSD), através do jornal *Correio do Ceará*, foi um dos que criticou o abandono da gestão das obras. Primeiro por considerar uma



medida antieconômica, já que os trabalhos executados não suportariam o desgaste do ritmo desacelerado das verbas diminutas dos anos regulares, depois, pelo problema que representava deixar os “flagelados” sem assistência, antes que a normalidade da produção retornasse totalmente,<sup>396</sup> ainda que o auxílio, no caso, significa trabalhar em obras em condições degradantes.

O deputado estadual Joel Marques (PSD) igualmente solicitou imediata readmissão de trabalhadores, já que mil “flagelados dispensados dos serviços do açude Várzea do Boi ameaçavam invadir a cidade” de Tauá, no oeste do Ceará. Em consonância com este, o parlamentar Álvaro Lins (PSP), natural de Pedra Branca, também no oeste, mostrou-se preocupado com a ameaça dos recém-desempregados das obras de emergência, alegando, do mesmo modo, que, caso os retirantes não encontrassem ocupação, não hesitariam em invadir as casas comerciais. Assim, os pedidos dessas autoridades eram de readmitidos da população dispersa nas obras ainda em andamento ou do início de outras construções, até as chuvas se regularem<sup>397</sup> e, assim, até a volta da produção agrícola, comércio e dinheiro circulante.

Em 1953, os recursos empregados nas frentes de emergência escassearam bem antes do final do ano, provocando uma crise com caloroso debate entre setores do DNOCS, políticos da Assembleia Legislativa cearense, governos estadual e federal. A falta de verba, a paralisação das obras e a demissão de diversos trabalhadores pobres, que já estavam alocados nas frentes de serviços, provocaram uma intensa troca de correspondências, a maior da década de 1950 com registro nesta pesquisa.

Pereira de Miranda, chefe do distrito de obras cearense, anunciou, em junho, ao diretor geral do DNOCS que uma crise se avizinhava, pois já se sentiam o desfalque de tratores, a falta de material, a escassez de água e o atraso de pagamento para os funcionários técnicos e administrativos. Certamente, o próximo corte seria realizado nas folhas de pagamentos dos trabalhadores. Antes disso acontecer, o deputado estadual Raimundo Elisio Aguiar (PSD), com aprovação da Assembleia Legislativa, enviou um ofício ao DNOCS, no final de julho de 1953, solicitando imediata admissão de retirantes nas obras do Araras, norte do Ceará. O parlamentar, que tinha forte eleitorado nesta

---

<sup>396</sup> *Correio do Ceará*. 19/01/1952. A instância, filiação partidária e outras informações dos parlamentares citados neste tópico foram investigadas na seguinte fonte: Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. 13º Legislatura 1951-1954. Fortaleza – Ceará: Edições INESP. 2009.

<sup>397</sup> *Correio do Ceará*. 05/02/52.

região, requeria que fossem dadas “ordens ao senhor engenheiro do açude Araras” para que ocupasse nas obras “todos os flagelados que procuravam trabalho”.<sup>398</sup>

Mesmo assim, no final de agosto, o *Correio do Ceará* registrou eventos de demissões de operários em alguns açudes. O Araras, o primeiro a ser atingido, desfez-se de mil e quatrocentos solteiros, fora alguns casados, e previa uma dispensa ainda maior de quatro mil trabalhadores. Os cortados da folha de pagamento, conforme Miranda, foram eleitos de acordo com a necessidade e tamanho da prole. Para alguns foi dada a alternativa de transferência para outras obras, mas a maioria dos trabalhadores que iria para as obras do Banabuiú recusou-se a ir.<sup>399</sup> Fora isso, conforme Pereira de Miranda, esse reajuste afetaria também outras obras no estado, como a rede de irrigação do açude Aires de Sousa, rodovia Central Ceará, rodovia Sobral-Meruoca-Massapê, entre outras.

O DNOCS indicava, no mesmo período, por meio da correspondência interna do açude Araras, o prenúncio de corte dos quatro mil trabalhadores referenciados no jornal.<sup>400</sup> Dessa vez, o deputado Elisio Oliveira (PSD) antecipou-se à demissão e tentou interferir para que a “ordem de dispensa” fosse interrompida, visto a “grande desgraça” que causaria a toda zona norte do Ceará.<sup>401</sup> Este telegrama foi enviado com cópia para o diretor geral do DNOCS que respondeu dois dias depois, com um carimbo de *urgente*, ao primeiro distrito no Ceará, determinando que fossem conservados os trabalhadores do açude Araras, aproveitando-os em serviços menos congestionados.

O parlamentar alcançou seu desejo, pois, dias depois, o chefe do Primeiro Distrito telegrafou para o diretor informando estar ciente do recomendado. O próprio ministro da Viação e Obras Públicas informou à reportagem do *Correio do Ceará* que nenhuma dispensa ocorreria.<sup>402</sup> Com isso, é notório, mais uma vez, os jogos de poder estabelecidos durante as secas, quando o assunto era reter trabalhadores que poderiam se dispersar nos momentos de crise. A localização das obras coincide com os lugares de atuação de lideranças políticas, por isso, a preocupação destes era evitar a dispensa de trabalhadores e até mesmo a transferência desses pobres para outras obras distantes. Isto

---

<sup>398</sup> Arquivo da Segunda Divisão Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Telegrama enviado de Fortaleza ao diretor do DNOCS. 29/7/1953.

<sup>399</sup> *Correio do Ceará*. 26/08/53.

<sup>400</sup> Arquivo da 2ª D.R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Telegrama 27/8/1953.

<sup>401</sup> Arquivo da 2ª D.R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras nº1. Telegrama enviado da Assembleia Legislativa Ceará ao chefe do primeiro distrito. 27/08/1953.

<sup>402</sup> *Correio do Ceará*. 3/9/1953.

é uma evidência de que os deputados desejavam manter a população dentro dos seus domínios, embora essa justificativa não transparecesse.

Nesse cenário, o engenheiro chefe do Primeiro Distrito do DNOCS, Pereira de Miranda, teve que recuar de sua decisão para atender ao diretor geral do órgão que se manifestou contrário à demissão dos trabalhadores. O maior representante do DNOCS recusa a determinação de um dos engenheiros mais renomados do período ao seu serviço e fez isto para atender prontamente a um pedido dos parlamentares. O diretor geral residia no Rio de Janeiro e só sabia de qualquer emergência por meio das correspondências, não vivenciando diretamente os conflitos nas obras. Mesmo assim, passava por situações embaraçosas, tendo que conciliar as vontades dos políticos, a pretensa racionalidade científica da obra e a possível agitação de trabalhadores que ocorriam regularmente em momentos de falta de vagas ou dispensa.

Por outro lado, os próprios trabalhadores também faziam pressão em nome da garantia da vaga no trabalho para assegurar a sobrevivência da família. Ajuntados, eles colocavam em questão a funcionalidade e a segurança das obras e a tranquilidade das cidades, suas prefeituras e comércios. De sua parte, os sertanejos sabiam lidar com as relações pessoais e entendiam que não era preciso alcançar um extremo e difícil estado de desgraça para procurar auxílio dos políticos e chefes locais. Ademais, os pobres entendiam que existiam outras possibilidades diferentes da esmola e da migração, agiam antes de chegar a um estado extremo de infortúnio porque intuía que, uma vez em desgraça extrema, pouco ou nada havia para fazer.

Alguns trabalhadores do Araras, fora outros 76 trabalhadores da construção açude Poço do Barro<sup>403</sup>, desistiram inclusive da transferência para o Banabuiú, o único açude ainda recebendo obreiros. A recusa dava-se, possivelmente, pela distância, entre as obras, de quase 300 km, pois se deslocar para tão longe poderia representar se apartar da família e das relações de trocas de favores que significavam alguma segurança. Além de tudo isso, sabia-se que, com a chegada do final do ano e o anúncio de fim da crise climática, maiores demissões ocorreriam. Então, era preciso garantir-se diante dos momentos de instabilidade que ainda viriam.

Chegando o ano de 1954, as previsões confirmaram-se e os trabalhadores foram dispensados em massa antes mesmo de as chuvas retornarem. Os engenheiros dos açudes como Banabuiú, Araras e Pentecostes reclamavam, já no início do ano, que não tinham

---

<sup>403</sup> Arquivo da 2ª D.R.do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Banabuiú (24.3). Telegrama 0/9/1953.

como manter tantos obreiros em suas dependências frente aos cortes de recursos das obras de emergência.<sup>404</sup> Inicialmente, esses episódios já geraram uma troca de correspondências entre o governador do Ceará, Plínio Pompeu, que pedia imediata reabertura de vagas, e o engenheiro que chefiava as obras dos açudes Pentecoste e Araras, que alegava a impossibilidade de atender ao pedido do governador diante do corte dos recursos das obras.<sup>405</sup>

O chefe do primeiro distrito do DNOCS, Pereira de Miranda, interferiu informando ao diretor geral do órgão que a realidade das grandes obras cearenses era de um déficit orçamentário que impossibilitava a manutenção dos trabalhadores nas frentes de emergência. Em acréscimo, fez crítica à reclamação do governador Plínio Pompeu que “não dignou informar a realidade”, antes se salientou com “injusta e estranha acusação”.<sup>406</sup> Depois disso, o governador do Ceará, mantendo-se indignado por não ter suas solicitações atendidas, escreveu uma carta ao presidente Getúlio Vargas, com cópias para o diretor geral do DNOCS e para o chefe do Primeiro Distrito, causando enorme celeuma.

Plínio Pompeu conta a Getúlio Vargas que a população estava “alarmada” com os três últimos anos de secas e temia que o inverno não se restabelecesse, em 1954, alegando que “os serviços do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas nesta zona não” comportavam “metade da população necessitada”, quadro piorado com as demissões nos açudes Santa Maria, Santo Antônio, Estrada de Rodagem Meruoca. Fora isso, reclamara das ordens da chefia local do DNOCS que eram de não realocar sequer os que partiriam para o Sul, e diante das centenas que se aglomeravam nas obras, somente poucos foram realistados, dando prioridade aos que tinham mais de cinco filhos. O governador criticava a condução dos serviços no Ceará e rogava abertura de novos

---

<sup>404</sup> Arquivo da da 2ª D.R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Pentecoste pasta 1. Telegrama 6/2/1954; Arquivo da Primeira Diretoria Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras pasta 1. Correspondência de 09/02/54.

<sup>405</sup> Arquivo da 2ª D.R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Pentecostes pasta 1. Correspondência Oficial do Governador Plínio Pompeu. 27/1/1954; Arquivo da Primeira Diretoria Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Pentecoste 1. Telegrama 6/2/1954; Arquivo da Primeira Diretoria Regional do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras pasta 1. Correspondência de 9/2/54.

<sup>406</sup> Arquivo da 2ª D.R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras pasta 1. Telegrama [com carimbo de urgente] do chefe do primeiro distrito 2/2/54. As correspondências com carimbo de urgente geralmente chegavam aos seus destinos em dois dias. Fora isso, eram mensagens que exigiam uma rápida resposta. Eles são sempre um indício de um conflito que carecia de imediata solução.

créditos especiais para as frentes de emergência, como o único modo de resolver a situação dos pobres da seca sem trabalho.<sup>407</sup>

Em reposta, o engenheiro Pereira de Miranda, chefe do Primeiro Distrito, alegava ao seu superior que eram “descabidas e desusadas” as reclamações do governador a Getúlio Vargas e também ao ministro José Américo de Almeida. A construção do Araras, segundo ele, tivera suas despesas aumentadas e obras retardadas graças ao “excesso de pessoal admitido desde o início; deficiência do pessoal técnico administrativo; falta de água, cada dia mais grave, até mesmo para “desdentar-se o operário” e escassez de materiais diversos, inclusive máquinas essenciais. Tudo isso tornava impraticável a manutenção de vários trabalhadores e a reabertura de alistamentos. Sobre os outros açudes, o engenheiro alegava que não tinham ocorrido dispensas, pois os obreiros haviam sido transferidos para obras menos abarrotadas.

Após os esclarecimentos, Pereira de Miranda mostrou indignação contra “a indébita intromissão” do governador Plínio Pompeu nos assuntos de sua alçada. O engenheiro queixou-se da cobrança de satisfações sobre a marcha dos trabalhos, realizando exigências que nem os seus superiores – dos quais alega ter merecido “a honra da plena confiança” – fizeram depois de “32 anos interruptos de vida pública, prestados incondicionalmente, com ardor, dedicação e espírito público, dignidade, honradez, sacrifício e renúncia a despeito de todas as desilusões e decepções”.<sup>408</sup>

Mais uma vez, a dispensa de trabalhadores gerou uma controvérsia que ultrapassou os limites das obras. Nessa ocasião, até o presidente foi acionado para tomar posição frente aos problemas, correspondência, entretanto, que ficou sem resposta. O governador, certamente, estava lidando com as exigências de outros políticos e a insatisfação popular, por isso, as cartas dirigidas ao Executivo, à diretoria do DNOCS e ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Já Pereira de Miranda, engenheiro com ampla experiência e história dentro do órgão, sentia-se ultrajado pelas acusações e questionamentos realizados pelo governador.

Com efeito, sabia-se que as obras necessitavam do uso de trabalho manual, especialmente nas suas primeiras fases, depois este era diminuído. Sabia-se também que os recursos destinados às obras de emergência costumavam escassear no final dos anos secos, mesmo que as chuvas de um ano regular não tivessem caído. Ainda assim,

---

<sup>407</sup> Arquivo da 2ª D.R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras pasta 1. Carta Oficial enviada pelo Governador Plínio Pompeu Documento registrado em cartório, com carimbo de confere com original, testemunhas, ao presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas. 2/1954.

<sup>408</sup> Arquivo da 2ª D.R. do DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras pasta 1. Ofício, 2/1954. Registro de arquivo: 4/3/1954.

considerando que o principal intento das frentes de emergência era dar trabalho aos pobres das secas, seria contraditório não fazê-lo, mesmo em nome do avanço e da qualidade da construção. O grande impasse, dessa forma, residia entre realizar o discurso de manter as obras como meio de assistência e seguir os padrões organizacionais dos projetos emergenciais. No meio de tudo isso, àquela altura, centenas de retirantes dispensados dos serviços, ou que não admitiram suas transferências para obras distantes, já estavam aglomerados em diferentes cidades e nos arredores das obras.

Na verdade, os alistamentos pareciam nunca ser suficientes para abarcar o número de necessitados de emprego. Até mesmo na seca de 1958, quando vultosos créditos especiais foram liberados, os embates nos momentos iniciais de ocupação em obras e na hora das dispensas em massa provocavam confusão entre políticos, engenheiros e trabalhadores. Encerrado o primeiro semestre, muitas construções estavam em andamento, garantindo trabalho a meio milhão de “cassacos” em todo o Nordeste. Mesmo assim, em diversas ocasiões, quando a segurança alimentar faltava ou era insuficiente entre os trabalhadores e suas famílias, havia reclamações e ameaças. Conforme noticiado pelo *Gazeta de Notícias*, em 7 de agosto de 1958, quando o fornecimento nas obras do açude Pentecoste foi suspenso, acorreram a uma localidade vizinha “à procura de gêneros”.

No início de 1959, o *Tribuna do Ceará* anunciou que vinte quatro mil trabalhadores foram dispensados das obras de emergência, visto isso, até a polícia era impotente “para refrear a revolta”. Com o “êxodo dos cassacos”, era impossível prever os próximos acontecimentos. A polícia de fato foi acionada sob a justificativa de punir “agitadores profissionais” que se intrometiam “no meio dos flagelados”. Meses depois, com a piora da crise financeira causada pelo prenúncio de bom inverno, e, assim, o corte de verbas, até os funcionários fixos do DNOCS ficaram sem salários.<sup>409</sup>

As frentes de emergências das secas obedeciam ao ritmo das estiagens, contudo, aos primeiros sinais de fim da seca, os obreiros eram dispensados ou por conta-própria retornavam aos seus afazeres anteriores. Entretanto, se um ano de seca marcava a agonizante insegurança alimentar, também significava dificuldades de restabelecer a normalidade e a reprodução da sobrevivência no ano seguinte. No caso dos agricultores e pequenos criadores, muitas vezes, as sementes que comumente eram armazenadas num período para o replantio posterior tornavam-se alimento. Fora isso, as criações e gado teriam provavelmente morrido ou seriam também transformados em comida. Para uma

---

<sup>409</sup> *Tribuna do Ceará*, 12/1/1959; 14/1/1959; 15/4/1959.

importante parcela dos trabalhadores das obras existia, portanto, importantes entraves à retomada imediata dos seus serviços habituais.<sup>410</sup>

Por conta disso, os trabalhadores retornavam às cidades e aos canteiros das obras ainda em funcionamento, aproveitavam-se das perturbações que desorientavam e dividiam as autoridades para expressar seus desejos. Conforme Hobsbawm, valer-se desses momentos truncados e difíceis era uma conhecida estratégia dos pobres, que tornavam as elites mais susceptíveis “às pressões dos que são normalmente”, “negligenciados”.<sup>411</sup> A fome, ou a perspectiva desta, era uma companheira dos trabalhadores durante todo o ano seco, mas os protestos, embora não fossem repostas simplesmente ao estômago vazio, energizavam-se conforme a ameaça da falta de trabalho se intensificava. Por isso, os episódios de conflitos à procura de alistamentos se concentravam nos momentos em que o ano seco iniciava e nos momentos de dispensa em massa dos obreiros das construções. A falta de ocupação e renda significava a carência de comida. Era necessário, dessa forma, mais uma vez, movimentarem-se.

Os deslocamentos seguiam especialmente a rota das obras públicas, reforçando a ideia de que a intensa circulação, o ir e vir recursivo, era um aspecto desse mundo do trabalho. O próprio órgão, às vezes antes mesmo de organizar uma demissão geral, arranjava medidas como transferência de labutadores para outras obras. Após a conclusão do açude Pentecoste, conforme relatório de 1958, “uma gigantesca equipe de máquinas com excelentes profissionais” e operários – “motoristas, mecânicos, tratoristas, trabalhadores especializados e simples trabalhadores” – foram manejados “para o acampamento do açude Araras”, que também já estava em fase de finalização.<sup>412</sup>

O deslocamento de trabalhadores geralmente ocorria para as obras mais próximas, mas podia acontecer também a remoção para outros estados. “Flagelados” do Piauí e do Ceará “foram transportados pelo DNOCS para Barreiras, na Bahia, onde foram abertas outras frentes de serviços”. Conforme relatório<sup>413</sup>, eles foram para as obras da rodovia Nordeste-Brasília<sup>414</sup> iniciada em outubro de 1958 e até para a construção da nova capital. Essa transferência de trabalhadores para as obras era o reflexo do citado problema

---

<sup>410</sup> Essas dificuldades foram referenciadas nas entrevistas de José Ferreira, Rosa Ferreira, Isídio Cardoso e Milton Cunha.

<sup>411</sup> HOBBSAWM, Eric J. Deveriam os pobres se organizar? In: *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra. 2008.p.408.

<sup>412</sup> Biblioteca do DNOCS. Discurso de inauguração do açude Pentecoste. In: PASSOS, José Candido Castro Parente Pereira. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro, boletim agosto de 1958. Vol 18 n1.

<sup>413</sup> PASSOS, José Candido Castro Parente Pereira. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro, boletim agosto de 1958. Vol 18 n1.

<sup>414</sup> Fotografia da referida rodovia no capítulo 3.

bem conhecido, que era o volume de retirantes já alistados e a afluência constante de pessoas procurando ocupação nas construções das secas. Quando alguns serviços eram completados, forçava-se “a transferência de trabalhadores para outros setores, onde nem sempre havia “condições imediatas” que permitam “o seu aproveitamento.”

De outro modo, muitos trabalhadores precisaram por conta-própria buscar outras frentes de trabalho. Conforme Lamartine de Faria, os “cassacos” viviam “no ciganismo das construções públicas”, caçando “ganho” nas obras. “Isolados ou aos magotes”, esses sujeitos vinham de “todos os cantos”, farejando o início das obras nos “anos secos”, permanecendo no local até “o término da obra ou até a notícia de uma outra frente de trabalho”.<sup>415</sup> Os cassacos, então, enquanto a seca durasse, viviam na rota das obras públicas. Não obstante a falta da família, a convivência com o cenário das máquinas, a escassez de água e o serviço pesado e mal pago, o trabalho nas frentes representava a garantia do sustento e isso era crucial. Para muitos, então, era necessário procurar as estradas e recomeçar “o ciganismo”, reconstruindo as alternativas de sobrevivência e possibilidades de algum ganho.

---

<sup>415</sup> LAMARTINE DE FARIA, Op. Cit., p. 106.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fome, miséria, epidemias, morte, desestruturação das relações econômicas e sociais eram temas veiculados pelo discurso oficial e pela imprensa, na década de 1950, reforçando a imagem da seca como a origem de todos os problemas do Nordeste. À diferença do que tinha sido até o fim do XIX, ou seja, um fenômeno tido como natural e incontroverso, agora e cada vez mais, o avanço da técnica alardeava ser a seca um obstáculo transponível pelo homem na sua trilha de progresso e redenção, embora as instabilidades climáticas continuassem sendo utilizadas para justificar os problemas nordestinos antes e depois dos tempos de estiagem.

Essa perspectiva a respeito da seca era usada para estigmatizar os pobres e suas ações, engessando e minimizando as questões sociais. Em acréscimo, a fome era considerada como o elemento desestruturador de qualquer aspecto do humano (em oposição aos reflexos animais). Aliás, as menções literárias feitas nesta tese demonstram como a carência de comida servia para associar os pobres das secas a bichos. A necessidade de sobrevivência poderia ativar impulsos. Por isso, os conflitos que envolviam o estômago eram representados como espasmos de “esqueletos animados”. Os trabalhadores em tempos de secas na rota das obras públicas, em busca de soluções para seus problemas, eram apelidados de cassacos, e, assim como os animais, eram vestidos com uma indumentária ora de apáticos, ora perturbados pela fome, sempre sem clareza sobre as próprias ações.

Pobreza, fome e estiagem faziam dos atingidos pelas secas uma antítese ao próprio desenvolvimento que era projetado para as capitais, mas também para o interior do Brasil. Um desenvolvimento que pode ser constatado a partir do pós-guerra, sobretudo, com a aceleração do crescimento urbano e industrial, mas que teve um reforço no decorrer dos anos 1950 durante (especialmente) o governo de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas.<sup>416</sup> A seca seria um estorvo natural que o Estado, munido da ciência, podia combater com a solução hidráulica, mas o retirante e os conflitos que geravam era um entrave sociocultural talvez ainda maior – emerso de um Brasil profundo e arcaico – capaz de deter as ambições de acelerar as mudanças.

As estiagens prolongadas poderiam até não ser a mola-mestra dos infortúnios nordestinos, mas, com certeza, eram o momento em que os retirantes com suas ações evidenciavam uma estrutura social, política e econômica problemática. A seca, de forma

---

<sup>416</sup> BREFE, Ana Cláudia F. *As Cidades Brasileiras no Pós-Guerra*. São Paulo: Atual Editora, 1995, p.5.

isolada, não produzia sequelas tão desastrosas. A própria estrutura fundiária e a agricultura tradicional contribuía fortemente para desequilibrar a lógica econômica da família sertaneja, na qual o costume era produzir para o gasto e/ou um mercado local. Fora isso, uma série de “obrigações sociais das funções economicamente peculiares àquele grupo”, ou seja, a “economia moral”<sup>417</sup> daqueles pobres, era desmantelada. A obrigação de o trabalhador prover sua família era inviabilizada ao mesmo tempo em que as relações de proteção, que consistiam no “dever” de os mais abastados assistirem os mais pobres – os trabalhadores que labutavam em suas terras, quando a produção para o sustento fosse rarefeita – eram impossibilitadas com a duração da falta de chuvas. Dessa forma, a crise climática só descortinava os problemas obrigando os trabalhadores do campo a clamarem.

Postos em movimento não só pelo fracasso de suas roças próprias, animais, comércios, mas também pelo abandono de seus empregadores, os trabalhadores reclamariam assistência e ajuda de quem os pudesse socorrer. Entende-se que as obras públicas realizadas durante as estiagens faziam parte de uma complexa teia de interesses que envolvia fazendeiros, autoridades políticas, retirantes e bacharéis. Entretanto, nesse momento, observa-se que os retirantes com suas ações também contribuíram para garantir comida e trabalho.

Aglomerados, peregrinando nas ruas, os sertanejos pressionavam a sociedade local, autoridades públicas e particulares apenas com a sua presença. As andanças, o vozerio, a permanência, nos entornos dos prédios públicos, comércios, igrejas, às vezes com ameaça de uma ação mais direta, já provocavam uma resposta em forma de doação de alimentos pelas prefeituras e promessas de trabalho. Reunidos em cidades estratégicas do ponto de vista econômico, como Fortaleza, Juazeiro e Crato (no sul do estado), Sobral e Itapipoca (na região norte) e em sedes de municípios que haviam recebido obras ou aguardavam o anúncio das frentes de emergência, os migrantes esperavam em algum momento garantir seus alistamentos, já que a caridade e o fornecimento de gêneros não demoravam a falhar. Ainda que aglomerar-se, ameaçar e saquear nem sempre garantisse trabalho, a persistência em nome da sobrevivência os mantinha circulando nas trilhas das construções.

Nesse cenário, pode-se dizer que, em certa medida, os alistamentos eram abertos em resposta à mobilização dos trabalhadores. De outro modo, as verbas também eram acionadas por prefeitos, deputados, governadores e outros políticos, juntamente com

---

<sup>417</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Op. Cit., p, 152.

donos de terras e comerciantes que desejavam receber melhoramentos públicos em seus domínios e ocupar os pobres que poderiam se dispersar para outros locais, durante as secas, carregando sua valiosa força de trabalho e seus votos.

As autoridades públicas vivenciavam a difícil decisão de não interferir na abertura das fronteiras para as migrações, diminuindo as aglomerações e possíveis confusões que os retirantes poderiam causar, ou pelejar cobrando verbas para fixar os migrantes dentro das construções públicas. Se o medo fosse somente dos conflitos que poderiam surgir com o ajuntamento de andrajosos, a solução mais prática, sem dúvida, teria sido a recorrência à exportação do problema por meio da migração subsidiada. Entretanto, a solução adotada foi a política antimigratória, criando frentes de emergência para absorver quantos indivíduos fosse possível, instalando barreiras policiais nas fronteiras para o Sudeste para tentar conter o fluxo que escapava do trabalho nas obras, um claro demonstrativo de que estavam em jogo a perda de mão de obra e eleitores.

Dessa forma, em momentos de secas, as práticas paternalistas entre trabalhadores e terratenentes eram reforçadas e tinham o amparo dos poderes públicos. Levando em consideração que muitos dos que se deslocavam durante as estiagens eram agricultores e vaqueiros, os fazendeiros contavam com o Estado para mantê-los próximos de seus lugares de origem, mas suficientemente desligados de suas obrigações de proteção. Assim, logo que a estiagem findasse, os braços desses trabalhadores estariam de volta à lida, nas terras. Os políticos, cumprindo com as obrigações que os donos de terras não mais assumiam, teriam assegurado domínios com influência direta sobre os eleitores, evitando o emagrecimento desses.

De qualquer modo, em busca de alternativas de sobrevivência, os pobres demonstravam entender que era preciso saber lidar com as circunstâncias políticas, econômicas e sociais dos momentos em que viviam. Partindo do pressuposto que havia a permanência do pacto paternalista, os trabalhadores-cassacos também aproveitaram esse acordo. Depois, alistados nas obras, majoritariamente homens, mas também mulheres e meninos, vivenciaram um universo de trabalho diferente do que estavam acostumados rotineiramente.

No regime de diárias, empreitada, sujeitos às viradas noturnas, para receber mais ou ter um maior tempo de descanso ao lado da família, esperava-se um ritmo de trabalho que garantisse o cumprimento dos prazos dos empreendimentos. Trabalho sincronizado que exigia uma medição mais analógica do tempo. Controle, disciplina, compasso, hierarquia, tarefas parceladas combinavam com a aceleração da produção e minimização

dos custos, devido aos altos investimentos das obras públicas no contexto da década de 1950, especialmente dos últimos anos. A lida pesada e coletiva não contrastava com os costumes da maioria dos sertanejos, mas as diferentes referências temporais, marcadas, que não respeitavam o tempo do estômago e do sono, as exigências de eficiência e produção, as tarefas divididas e maquinadas pela repetição poderiam incomodar quem estava habituado a trabalhar num ritmo mais próprio, sem distinção clara hierárquica, sem a rigidez da rapidez para a entrega de um trabalho.

Esse contexto não era o mais propício para que estratégias coletivas e organizadas fossem arquitetadas por aqueles obreiros em represália às péssimas condições de trabalho. Entretanto, o modo como burlavam os alistamentos, as paradas para o descanso durante o turno, os enganes dados nos apontadores e fiscais para escapar da vigilância, a preferência de executar os serviços com turmas de conhecidos, o abandono das obras aos primeiros sinais de chuvas, o uso de bebidas alcoólicas e as brincadeiras durante as jornadas podem ser pensados como cotidianas formas de opor-se, esquivar-se, enfrentar com menos dureza a rotina das frentes de serviços.

Entretanto, como se pôde atestar, os maiores problemas ocorriam não por melhorias salariais, diminuição de horas no serviço ou outras vantagens nas condições de labuta, mas porque os trabalhadores-cassacos lutavam para sobreviver. O alimento, ou melhor, a falta dele, gerava ações individuais e coletivas. Os trabalhadores-cassacos retornavam às cidades em forma de avalanches caso situações que os expusessem a fome voltassem ou os ameaçassem novamente. As memórias mais fortes são de como se esforçavam cotidianamente para assegurar a comida, portanto, a vida.

O cotidiano dos trabalhadores-cassacos era de verdadeiras jornadas da fome. Os vales recebidos só poderiam ser trocados em gêneros preestabelecidos e nos fornecedores habilitados pelos órgãos que administravam as obras. Mercadoria cara, de qualidade duvidosa, muitas vezes, e insuficiente para assistir a toda filharada. Mal alimentados, em ambientes apertados e insalubres, diversas doenças não demoravam a surgir, aplacando centenas de pessoas em todas as construções do período, dizimando especialmente as crianças. Fracos e doentes, também não foram poucos os números de mortes por *acidentes*, cerca de 10% foram atingidos, com registro em documentos oficiais mencionados nesta tese. Uma cifra catastrófica, comparada a cenários de outras experiências de trabalho degradante, como a história dos desaparecidos e/ou mortos *soldados da borracha* – na Amazônia dos anos 1940 – e dos construtores da *ferrovia do diabo* ou *madeira-mamoré* – na Amazônia do final do século XIX.

Com tudo isso, a lida nas obras públicas ainda era uma alternativa nos tempos austeros. Medida emergencial, circunstancial, que objetiva garantir o sustento familiar enquanto a seca durasse. No mais alto grau de insegurança era indispensável manter-se alistado nas obras e somar os recursos a qualquer renda arrecadada pelas crianças e mulheres em nome de uma colaboração pela sobrevivência. Embora a cooperação familiar às vezes falhasse, mulheres, crianças e homens empenhavam-se como podiam, às vezes próximos, dividindo o cotidiano nos acampamentos das construções, às vezes longe, enfrentando a constante saudade. Ao lado da fome e da precariedade das moradias, a ausência das famílias apareceu de forma recorrente na memória dos trabalhadores.

As frentes de serviços eram políticas de Estado que tinham como propósito evitar a migração, mas igualmente prometiam fornecer assistência por meio da ocupação dos trabalhadores empobrecidos ainda mais pela seca. Porém, como ficou evidente, as condições de trabalho eram extenuantes e problemáticas, especialmente se forem consideradas as dificuldades de subsistência durante as crises. Os pagamentos eram diminutos, piorados pelos abusos dos fornecedores e não supriam as necessidades dos trabalhadores e seus parentes. Logo que iniciavam nas obras, alguns indivíduos precisavam de adiantamentos, labutando endividados. Não existiam nas construções contratos entre empregadores e empregados, portanto não havia também proteção legal e garantia de direitos. Não eram arregimentados como escravos e nem compulsoriamente, mas se encontravam forçados pelas circunstâncias da miséria, das poucas alternativas, a alistarem-se nas frentes de trabalho. Acuados pela emergência da fome, no limite do esgotamento, correndo risco de morte, trocavam sua força por comida e viviam num regime de trabalho precário e degradante.

Em nome da ajuda àqueles que fracassavam, remuneravam o mínimo possível, uma vez que não somente garantiam o baixo custo das obras, mas também mantinham os trabalhadores na posição de vulnerabilidade em que já se encontravam. Cercando-os como *flagelados*, os guardavam sem forças perante patrões, senhores e autoridades. Definitivamente, não era uma assistência cuja finalidade era deixá-los em melhor condição. Mesmo assim, essa política vigorou durante as estiagens ocorridas no período da ditadura militar, continuando nos anos 1990, chamadas de *bolsões das secas*, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa maneira de lidar com os trabalhadores, grande número de agricultores e vaqueiros, pequenos proprietários e sem posses de terra, em tempos de secas, somente foi extinta durante a administração do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Antes disso, durante as intempéries das estiagens, não obstante todos os problemas mencionados, trabalhadores alistavam-se nas obras em nome da garantia do sustento. Buscavam as estradas que levavam às frentes de emergência, retomavam as trilhas sempre que necessitavam. Tratados com desdém e preconceito pelos de cima, na imagem e na função de cassacos – como se fossem animais (nômades ou de curral) – resistiam no papel de seres humanos, no limiar da morte, de trecho em trecho, ou de volta para a roça, para casa, para algum lugar.

## REFERÊNCIAS

### ARQUIVOS E FONTES

#### 1. PERIÓDICOS:

<b>Jornais</b>	<b>Localização</b>
Correio do Ceará (1951-1953; 1958-1959)	Biblioteca Pública do Ceará
Gazeta de Notícias (1953; 1958; 1959)	Biblioteca Pública do Ceará
O Democrata (1951; 1958).	Biblioteca Pública do Ceará
O Nordeste (1951; 1958).	Biblioteca Pública do Ceará
O Povo (1951; 1958).	Biblioteca Pública do Ceará
Tribuna do Ceará (1957-1959).	Biblioteca Pública do Ceará
O Estado de São Paulo (1951-1953)	Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)
Diário de Notícias (1951;1958)	Biblioteca Pública da Bahia
A Tarde (1951; 1958)	Biblioteca Pública da Bahia
O Liberal (1951-1953; 1958-1959)	Biblioteca Pública do Pará
A classe (1950)	Biblioteca Pública Nacional
Correio de Juazeiro (1950)	Biblioteca Pública Nacional

#### 2. FONTES ORAIS:

Albertina Marques (Entrevista realizada em 21/09/2014)
José Isídio (Entrevista realizada em 20/9/2014)
José Gomes (Entrevista realizada em 14/10/2014)
José Azevedo (Entrevista realizada em 20/9/2014)
José Ferreira (Entrevistas realizadas em 11/10/2008 e 14/06/2012).
Lucas Evangelista (Entrevista realizada em 13/12/2013).
Milton Cunha (Entrevista realizada em 14/06/2012).
Maria Hermosea Girão de Araújo (Entrevista realizada em 1/10/2014)
Rosa Tomé Ferreira (Entrevistas realizadas em 11/10/2008 e 14/06/2012).

#### 3. DOCUMENTOS OFICIAIS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS.

**Fundos Açudes Públicos.** Documentação do processo de construção das obras: relatórios de serviços, tabelas e gráficos, ofícios, telegramas, cartas e memórias justificavas (das obras).

<b>Pastas</b>	<b>Fundo</b>
Açude Araras (Pastas 1, 3 e 4)	Fundo Açudes Públicos Ceará
Açude Pentecostes (Pastas 1, 2, 3)	Fundo Açudes Públicos Ceará
Açude Orós (Pastas 6,12)	Fundo Açudes Públicos Ceará
Açude Banabuiú (Pastas 3,5,8)	Fundo Açudes Públicos Ceará
Açude Orós (1, 3, 7, 22)	Fundo Açudes Públicos Ceará
Açude Adustina (avulsas)	Fundo Açudes Públicos Bahia
Açude Jucuruci (avulsas)	Fundo Açudes Públicos Bahia
Açude Pedrão (avulsas)	Fundo Açudes Públicos Bahia
Localização Fundo Açudes Públicos Ceará: Galpão sob administração da 1ºDR do DNOCS (Fortaleza-CE)	
Localização Fundo Açudes Públicos Bahia: Galpão ao lado do laboratório de solos e concretos sob administração 4ºDR do DNOCS (Salvador-BA)	

#### **Acervo da Biblioteca do DNOCS (sede-Fortaleza/CE)**

- **Relatórios Anuais de Obras executadas pelo DNOCS.**

SABOYA, Francisco. *Relatório de serviços executados em 1950*. Ministério da Viação e Obras públicas. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Rio de Janeiro, 1951.

BERREDO, Vinícius; SABOYA, Francisco. *Relatório dos serviços realizados em 1951*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro: DNOCS, 1951. (Berredo responsável pelos trabalhos até 16.07.1951 e Saboya a partir dessa data).

DNOCS. *Relatório das atividades de 1951* (Apresentado ao Presidente da República pelo Eng.º Álvaro de Souza Lima - ministro da Viação e Obras Públicas). Rio de Janeiro: MVOP/Serviço de Documentação, 1951;

DNOCS. *Relatório das atividades de 1952* (Apresentado ao Presidente da República pelo Eng.º Álvaro de Souza Lima - ministro da Viação e Obras Públicas).

GONÇALVES, Luiz Mendes. *Relatórios de serviços executados em 1952*. MVOP/DNOCS. Rio de Janeiro. 1954

COUTINHO. Elísio, Carlos D. *Relatórios de serviços executados em 1953*. MVOP/DNOCS Rio de Janeiro. 1955.

MENDES, Luiz. *Relatório de obras de 1954*. Rio de Janeiro. MVOP/DNOCS. 1955.

DNOCS. *Relatório de obras executadas em 1958*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.

PASSOS, José Candido Parente Pereira. *Relatório de obras executadas em 1960*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.

PASSOS, José Candido Parente Pereira. *Relatório de obras executadas em 1959*. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.



---

- **Boletins Institucionais do DNOCS.**

---

DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, vol. 18. n2, nov., 1958.

DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 19, n. 3, fevereiro de 1959.

DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, v.19.n.4, boletim maio de 1959. pp.49,62.

DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/Ministério da Viação e Obras Públicas, agosto de 1959.

DNOCS. *Boletim*. V. 20. N.6. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, Nov.de 1959.

DNOCS. *Boletim*. V. 21. N.7. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, Fev., 1960.v.21.n.7.

DNOCS. *Boletim*. V. 21. N.8. Rio de Janeiro: MVOP/DNOCS, Maio, 1960.

---

- **Outras Publicações**

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Programa da Unesco para as terras áridas*. Rio de Janeiro: DNOCS. 1950.

DNOCS. *Orós: o açude da esperança*. DNOCS/MVOP:1960.

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Explicação do diretor geral do DNOCS na Assembleia Legislativa da Bahia*, agosto de 1959. Rio de Janeiro: DNOCS. 1950.

Pinheiro. Eng. Luis Carlos M. *Orós Caso Inétido?* IN: *Pinça em Orós*. Separata da Revista Esso, nº1. 1960.

Ministério da Viação e Obras Públicas. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Legislação do DNOCS*. Rio de Janeiro: DNOCS. 1951.

Ministério da Viação e Obras Públicas. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Instruções Gerais a serem observadas na construção de barragens de terra*. Rio de Janeiro. 1957.

---

#### 4. MEMÓRIAS, ROMANCES E OUTRAS OBRAS.

AGUIAR, Edson de Souza. *O DNOCS no Coração do Nordeste*. DNOCS/BNB: Fortaleza, 2010.

ANDRADE, Cordeiro de. *Cassacos*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.

ALMEIDA, José Américo de. *Secas no Nordeste*. Ministério da Viação e Obras Públicas. 1953.

BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976.

Berredo. Eng. Vinicius. *Obras contra as secas*. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. 1950.

CARVALHO, Emmanoel Rocha. *Barragens de Curema e Mãe D'água: nos bastidores da construção*. João Pessoa: edição do Autor, 2013.

---

---

DANTAS, Paulo. Viagem definitiva a Canudos. IN: DANTAS, Paulo. *Capitão Jagunço*. São Paulo. Ed. Global. 1982. (Relato publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº21. jan-fev 1959).

---

LAMARTINE DE FARIA. Oswaldo. *Cassacos*. In: Tipos e aspectos do Brasil, coletânea da Revista Brasileira de Geografia. IBGE – Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 8ª edição, 1966.

---

MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Vozes. Petrópolis, 1988.

---

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 51ed. São Paulo: Record, 1983;

---

## **5. RELATÓRIOS MINISTERIAIS E MENSAGENS PRESIDENCIAIS.**

---

Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório das atividades de 1951*. (Apresentado ao Presidente da República pelo Eng.º Álvaro de Souza Lima - ministro da Viação e Obras Públicas). Rio de Janeiro: MVOP/Serviço de documentação, 1951.

---

Ministério da Viação e Obras Públicas. *Síntese do Relatório das atividades de 1952*. (Apresentado ao Presidente da República pelo Eng.º Álvaro de Souza Lima - ministro da Viação e Obras Públicas). Rio de Janeiro: MVOP/Serviço de documentação, 1953.

---

Mensagem ao Congresso Nacional (1951). Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1951.

---

Mensagem ao Congresso Nacional (1952). Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1952.

---

Mensagem ao Congresso Nacional (1953). Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1953.

---

Mensagem ao Congresso Nacional (1954). Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1954.

---

Mensagem ao Congresso Nacional (1956). Juscelino Kubistchek de Oliveira. Rio de Janeiro: 1956.

---

Mensagem ao Congresso Nacional (1957). Juscelino Kubistchek de Oliveira. Rio de Janeiro: 1957.

---

Mensagem ao Congresso Nacional (1958). Juscelino Kubistchek de Oliveira. Rio de Janeiro: 1958.

---

Mensagem ao Congresso Nacional (1959). Juscelino Kubistchek de Oliveira. Rio de Janeiro: 1959.

---

Mensagem ao Congresso Nacional (1960). Juscelino Kubistchek de Oliveira. Rio de Janeiro: 1960.

---

## **6. DECRETOS, DECRETOS-LEI, LEI.**

---

Decreto nº 20.284, de 28 de dezembro de 1945: “Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.) do Ministério da Viação e Obras Públicas”.

---

Decreto-Lei nº 8.486 DE 28 de dezembro de 1945: “dispõe sobre a reorganização da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S)”.

---

---

Lei nº 1.348 de 10 de fevereiro de 1951: “dispõe sobre a revisão dos limites da área do polígono das secas”.

---

**7. OUTROS FUNDOS.**

---

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), fundo DPS, Flagelados, D 497.

---

Departamento Estadual de Ordem Política e Social/ São Paulo. Dossiê 50Z/695.

---

Relatório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eleições de 1958. Disponível em: <<http://apps.trece.jus.br/tre/download/Eleicoes%201958.pdf>>. Acesso em: 07/02/2014.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Campinas: Unicamp, 1988.
- ALBUQUERQUE JR, Durval. *Nos destinos da fronteira: histórias espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.
- ALMEIDA, Beto. O século do DNOCS. *Revista Conviver Nordeste Semiárido*. V.I.N.°6 DNOCS/BNB-ETENE, 2009.
- ALMEIDA, José Américo. *Secas no Nordeste*. Ministério da Viação e Obras Públicas. 1953.
- ALVES, Joaquim. *História das secas - séc. XVII a XIX*. Edição fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.
- ANDRADE, Cordeiro de. *Cassacos*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.
- AGUIAR, Edson de Souza. *O DNOCS no Coração do Nordeste*. DNOCS/BNB: Fortaleza, 2010.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte (1877-1884)*. Doutorado em História Social. São Paulo: PUCSP, 2013.
- BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976.
- BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.
- BATALHA, Cláudio H. M. “Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cesar de (org.). *Historiografia brasileira e perspectiva*. São Paulo. Contexto/USF, 1998.
- BATALHA, Cláudio H. M.. *Desafios atuais da história do Trabalho*. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.
- BENEVIDES, Maria Victória. “O governo Kubitscheck: a esperança como fator de desenvolvimento”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.
- BREFE, Ana Cláudia F. *As Cidades Brasileiras no Pós-Guerra*. São Paulo: Atual Editora, 1995.

- BURKE, Peter. *A escrita da história; novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAMPOS, Eduardo. A ação do DNOCS. IN: *DNOCS e o Novo Nordeste: uma perspectiva histórica, 1909-1984*. Fortaleza: DNOCS, 1985.
- CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.
- CANDIDO, Tyrone. *Proletários das secas: arranjos e desarrajos na fronteira do trabalho (1877-1919)*. Tese de Doutorado em história, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2014.
- CAMARGO, Aspácia. *O Nordeste e a Política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico*. Fortaleza, Mestrado em História Social - Universidade Federal do Ceará, 2011.
- CARVALHO, Emmanoel Rocha. *Barragens de Curema e Mãe D'água: nos bastidores da construção*. João pessoa. Edição do Autor, 2013.
- CARVALHO, Rejane V. Aciole. *O Estado, a Terra e O Coronelismo*. Rio de Janeiro: Coleção Mossoroense. Série C. Volume DCCI, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A seca e os Movimentos Sociais*. Coleção Mossoró: fundação Guimarães Duque, 1991.
- CASTELLUCCI, A. A. S. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. 1. ed. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB), 2015
- CASTRO, Lara de. “*Avalanches de flagelados*” no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. (Série Conviver nº. 12). Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.
- CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 34ª. ed. Guimarães Editores, 1982.
- CHALHOUB. Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHALHOUB. Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia desde os anos 1980*. Cadernos AEL, vol.14, n.26, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORRÊA, Larissa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo – 1953 a 1964*. Dissertação de Mestrado (Unicamp). Campinas, SP: 2007.

CORRÊA, Larissa. “*Disseram que voltei americanizado*”: relações sindicais Brasil - Estados Unidos na Ditadura Civil-Militar (1964-1978). 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CRAWFORD, Margaret. *The “New” Company Town: Perspecta*, vol. 30, Settlement Patterns, 1999.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 20. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

\_\_\_\_\_. *À margem da história: Euclides da Cunha*.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleções temas brasileiros).

\_\_\_\_\_. *Amazônia: um paraíso perdido*. 3ªed. Manaus: Valer, 2003.

COSTA, Pedro Eymar Barbosa; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). *Mais borracha para a vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

DANTAS, Paulo. Viagem definitiva a Canudos. IN: DANTAS, Paulo. *Capitão Jagunço*. São Paulo. Ed. Global. 1982. (Relato publicado originalmente na Revista Brasileira, nº21. jan-fev 1959).

D’ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: N. 19, ano 7, jun. de 1992.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2002.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

DUQUE, Guimarães. *Solo e Água no polígono das Secas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 6ª edição, 2004.

ESTEVAM NETTO, José. *DNOCS Ontem e Hoje – sustentáculo da nascente civilização da seca*. João Pessoa, 1987.

FERRAZ, Renato José Marques. *Cartilha histórica de Canudos*. [S.l.: s.n.], 1991.

FILHO, Walter Fraga. *Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a abolição*. Cadernos AEL, vol.14, n.26, 2009.

GONÇALVES, Adelaide. *A imprensa dos trabalhadores no Ceará: 1862-1920*. Tese de Doutorado em História Social. Florianópolis. UFSC, 2001.

FENELON, Déa. *Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. Projeto História*, n. 10, p 73-79, 1993.

FERRERAS, Norberto Osvaldo de; SECRETO, Maria Verónica. Trabalho decente, trabalho escravo, trabalho forçado, trabalho degradante, trabalho análogo a escravidão e outras categorias do mundo do trabalho contemporâneo. In: *Os pobres e a Política*. Rio de Janeiro: Mauad x: Faperj, 2013.

FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem Fantasma: A Ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na Selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista. (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. O Direito na Obra de E.P. Thompson. In: *Revista de História Social. Campinas-SP*, 2, 89-111, 1995.

FORTES, Alexandre, et. al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, Alexandre, LIMA, Henrique Espada Filho, XAVIER, Regina, PETERSEN, Silvia, orgs., *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FOURNIER, Luiz .M. de Barros. *O problema das secas no Nordeste*. Rio Grande do Norte: Coleção Mossoroense, série C. Volume CDLXXV, 1989.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. *Documentação oral e a temática da seca estudos*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

\_\_\_\_\_. *O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações*. In: *A Micro História e Outros Ensaio*. Lisboa: Difel, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico*. In: *A Micro História e Outros Ensaio*. Lisboa: Difel, 1994.

\_\_\_\_\_. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4ed. Foratelza: Ed. UFC, 1984.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, nº 34, julho-dezembro, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação trabalhista no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

GONÇALVES, Adelaide. *A imprensa dos trabalhadores no Ceará: 1862-1920*. Tese de Doutorado em História Social. Florianópolis. UFSC, 2001.

GUERRA, Felipe. *As Secas*. Natal: Typ d'. "a Republica", 1932.

\_\_\_\_\_. *Secas do Nordeste*. Natal: Centro de Imprensa, 1951.

\_\_\_\_\_. *Décimo primeiro livro das secas*. Coleção mossoroense. Natal: Editora Universitária, Volume cccv, 1985.

\_\_\_\_\_. *Ainda o Nordeste*. Natal: Typ d'. "a Republica", 1927.

GUERRA, Felipe; GUERRA, Teófilo. *Secas Contra a Seca*. Rio de Janeiro: Tip. Cruz Coutinho, 1909.

GUERRA, Paulo de Brito. *Açudes públicos do Nordeste, relação dos reservatórios construídos até 1981*. Fortaleza: DNOCS, 1982.

\_\_\_\_\_. *A Civilização da Seca: o Nordeste é uma história mal contada*. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais*. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977.

GUERRA, Otto. *21º Livro das secas*. Rio Grande do Norte: Coleção Mossoroense, Série C. Volume CDLXIII. 1989.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil*: São Paulo Alfa - Omega, v1. 1981.

HOBSBAWN. Eric j. *Os trabalhadores. Estudos sobre história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. *Bandidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

\_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra. 2008.

\_\_\_\_\_. *Rebeldes Primitivos. Estudos de formas Arcaicas de Movimentos Sociais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



- JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147-170, nov. 2009.
- LAMARTINE DE FARIA. Oswaldo. *Cassacos*. In: Tipos e aspectos do Brasil – coletânea da Revista Brasileira de Geografia. IBGE – Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 8ª edição, 1966.
- LARA, Silvia Hunold, MENDONÇA, Joseli (Orgs). *Direitos e Justiça Social no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas: Unicamp, 2006.
- LEAL, Maura. *A (onto)gênese da nação nas margens do território nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)*. Dissertação de mestrado em história. PUC/SP, 2007.
- LEAL, Davi Avelino et al. A contribuição thompsoniana para os estudos do mundo do trabalho. In: ANDRADE, Ladislau, MELO, Márcia. *Práxis: Meio Ambiente, Trabalho e Cultura na Amazônia..* Manaus, Edua, 2011.
- LEAL, Davi Avelino. *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)*. Tese (doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia)-UFAM, Manaus 2013.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975
- LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- LOPES, José Sérgio Leite. “Fábrica e Vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: LOPES, José Sérgio Leite (et tal.) *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero & Brasília: Editora da UnB, 1988.
- LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1,n. 1, jan./jun. 2009.
- LIMA, Claudio Ferreira. A Questão Regional. *Revista Conviver Nordeste Semiárido*.V.I.N.°6 DNOCS/BNB-ETENE. 2009.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, Carla. *Profetas da Chuva*. Fortaleza: Tempo D’Imagem, 2006.
- MARTINS, José; BURITI, Iranilson; CHAGAS, Liliana. Homens arando novas formas de viver: bordando um outro sertão. *Revista de História Regional* 12(1): 25-39, verão, 2007.p.29-32.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 413p. (Os Pensadores, XXXV). Trad. José Carlos Bruni,

MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MEDEIROS FILHO, João e SOUSA, Itamar de. *Os degredados filhos da seca*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MOLE, François. *Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*. Coleção mossoroense (Escola Superior de Agricultura e Fundação Guimarães Duque), Mossoró, 1991.

MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude do Cedro (1884-1906)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2012.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O DNOCS em ação (irrigação e emergência). In: *O DNOCS e o Novo Nordeste: uma perspectiva histórica, 1909-1984*. Fortaleza: DNOCS, 1985.

MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2003.

MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Unesp/NEAD, 2008.

NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Sérgio (Orgs). *Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL*, vol.11, n.20/21, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio dos Santos. Além das senzalas e das fábricas: uma história social do trabalho. *Revista Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

NEGRO, Antonio Luigi. Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 16, n° 31 e 32, 1996.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. Curral de bárbaros: Os campos de concentração no Ceara (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História* 15, no. 29 (1995), 97.

\_\_\_\_\_. Seca, Pobreza e Política: o que é politicamente correto para os pobres?. *Trajetos* (UFC), v. 7, p. 186-199, 2009.

OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. 9.ed., São Paulo: Ática, 1983, p.12, 38. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso em: 11/07/2013

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História. Operários, Mulheres, Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 52.ed. São Paulo: Siciliano,1993.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 51ed. São Paulo: Record, 1983;

REZENDE, Vinícius Donizete de. *Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP). Campinas, 2012

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança: experiências de trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: UNB, 2008.

RIOS, Kênia Souza. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder*. Fortaleza museu do Ceará/SECULT, 2002.

\_\_\_\_\_. O tempo por escrito: sobre lunários e almanaques. In: CARVALHO, Gilmar. *Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

ROSADO, Vingt-um e ROSADO, Américo. *17º livro das secas*. Mossoró: Editora Universitária Coleção Mossoroense – Volume CDII, 1988.

ROSADO, Vingt-um (org.). *Memorial da Seca*. Mossoró: Coleção Mossoroense – Volume CLXIII, 1981.

\_\_\_\_\_. *12 livro das secas*. Mossoró: Editora Universitária. Coleção Mossoroense – Volume CCCVI, 1985.

RUDÉ, G. *A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SALMOND, John A. The Civilian Conservation Corps and the Negro. *The Journal of American History*, Vol. 52, No. 1 (Jun., 1965), pp. 75-88. URL: <http://www.jstor.org/stable/1901125>. Accessed: 21/1/2015 06:34;

SALES, Antonio. *Aves de Arribação*. Rio de Janeiro: José Olympio. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. Trad. MENESES, M.A. e GUERRA, L. In. *Raízes, Campina Grande*, vol. (21) N° (1), p 10-31, 2002.

SCOTT, James C. Detrás de la historia oficial. In: *Los dominados y la arte de la resistência: discursos ocultos*. Traducción: Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.

\_\_\_\_\_. Preface. In: *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *The moral economy of peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven. Yale University Press, 1976.

SECRETO. María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. IN: Trajetos. V.IV. Dossiê: trabalho, trabalhadores. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2003.

\_\_\_\_\_. *Soldados da Borracha*. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Jeovah Lucas da. *As Bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo. Fachos de luz, fios de progresso: usos de objetos elétricos em Fortaleza (1945-1965). *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom. <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XIII/Antonio%20Luiz%20Macedo%20e%20Silva%20Filho.pdf>. Acesso em 02/05/2013.

SOUZA, Robério dos Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos Canteiros da Estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863. Tese (Doutorado em História), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.

LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas”, os engenheiros civis e as obras públicas*: Inspetoria de Obras contra as Secas – IOCS e a construção do Açude Tucunduba (1909-1919). Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 2010.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das Secas (século XX)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, volume CCXXV, 1982.

SOUZA, E. *O Calvário da Secas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1983 SOUSA, Simone e NEVES, Frederico de Castro. (orgs) *Fortaleza: história e cotidiano -Seca*. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2002.

SOURCE, Eric Gorham. The Ambiguous Practices of the Civilian Conservation Corps. *Social History*, Vol. 17, No. 2 (May, 1992), pp. 229-249. URL <http://www.jstor.org/stable/4286017>. Accessed: 21/01/2015 07:21.

TADDEI, Renzo. Notas sobre a vida social da previsão climática – Um estudo do caso do Ceará. In: *Relatório Final do Projeto Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos com Incorporação da Previsão Climática: da Informação e Previsão Climática à Redução das Vulnerabilidades às Secas no Semi-árido Cearense*, Vol. 3. Fortaleza: IRI/FUNCEME, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira da. “Valentia e cultura de trabalho na estiva de Santos”. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direitos e culturas de solidariedade – 1937 - 1968. São Paulo-Santos: Hucitec/Prefeitura de Santos, 1995.

THEOPHILO, Rodolfo. *História da Seca no Ceará - 1977 - 1880*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

\_\_\_\_\_. *A Fome: Cenas da seca no Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais. 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: companhia das letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade*. (volume I). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VARGAS, Jonas. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais na economia e política: charqueadores de Pelotas - RGS (século XIX)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História (UFRJ), 2013.

VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the world: essays toward a global labor history*. Leiden and Boston: Brill 2008.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Unicamp, 2013

VARGAS, Getúlio. O discurso do rio Amazonas. In: *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém: SUDAM, 1968.

WEINSTEIN, Bárbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN/Universidade de São Francisco, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

## ANEXOS

### ANEXO I - ORGANOGRAMA DO DNOCS NA DÉCADA DE 1950.

Sede Administrativa do DNOCS (Rio de Janeiro)

a) Direção Geral:

Diretoria Geral e Consultor Jurídico;

b) Divisão técnica (D.T):

Seção de Estudos e Projetos (S.E.P.).

Seção de Obras e Equipamentos (S.O.E.).

Seção de Conservação, Exploração e Patrimônio (S.C.E.P.).

c) Serviço de Administração (S.A):

Seção de Comunicações (S.C.).

Seção de Pessoal (S.R.P.- 8).

Seção de Material (S.M.).

Seção de Orçamento (S.O.).

d) Serviço de documentação

Divisões Regionais

e) Distritos de Obras.

1º D.R: Fortaleza (CE).

2º D.R: João Pessoa (PB).

3º D.R: Arco verde (PE).

4º D.R: Salvador (BA).

5º D.R: Natal (RN).

f) Serviços de Estudos – Sede em Recife (PE).

g) Serviço agro-industrial - sede em Fortaleza (CE).

h) Serviço de Piscicultura - sede em Fortaleza (CE).

**Fonte:** Decreto 20.284. 28 de dezembro de 1945.

**ANEXO II - DICIONÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DA ENGENHARIA CIVIL /HIDRÁULICA.**

**Abertura de valas:** ato de fazer valas.

**Active:** quando o terreno se apresenta em subida em relação à rua; ladeira, vista de baixo para cima.

**Açude:** é o núcleo básico de organização dos usuários onde pescadores, vazanteiros, irrigantes e até mesmo o abastecimento das cidades dependem de um mesmo reservatório de água e devem portanto, decidir conjuntamente sobre sua utilização.

**Afastamento (ou Recuo):** refere-se às distâncias entre as faces da construção e os limites do lote ou terreno.

**Agrimensura:** é a Medição de superfície dos terrenos na qual o arquiteto se baseia para executar seu trabalho.

**Alto-relevo:** saliência criada e definida numa superfície plana.

**Alvenaria:** conjunto de pedras, de tijolos ou de blocos - agregado ou unido com argamassa ou não - que forma paredes, muros e alicerces. Quando esse conjunto sustenta a casa, ele chama-se alvenaria estrutural. O próprio trabalho do pedreiro.

**Arrasamento:** cota de arrasamentos é chamado assim o nível adotado para corte da cabeça de estacas, fundações.

**Aterro:** colocação de terra ou entulho para nivelar uma superfície irregular.

**Bacia Hidrográfica:** é o nível de atuação mais complexo que abrange toda a área de uma bacia hidrográfica, a qual deve ser entendida como uma unidade de planejamento e gestão, com todos os seus conflitos e potencialidades, onde a partir da consolidação do processo de organização dos dois níveis anteriores (açude e vale perenizado) serão constituídos os Comitês de Bacia visando a concretização do processo de gestão participativa dos recursos hídricos.

**Barracão:** abrigo ou telheiro, ou casa provisória, geralmente de madeira, para guardar utensílios ou depositar materiais de construção, ou servir de abrigo para trabalhadores, num canteiro de obras; barraca.

**Cava:** Pequeno espaço situado entre o solo e o primeiro plano de uma construção

**Canteiro de obra:** local da construção onde se armazenam os materiais (cimento, ferro, madeira, etc.) e se realizam os serviços auxiliares durante a obra (preparação da argamassa, dobragem de ferro, etc.)

**Carpinteiro:** profissional que trabalha o madeiramento de uma obra, como formas e escoramentos.

**Croquis:** primeiro esboço de um projeto arquitetônico.

**Declive:** ladeira. Quando o terreno se apresenta em subida em relação à rua.

**Desaterro:** local de onde se retirou um volume de terra; desterro.

**Escavação:** ato de retirar, escavar um volume de terra, areia ou barro de um local.

**Ferreiro:** armador Profissional responsável pelo corte e pela armação dos ferros de uma construção.

**Fundação (ou Alicerce):** obra responsável pela sustentação da construção.

**Impermeabilização:** conjunto de providências que impede a infiltração de água na estrutura construída.

**Infiltração:** ação de líquidos no interior das estruturas construídas.

**Jusante:** Secção de um curso de água localizada entre um determinado ponto de referência e a foz. No caso de açudes, a região do rio perenizado com água liberada pela válvula dispersora. Por exemplo, jusante de uma barragem significa que fica “depois da barragem”, no sentido da corrente do rio

**Levantamento topográfico:** análise e descrição topográfica de um terreno.

**Marceneiro:** profissional que realiza o trabalho refinado da madeira na obra ou na confecção de móveis.

**Memória descritiva:** descrição de todas as características de um projeto arquitetônico, especificando os materiais que serão necessários à obra, da fundação ao acabamento.

**Mestre-de-obras** profissional que dirige os operários numa obra e que possui muita experiência prática sobre todos os tipos de serviços, mais do que o encarregado.

**Montante:** Secção de um curso de água localizada entre um determinado ponto de referência e a nascente. Por exemplo, montante de uma barragem significa que fica “antes da barragem”, no sentido da corrente do rio.

**Parede:** barramento artificial que represa a água, construído com areia, pedra e/ou concreto.

**Pedreiro:** profissional encarregado de preparar a alvenaria.

**Projeto:** plano geral de uma construção, reunindo plantas, cortes, elevações, pormenorização de instalações hidráulicas e elétricas, previsão de paisagismo e acabamentos.

**Talude:** rampa. Inclinação de um terreno em consequência de uma escavação. Volume inclinado de terra que atua como muro de arrimo, impedindo o desmoronamento do solo.

**Topógrafo:** profissional que estuda os níveis e as características do terreno sendo muito importante a contratação deste para ajudar o arquiteto e o engenheiro no seu trabalho, evitando surpresas durante a obra, como locação de obstáculos e árvores existentes.



**Válvula dispersora** - Cano pelo qual é liberada água para o rio perenizado pelo açude.

**Vala:** escavação estreita e longa feita no solo para escoar águas residuais ou pluviais e também para a execução de baldrames e de instalações hidráulicas ou eléctricas.

**Volumetria:** conjunto de dimensões que determinam o volume de uma construção, dos agregados, da terra retirada ou colocada no terreno, etc.

**Fonte:**

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh): <http://portal.cogerh.com.br>

Dicionário de engenharia civil: <http://br.geocities.com/andrepcgeo/dicionarioB.htm>

Dicionário de engenharia Hidráulica: <http://www.engenhariacivil.com/dicionario/tema-hidraulica>

## ANEXO III - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CEARENSES



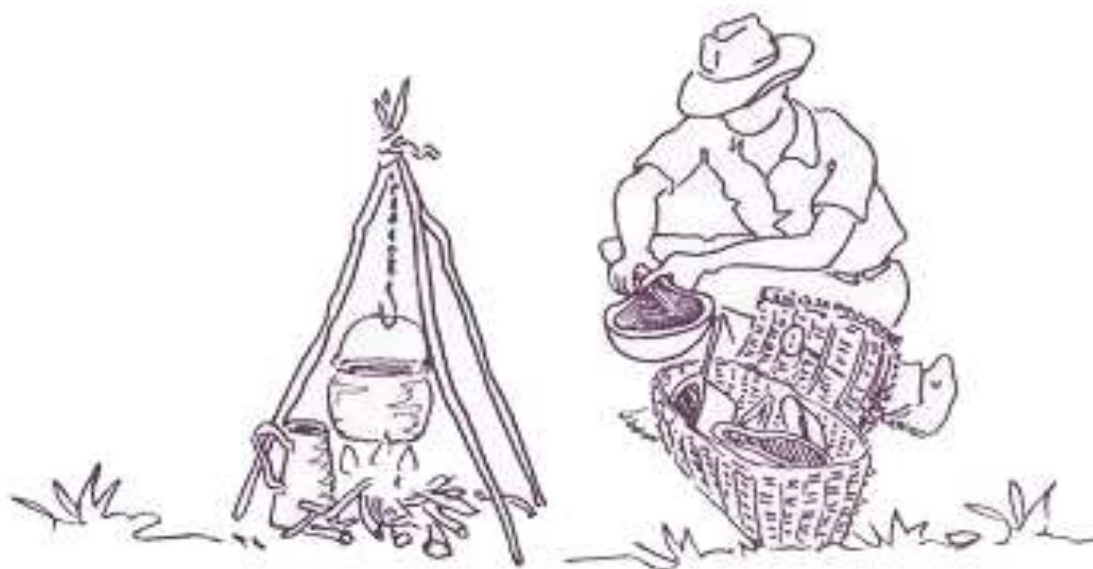
**ANEXO IV – IMAGENS DE FOGÕES IMPROVISADOS.**

## Nº 1. Fogão de trempe



Fonte: <http://folhadeoiras.com/OAB/3094?pg=noticia&id=3274>. Foto: Emanuel Vidal

## Nº 2. Fogão Tropeiro.



Fonte: O Folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba - Tom Maia e Thereza Regina de Camargo Maia - MEC/Funarte-1980 (texto e gravuras)  
(a descrição realizada pelos entrevistados de fogões improvisados utilizados nas obras é similar a imagem presente nessa figura)

**ANEXO V - FOTOGRAFIAS DA CONSTRUÇÃO DE OBRAS NA DÉCADA DE 1950**

Fotografia 1. Trecho da construção da rodovia Nordeste-Brasília.



Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS em 1959.

Fotografia 2. Máquina de escavação e transporte açude Pentecoste (CE)



Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS em 1951.



Fotografia 3. Trabalhadores na reconstrução do açude Patos (CE-dezembro de 1953)



Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS em 1953.

Fotografia 4. Trabalhadores na Cava de Fundação Açude Jucuruci (BA)



Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS em 1951

Fotografia 5. Parede açude Quixeramobim (CE).



Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS em 1959.

Fotografia 6. Turma na parede do açude Santa Maria (CE), (Em fase de conclusão).



Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS em 1953.

Fotografia 7. Posto agrícola Lima Campos (CE). Laranjeiras



Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS em 1952.

Fotografia 8. Posto agrícola General Sampaio (CE). Bananeiras.



Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS em 1959.

Fotografia 9. Trabalhadores na inauguração do açude Pentecostes (CE)



Fotografia 10. Engenheiros na construção do açude Pentecostes



Fonte: DNOCS. *Boletim*. vol.18, n.47, agosto de 1958,